



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FLÁVIA BULHÕES DE SOUSA

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR PARA OS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFBA:**

UMA CONSTRUÇÃO CONJUNTA PELO DOCENTE E PELA BIBLIOTECA, À LUZ  
DAS NORMAS DO INEP

Salvador  
2018

FLÁVIA BULHÕES DE SOUSA

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR PARA OS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFBA:**  
UMA CONSTRUÇÃO CONJUNTA PELO DOCENTE E PELA BIBLIOTECA, À LUZ  
DAS NORMAS DO INEP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco

Salvador  
2018

S725 Sousa, Flávia Bulhões de  
Bibliografia básica e complementar para os cursos de  
graduação da UFBA: uma construção conjunta pelo docente e  
pela biblioteca, à luz das normas do INEP / Flávia Bulhões de  
Sousa - Salvador, 2018.

202 f.: il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Ciência da Informação, 2018.

1. Biblioteca universitária. 2. Bibliografias. 3. Cursos de  
graduação. 4. Avaliação do INEP. I. Lubisco, Nídia Maria  
Lienert. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 027.7

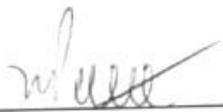
**FLÁVIA BULHÕES DE SOUSA**

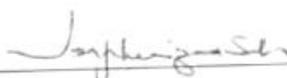
**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR PARA OS CURSOS DE  
GRADUAÇÃO DA UFBA: UMA CONSTRUÇÃO CONJUNTA PELO DOCENTE E  
PELA BIBLIOTECA, À LUZ DAS NORMAS DO INEP.**

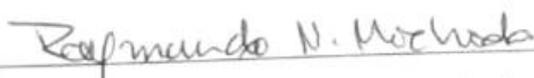
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: 03/12/18

**Banca Examinadora**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Orientadora – UFBA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro – Membro Externo Titular – UFBA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Raymundo das Neves Machado – Membro Interno Titular – UFBA

*Aos*

*Meus pais, Giezy e Flora, por terem me apoiado na minha caminhada. Mesmo longe, estavam sempre presentes para me orientar.*

*Meus irmãos, Geilson, Nadja e José Luiz pelo aprendizado e os amparos nas horas difíceis.*

*Meus sobrinhos Luana, Ryan e Pedro. Uma alegria para tia.*

*À memória da minha companheira de estrada e de história, Shena. Nunca te esquecerei!*

## AGRADECIMENTOS

Obrigada, Senhor, por ter me guiado e me carregado nos teus braços, na hora que mais precisei.

À minha orientadora, Professora Nídia Maria Lienert Lubisco, pela paciência, pelo incentivo, pela competência, pela compreensão nas dificuldades que tive nessa trajetória e sobretudo, pelo profissionalismo na elaboração deste trabalho, por ter acreditado na proposta da dissertação e também pelo apoio emocional que me deu nessa caminhada. Obrigada, Madrinha!

Aos participantes do Grupo de Pesquisa GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento, do ICI, por ter me acolhido e ter aconselhado nos exercícios metodológicos e na pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI, pela pelos professores na transmissão do conhecimento, e a todos os funcionários, principalmente Marilene Luzia que auxiliou nos trâmites da vida acadêmica.

Aos colegas de trabalho do Sistema de Bibliotecas da UFBA, principalmente aos colegas da Biblioteca Universitária Bernadeth Sinay Neves da Escola Politécnica, pelo incentivo e compreensão nas atividades laborais.

As amigas que sempre me deram apoio nessa trilha de pedras, Eleonora, Didi, Alda, Solange e Sueli.

Aos meus amigos especiais que estiveram sempre presente nesse percurso: Pollyanna, Irla, Maria Auxiliadora, Juliana, Ana Lúcia, Sérgio.

À minha família (mãe, pai, irmãos, tios, cunhados, cunhadas e sobrinhos) que torceram muito para que eu finalizasse mais essa etapa de minha formação intelectual.

À Psicopedagoga Fernanda Freire; à Fonoaudióloga Viviane Mateó; e minha Psicóloga Natália Gomes, pelas orientações profissionais.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte trajetória sinuosa no mestrado. Muito obrigada.

SOUSA, Flávia Bulhões de. **Bibliografia básica e complementar para os cursos de graduação da UFBA**: uma construção conjunta pelo docente e pela biblioteca, à luz das normas do INEP. 201 f., il. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda a criação das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UFBA, pela biblioteca universitária e pelos docentes, à luz das normas do INEP. Tem como objetivo avaliar o comportamento do professor, a partir: dos critérios de seleção adotados para a construção das bibliografias; das suas dificuldades no uso de fontes de informação; da informação sobre quais as fontes ele utiliza para sua atualização didático-pedagógica; ademais, pretende-se conhecer quais obstáculos ele encontra para repassar informações para a biblioteca. A pesquisa foi realizada, do ponto de vista teórico, a partir de uma revisão da literatura e das normas governamentais na área de educação superior. Para abordagem metodológica, foi utilizado o método indutivo. Quanto aos objetivos, o método adotado tem um caráter exploratório, uma vez que buscou conhecer um fenômeno ainda obscuro, ocorrido dentro da universidade. Apresenta uma natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que vai usar respostas de docentes e dados estatísticos sobre essa população. A população foi constituída pelos docentes que ministram os componentes curriculares obrigatórios do primeiro e do penúltimo semestre dos cursos de graduação mais novos e mais antigos da UFBA, atendidos pelas bibliotecas universitárias, selecionadas por sua representatividade de quantidade de cursos por área de conhecimento dentro da Universidade. O recorte dos componentes curriculares pretende atender os objetivos específicos da pesquisa que apuram o fluxo de informação referente à indicação e à aquisição das bibliografias básicas e complementares dos cursos. Assim, este estudo procurou trazer à luz procedimentos organizacionais, desconhecidos ou mesmo desconsiderados por parte dos indivíduos implicados com o contexto da biblioteca, dos cursos e da universidade. A análise dos dados, comparativamente à realidade conhecida e vivenciada pelas bibliotecas universitária da UFBA, revelou a falta de conhecimento dos docentes acerca do fluxo e dos instrumentos de planejamento acadêmico, o que dificulta a trajetória da informação, como também o entendimento conceitual sobre bibliografia básica e complementar. Com relação às fontes de informação, os docentes passaram a consultá-las via rede, sem seguir os critérios de qualidade que a biblioteca adota, segundo o que estabelece a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Este fato ocasiona um alheamento em relação às fontes de informação especializada, disponibilizadas. Segundo indicam os resultados, os docentes apontaram dificuldades no repasse das informações sobre as bibliografias básicas e complementares para a biblioteca de sua unidade, revelando a incomunicabilidade da biblioteca com eles, o que ocasiona prejuízo na interação informação–discente, como também prejudica a avaliação *in loco* dos indicadores da biblioteca, realizada pelo INEP. Espera-se que este estudo contribua, propondo soluções e orientações inovadoras na comunicação com os docentes, no seu processo de construção das bibliografias dos componentes curriculares e para a política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias.

**Palavras-chave:** Biblioteca universitária – Fontes de Informação. Biblioteca Universitária – Gestão. Cursos de graduação – Bibliografias. Avaliação do INEP

SOUSA, Flávia Bulhões de. **Basic and complementary bibliography for UFBA undergraduate courses: a joint construction, by the library and the professors, considering INEP standards.** 201 s. ill. 2018. (Dissertation Masters) – Institute of Information Science, Federal University of Bahia, Salvador.

## ABSTRACT

This research deals with the creation of basic and complementary bibliographies of UFBA undergraduate courses, the university library and the teaching staff, in the light of INEP standards. The objective of this study is to evaluate the behavior of the teacher, based on: the selection criteria adopted for the construction of bibliographies; difficulties in the use of information sources; of information about which sources he uses for his didactic-pedagogical update; Besides, it is intended to find out what obstacles he encounters in order to pass information to the library. The research was carried out, from a theoretical point of view, based on a review of the literature and government standards in the area of higher education. The inductive method was used for the methodological approach. As for the objectives, the adopted method has an exploratory character, since it sought to learn about a phenomenon, which is still obscure, occurred within the university. It presents a qualitative and quantitative nature since it will use the professor's responses as well as statistical data about this population. The population was constituted by the professors who teach the compulsory subjects in the first and second semesters of the UFBA's newest and oldest undergraduate courses, attended by university libraries, selected for their representativeness of the number of courses per area of knowledge within the University. The subjects intends to meet the specific objectives of the research, which determines the flow of information regarding the indication and acquisition of the basic and complementary bibliographies of the courses. Thus, this study sought to bring to light the organizational resources, which are unknown, or even disregarded, by individuals involved with the context of the libraries, courses and university. The data analysis, compared to the reality known and experienced by UFBA university libraries, revealed the lack of knowledge of some professors about the flow and the instruments of academic planning, which hinders the course of information, as well as the conceptual understanding about basic and complementary. Regarding the information sources, the professors began to consult them via the network, not following the quality criteria that the library adopts, according to what the Policy of Formation and Development of Collections is established. According to the results, the professors pointed out difficulties in passing information about both basic and complementary bibliographies to the library of their unit. It showed the incommunicability of the library with them, harming the information-student interaction, as well as impairing the evaluation in locus of the library indicators, carried out by INEP. It is hoped that this study contributes by proposing innovative solutions and guidelines in the communication with professors, with their process of construction of the subject bibliographies and for the development of collections policy in university libraries.

**Keywords:** University Library - Information Sources. University Library - Management. Undergraduate courses - Bibliographies. INEP Evaluation.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	- Ano de egresso dos docentes da UFBA (1992-2017) .....	139
<b>Tabela 2</b>	- Representatividade das Bibliotecas Universitária na amostra da pesquisa (2018). .....	140
<b>Tabela 3</b>	- Acesso ao Projeto Pedagógico do Curso da UFBA pelos docentes (2018). .....	145
<b>Tabela 4</b>	- Acesso ao Instrumento de Avaliação de Curso, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento do curso (2018) .....	145
<b>Tabela 5</b>	- Indicação de quantidade de títulos para atender a ementa de uma disciplina na Bibliografia Básica (2018) .....	150
<b>Tabela 6</b>	- Indicação de quantidade de títulos para atender a ementa de um componente curricular na Bibliografia Complementar (2018) .....	151
<b>Tabela 7</b>	- Considerações dos docentes a bibliografia indicada no Plano de Ensino da disciplina informada na QUESTÃO 3 atende à respectiva ementa referenciada da pesquisa (2018). .....	152
<b>Tabela 8</b>	- Valor do investimento da biblioteca da UFBA em um componente curricular de 45 vagas e 352 componentes curriculares (2018). .....	157
<b>Tabela 9</b>	- Valor do investimento da biblioteca no curso de Engenharia Química - UFBA (2018) .....	158
<b>Tabela 10</b>	- Relatório de categorização das respostas sobre visibilidade as dificuldades em acesso a informação do acervo (2018) .....	160
<b>Tabela 11</b>	- Respostas sobre a existência de alguma orientação/determinação institucional para revisão/atualização das bibliografias indicadas no Plano de Ensino (2018).....	163
<b>Tabela 12</b>	- Resposta dos docentes sobre indicação de artigo na bibliografia Básica e na Complementar (2018). .....	165
<b>Tabela 13</b>	- Frequência de SIM ou NÃO por semestre, de artigo na bibliografia Básica e na Complementar (2018) .....	166

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	- Bibliotecas universitárias do SIBI-UFBA selecionadas em 2018 para pesquisa. ....	24
<b>Quadro 2</b>	- Classificação das fontes de informação .....	45
<b>Quadro 3</b>	- Critérios qualidades das fontes de informação .....	48
<b>Quadro 4</b>	- Critérios de qualidades das fontes de informação na Internet. ....	49
<b>Quadro 5</b>	- Instrumentos legais do Ensino de Graduação, no Brasil, em 2018 ....	68
<b>Quadro 6</b>	- Organização Acadêmica do Sistema do Ensino Superior .....	71
<b>Quadro 7</b>	- Fluxo do Planejamento Acadêmico Pedagógico Institucional, no Brasil, em 2018. ....	76
<b>Quadro 8</b>	- Instrumentos de avaliação institucional do Sinaes em 2018.....	89
<b>Quadro 9</b>	- Agrupamento das dimensões avaliativas do Sinaes em afinidade aos Eixos avaliativos do Instrumento de Avaliação Institucional Externa e seus respectivos pesos. ....	90
<b>Quadro 10</b>	- Comparação dos Indicadores do <b>Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</b> em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios .....	91
<b>Quadro 11</b>	- Comparação dos Indicadores do <b>Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional</b> em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios. ....	91
<b>Quadro 12</b>	- Comparação dos Indicadores do <b>Eixo 3 – Políticas Acadêmicas</b> em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios .....	92
<b>Quadro 13</b>	- Comparação dos Indicadores do <b>Eixo 4 – Políticas de Gestão</b> em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios .....	93
<b>Quadro 14</b>	- Comparação dos Indicadores do <b>Eixo 5 – Infraestrutura Física</b> em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatório .....	93
<b>Quadro 15</b>	- Comparação dos Indicadores da Dimensão 1 ( <b>Organização Didático-Pedagógica</b> ) em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios .....	96
<b>Quadro 16</b>	- Comparação dos Indicadores da Dimensão 2 ( <b>Corpo Docente e Tutorial</b> ) em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios.....	97
<b>Quadro 17</b>	- Comparação dos Indicadores da Dimensão 3 ( <b>Infraestrutura</b> ) em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios .....	98
<b>Quadro 18</b>	- Resumo dos Instrumentos de Avaliação para Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento para a bibliografia Básica e Complementar. ....	100
<b>Quadro 19</b>	- Delimitação dos cursos de graduação que são atendidos pelas Bibliotecas selecionadas na pesquisa (2018) .....	129
<b>Quadro 20</b>	- Cursos de graduação com dados incompletos ou não padronizados da UFBA, em 2018. ....	130
<b>Quadro 21</b>	- Resultado da identificação dos docentes nos componentes curriculares selecionados na UFBA e posterior identificação dos e-mails de cada um deles (2018) .....	131
<b>Quadro 22</b>	- Relatório do delineamento dos e-mails da pesquisa (2018) .....	132

<b>Quadro 23</b>	- Composição do questionário e sua relação com os objetivos específicos .....	134
<b>Quadro 24</b>	- Relatório de envio do Questionário pelo SurveyMonkey aos sujeitos da pesquisa (2018). .....	137
<b>Quadro 25</b>	- Relatório de datas do recebimento do Questionário da pesquisa (2018). .....	138
<b>Quadro 26</b>	- Informações cadastrais do contexto acadêmico dos professores selecionados para a pesquisa na UFBA, em 2018. ....	138
<b>Quadro 27</b>	- Quantitativo das respostas por cursos de graduação selecionados na pesquisa, os quais respondentes estão vinculados na UFBA (2018). ....	141
<b>Quadro 28</b>	- Componentes curriculares obrigatórias dos cursos de graduação selecionados na pesquisa que os respondentes lecionam na UFBA (2018). .....	142
<b>Quadro 29</b>	- Perguntas referentes às bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação selecionados na UFBA (2018). .....	144
<b>Quadro 30</b>	- Entendimento do que seja bibliografia básica e complementar pelos docentes selecionados para a pesquisa na UFBA, em 2018.....	147
<b>Quadro 31</b>	- Justificativa da opção “Não” e "Em Parte" e a criação do passo a passo da indicação de novos títulos, com inclusão das fontes de consulta utilizadas para formar a bibliografia básica e a complementar do componente curricular (2018). .....	152
<b>Quadro 32</b>	- Questões sobre as dificuldades e soluções no uso de fontes de informação (2018) .....	154
<b>Quadro 33</b>	- Comentários sobre os conteúdos pertinentes à disciplina que você ministra não se encontrem facilmente acessíveis na UFBA (2018)....	156
<b>Quadro 34</b>	- Comentários sobre as dificuldades e que tipo para recuperar as informações nas bibliotecas da UFBA (2018). .....	158
<b>Quadro 35</b>	- Comentários sobre outros critérios na dificuldade de acesso da fonte de informação (2018). .....	162
<b>Quadro 36</b>	- Comentários sobre observação das escolhas em fontes de informação a serem indicadas nos planos de ensino da disciplina (2018). .....	164
<b>Quadro 37</b>	- Comentários sobre indicação de artigo na bibliografia básica e complementar (2018). .....	166
<b>Quadro 38</b>	- Fontes de informação adotadas pelos docentes selecionados na pesquisa. (2018). .....	168
<b>Quadro 39</b>	- Comentários sobre quais as fontes de informação que utilizam para elaboração das bibliografias básica e complementar das disciplinas (2018). .....	170
<b>Quadro 40</b>	- Comentários sobre quais os meios informacionais que utiliza para atualização (2018) .....	170
<b>Quadro 41</b>	- Comentários dos docentes sobre quais os buscadores que mais utiliza na procura das fontes de informação na Internet (2018). .....	173
<b>Quadro 42</b>	- Dificuldades, por parte dos docentes, na comunicação com a biblioteca. (2018) .....	173
<b>Quadro 43</b>	- Comentários dos docentes sobre como a biblioteca recebe a indicação das bibliografias básica e a complementar a serem adquiridas. (2018) .....	175

<b>Quadro 44</b>	- Comentários dos docentes sobre a forma de comunicação com a biblioteca de sua Unidade (2018). .....	176
<b>Quadro 45</b>	- Comentários dos docente justificando a avaliação da comunicação com a biblioteca de sua Unidade (2018) .....	177

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	- Espiral do Conhecimento .....	34
<b>Figura 2</b>	- Contexto organizacional da gestão da informação e do conhecimento ...	40
<b>Figura 3</b>	- Critérios utilizados pelos docentes para resolver ou compensar dificuldade de conteúdo do componente curricular ministrado que não se encontrem facilmente acessíveis na UFBA para repasse aos discentes (2018) .....	155
<b>Figura 4</b>	- Critérios utilizados para escolher determinada fonte de informação (livro, artigo, tese, dissertação, relatório, anais de eventos, entre outros) (2018). .....	161
<b>Figura 5</b>	- Observação dos docentes quando escolhe as fontes de informação a serem indicadas nos planos de ensino da disciplina (2018) .....	164
<b>Figura 6</b>	- Fontes de informação utilizada para elaboração das bibliografias básica e complementar dos componentes curriculares (2018). .....	169
<b>Figura 7</b>	- Buscadores mais utilizados na procura das fontes de informação na Internet (2018) .....	172
<b>Figura 8</b>	- Formas de indicações das bibliografias básica e complementar a serem adquiridas pela biblioteca de Unidade sugeridas pelos docentes da UFBA (2018) .....	174
<b>Figura 9</b>	- Formas de comunicação dos docentes com a biblioteca de sua Unidade.	176

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEBD - Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACE - Análise das Condições de Ensino
- ACO - Avaliação das Condições de Oferta
- ACT - Adaptive Control of Thought
- AICS062 - Anatomia II A
- ARQ013 - Descritiva I A
- AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BASi - Banco Nacional de Avaliadores
- BB - Bibliografia Básica
- BC - Bibliografia Complementar
- BIO158 - Biologia Celular e Molecular
- BU - Biblioteca Universitária
- BVS - Biblioteca Virtual de Saúde
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBO - Classificação Brasileira de Trabalho
- CC - Conceito do Curso
- CDT - Corpo Docente e Tutorial
- CEA - Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior
- CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
- CGACGIES - Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior,
- CPA - Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação
- CPC - Conceito Preliminar do Curso
- DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior
- DANA01 - MID: Estudo Do Corpo I
- DANA02 - Mid: Estudo Do Corpo II
- DANA05 - MID: Estudos Crítico-Analíticos I
- DANA09 - MID: Estudos dos Processos Criativos I
- DANA13 - MID: Laboratório de Condicionamento Corporal I
- DANA13 - MID: Laboratório de Condicionamento Corporal I
- DANA17 - MID: Laboratório de Criação Coreográfica II
- DANA18 - MID: Dança Como Tecnologia Educacional I
- DANA19 - MID: Dança Como Tecnologia Educacional II

DANA22 - MID: Laboratório Do Corpo II  
DANA60 - Estudos do Corpo na Dança I  
DANA64 - Estudos de Processos Criativos em Dança I  
DANA68 - Estudos Críticos Analíticos em Dança I  
DANA74 - Prática da Dança na Educação I  
DASP - Departamento de Administração do Serviço Público  
EBA001 - História da Arte I  
EDC167 - Metod. e Prática do Ensino de Ciências Sociais I  
EDCA02 - Organização da Educação Brasileira II  
EDCA12 - Didática e Práxis Pedagógica II  
EIC - Companhia das Índias Orientais  
Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENC - Exame Nacional de Cursos  
ENG446 - Introdução à Engenharia Civil  
ENGA57 - Administração Aplicada à Engenharia Civil  
ENGA58 - Economia Aplicada à Engenharia Civil  
ENGA60 - Trabalho de Conclusão de Curso I  
ENGG59 - Estágio em Engenharia de Computação  
ENGG60 - Trabalho de Conclusão do Curso de Eng de Computação I  
FCH001 - Introdução à Filosofia  
FCH007 - Introdução Sociologia II  
FCH024 - Introdução ao Estudo da História  
FCH114 - Sociologia I  
FCH124 - Antropologia I  
FCH128 - Cultura Brasileira  
FCH187 - História da Civilização Brasileira  
FCH330 - Política IA  
FCHG23 - Museologia  
FCHG24 - Pesquisa Museológica I  
FCHG47 - Laboratório de Expografia  
FCHG49 - Gestão Museológica  
FCHG56 - Seminários Temáticos I  
FDC - Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções  
FGV - Fundação Getúlio Vargas  
FID - Fédération Internationale de Documentation  
FIS100 - Introdução à Mecânica Estatística  
FIS121 - Física Geral e Experimental I-E  
FIS150 - Dinâmica dos Oceanos I  
GEINFO - GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento  
GEOA01 - Fundamentos de Geologia

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação  
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
ICES - Instituições Comunitárias de Educação Superior  
ICI005 - Disseminação da Informação  
ICI010 - Formação e Des.de Coleções  
ICI011 - Fundamentos da Informação  
ICI013 - Gerencia da Informação  
ICI014 - Introdução. à Biblioteconomia e à Ciência da Informação  
ICI021 - Tecnologia da Informação  
ICI024 - Políticas de Arquivos  
ICI175 - História do Livro e das Bibliotecas  
ICI185 - Org. Temática da Informação II  
ICIA05 - Elaboração e Organização do Trabalho Científico  
ICIA06 - História dos Arquivos e dos Documentos  
ICIA07 - Formação e Ética do Arquivista  
ICIA08 - Fundamentos da Arquiv., Bibliotec. e Ciência da Informação  
ICIA37 - Trabalho de Conclusão de Curso II  
ICIA41 - Planejamento de Unidade de Informação  
ICS038 - Histologia II  
ICS058 - Bioquímica Médica I  
ICSA05 - Bioestatística Planejamento Experimental  
ICSA91 - Estudo Morfofuncional Humano  
ICSA92 - Anatomia Aplicada à Fisioterapia  
ICSB60 - Metodologia da Pesquisa Científica  
ICSB61 - Bioquímica Aplicada à Fisioterapia  
ICSC18 - Fisioterapia Aplicada à Obstetrícia  
ICSC19 - Fisioterapia em Comunidades  
ICSC20 - Fisioterapia Aplicada à Cardiologia  
ICSC21 - Fisioterapia Aplicada às Disfunções Reumatológicas  
ICSC22 - Fisioterapia Aplicada à Geriatria  
ICSC23 - Fisioterapia Aplicada à Ortopneumatologia  
ICSC32 - Informática Aplicada à Fisioterapia  
ICT - Informação Científica e Tecnológica  
IES - Instituição de Ensino Superior  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
IFLA - International Federation of Library Associations  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INF - Infraestrutura  
INL - Instituto Nacional do Livro  
ISSO - International Organization for Standardization

- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LET044 - Língua Portuguesa como Instrumento de Comunicação N100
- LET053 - Inglês instrumental I N - 100
- LETE46 - Libras - Língua Brasileira de Sinais
- MATA01 - Geometria Analítica
- MATA02 - Cálculo A
  - MC - Matriz Curricular
  - MEC - Ministério da Educação
- MEDB10 - Módulo de Medicina Social e Clínica I
- MEDB11 - Ética e Conhecimento Humanístico I
- MEDB12 - Formação em Pesquisa I
- MEDB16 - Módulo Clínico I
- MEDB34 - Cirurgia Urológica
- MEDB52 - Psicopatologia
- MEDB53 - Módulo Clínico VI
- MEDB54 - Psiquiatria
- MEDB55 - Ginecologia e Obstetrícia
- MEDB56 - Medicina Legal
- MEDB57 - Neurologia
- MEDB58 - Patologia Clínico-Cirúrgica IV
- MEDB59 - Ética e Conhecimento humanístico VIII
- MEDB60 - Trabalho De Conclusão De Curso IV
  - NDE - Núcleo Docente Estruturante
  - ODP - Organização Didático-Pedagógica
- PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
- PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária
  - PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
  - PE - Periódico Especializado
  - PNE - Plano Nacional de Educação
- PODC - Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar
  - PPC - Projeto Pedagógico do Curso
  - PPI - Projeto Pedagógico Institucional
- Q01 - Questão 1
- Q02 - Questão 2
- Q03 - Questão 3
- Q04 - Questão 4
- Q05 - Questão 5
- Q06 - Questão 6
- Q07 - Questão 7
- Q08 - Questão 8

- Q09 - Questão 9
- Q10 - Questão 10
- Q11 - Questão 11
- Q12 - Questão 12
- Q13 - Questão 13
- Q14 - Questão 14
- Q15 - Questão 15
- Q16 - Questão 16
- Q17 - Questão 17
- Q18 - Questão 18
- Q19 - Questão 19
- Q20 - Questão 20
- Q21 - Questão 21
- Q22 - Questão 22
- Q23 - Questão 23
- QUI029 - Química Geral
- SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
- SIAC - Sistema de Administração Acadêmica
- SIBI - Sistema de Bibliotecas da UFBA
- SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SUS - Sistema Único de Saúde
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
- UC - Unidade Curricular ou Plano de Ensino
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URLs - Uniform Resource Locator

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	21
1.1	OBJETIVO GERAL .....	22
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	22
1.3	JUSTIFICATIVA .....	23
1.4	CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA .....	24
2	TRIPÉ DA GESTÃO DA BIBLIOTECA: INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO .....	27
2.1	GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO .....	27
2.1.1	Gestão do Conhecimento .....	30
2.1.2	Gestão da Informação .....	36
2.1.3	Fluxo de Informação .....	38
2.2	FONTES DE INFORMAÇÃO .....	40
2.2.1	Classificação das Fontes de Informação .....	43
2.2.2	Fontes de Informação no Ambiente Organizacional .....	46
2.2.3	Crerios para a Qualidade da Informação .....	47
2.3	COMUNICAÇÃO .....	52
2.3.1	Comunicação Organizacional .....	53
2.3.1.1	Comunicação Organizacional Pública .....	55
2.3.2	Comunicação Organizacional no Ensino Superior .....	55
2.3.2.2	Comunicação Docente - Biblioteca - Discente .....	56
	REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 2 .....	58
3	AMBIENTE ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE .....	63
3.1	POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	68
3.1.1	Graduação .....	71
3.1.2	Pós-graduação .....	73
3.2	SISTEMA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – Cursos de Graduação .....	74
3.3	PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO – Cursos de Graduação .....	75
3.3.1	Fluxo do Planejamento Acadêmico Pedagógico .....	76
3.3.2	Bibliografias .....	80
3.3.2.3	Bibliografia Básica .....	81
3.3.2.4	Bibliografia Complementar .....	82
3.4	SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL À LUZ DO SINAES – Cursos de Graduação .....	83
3.4.1	Avaliação da Biblioteca Universitária à luz do Sinaes .....	101
	REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 3 .....	105
4	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA .....	110
4.1	POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES .....	113
4.1.1	Estudo da Comunidade .....	118
4.1.2	Políticas de Seleção .....	118
4.1.3	Seleção .....	119
4.1.4	Aquisição .....	120
4.1.5	Avaliação .....	121

4.1.6	Desbastamento e Descarte.....	122
	REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 4 .....	124
5	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....	126
5.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	127
5.2	SUJEITOS E CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA.....	128
5.3	TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO .....	133
5.3.1	Questionário .....	134
5.4	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS .....	134
	REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 5 .....	136
6	ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	137
6.1	APRESENTAÇÃO DAS PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO RELACIONADAS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	138
6.1.1	Contexto Acadêmico (Informações Cadastrais) (Q1-Q3).....	138
6.1.2	Critérios de Seleção e Indicação das Bibliografias Básicas e Complementares. (Q4-Q11).....	144
6.1.3	Dificuldades e Soluções no uso de Fontes de Informação. (Q12-Q17) .....	154
6.1.4	Fontes de Informação adotadas. (Q18-Q20) .....	168
6.1.5	Dificuldades, por parte dos Docentes, na Comunicação com a Biblioteca. (Q21-Q23).....	173
	REFERÊNCIA DO CAPÍTULO 6.....	180
7	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	182
	REFERÊNCIAS .....	185
	APÊNDICE .....	196
	Apêndice A - Informações sobre o Curso, os Semestres e as Informações dos Docentes que deverão participar da pesquisa. ....	196
	Apêndice B – Questionário da pesquisa .....	197
	Apêndice C – Carta de apresentação da Pesquisa.....	202

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade brasileira, nos últimos anos, vem enfrentando mudanças de ordem econômica, tecnológica, social e ambiental em seu meio organizacional e a biblioteca universitária, como parte dessa estrutura, acompanha tais mudanças, oriundas principalmente do advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Com as TIC, os conceitos gerenciais, comunicacionais, financeiros, comportamentais são revistos e melhorados para atuar na Sociedade do Conhecimento, cujos produtos e serviços são intangíveis para sociedade. A adaptação a esse novo modelo de gerenciamento cobra dos administradores comportamentos diferenciados para lidar com a informação e o conhecimento nas novas interações que perpassam o ambiente organizacional.

A universidade, como instituição conceitual e tradicionalmente democrática, necessita de novos olhares sobre sua organização por estar inserida nessa nova sociedade, cujo produto é o capital intelectual que deve ser disponibilizado no mercado de trabalho. Saber pensar nesse contexto de complexidade permite conceber inovações na área em que atua. Devido a isso a biblioteca universitária, como instituição fundante do conhecimento na universidade, precisa estar atenta também a essas modificações, que vão muito além de leis e normas de Biblioteconomia e de acordo com o que já expressava Antonio Miranda em 1978, no I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias ocorrido em Niterói-RJ,

A complexidade está na dicotomia aparente entre a abordagem técnica e a visão política do problema. A **práxis** revela que binômio técnica – contexto social só é equacionado positivamente quando o árbitro – no caso o bibliotecário – transita nas duas esferas e quando sabe, como administrador, dialogar com o poder decisório superior. (MIRANDA, 1978)

Portanto, o bibliotecário, como gestor, deve estar atento aos meios técnicos e organizacionais para conduzir a biblioteca por caminhos ainda não percorridos, onde as TIC modificaram processos gerenciais implementados e já solidificados em rotinas administrativas que precisaram ser revistos e readaptados a uma realidade diversificada, na forma de comunicação. Com essa responsabilidade, a biblioteca, como gestora da informação especializada na universidade, precisa estar atenta aos instrumentos de planejamento da instituição para não ficar isolada dentro da organização.

Desse modo, esta pesquisa percorre a fronteira ambiental entre a biblioteca e os docentes, buscando identificar quais são os critérios, os tipos de fontes e os meios de comunicação com a biblioteca, utilizados pelos docentes de graduação, para a construção das

bibliografias básicas e complementares que devem constar dos planos de ensino dos diferentes componentes curriculares, com o propósito de averiguar se atendem aos parâmetros de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), parâmetros estes que, em última instância, são orientados para atender as demandas e necessidades de informação do alunado.

Diante o exposto, levanta-se como questões norteadoras deste estudo: 1) quais são os critérios usados pelos docentes para construir as bibliografias básicas e complementares dos seus componentes curriculares; 2) qual o comportamento desses docentes na busca das fontes especializadas para atualização das indicações? 3) quais as dificuldades dos docentes no envio das informações das bibliografias básicas e complementares para a biblioteca.

Portanto, a problematização desta pesquisa, dentro do universo educacional local, vai ao encontro das indicações de fontes de informação que impactam de várias formas na biblioteca universitária, desde o espaço físico e a avaliação do INEP, até a dificuldade em atender a demanda da comunidade acadêmica em sua procura por conhecimento. Os critérios para indicação de fontes servirão de subsídio para qualificar a seleção do acervo, visto que esta etapa é um insumo para a tomada de decisões no planejamento que visa a antecipar o atendimento e a demanda informacional dos usuários.

Para a biblioteca universitária, os critérios os docentes são utilizados para qualificar a escolha do material informacional que irá compor o acervo e que impacta tanto na qualidade da informação, quanto na quantidade para minorar ou solucionar um dos os aspectos mais complexos no Desenvolvimento de Coleções, o orçamentário-financeiro; para tanto, a quantidade e a qualidade de livros na aquisição necessitam ser justificados como investimento e não como custo operacional. Perante o exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral e objetivos específicos:

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a construção pelos docentes das bibliografias básicas complementares dos planos de ensino dos cursos de graduação da UFBA, à luz das normas do CONAES.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Conhecer os atos legais e normativos que regem a matéria, no âmbito do Governo Federal e das IES.

- b) Levantar os critérios utilizados pelos docentes da UFBA na seleção e indicação das bibliografias básicas e complementares para os planos de ensino.
- c) Identificar as dificuldades, por parte dos docentes, no uso de fontes informacionais, considerando as demandas legais, normativas, institucionais e as demandas formais dos discentes.
- d) Verificar quais as fontes de informação adotadas pelos docentes para sua atualização didático-pedagógica.
- e) Verificar quais as dificuldades, por parte dos docentes, no repasse das sugestões das bibliografias básicas e complementares para a biblioteca.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Pela experiência em trabalhar no segmento de bibliotecas universitárias e ter contato com docentes, discente, ouvindo, conversando, orientando, participando em comissões para fins da construção da bibliografia básica e complementar, surgiu a necessidade de verificar quais os critérios que os docentes utilizam para a indicação das bibliografias para os planos de ensino, quais tipos de fontes de informação que se atualizam e quais as dificuldades de comunicação que têm com a biblioteca na transmissão dessas informações.

Nesse contexto de dúvidas, a biblioteca precisa atender o quantitativo de títulos por componente curricular exigido pelo INEP, pois a comissão de avaliação externa do curso afere a qualidade e a quantidade nesse item na visita in loco. Uma das implicações dessa falta de material informacional para os discentes é a dificuldade que eles enfrentam na busca de fontes para o enriquecimento do seu repertório, o que evidencia para os avaliadores do INEP a ‘falta de livros’ da bibliografia básica e da complementar para cumprir os objetivos e avaliações propostos pelo docente no plano de ensino.

As bibliografias impactam de várias formas na biblioteca universitária, desde o espaço físico, financeiro, planejamento, qualidade do acervo, acessibilidade ao conhecimento, comunicação entre discente/docente/bibliotecas e avaliação do INEP, pois os indicadores que são avaliados por essa instituição são a bibliografia básica, a bibliografia complementar e os periódicos especializados eletrônicos ou não.

A relevância desta pesquisa assim é tentar dar a conhecer, dentro do universo educacional, os parâmetros para a escolha do material informacional que irá compor o acervo das bibliotecas universitárias, visando tanto a qualidade do ensino pela oferta de material pertinente e em quantidade, como minorar ou solucionar um dos os aspectos mais complexos

no Desenvolvimento de Coleções, o financeiro; este item precisa ser justificado quanto à qualidade e quantidade de livros a serem adquiridos.

#### 1.4 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida, do ponto de vista teórico, a partir de uma revisão da literatura e das normas governamentais sobre avaliação dos cursos de graduação. Tem um caráter exploratório, uma vez que buscará conhecer um fenômeno ocorrido dentro da Universidade, ainda pouco abordado; terá caráter qualitativo, uma vez que vai usar levantamento de opinião de docentes.

A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário aplicado aos docentes, por componente curricular obrigatório da matriz curricular vigente, dos cursos selecionados. Esse questionário buscou conhecer os critérios de seleção utilizados pelos docentes da UFBA para indicar as bibliografias básicas e complementares para seus planos de ensino e as fontes utilizadas para a seleção desses materiais

A amostra foi constituída pelos docentes que ministram os componentes curriculares obrigatórios do primeiro e do penúltimo semestre dos cursos de graduação mais novos e mais antigos, atendidos pelas bibliotecas universitárias, selecionadas quanto a representatividade quantitativa de cursos por área de conhecimento dentro da estrutura da Universidade.

**Quadro 1:** Bibliotecas universitárias do SIBI-UFBA selecionadas em 2018 para pesquisa.

ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIDADE	JUSTIFICATIVA
Área I	Escola Politécnica/Biblioteca Universitária Bernadete Sinay Neves	A unidade congrega 11 cursos de graduação.
Área II	Biblioteca Universitária de Saúde Prof. Rubim de Pinho	A unidade congrega 7 unidades universitárias de graduação na área de saúde.
Área III	Biblioteca Universitária Isaías Alves, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	A unidade congrega 5 cursos de graduação.
Áreas IV e V	Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa	A unidade congrega 8 unidades universitárias de graduação e integra acervos das áreas [I, II], III, IV e V.
Sede do GEINFO*	Instituto de Ciência da Informação	Unidade-sede do GEINFO e onde funciona o curso de Biblioteconomia e Documentação; com isso, há uma expectativa de ter-se uma biblioteca modelo.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Legenda:** \* Grupo de pesquisa (GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento) do qual a pesquisadora é membro e da qual esta pesquisa é parte.

Diante do exposto, com vistas a uma melhor compreensão do estudo, esta dissertação está organizada em sete seções, a saber:

Este primeiro capítulo constitui a introdução deste trabalho, onde consta a contextualização temática, o objetivo geral e os específicos, a justificativa e a caracterização da dissertação.

O capítulo 2, Tripé da gestão da biblioteca: informação, conhecimento e comunicação, discorre sobre a gestão de conhecimento, gestão da informação e o fluxo utilizando a comunicação e a qualidades das fontes de informação para criar conhecimento através da Espiral do Conhecimento de Nonaka; Takeuchi (1997). Para auxiliar nessa construção, foram utilizados os seguintes autores: Barbosa (2018), Bettencourt e Cianconi, (2012), Buckland (1990), Campos (2003), Capurro (2007), Cardoso e Cardoso (2007), Choo (2006), Cruz (2002), Drucker (2000), Garcia e Fadel (2010), Le Coadic (2004), Lenardi e Bastos (2014), Medeiros; Macedo e Moresi, (2001), Trindade (2013), Valentim (2003), Vieira (2016), Santos e Valentim, (2014) para fundamentar a gestão do conhecimento, da informação e seu fluxo. Para respaldar do conceito de fontes de Informação, foram adotados os seguintes autores: Baggio; Costa e Blattmann (2016), Barbosa (2006), Campello (2000), Choo (1994), Cunha (2001), Dutra e Barbosa (2017), Kahn; Strong e Wang (2002), Marcuschi e Xavier, (2005), Mueller (2000), Piedade (1983), Tomaél e Valentim, (2004, 2008). Ao final do capítulo, a comunicação organizacional e sua influência no setor foi alicerçado nos seguintes autores: Baldissera (2009), Brandão (2009), Coelho Netto (1983), Dutra e Barbosa, (2017), Gomes (2004), Hartmann e Santarosa (2012), Kunsch (2009), Scroferneker (2006).

O capítulo 3 tem como foco o Ambiente Organizacional da Universidade que descreve as funções organizacionais (planejamento, organização, direção e controle) e evidencia como o desconhecimento dessas funções pelos atores desse ambiente influenciam o fluxo da informação e do conhecimento criado na universidade. Na primeira parte desse capítulo, foi contextualizado o ambiente organizacional de forma genérica, com a fundamentação dos seguintes autores: Lopes e Bernardes (2005), Rizzatti e Rizzatti Junior (2004), Boschetti (2007), Schlickmann e Melo (2012), Meyer Junior (2014), Silva; Rodrigues e Almeida (2017), Sampaio e Laniado (2009), Schlickmann; Oliveira e Melo (2014), Gaeta e Masetto (2013). Ademais, apresentaram-se as políticas educacionais do ensino superior com enfoque nos cursos de graduação, cujos autores utilizados foram: Almeida Junior (2005), Boschetti (2007), Keeling (2002), Morosini e Sousa, (2011) e Gaeta e Masetto (2013). Foi esclarecida a atuação do Ministério da Educação, que regula e supervisiona o sistema de educação superior; posteriormente, pontuamos o planejamento administrativo da universidade e os instrumentos que fazem parte do fluxo do planejamento acadêmico, recorrendo aos seguintes autores para explicar esse tema: Chiavenato (2010), Zainko e Pinto (2008), Masetto (2012), Frohmann

(2006), Figueiredo (1996), Lubisco (2001, 2008, 2014), Campello; Cendón e Kremer (2007), Pereira, (2012) e Barbosa e Franklin (2011). Para fechar esse capítulo, focamos no sistema de avaliação institucional à luz das normas do CONAES quanto às avaliações in loco nos cursos de graduação, incluindo nesse contexto os indicadores que são avaliados no ambiente da biblioteca universitária. Para tanto, utilizamos os seguintes autores: Dias Sobrinho (1996, 1999), Lubisco (2008, 2011, 2014), Keelling (2002), Belloni (1998), Ribeiro (2009), Sousa (2000), Lancaster (2004), Mano González (1998).

No capítulo 4, expomos historicamente a Biblioteca Universitária, com os seguintes autores para situar a biblioteca no ambiente organizacional da universidade: Nídia Lubisco (2001, 2014, 2016), Barbieri (2008), Milanesi (2002), Robredo (2005). Foi delineado também as etapas da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, onde situou as etapas (estudo da comunidade, políticas de seleção, aquisição, avaliação e Desbastamento/Descarte) dentro da política, apontando a bibliografia básica e complementar como um dos critérios para formação e desenvolvimento do acervo. Assim sendo, procuramos subsidiar essa parte com os seguintes autores: Vergueiro (1989, 1993, 1997, 2010); Miranda (2007), Weitzel (2006), Maciel e Mendonça, (2000), Silva; Amaral e Pajeú, (2018), Andrade e Vergueiro (1996), Lancaster, 2004, Costa e Cunha (2015).

Com o intuito de cumprir o objetivo geral desta dissertação foi realizado no capítulo 5, Procedimento metodológico, que versa sobre o delineamento da teoria abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas). Para descrever esse caminho metodológico, utilizamos os seguintes autores; Gil (2009), Marconi e Lakatos (2010), Medeiros (2003), Minayo e Gomes (2009) e Santos (2000).

No capítulo 6, ocorre a Análise dos dados e Interpretação dos resultados onde são apresentados os resultados e suas relações com a fundamentação teórica do estudo. Para dar destaque a essa análise e interpretação, utilizamos os seguintes autores: Café (2017), Cunha (2001), Dutra E Barbosa (2017), Ferreira e Castro Filho (2015), Gil (2009), Gomes (2009), Grogan (1970), Lubisco (2014), Nonaka e Takeuchi (1997), Novelli; Hoffmann E Gracioso (2014).

Por fim, expomos no capítulo 7 as Conclusões e Recomendações de forma reduzida, de acordo com os objetos propostos neste estudo, bem como apontamos recomendações para possíveis estudos com esse objeto de estudo, visto que nenhum tema se esgota cientificamente.

## 2 TRIPÉ DA GESTÃO DA BIBLIOTECA: INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

Em um ambiente organizacional em constante evolução, é imperativo que haja espaços para construção de uma comunicação que gerará concepções de informação que servirão para a tomada de decisão ante as incertezas, típicas da Sociedade do Conhecimento, que teve seu início com o advento das tecnologias da informação e comunicação.

A cultura organizacional, nesses ambientes, traça a diferença entre o fracasso e o sucesso quanto ao atingimento dos objetivos e cumprimento das metas projetadas, voltadas para o desenvolvimento de serviços e produtos de qualidade. Portanto, para que haja uma cultura de desenvolvimento, onde a criação de conhecimentos implícitos e explícitos deve ser constantemente estimulado, é preciso que a instituição reconheça que o capital não é somente a estrutura física da instituição, mas os indivíduos daquele ambiente.

O tripé organizacional indicado no título reflete a complexidade de relações capazes de evocar forças para mudança de atitudes institucionais, cujas considerações, a seguir, expõem suas conexões para a criação do conhecimento institucional.

### 2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

O século XX marcou o desenvolvimento de diversos campos da ciência, inclusive as relações interdisciplinares. O conhecimento, nesse contexto, passou a ser estudado com ênfase em sua concepção, contextualização, organização, transformação e uso, dentro da gestão organizacional.

A teoria da criação do conhecimento vem recentemente sendo estudada como item fundamental para sua gestão no ambiente organizacional, cujas mudanças de ordem socioeconômica, a partir da Revolução Industrial, transformaram a Sociedade Industrial (terra, capital e trabalho) em Sociedade do Conhecimento. Nesta, o capital intelectual passou a ser estimado como capital financeiro da organização, atribuindo valor ao único detentor do conhecimento, o ser humano, que, conforme Peter Drucker (1993, p. 45<sup>1</sup> apud CHOO, 2006, p. 28):

[...] acredita que o conhecimento, mais do que o capital ou o trabalho, é o único recurso econômico significativo da sociedade pós-capitalista, ou sociedade do conhecimento. Para ele, o papel da administração é garantir a

---

<sup>1</sup> DRUCKER, P. F. *Post-capitalist society*. Nova York: Harper-Collins, 1993, p. 45.

aplicação e o desempenho do conhecimento, ou seja, a aplicação do conhecimento ao conhecimento.

A construção de uma Sociedade do Conhecimento vem sendo analisada no processo de desenvolvimento de uma economia globalizada, onde a geração de benefícios futuros ainda é incerta para a sociedade como um todo.

Os processos decisórios atuais, na Sociedade de Conhecimento, estão sendo influenciados, cada dia mais, por “[...] cobranças de rapidez, completude, precisão e tempestividade” (GARCIA; FADEL, 2010, p. 101), num ambiente organizacional gradativamente complexo e especializado. As decisões, sejam pessoais ou profissionais, surgem a partir de opções feitas num grau variado de complexidade, onde são concretizadas para modificar ou transformar posturas perante os procedimentos de escolhas realizadas anteriormente.

O processo decisório é um desafio constantemente enfrentado nas organizações que buscam elucidar o comportamento humano, na tomada de decisões, em relação à complexidade da incerteza ambiental, pois toda decisão gerada a partir do conhecimento cria uma ação que se retroalimenta, promovendo mais informações e mais conhecimentos.

Gerenciar essas informações e seus fluxos em uma sociedade do conhecimento é o grande salto qualitativo dos novos tempos. Estudos do comportamento de aprendizagem são realizados para alcançar essa finalidade, onde esses novos comportamentos acarretam transformações nas rotinas administrativas, permitindo alterações no fluxo de criação de significados nas decisões organizacionais.

O conceito de gestão integra a área de Administração e, segundo Marcia Bettencourt e Regina Ciaconi (2002, p. 11), trata-se de “[...] um processo, que consiste em administrar, orientar, conferir e avaliar ações e atividades de um determinado grupo ou instituição, com a finalidade de alcançar objetivos específicos.”

Modelos de gestão da era pré-capitalista nos remetem há como acontecia o fluxo da informação e do conhecimento à época, em uma exposição histórica feita por Peter Drucker sobre como era realizada a gestão inglesa no subcontinente indiano:

Os ingleses administraram o subcontinente indiano durante 200 anos, de metade do século XVIII até a Segunda Guerra Mundial, sem efetuar qualquer mudança substancial na estrutura organizacional ou na política administrativa. O serviço público indiano nunca teve mais de 1.000 membros para governar o vasto subcontinente, densamente povoado [...]. A estrutura organizacional era totalmente horizontal. Cada autoridade distrital se reportava diretamente ao “Coo”, o secretário político provincial. E como

havia nove províncias, cada secretário tinha pelo menos 100 subordinados diretos [...]. No entanto, o sistema funcionava admiravelmente bem, em boa parte porque foi concebido para assegurar que cada um de seus membros dispunha da informação necessária à execução do trabalho. Mensalmente, a autoridade distrital passava todo o dia redigindo um relatório completo ao secretário político na capital provincial. Ele analisava cada uma de suas principais tarefas – no total de quatro, definidas com nitidez. Nesse relatório, registrava com detalhes suas expectativas iniciais em relação a cada uma das tarefas, o que de fato ocorreu, e por que, no caso de discrepâncias, o real diferia do esperado. Em seguida, expunha o que esperava que ocorresse no mês seguinte em relação a cada tarefa crítica e qual era seu plano de ação nos diferentes casos, fazia perguntas sobre política, e comentava sobre as oportunidades, ameaças e necessidades de longo prazo. Por sua vez o secretário político ‘despachava sobre cada um dos relatórios – ou seja, respondia ao remetente com comentários completos’. (DRUCKER, 2000, p. 16)

O gerenciamento realizado sobre as informações produzidas naquele ambiente, apesar da deterioração socioeconômica que uma colonização geralmente impõe, teve seu resultado nos 200 anos de ocupação inglesa no subcontinente indiano, por suas características autoritárias, isto é, um regime fechado. A informação produzida naquele contexto gerava conhecimento em um enfoque sistêmico que resultava no sucesso dos objetivos financeiros propostos pela coroa britânica, apesar das dificuldades ambientais existentes à época.

A base da comunicação produzida era realizada de forma artesanal, por cartas, cuja lentidão em disseminar o conhecimento criado era potencializada pelas distâncias territoriais, pelos idiomas locais, pela falta de informações geográficas precisas<sup>2</sup> do território que era controlado pela Companhia das Índias Orientais (EIC)<sup>3</sup>. Com isso, o processo de gerenciamento do conhecimento, apesar de exitoso, enfrentava dificuldades em ser realizado.

O processo de decisão começa com dados, sendo seu ciclo seguido de informação e conhecimento, onde cada etapa do seu percurso precisa ser entendida conceitualmente, visto que sem uma definição apurada pode-se cometer o erro da descontextualização. Na conceituação desse processo, os dados compreendem a camada mais básica da hierarquia e são a matéria-prima da informação; em seguida, a informação, sendo a próxima camada, é constituída por dados processados que passam a ter significância na criação de conhecimento. (MORESI, 2001, p. 117). É importante salientar que esse processo de transformação depende muito do repertório cognitivo que o indivíduo assimilou quando teve acesso aos dados e às

<sup>2</sup> RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX: circulation and the Emergence of Modern Mapping (1764-1820), *Cultura* [online], v. 24 | 2007, p. 155-179. Disponível em: <<http://cultura.revues.org/877>>. Acesso em: 26 fev. 2018. DOI: 10.4000/cultura.877.

<sup>3</sup> A Companhia das Índias Orientais (EIC), companhia inglesa e mais tarde britânica, foi formada para prosseguir o comércio com as Índias Orientais. Tratava-se de uma organização majestática, formada por comerciantes de Londres, em 1600, com o nome de Company of Merchants of London Trading to the East Indies.

informações. Para Peter Drucker a (2000, p. 13) “Informação é dado investido de relevância e propósito. Por conseguinte, a conversão de dados em informação requer conhecimento. E conhecimento, por definição, é especializado.”

A especialização vem do conhecimento que o indivíduo apreende na vivência da área na qual trabalha. O conhecimento criado “[...] não é estático: modifica-se por meio da interação com o ambiente.” (MORESI, 2001, p. 119) Para isso é preciso promover a sua disseminação capacitando os indivíduos quanto à recepção e absorção de novos conhecimentos, conforme segue: “a) instalar a visão do conhecimento; b) gerenciar conversas; c) mobilizar os ativistas do conhecimento; e e) globalizar o conhecimento local.” (BARBOSA, 2008, p. 11)

### 2.1.1 Gestão do Conhecimento

Toda gestão do conhecimento é realizada no nível cognitivo do capital intelectual da organização, por isso gerenciar conhecimento é difícil, visto que é um conhecimento tácito, individual, intangível em sua percepção, que precisa de um ambiente propício para seu gerenciamento e que, conforme afirma Ricardo Barbosa (2008, p. 11), possa

Administrar ou gerenciar conhecimento não implica exercer controle direto sobre conhecimento pessoal. Significa sim, o planejamento e o controle do contexto ou *ba*<sup>4</sup>, enfim, das situações nas quais esse conhecimento possa ser produzido, registrado, organizado, compartilhado, disseminado e utilizado de forma a possibilitar melhores decisões, melhor acompanhamento de eventos e tendências externas e uma contínua adaptação da empresa a condições sempre mutáveis e desafiadoras do ambiente onde a organização atua.

A gestão do conhecimento surge como estratégia no processo de decisões no contexto organizacional, visando compreender e investir em mecanismos e modelos para aproveitamento de todas as informações úteis geradas no ambiente organizacional.

Criar conhecimento para gerir esse contexto parte da premissa que o fator humano influencia sua criação e é intrínseco ao comportamento organizacional, portanto, o mapeamento do ciclo informacional faz-se necessário para que o conhecimento apreendido nas ações estratégicas não se perca ou distorça quando houver o desligamento ou remoção de um funcionário na estrutura organizacional. Para que as organizações se previnam, por

---

<sup>4</sup> Para Nonaka e Konno (1998) “*Ba*” vem de um conceito lógico definido pelo filósofo japonês Kitaro Nishida, descrito em artigo intitulado *The concept of “Ba”: Building a foundation for Knowledge Creation* e que pode ser definido na criação do conhecimento organizacional, como um espaço compartilhado para relações emergentes. Podendo ser um espaço físico, virtual, mental, ou qualquer combinação deles. (apud LEONARDI; BASTOS, 2014, p.10)

ocasião do desaparecimento desse conhecimento intangível, é necessário que a o registro desse conhecimento seja elaborado de modo compreensível no processo de capacitação de sujeitos organizacionais, de maneira a poder utilizá-lo em novas etapas de construção do conhecimento e de novas decisões estratégicas.

Uma das teorias das mais conhecidas sobre a Criação do Conhecimento é a Espiral do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997), que se fundamenta na mobilização e criação de dois tipos distintos de conhecimento, o Conhecimento Tácito e o Conhecimento Explícito.

Esses conceitos foram criados por Michel Polanyi<sup>5</sup> (1958, 1966). Ele expõe que o conhecimento tácito (apud CARDOSO; CARDOSO, 2007, p. 45)

[...] é complexo, desenvolvido e interiorizado durante longos períodos de tempo, sendo quase impossível reproduzi-lo num documento ou base de dados. Este tipo de conhecimento medeia o dia-a-dia dos indivíduos, contendo uma aprendizagem tão pessoal e intrínseca que as suas regras podem ser impossíveis de separar da forma como cada indivíduo age. Por esta razão, sendo altamente experiencial, pessoal e específico do contexto, o conhecimento tácito é, conseqüentemente, mais difícil de formalizar, comunicar e partilhar.

**O conhecimento tácito** – insumo da gestão do conhecimento – tem como fundamento os fluxos informais, ou seja, a ação cognitiva do indivíduo, sua crença, sua experiência, a subjetividade, seus *insights* e outros saberes que fazem parte do conhecimento intangível. (VIEIRA, 2016, p. 12) Esse conhecimento não pode ser controlado nas organizações, precisa ser alimentado para que surja de forma natural e seja transportado para o conhecimento explícito e, assim, seja coletivizado.

**O conhecimento explícito**, conforme Polanyi (1958<sup>6</sup> apud CARDOSO; CARDOSO, 2007, p. 46),

[...] é expresso articuladamente, àquele que geralmente se tem em mente quando se utiliza a palavra “conhecimento”, ou seja, palavras escritas, fórmulas matemáticas, mapas, etc. Quando, através da utilização da linguagem, se consegue converter o conhecimento tácito em explícito, este pode tornar-se alvo de reflexão ou focalização. No referido processo de explicitação, a linguagem pode assumir três funções fundamentais: de expressão de sentimentos, de apelo a outros indivíduos e de constatação de factos.

---

<sup>5</sup> Michael Polanyi (1881-1976) foi um médico húngaro que desenvolveu a maioria do seu trabalho no âmbito das Ciências Físico-Químicas, mas que se interessou pela a área da Filosofia aos 55 anos de idade. Em 1951, aceita leccionar uma cadeira na área dos Estudos Sociais na Universidade de Manchester, tendo as suas lições sido compiladas em 1958, numa obra titulada *Personal Knowledge, Towards a Post- Critical Epistemology*. Aposentou-se em 1959 na Merton College em Oxford como um pesquisador sênior.

<sup>6</sup> POLANYI, M. **Personal knowledge: towards a post-critical philosophy**. London: Routledge & Kegan Paul, 1958.

Esse conhecimento – também insumo da gestão da informação – se fundamenta nos fluxos formais do conhecimento, tais como manuais, formulários, relatórios, mídias, documento eletrônico, dentre outros que fazem parte das informações documentadas e tangíveis. (VIEIRA, 2016, p. 12)

A Espiral do Conhecimento foi desenvolvida em uma estrutura teórica de duas dimensões – epistemológica e ontológica. A epistemológica esclarece sobre a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, cuja representação gráfica está expressa no eixo vertical. A dimensão ontológica esclarece o conhecimento criado pelo indivíduo em nível de grupo e em nível organizacional, cuja representação gráfica se expressa no eixo horizontal. (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 103)

Esse modelo de criação de conhecimento está “[...] ancorado no pressuposto crítico de que o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o Conhecimento Tácito e o Conhecimento Explícito.” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 67). Essa interação social é designada como “conversão do conhecimento”, cuja fundamentação baseou-se em outras teorias, sendo primeira a de Michael Polanyi; sobre esta, o autor argumenta que o conhecimento tácito é o conhecimento que temos e só consegue ser expresso no que corresponderia à ponta do *iceberg*, em relação ao conhecimento que se tem. A segunda fundamentação é baseada na teoria Adaptive Control of Thought (ACT), do psicólogo cognitivo John R. Anderson<sup>7</sup> (1983), que aborda o modelo de conversão de conhecimento, onde seus defensores “[...] consideram a transformação do conhecimento como sendo, sobretudo, unidirecional, de declarativo (explícito) em processual (tácito) [...]”. (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 68) A terceira fundamentação é a do conceito “espaços de compartilhamento” - *Ba*, desenvolvido por Shimizu e traduzido pelo filósofo japonês Kitaro Nishida, que pode ser compreendido como “lugar”. *Ba* pode ser entendido como um espaço propício ao surgimento de relacionamentos que propiciam a criação de conhecimentos, pois, segundo Medeiros, Macedo e Trindade (2015, p. 63)

---

<sup>7</sup> O psicólogo cognitivo John Robert Anderson nasceu em 27 de agosto de 1947 (70 anos), Vancouver, Canadá. Teve sua formação na Universidade Stanford e Universidade da Colúmbia Britânica, hoje é professor no Department of Psychology da Carnegie Mellon University. Sua área de pesquisa constitui em: Sistema Tutorial Inteligente, Cognitive tutor, ACT-R, Rational analysis. O modelo metal ACT - Adaptive Control of Thought (controle adaptativo do pensamento) é uma teoria geral de cognição, proposta em 1983, que descreve o fluxo da informação dentro do sistema cognitivo. Esta teoria sugere que o conhecimento humano é dividido em dois tipos básicos de conhecimento: o Conhecimento Procedimental e o Conhecimento Declarativo. (FERREIRA; PIMENTEL, 2016)

Contextos sociais, culturais e históricos são importantes para os indivíduos e fornecem a base para interpretar as informações que nos são transmitidas e criar novos significados. O conhecimento é criado através das interações entre os indivíduos ou entre indivíduos e seus ambientes, e não por um indivíduo operando sozinho.

O modelo de criação do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997), apesar dos conhecimentos serem distintos para Polanyi, são mutuamente relacionados, visto que se movimentam circularmente, articulando-se entre si para movimentar infinitamente a Espiral do Conhecimento, dessa forma, dando origem aos quatro modos de conversão do conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 69-79):

**Socialização** (tácito para tácito): ocorre quando o conhecimento é produzido por meio da interação entre indivíduos, que passam a compartilhar habilidades, observações, experiência, sem estarem codificados ao aprendizado. *Conhecimento Compartilhado*.

**Externalização** (de tácito para explícito): é expresso de forma a transformar o conhecimento individual em um conhecimento estrutural, mediante signos linguísticos e lógica coerente. *Conhecimento Conceitual*. Conforme Nonaka e Takeuchi,(1997, p. 73) “Dentre os quatros modos de conversão do conhecimento, esse é a chave para a criação do conhecimento, pois cria conceitos novos explícitos a partir de conhecimento tácito.”

**Combinação** (de explícito para explícito): acontece quando os indivíduos trocam e estabelecem novos conhecimentos por meio de documentos, reuniões, conversas ao telefone ou redes de comunicação computadorizada; recodificam a informação existente através da sua combinação, do acréscimo e da categorização do conhecimento explícito. *Conhecimento Sistêmico*.

**Internalização** (de explícito para tácito): criado pela intepretação dos conhecimentos formais que estão em documento, manuais, livros, normas, comunicados e outros. São informações que sofrem o processo de síntese para reestruturar um novo repertório cognitivo do indivíduo, realimentando assim o modelo de socialização com novos conhecimentos. É a experiência individual do aprender fazendo. *Conhecimento Operacional*.

**Figura 1:** Espiral do Conhecimento

Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997, p. 80)

Para que haja criação do conhecimento é necessário ter um ambiente organizacional favorável a essa finalidade, portanto Nonaka e Takeuchi apontaram cinco condições organizacionais capacitadoras para criação: *Interação, Autonomia, Flutuação/Caos criativo, Redundância e Variedades de requisitos* (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 83-95), demonstrando assim que a diversidade e a complexidade interna de uma organização precisam existir para que o desenvolvimento da capacidade de inovação do conhecimento nasça com cada um dos indivíduos que participa desse contexto.

A criação e a gestão do conhecimento em uma organização são processos inerentes ao ser humano, haja vista que, sem esses dois itens, uma organização não evolui para a competitividade e para lidar com a instabilidade do ambiente externo. Uma organização produtora de conhecimento não sai da dificuldade se não souber criar e gerir o conhecimento para realizar a tomada de decisões nos momentos adequados.

A eficiência<sup>8</sup> e a eficácia<sup>9</sup> dos objetivos estratégicos, no processo de gestão do conhecimento, promovem o equilíbrio da instabilidade sistêmica, bem como a

<sup>8</sup> Eficiência é alcançada, quando o executivo manipula, de forma adequada, os insumos de que necessita para atingir seus produtos. (CURY, Antonio. *Organização de métodos: perspectiva comportamental & abordagem contingencial*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1981.)

competitividade organizacional, tanto no setor público, quanto privado. A gestão do conhecimento, concebida como fundamento na iniciativa privada, utiliza seus resultados para obter a competitividade no mercado em busca de lucro, além do atender a interesse dos acionistas. Na iniciativa pública, seus resultados visam atender às necessidades da coletividade.

Com o surgimento da Era Tecnológica ou Era da Informação, a gestão pública tem procurado se modernizar para atender cada vez mais a transformação que a gestão do conhecimento trouxe para seu ambiente. A aplicação dos princípios da Sociedade do Conhecimento nas modernas práticas de gestão – baseada prioritariamente no uso de tecnologias eletrônicas que impactam tanto o fazer, quanto o saber –, está atrelada aos processos de gerência do conhecimento, evidenciando-o como fonte de vantagens administrativa e competitiva na busca de resultados e ações mais eficazes nas práticas gerenciais desse setor. (CAMPOS, 2003, p. 18)

O conhecimento de todos esses aspectos, acrescido do cumprimento da missão, das funções organizacionais e da legislação e das normas governamentais, resulta na eficiência e eficácia da organização pública. De acordo com Marilene Barbosa e Sérgio Franklin (2011, p. 90):

As organizações públicas têm ainda, pelo menos, mais um fator condicionante que as induzem à busca da eficiência, qual seja o princípio filosófico, ético, moral da probidade que deve permear a sociedade e suas organizações, no sentido de que a verba pública deve ser aplicada com eficácia, sempre na perspectiva da consecução da missão e dos objetivos da organização, de modo a trazer resultados de bem-estar social para todos.

Fazer frente a esse contexto requer da administração pública capacitação e qualificação do seu capital intelectual, para que possa produzir elementos de competitividade necessária à Sociedade do Conhecimento, na perspectiva citada.

A realização do processo decisório que o serviço público requer para cumprir sua missão e alcançar seus objetivos implica uma gestão do conhecimento que deve produzir políticas públicas relevantes, exequíveis e capazes de minimizar as dificuldades comumente criadas pela burocracia.

Nesse contexto, a administração da universidade pública precisa estar capacitada para subsidiar as atividades que lhe são pertinentes: ensinar, produzir novos conhecimentos e

---

<sup>9</sup> Eficácia: é a atingida quando, sendo eficiente, o gerente atinge os seus objetivos de maneira apropriada, como programado (CURY, Antonio. *Organização de métodos: perspectiva comportamental & abordagem contingencial*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1981.)

aplicar conhecimento junto à sociedade, pois para executar essas funções é necessário estar conectada com as condições que caracterizam a Sociedade do Conhecimento e que ela oferece para o desenvolvimento do ambiente organizacional.

A gestão do conhecimento organizacional em um ambiente público teoricamente é capaz de promover uma melhora no planejamento estratégico, cuja implementação tanto contemplará a coletividade interna, quanto externa, na busca do cumprimento de suas funções e do atingimento dos seus objetivos.

### 2.1.2 Gestão da Informação

Pensar na gestão do conhecimento é pensar na gestão da informação, em razão de que a criação de conhecimento explícito produzido em um ambiente organizacional é baseada na informação registrada. Assim, a informação é o conhecimento registrado, produzido internamente ou adquirido externamente, e armazenado no contexto organizacional onde é disseminado para internalização e socialização entre sujeitos organizacionais, os quais criam novos conhecimentos para novas decisões.

A origem da moderna gestão da informação, segundo Ricardo Barbosa foi (2008, p. 6),

[...] encontrada nos trabalhos de Paul Otlet, cujo livro *Traité de documentation*, publicado em 1934, foi um marco fundamental do desenvolvimento da gestão da informação, disciplina que, na época, era conhecida como documentação. De fato, muito do que hoje conhecemos modernamente por gerência de recursos informacionais tem suas origens nos trabalhos de Otlet.

A gestão da informação vem sendo estudada pela Ciência da Informação, não só por Paul Otlet (1934) sob a designação de Documentação, mas por vários autores, tais como Vannevar Bush (1945), com o artigo *As we may think*, e Rafael Capurro e Birger Hjørland (2003, p. 193) em seu artigo O conceito de informação, que pontua a informação como:

[...] a distinção mais importante é aquela entre informação como objeto ou coisa (por exemplo, número de bits) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo.

A informação sem uma contextualização é simplesmente um conjunto de dados, no entanto, quando contextualizada tem relevância como conhecimento para o sujeito

organizacional, uma vez que a análise do seu significado tem valor revelado dentro de um ambiente social, profissional e cultural.

Gerenciar a informação é mais do que processá-la, analisá-la e disponibilizá-la; é encontrar o sujeito que dará sentido ao uso do seu conteúdo. Construir uma rede de gerenciamento da informação em múltiplos espaços organizacionais é um trabalho complexo, que eleva a informação ao patamar de condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico da Sociedade do Conhecimento.

Para que esses sujeitos organizacionais se beneficiem da gestão do conhecimento é necessário saber gerir as informações nas etapas implicadas nas atividades, tais como: planejar, coordenar, selecionar, processar, comunicar, disseminar informação, visando ao seu uso. (BETTENCOURT; CIANCONI, 2012, p. 7)

Contudo, há uma preocupação que informações criadas e não gerenciadas de forma a originar novos conhecimentos fiquem sem uso, pois não serão aproveitadas, acarretando perda de tempo no levantamento. Existe uma preocupação com a quantidade de dados e informação que vem surgindo com a evolução tecnológica da informação e da comunicação e a respectiva problemática do seu armazenamento, quando não se considera a necessidade de uma estratégia de tratamento de longo prazo. Conforme Tadeu Cruz (2007, p. 28-29), as instituições fazem esse levantamento de dados e quase sempre

[...] não sabem que sabem, o que sabem, o que precisam saber, o que seus parceiros sabem, os que seus clientes sabem e por fim, a maioria das organizações nem desconfiam que existe todo este conhecimento necessitando ser urgentemente reconhecido, assimilado, compartilhado e utilizado.

Por falta de critérios de seleção ou mesmo desconhecimento do que se precisa e/ou quer aprimorar, as informações criadas talvez não sirvam para as ações estratégicas da organização. O acúmulo de informações sem utilidade traz custos operacionais para as organizações.

As informações, de acordo com Choo (2006, p. 27-29), são utilizadas estrategicamente no crescimento e na capacidade de aprendizado das organizações e ele destaca três arenas no uso estratégico da informação:

Primeiro, a organização usa a informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo. [...] A segunda arena [...] é aquela em que a organização cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos através do aprendizado. [...] A terceira arena [...] é aquela em

que as organizações buscam e avaliam informações de modo a tomar decisões importantes.

Essas três arenas são interligadas, fazendo um movimento circular do uso da informação na organização, gerando as camadas de fluxos de informação, onde cada uma influencia a outro até a tomada de decisões.

É importante salientar que todo documento ou informação, seja ele administrativo ou científico, precisa ser processado no seu ambiente e transpassar essas arenas para gerar conhecimento.

### 2.1.3 Fluxo de Informação

O desenvolvimento dos fluxos informacionais é essencial para o ambiente organizacional, tendo em vista que todos os processos administrativos devem estar interconectados para que haja criação de conhecimento.

Os fluxos de construção da informação e do conhecimento foram potencializados/facilitados pelos meios eletrônicos, criados para poupar tempo no seu tratamento e uso, gerando condições onde a comunicação e o aprendizado constantes criam insumos para a tomada de decisões.

O fluxo informacional teve nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) uma explosão, inicialmente após a Primeira Guerra e após a Segunda Guerra, quando se criaram novos formatos e canais de comunicação, aumentando o fluxo de dados, exigindo uma mudança de hábitos no tratamento da informação e mais agilidade no manuseio do ciclo informacional. A invenção de *hardware* e dos *softwares* potencializou a criação de redes de comunicação que até então se faziam por meio impresso; assim, com a mediação virtual da atualidade, foi agilizada a troca de informações entre o emissor e receptor.

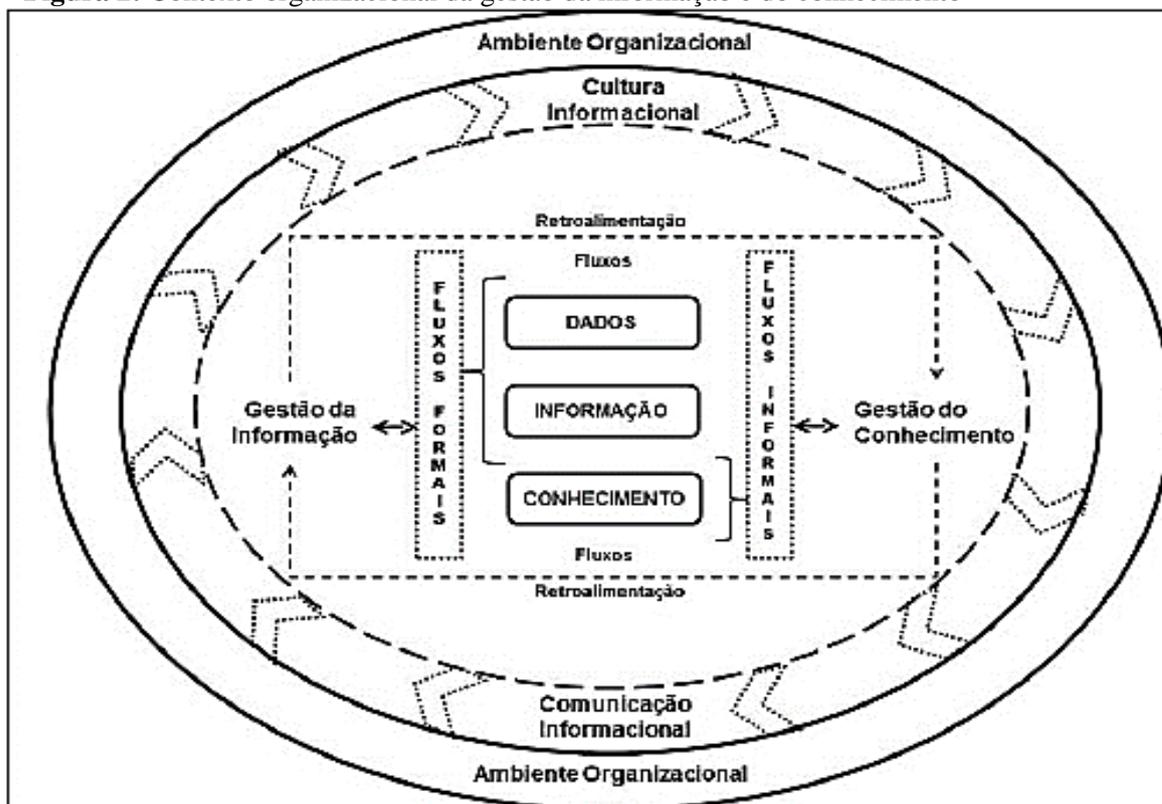
A gênese desse contexto está na criação da rede mundial de computadores, a Internet, quando houve um crescimento exponencial de dados e informações nas comunidades geradoras de conhecimento.

A trajetória dos fluxos do conhecimento e da informação está interligada de modo que a sua gestão gerencia os fluxos informais, ou seja, o conhecimento tácito (síntese do conhecimento gerado por reuniões, *chats* organizacionais, palestras, *insight* individual e coletivo e outros), enquanto a gestão da informação gerencia os fluxos formais, ou seja, o conhecimento explícito (documentos, manuais, formulários e outros) de uma organização.

Nessa equação, o fator tempo é preponderante, visto que, em uma sociedade que tem como base dos bens de consumo e serviços o conhecimento, quando vinculado ao tempo, tem seu valor elevado no conjunto de tomada das decisões organizacionais. Sobre a ordem do fluxo informacional, de acordo com Moresi (2001, p. 116), é “[...] necessário escalonar a informação em uma hierarquia capaz de diferenciar as necessidades das diversas situações”, uma vez que as decisões precisam ser tomadas com base em informações e conhecimentos na quantidade e no tempo certo; caso não seja classificado e organizado, esse conjunto de informações e conhecimentos pode formar uma massa disforme em relação ao seu objetivo principal que é qualificar a tomada de decisões. Para Cássia Santos e Marta Valentim (2014, p. 21) “Na prática nem sempre os fluxos informacionais estão disponíveis no formato e no tempo adequado para as ações organizacionais, uma vez que muitas vezes se encontram dispersos, fragmentados ou mal estruturados.”

Quando um elo dessa cadeia não tem êxito, o ambiente organizacional tem dificuldade de trabalhar com eficiência e eficácia em sua trajetória de atuação. Sustentar os fluxos de informação e conhecimento é um enorme desafio da comunicação organizacional, cujo papel precípuo é transformar o conhecimento tácito em explícito, incorporando esse processo à cultura organizacional, onde todos participam da construção ambiental.

A seguir, apresenta-se o diagrama elaborado por Cássia Santos e Marta Valentim (2014, p. 30) que explicita o processo cíclico de alimentação contínua da gestão da informação e do conhecimento, especificamente aplicado ao setor privado.

**Figura 2:** Contexto organizacional da gestão da informação e do conhecimento

Fonte: Santos e Valentim (2014, p. 30)

## 2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

As informações obtidas para a criação de conhecimento hoje em dia esbarram na quantidade e na tipologia de materiais bibliográficos que estão sendo produzidos ininterruptamente, tanto *on-line* como na forma impressa. Essa quantidade é questionada (MUELLER, 2000; BAGGIO; COSTA; BLATTMANN, 2016; DUTRA; BARBOSA, 2017) devido à origem e à confiabilidade da informação produzida, por parte dos que buscam fontes de informação para a produção de novos conhecimentos.

A explosão informacional, com o advento da web, mostrou que avaliar a informação por critérios de qualidade e autoridade tornou-se uma tarefa difícil para o usuário porque geralmente não há um dispositivo e um mecanismo de controle de qualidade disponível na rede (RIEH<sup>10</sup>, 2002 apud TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2008, p. 9). Não conhecer a qualidade das fontes de informação prejudica seu uso para o fim demandado. Para Tomaél, Alcará e Silva (2008, p. 3), é importante que a qualidade da informação seja uma constante no

<sup>10</sup> RIEH, S. Y. Judgment of information quality and cognitive authority in the Web. *J. Am. Soc. Inf. Sci.*, n. 53, p. 145-161. 2002. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.10017>>. Acesso em: 22 set. 2018. doi:10.1002/asi.10017.

dia-a-dia, principalmente para quem faz da informação um subsídio para as pesquisas e atividades profissionais.

Portanto, segundo Frederico Dutra e Ricardo Barbosa (2017, p. 19), é importante:

[...] compreender conceitos básicos como qualidade da informação, fontes de informação e seus tipos; selecionar estudos e modelos referentes aos critérios para avaliação da qualidade das fontes da informação e por fim realizar inferências a respeito dos dados coletados.

Organizar e qualificar as fontes de informação que serão utilizadas na construção de novos conhecimentos implica um trabalho operacional sobre o qual poucos se dão conta acerca dada sua estruturação e do seu funcionamento, o que pode acarretar erros na recuperação de informação pertinente à demanda e conseqüentemente na sua aplicação para os fins desejados, pela falta de critérios de qualidade dessas fontes.

Uma entidade organizacional que atua na sociedade da informação e do conhecimento tem em sua sistemática a influência de um ambiente orientado a estabelecer metas e políticas para seu funcionamento, mediante informações registradas para a tomada de decisões (CAMPELLO, 2000, p. 35). Tais metas e políticas são acordadas como [...] processos formais que [...] são definidos em função da racionalidade e da eficiência, sendo representados em diversos tipos de documentos, tais como organogramas, regulamentos e normais internas. (CAMPELLO, 2000, p. 37), cuja materialidade em ‘documentos internos’<sup>11</sup> e documentos de arquivo<sup>12</sup>, (CAMPELLO, 2000, p. 44) atua como fonte de informação para a geração de novos conhecimentos internos que servem também de referência informacional a outras organizações.

A informação para ter relevância quanto ao seu conteúdo e valor de uso precisa ter condições de associar o significante ao significado, no momento em que é utilizada. Le Coadic (2004, p. 4) define informação como:

[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou áudio visual, em um suporte.

---

<sup>11</sup> **Documentos internos:** São geralmente acessíveis apenas aos funcionários e aos governos membros da organização. Podem ser listados em bibliografias, catálogos ou índices publicados pela organização, com indicações tais como distribuição limitada, restrito ou para uso interno. Pessoas interessadas nesse tipo de documentação podem contatar diretamente o setor que o produziu ou o representante do seu governo naquela organização;

<sup>12</sup> **Documentos de arquivo:** São quaisquer documentos produzidos pela organização, mantidos permanentemente nos arquivos, para fins administrativos ou históricos. O acesso a esses documentos depende de critérios estabelecidos pela organização.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

A informação pode ser desmembrada e reorganizada em vários formatos, os quais como meio de apresentá-la explicitamente ao público que irá utilizá-la em seu processo de construção do conhecimento. A ordenação da informação por assuntos ou mesmo por formatos e categorias facilita o sujeito na tomada de decisão. Portanto, definir como organizá-la constitui-se em um diferencial para sua disseminação.

Para Charles Rodrigues e Úrsula Blattmann (2014, p. 10), fontes de informação são concebidas conforme segue:

[...] tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que responda a uma necessidade de informação por parte de quem necessita, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, meios digitais, sites e portais.

Para Murilo Cunha (2001, p. viii), o conceito de fontes de informação ou documentação é muito amplo e “[...] pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas [...]”. Já o *Guia da BVS* (2011, p. 44) define fonte de informação como “[...] qualquer recurso que responda a uma demanda de informação por parte dos usuários, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, etc.” Vários autores apresentam definições sobre fontes, com sutis diferenças de conceituação, contudo com a mesma finalidade que é o atendimento ao usuário em suas necessidades informacionais.

O termo fonte, que se origina do latim *fons*, na qual se admite interpretações em áreas de conhecimento, tais como: hidrográfica e informática e outras. Para a área de biblioteconomia, esse termo *fonte* é utilizado para designar uma publicação original contendo informação de primeira mão, contudo o termo no plural, *fontes de informação*, é utilizado para designar a reunião de dados referencias de publicações de um mesmo assunto dando origem a índices, resumos e bibliografias. Atualmente, segundo Lena Vania Pinheiro (2006, p.1), os índices, resumos e bibliografias também são designados como *recursos de informação*.

É importante salientar que no contexto terminológico existem diferenças entre referências ou lista de referências e bibliografias. Segundo o *Manual de Publicações da Associação Americana de Psicologia*<sup>13</sup> (apud PEREIRA, 2012, p. 139.)

*Lista de referências, ou simplesmente, referência ou referências bibliográficas:* essa lista é composta somente pelas citações que aparecem no texto; a lista de referência [...] aparece no fim de cada capítulo [ou livro].

*Bibliografia:* acolhe os trabalhos de base ou para leitura suplementar e pode incluir, além de artigos, livros e outros documentos, notas descritivas sobre o assunto.

### 2.2.1 Classificação das Fontes de Informação

A organização e a classificação de fontes de informação são as formas mais fáceis de possibilitar que se encontre o que se está procurando. Piedade (1983, p. 16) define que “[...] classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e as semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. Essa autora também cita Astério de Campos (1973 apud PIEDADE, 1983, p. 16)<sup>14</sup> que define classificação como “[...] processo mental de agrupamento de elementos portadores de características comuns e capazes de ser reconhecidos como uma entidade ou conceito, constitui uma das fases fundamentais do pensar humano.”

Existem vários tipos de classificação, cuja base é a divisão por semelhanças ou diferenças, visando à organização de materiais e conteúdos. Tudo depende do propósito final a que queremos atingir e que possa servir de referência.

A importância da classificação das fontes de informação se dá a partir do momento em que se quer socializá-las e diminuir distâncias com o usuário, pois com o crescimento exponencial da literatura, em diversos suportes, fica cada vez mais difícil para um usuário que não tenha passado por um treinamento informacional básico encontrar uma fonte com critérios de qualidade estabelecidos por uma instituição de credibilidade editorial.

Murilo Cunha destaca também em seu livro *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia* (2001), que as fontes de Informação Científica e Tecnológica (ICT) têm características comuns, tais como: formato, universalidade e acumulação dos conhecimentos. Afirma também que o crescimento quase exponencial das fontes de informação em ICT deve-se a fatores como:

<sup>13</sup> American Psychological Association. Publication manual of the American Psychological Associations. 5<sup>th</sup>. ed. Washington (DC): APA, 2001.

<sup>14</sup> CAMPOS, A. R. T. O nascer de uma utopia: ainda e sempre o problema da classificação bibliográfica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 1, p. 15-19, 1973.

[...] a) o acúmulo de novos conhecimentos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; b) a diversificação de áreas de conhecimentos; c) as mitoses nos ramos da ciência, provocando o surgimento de novas disciplinas científicas; d) o aumento do número de usuários e a diversificação de seus interesses; e) os fenômenos de repetição e duplicação de pesquisas; f) interesses extracientíficos, tais como a necessidade profissional de publicar (a famosa síndrome de publish or perish (publique ou desapareça). (CUNHA, 2001, p. viii-ix)

Compreender como estão classificadas as fontes de informação facilita o processo de seleção, da forma de usá-las e de disseminá-las, se for o caso; sua divisão em categorias leva com mais facilidade aos conteúdos desejados.

De acordo com Grogan<sup>15</sup> (1970 apud CUNHA, 2001, p. ix), os documentos ou fontes de informação podem ser divididos em três categorias:

- a) **documentos primários:** contêm, principalmente, novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos; alguns podem ter o aspecto de registro de observações (como, por exemplo, os relatórios de expedições científicas) ou podem ser descritivos (como a literatura comercial);
- b) **documentos secundários:** contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles;
- c) **documentos terciários:** têm como função principal ajudar o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias, sendo que, na maioria, não trazem nenhum conhecimento ou assunto como um todo, isto é, são sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários ou secundários, além de informação factual; este livro é um exemplo de documento terciário. (grifo nosso)

Murilo Cunha (2001, p. v-vi) exemplifica as categorias das fontes de informação no seguinte enquadramento, embora haja outras classificações na literatura:

---

<sup>15</sup> GROGAN, Denis. *Science and technology: an introduction to the literature*. London: Clive Bingley, 1970. p. 14-15

**Quadro 2:** Classificação das fontes de informação

FONTES PRIMÁRIAS	FONTES SECUNDÁRIAS	FONTES TERCIÁRIAS
Congressos e conferências, legislação, nomes e marcas comerciais, normas técnicas, patentes, periódicos, projetos e pesquisas em andamento, relatórios técnicos, teses e dissertações, traduções.	Bases de dados e bancos de dados, bibliografias e índices, biografias, catálogos de bibliotecas, centros de pesquisa e laboratórios, dicionários e enciclopédias, dicionários bilíngues e multilíngues, feiras e exposições, filmes e vídeos, fontes históricas, livros, manuais, Internet, museus, herbários, arquivos e coleções científicas, prêmios e honrarias, redação técnica e metodologia científica, siglas e abreviaturas, tabelas, unidades, medidas e estatística.	Bibliografias de bibliografias, bibliotecas e centros de informação, diretórios (financiamento e fomento à pesquisa, diretórios guias bibliográficos, diretórios revisões da literatura).

**Fonte:** Adaptado de Cunha (2001, p. v-vi).

Mesmo na Internet, as fontes não se alteraram completamente, apesar dos novos suportes informacionais que surgiram. A visualização de muitos documentos ainda continua sendo feita de *modo linear* - transferência da leitura de modo impresso para o virtual sem construções de observações ou links para outras páginas. Outro novo modo de leitura que surgiu com a Internet foi o hipertexto, que é uma leitura *não linear* e cujo texto é composto por conteúdos multimídia. De acordo com o entendimento de Luiz Marcuschi e Antônio Xavier (2005, p. 171), hipertexto é:

“[...] uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidades. [...] Na esteira da leitura do mundo pela palavra, vemos emergir a tecnologia de linguagem cujo espaço de apreensão de sentido não é apenas composto por palavras, mas, junto com elas, encontramos sons, gráficos e diagramas, todos lançados sobre uma mesma superfície perceptual, amalgamados uns sobre os outros formando um todo significativo e de onde sentidos são complexivamente disponibilizado aos navegantes do oceano digital.”

Toda essa evolução linguística ainda está em adaptação na percepção cognitiva do usuário, onde a cada dia que se passa há novos gêneros digitais de comunicação informacional sendo implementados para a disseminação da informação.

Com a convergência da tecnologia da informação e da comunicação para Internet, houve uma nova forma de leitura e a criação de novos tipos de fontes, que culminam em uma grande massa de informação desorganizada, dificultando o acesso a conteúdos necessários e

fazendo com que o usuário perca tempo em sua procura, para os fins que sejam empresarial e ou acadêmico.

### 2.2.2 Fontes de Informação no Ambiente Organizacional

As informações produzidas no ambiente organizacional constituem uma importante fonte de informação estratégica para a tomada de decisões ou ainda para municiar políticas internas de desenvolvimento organizacional. As principais fontes de informação são: relatórios especializados, relatórios anuais, estatísticas, memorandos, circulares, publicações governamentais, estudos internos, publicações comerciais e outras. E é “[...] uma forma de se ter acesso aos documentos de uma organização é através de sua biblioteca ou centro de informação.” (CAMPELLO, 2000, p. 38)

Para Choo (1994), as fontes de informação organizacional são classificadas em quatro categorias: **Externas e pessoais** (clientes, concorrentes, contatos comerciais/profissionais e funcionários de órgãos governamentais); **Externas e impessoais** (jornais, periódicos, publicações governamentais, rádio, televisão, associações comerciais e industriais, conferências e viagens); **Internas e pessoais** (superiores hierárquicos, membros da diretoria, gerentes subordinados e equipes de funcionários); e **Internas impessoais** (memorandos e circulares internos, relatórios e estudos internos, biblioteca da organização e serviços de informação eletrônica).

Muitos documentos servem de fundamentos para direcionar processos gerenciais estratégicos e ainda para alimentar o próprio fluxo de informação de um ambiente organizacional. Choo (1994, p. 26) segue a classificação adotada por Aguilar (1967)<sup>16</sup> e Keegan (1974)<sup>17</sup> que separam e definem:

[...] fontes pessoais são aquelas que comunicam informações pessoalmente ao gerente, enquanto as fontes impessoais são aquelas que comunicam informações a grandes audiências, ou através de atividades formalizadas de comunicação em grupo. (CHOO 1994, p. 26, tradução nossa)

---

<sup>16</sup> AGUILAR, Francis J. *Scanning the business environment*. Nova Iorque, NY: Macmillan, 1967.

<sup>17</sup> KEEGAN, Warren J. Multinational scanning: a study of the information sources utilized by headquarters executives in multinational companies. *Administrative Science Quarterly*, v. 19, n. 3, p. 411-421, Sep. 1974.

Outro autor a categorizar as fontes de informação organizacional foi Sutton<sup>18</sup> (1988 apud BARBOSA, 2006, p. 93) as quais são utilizadas para o processo de inteligência empresarial e que estão classificadas da seguinte forma:

a) *fontes internas*: setores de vendas, de pesquisa mercadológica, de planejamento, de engenharia, de compras, análise de produtos concorrentes, ex-empregados de concorrentes; b) *contatos diretos com o setor de negócios*: clientes, encontros, demonstrações de vendas, distribuidores, fornecedores, associações comerciais, consultores, varejistas, empregados dos concorrentes; agências de publicidade; c) *informações publicadas*: periódicos do setor, material promocional das empresas, relatórios anuais, relatórios de analistas financeiros, periódicos financeiros, discursos dos gerentes, periódicos de negócios, jornais nacionais e locais, diretórios, publicações governamentais; d) *outras fontes*: analistas financeiros, bases de dados eletrônicas, bancos de investimento e comerciais, anúncios.

A importância da informação e do conhecimento para todos os níveis hierárquicos da organização é notada quando os insumos se transformam, sem dificuldades, em produtos, serviços, soluções, inovações capazes de atender aos interesses organizacionais. Teoricamente, as bibliotecas universitárias têm esse potencial, tanto para subsidiar as áreas de ensino e pesquisa, como da gestão acadêmica.

### 2.2.3 Critérios para a Qualidade da Informação

Para que haja um expressivo entendimento sobre o ambiente é preciso que as fontes de informação relevantes para os propósitos organizacionais e acadêmicos sejam consequentes e úteis.

A definição de qualidade da fonte de informação vem sendo discutida por vários autores, pois, segundo Frederico Dutra e Ricardo Barbosa (2017, p. 20) as “[...] fontes [de informação] possuem diferenças significativas quanto à precisão, relevância, importância e outros atributos”.

O crescimento exponencial das fontes de informação coloca em xeque a produção atual da informação, visto que há conteúdos publicados sem rigor científico ou mesmo sem uma autoria organizacional confiável, deixando ao usuário não capacitado o critério de seleção.

Existem autores que têm categorizado a qualificação da informação (MARCHAND, 1990; BUCLAND, 1991; KAHN, STRONG; WANG, 2002), mas até o presente momento

---

<sup>18</sup> SUTTON, H. *Competitive intelligence* (Conference Board Research Report n. 913). New York: The Conference Board, 1988.

não existe um consenso na literatura, segundo revisão realizada por Frederico Dutra e Ricardo Barbosa, no artigo *Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação* (2017), onde concluem que:

[...] percebe-se a inexistência de um conceito aceito de qualidade da informação. Dentre os diversos estudos analisados, nenhum apresentou uma definição consistente sobre o significado deste termo. De acordo com os autores, o termo qualidade da informação é subjetivo e de complexa definição. O mesmo ocorre com os modelos para avaliação de fontes e qualidade da informação, visto que cada autor elabora o próprio modelo, não havendo nenhum aceito de maneira consensual pelos estudiosos. Como consequência, as métricas para se aferir a qualidade são subjetivas e condizentes com a realidade de cada problema pesquisado. (DUTRA; BARBOSA, 2017, p. 29)

Na pesquisa citada, foi realizado um levantamento bibliográfico no “[...] Portal da Capes, no Google Acadêmico e no Banco de Dissertações e Teses da UFMG, em livros, sites de bibliotecas, revistas e publicações recuperadas no buscador Google” (DUTRA; BARBOSA, 2017, p. 21), sobre modelos de avaliação da qualidade das fontes de informação digitais, cujo resultado recuperou 73 publicações, no período de 1974 a 2016 sobre o assunto. Demonstraram que houve um aumento no números de critérios de avaliação, no entanto, esses autores “[...] confirmam os perfis cada vez mais exigentes dos produtores e usuários da informação.” (DUTRA; BARBOSA, 2017, p. 26)

O resultado mais expressivo da citada pesquisa mostra a evolução da quantidade de termos utilizados para avaliar a qualidade da informação. Das 73 publicações analisadas, foram encontrados de 106 termos distintos, cuja comparação com Wand e Wand<sup>19</sup> (1996 apud DUTRA; BARBOSA, 2017, p. 27), que listaram os 26 termos mais utilizados naquela época. Dos 106 termos, os autores aplicaram um filtro de três citações mínimas, restando 51 termos, onde selecionaram os 10 primeiros critérios mais mencionados, apresentados no Quadro 3, com sua respectiva conceituação:

**Quadro 3:** Critérios qualidades das fontes de informação

**CRITÉRIOS QUALIDADES DAS FONTES DE INFORMAÇÃO**

<sup>19</sup> WAND, Y.; WANG, R. Y. Anchoring data quality dimensions in ontological foundations. *Communications of the ACM*, v. 39, n. 11, p. 86- 95, 1996.

<b>Precisão / Exatidão / Acurácia / Correção</b>	Refere-se à informação livre de erro ou engano; conformidade à verdade ou a um padrão ou a um modelo. (AROUCK, 2011) <sup>20</sup>
<b>Atualidade / Atualização</b>	Identifica quão recente é o conteúdo da informação obtida. A atualidade qualifica a informação como atualizada ou desatualizada.
<b>Confiabilidade / Integridade da Informação</b>	Visa a identificar se a fonte e o conteúdo da informação têm credibilidade perante o público-alvo. (DE SORDI, 2008) <sup>21</sup> ,
<b>Compleitude / Suficiência</b>	Consiste na satisfatoriedade da informação fornecida para o fim a que se propõe, ou seja, se a informação é suficiente ou insuficiente. (AROUCK, 2011)
<b>Oportunidade</b>	Tem como objetivo averiguar se a coleta e uso da informação ocorrem no momento certo.
<b>Layout / Concepção Gráfica / Design / Aparência</b>	Avalia aspectos como cores, letras, tamanhos e estrutura física: se contribuem ou interferem na leitura ou apresentação da informação.
<b>Relevância / Importância</b>	É a propriedade que identifica o valor, o interesse ou a implicação da informação para o fim a que se propõe. (AROUCK, 2011).
<b>Origem / Autoria / Localizabilidade</b>	É a capacidade de localizar-se o ente representado pelo registro da informação quando necessário.
<b>Concisão / Objetividade</b>	É a propriedade da informação de apresentar um conteúdo de modo reduzido, atendo-se ao essencial. (AROUCK, 2011).
<b>Abrangência / Cobertura / Alcance</b>	Indica a capacidade de compreender uma vasta gama de tópicos. (AROUCK, 2011).

Fonte: Adaptado de Dutra e Barbosa (2017, p. 28, grifo nosso)

As fontes criadas no ambiente da Internet, onde o formato impresso passou para o formato eletrônico e pelo fato de a Grande Rede possibilitar que qualquer pessoa divulgue qualquer tipo de informação, requerem mais elementos para avaliá-las, conforme apontam Tomaél e Valentim (2004, p. 5):

As fontes de informação na Internet requerem tratamento e uso diferenciados, exigindo um estudo dos tipos de fontes, de como são trabalhadas e como designadas na rede, pois ainda existem poucas pesquisas que têm como objeto de análise esta abordagem. (TOMAÉL; VALENTIM, 2004, p. 5-6)

Para tanto, Maria Inês Tomaél e colaboradores (1999) estabeleceram critérios preliminares para avaliar a qualidade das fontes na rede e que resultou no total de dez itens de avaliação.

**Quadro 4:** Critérios de qualidades das fontes de informação na Internet.

#### CRITÉRIOS DE QUALIDADES DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

<sup>20</sup> FERREIRA, Osmar Carmo Arouck. **Atributos de qualidade da informação**. Brasília, 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9501>>. Acesso em 10 abr. 2018.

<sup>21</sup> DE SORDI, José Osvaldo. **Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2008. xviii, 185 p. ISBN 978850206749.

<p><b>Informações de identificação:</b> Dados detalhados da pessoa jurídica ou física responsável pelo <i>site</i> de forma a identificá-la plenamente:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Endereço eletrônico (URL) do <i>site</i> definindo clara e objetivamente a autoria ou o assunto do qual trata a fonte;</li> <li>✓ <i>E-mail</i> do <i>site</i> (organização que disponibiliza a fonte) diferente do <i>e-mail</i> da fonte de informação;</li> <li>✓ Título da fonte de informação claro e preciso, além de informativo;</li> <li>✓ Endereço eletrônico (URL) da fonte de informação definindo clara e objetivamente a autoria;</li> <li>✓ Objetivos da fonte informando a que público se destina;</li> <li>✓ Disponibilização de informações adequadas sobre a fonte (apresentação, nota explicativa, informações gerais etc.), descrevendo seu âmbito;</li> <li>✓ Identificação da tipologia da fonte e de sua origem, no caso de se tratar de evolução de formato impresso.</li> </ul>
<p><b>Consistência das informações:</b> Detalhamento e completeza das informações que fornecem:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cobertura da fonte, abrangendo informação de toda a área que se propõe;</li> <li>✓ Validez do conteúdo, isto é, sua utilidade em relação aos propósitos do usuário final;</li> <li>✓ Resumos ou informações complementares como elementos que realmente contribuam para a qualidade;</li> <li>✓ Coerência na apresentação do conteúdo informacional; a fonte não pode ser “carregada” a ponto de prejudicar sua consistência ou ao contrário, apenas apresentar informações muito superficiais;</li> <li>✓ Oferta de informações filtradas ou com agregação de valor. Neste caso, identificar se a informação oferecida é embasada ou somente opinativa;</li> <li>✓ Apresentação de informação original ou apenas fornecimento do endereço para recuperá-la (baseada somente em acesso a <i>links</i>).</li> </ul>
<p><b>Confiabilidade das informações:</b> Investiga a autoridade ou responsabilidade:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dados completos de autoria como mantenedor da fonte, podendo ser pessoa física ou jurídica;</li> <li>✓ Autor, pessoa física, reconhecido em sua área de atuação, demonstrando formação/especialização.</li> <li>✓ Analisar a organização que disponibiliza o <i>site</i>, caso o autor da fonte pertença a ela;</li> <li>✓ Conteúdo informacional relacionado à área de atuação do autor demonstra relevância;</li> <li>✓ Observância de outras informações como: existência de referências bibliográficas dos trabalhos do autor; endereço para contato com o autor; se foi derivada de um formato impresso/origem;</li> <li>✓ Verificação de datas: quando foi produzida; se está atualizada e quando.</li> </ul>
<p><b>Adequação da fonte:</b> Tipo de linguagem utilizada e coerência com os objetivos propostos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coerência da linguagem utilizada pela fonte com os seus objetivos e o público a que se destina;</li> <li>✓ Coerência do <i>site</i> onde a fonte estiver localizada com seu propósito ou assunto.</li> </ul>
<p><b>Links</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Links</i> internos - recursos que complementam as informações da fonte e permitem o acesso às informações e a navegação na própria fonte de informação: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Clareza para onde conduzem;</li> <li>○ Tipos disponíveis: anexos, ilustrações, informações complementares, outras páginas do <i>site</i>;</li> <li>○ Atualização dos <i>links</i>, apontando para páginas ativas;</li> </ul> </li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Links</i> externos - recursos que permitem o acesso às informações e a navegação em outras fontes/<i>sites</i>: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Clareza para onde conduzem;</li> <li>○ Devem apontar apenas para <i>sites</i> com informações fidedignas/úteis e apropriadas;</li> <li>○ Tipos disponíveis mais comuns: informações complementares e/ou similares, ilustrações, comércio relacionado, portais temáticos, entre outros;</li> <li>○ Revisão constante dos <i>links</i>, apontando para páginas existentes.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Facilidade de uso:</b> Facilidade para explorar/navegar no documento:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Links</i>: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Que possibilitem fácil movimentação página-a-página, item-a-item, sem que o usuário se perca ou se confunda;</li> <li>○ <i>Links</i> suficientes na fonte, que permitam avançar e retroceder;</li> </ul> </li> <li>✓ Quantidade de clics para acessar a fonte e a informação: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Da página inicial do <i>Site</i> até a fonte: recomendável três ou menos <i>clics</i>;</li> <li>○ Da fonte à informação: recomendável três ou menos <i>clics</i>;</li> </ul> </li> <li>✓ Disponibilidade de recursos de pesquisa na fonte: função de busca, lógica booleana, índice, arranjo, espaço da informação, outros;</li> <li>✓ Recursos auxiliares à pesquisa: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Tesouros, listas, glossários, mapa do <i>site</i>/fonte, guia, ajuda na pesquisa, outros;</li> <li>○ Instruções de uso;</li> <li>○ Documentação/manuais da fonte de informação para <i>download</i> ou impressão;</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Layout da fonte:</b> Mídias utilizadas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ As mídias utilizadas devem ser interessantes;</li> <li>✓ Tipos de mídias utilizadas: imagens fixas ou em movimento e som;</li> <li>✓ A harmonia entre a quantidade de mídias utilizadas nos verbetes ou itens (partes) da fonte é fundamental;</li> <li>✓ Coerência entre as várias mídias (texto x som x imagem): <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Imagens com a função de complementar ou substituir conteúdos e não meramente ilustrar;</li> <li>○ Pertinência com os propósitos da fonte;</li> <li>○ Legibilidade (nitidez, tamanho da letra/imagem);</li> <li>○ Clara identificação das imagens;</li> </ul> </li> <li>✓ Na estrutura/apresentação da fonte (lay-out e arranjo) é importante que: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Haja coerência na utilização de padrões, estética da página, tamanho da letra, cor;</li> <li>○ Os recursos, como a animação, sirvam a um propósito e não sejam apenas decorativos;</li> <li>○ As imagens facilitem a navegação e não a dificultem;</li> <li>○ O design do menu seja estruturado para facilitar a busca da informação;</li> <li>○ A criatividade no uso dos elementos incluídos na página Web contribua para a qualidade;</li> <li>○ Evite-se o frame, que limita o uso da fonte (espaço de visualização);</li> </ul> </li> </ul>
<p>Restrições percebidas: <b>São situações que ocorrem durante o acesso e que podem restringir ou desestimular o uso de uma fonte de informação:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pequena quantidade de acessos simultâneos permitida;</li> <li>✓ Alto custo de acesso à fonte de informação;</li> <li>✓ Mensagens de erro durante a navegação;</li> <li>✓ Direitos autorais impedindo o acesso à informação completa.</li> </ul>
<p>Suporte ao usuário: <b>Elementos que fornecem auxílio aos usuários e que são importantes no uso da</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Contato com o produtor da fonte: endereço ou <i>e-mail</i>;</li> <li>✓ Informações de ajuda na interface: <i>Help</i>.</li> </ul>

<b>fonte, tais como:</b>	
Outras observações percebidas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recursos que auxiliam o deficiente no uso da fonte;</li> <li>✓ Opção de consulta em outras línguas.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Tomaél e Valentim (2004, p. 35-37, grifo nosso).

Os critérios pontuados, segundo as autoras, precisam de mais estudos, visto que as constantes mudanças que ocorrem no universo tecnológico, “[...] terão que ser repensadas, buscando metodologias mais condizentes e que respondam a uma situação nova e, paradoxalmente, duradoura.” (TOMAÉL; VALENTIM, 2004, p. 38)

A informação e a Internet estão consolidadas num patamar de influência quanto ao comportamento e às decisões organizacionais. É importante que, nesse contexto, o sujeito seja capacitado para saber o que procura, como procura e por que procura; onde selecionar a informação que lhe interessa deve ir ao encontro dos seus objetivos, fazendo diferença nos seus resultados. Contudo, para que isso ocorra, é necessário que a comunicação entre o emissor e receptor seja fluida, visando à compreensão da mensagem que se quer transmitir.

## 2.3 COMUNICAÇÃO

A linguagem é o traço humano por excelência e a comunicação é seu instrumento de conexão, aprendizado e permuta para desenvolvimento do sujeito em sociedade. Para uma comunicação eficaz, é determinante que o ambiente a utilize para seus fins, e no caso de uma sociedade democrática, que esteja inserida em uma cultura de sua valorização. A informação e o conhecimento produzidos nos diálogos entre o emissor e receptor avançam nas práticas do processo comunicacional, culminando no desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento ou da Sociedade em Rede, como diz Castells.

O estudo matemático da comunicação teve início com o artigo de Claude Shannon, *A mathematical theory of communication*<sup>22</sup> (1948), que enfocou a necessidade de melhorar a codificação da transmissão, sua qualificação e os ruídos entre o emissor e o receptor. O autor formalizou conceitos com aplicações matemáticas para a Teoria da Comunicação e para a Estatística.

Esta teoria [...] não só impulsionou os cientistas sociais a formular as suas próprias teorias da comunicação sob a forma de modelos, a partir dos finais dos anos 40 e princípios dos anos 50, como influenciou em grande medida a forma desses modelos e das próprias teorias subjacentes, a começar pela linguagem utilizada – algo que se evidencia, desde logo, quando atentamos

<sup>22</sup> SHANNON, Claude E. A mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, v. 27, Jul./Oct., p. 379-423, 623-656, 1948.

nos elementos que os diversos modelos consideram como fazendo parte da comunicação: emissor, codificação em sinais ou símbolos, mensagem, canal, meio, receptor, relação, descodificação dos sinais ou símbolos, código, referente, efeitos, etc..<sup>23</sup> (SERRA, 2007, p. 14)

A comunicação é um processo de troca de mensagens entre o emissor e o receptor, sujeito a ruído de código ou de repertório, podendo o ruído ser intencional ou não; o entendimento da mensagem depende do repertório do emissor e do receptor para que a informação tenha sentido (COELHO NETTO, 1983). Repertório, segundo Coelho Neto (1983, p. 124-125), é “[...] além dos conhecimentos técnicos científicos, todos os valores éticos, estéticos, filosóficos, políticos, a ideologia do indivíduo, do grupo ou da classe social.” Esse autor faz análise da compreensão da informação contida na mensagem, designando “audiência” como a quantidade de informação compreendida pelo receptor na mensagem e acrescenta que, quanto maior o repertório do receptor (conhecimentos prévios), menor será sua audiência, pois não haverá evolução no conhecimento já existente. Na via contrária, se o repertório do receptor for pequeno, a compreensão da informação na mensagem gerará ruído ou entropia, tornando difícil a sua compreensão por falta de conhecimentos prévio do receptor. Então, a comunicação só é significativa quando há um equilíbrio entre repertório, audiência e sem ruído por parte do emissor e do receptor da mensagem. Coelho Netto (1983, p. 128) ainda coloca que o informador ou emissor da informação da mensagem tem como objetivo ideal criar mensagens que provoquem um máximo de modificações no máximo de receptores e para que isso ocorra é preciso que o informador saiba selecionar as fontes de informações que irão compor a mensagem.

A comunicação é uma habilidade adquirida pelo ser humano para a interação entre seus semelhantes, portanto comunicar “[...] implica [...] trocas, atos e ações compartilhadas, pressupõe interação, diálogo e respeito mútuo do falar e deixar falar, do ouvir e do escutar, do entender e fazer-se entender e principalmente do querer entender.” (SCROFERNEKER, 2006, p. 47). A comunicação faz com que a informação seja compreendida e sintetizada em conhecimento, em qualquer ambiente.

### 2.3.1 Comunicação Organizacional

---

<sup>23</sup> Denis McQuail, Sven Windahl, “Models of communication”, in Erik Barnow et al. (eds.), *International Encyclopaedia of Communication*, Nova Iorque, Oxford, Oxford University Press, vol. 1, 1989, pp. 36-37; Denis McQuail, Sven Windahl, *Modelos de Comunicação para o Estudo da Comunicação de Massas*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, p. 15.

A comunicação no ambiente organizacional é essencial, pois a sua construção está estruturada em dados, informações e conhecimento para movimentar todo sistema institucional, onde todos podem verificar os impactos causados. A comunicação organizacional quebra barreiras culturais e melhora o relacionamento interpessoal, possibilitando ao sujeito ambiental se sentir valorizado ao a fazer dela.

A comunicação deve ser considerada pela administração como uma ferramenta estratégica de gestão nos vários níveis organizacionais (operacional, tático e estratégico), produzindo um conjunto de mensagens, onde mudanças são incentivadas e praticadas, realimentando processos desatualizados que impedem a eficiência institucional.

Para Margarida Kunsch (2009, p. 54) “A Comunicação Organizacional [...] é uma disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro da organização e todo o seu contexto político, econômico e social”. Acrescenta, ainda, a autora que as modalidades que se referem à concepção e às práticas comunicacionais estão dentro de uma visão de “[...] comunicação organizacional integrada”, a qual se divide em: Comunicação Institucional, Comunicação Mercadológica, Comunicação Interna e Comunicação Administrativa, parte da própria complexidade comunicacional. Assim, a comunicação organizacional passa de uma função meramente técnica para uma função estratégica na ação organizacional.

Rudimar Baldissera (2009, p.117) complementa que a Comunicação Organizacional

[...] não se restringe ao âmbito do organizado, à fala autorizada, aos processos formais, à comunicação da e/ou na organização. Exige olhar para além das manifestações organizadas, aparentemente coerentes, de modo a atentar para, entre outras coisas: a dinamicidade organizacional; os processos que mantêm a organização distante do equilíbrio; o estado de incerteza e de permanente desorganização/(re)organização (tensões, disputas, perturbações); a necessária interdependência ecossistêmica (outros sistemas e subsistemas); e os processos recursivos.

Rudimar Baldissera (2009, p.117) separa em dois modos a forma de transportar a ideia na comunicação organizacional: “*organização comunicada* (a fala planejada) e a *organização comunicante* (contempla toda comunicação que se realiza nas diferentes relações que os sujeitos – pessoas/públicos estabelecem com a organização)”.

Pode-se analisar que a comunicação organizacional, para essa autora, atinge todo o ciclo comunicacional realizado na instituição, onde toda a evolução de novas ideias acontece na organização comunicante, tendo assim força de movimento de recomposição da

organização comunicada, atualizando, dessa forma, processos que estejam defasados nesse ambiente.

Todo esse ciclo da comunicação organizacional reforça a necessidade de constantes atualizações das informações passadas ao público interno e externo, visto que, no contexto da sociedade do conhecimento, a informação tem um crescimento dinâmico porque acompanha a própria dinâmica social.

### 2.3.1.1 Comunicação Organizacional Pública

A comunicação organizacional do setor público deve obedecer ao princípio previsto na Constituição Federal do Brasil (1988), Capítulo VII, Seção I, Artigo 37, onde o direito à informação está inserido nos direitos constitucionais fundamentais.

A comunicação pública traz uma responsabilidade do Estado de preservar a comunicação da administração direta e indireta perante a sociedade, por isso é importante e necessário que haja transparência comunicacional em todos os seus processos de decisões, garantindo desta forma um diálogo constante e democrático com a sociedade civil.

Elizabeth Pazito Brandão (2009, p. 31) define a Comunicação Pública como:

[...] o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivo da vida pública no país.

E afirma ainda que “[...] a comunicação é um componente da vida política de um país e a comunicação pública é o resultado da organização da voz do cidadão neste cenário político.” Portanto, uma comunicação ineficiente traz grande prejuízo à organização e ao cumprimento das funções de Estado.

### 2.3.2 Comunicação Organizacional no Ensino Superior

A instituição de ensino superior no Brasil é uma organização onde a formação do indivíduo se dá em várias vertentes –, seja ela profissional, técnica, artística, social, científica ou política – e, para tanto precisa estar preparada para lidar com a dinâmica informacional resultante desses processos que influenciam e são influenciados pela complexidade da sua própria natureza. A universidade é um sistema aberto, onde a comunicação se dá pela troca de informações entre os ambientes interno e externo e dentre eles; e para que isso ocorra é necessário que haja um entendimento sobre as condições para a comunicação eficaz e sobre as

dificuldades decorrentes da sua ausência ou sua escassez, o que impacta positiva ou negativamente no desenvolvimento do conhecimento a ser produzido na instituição.

Assim, para a troca eficaz de informações entre os ambientes interno e externo dessas instituições é necessário que haja um entendimento organizacional de que a escassez ou ausência de comunicação criam dificuldade no desenvolvimento do conhecimento produzido nas universidades.

A universidade tem como uma de suas finalidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de “[...] promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;” (BRASIL, 1996, cap. IV, art. 43)

Para alcançar essa finalidade, o processo comunicacional necessita de permanentes atualizações, em virtude da constante evolução dos meios de comunicação mediados pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

A estrutura organizacional da universidade precisa ser eficiente, eficaz e efetiva para que a comunicação flua sem ruído. Os atores dessa estrutura precisam estar atentos às modificações gerenciais constantes de um sistema organizacional aberto, pois a evolução da tecnologia nos ambientes de trabalho potencializa a organização e a sua capacidade informacional; em vista disso, a comunicação dentro do ambiente universitário é um fator primordial, uma vez que o conhecimento e a informação que nele circulam impactam em todas suas funções, seja no ensino de graduação e de pós-graduação, seja na pesquisa e na extensão, seja na área técnico-administrativa, de forma convergente, podendo repercutir, em última instância, no desenvolvimento do bem-estar social ou não, caso não tenha as indicadas eficiência, eficácia e efetividade.

### 2.3.2.2 Comunicação Docente - Biblioteca - Discente

O processo de construção do conhecimento relativo às funções de ensino e pesquisa, na universidade passa pela **relação docente/biblioteca/discente**, uma vez que as informações veiculadas no meio acadêmico são expostas constantemente a novas abordagens na interlocução docente e discente.

A educação e a comunicação, deste modo, estão interligadas na construção dos novos saberes, tratando-se de uma ligação complexa que precisa ser entendida e usada por todos os

sujeitos como o meio disponível para evitar a incomunicabilidade no ciclo informacional desse ambiente, necessário à sua sobrevivência.

A informação, hoje, se apresenta em um cenário cheio de inovações tecnológicas e sociais, onde o discente e docente deve estar atento às mudanças, pois a recepção da comunicação na era da globalização pode implicar em manipulações, o que requer um pensamento mais crítico e analítico das mensagens que são massificadas pelos meios de comunicação. De acordo com Itania Gomes (2004, p. 13), “[...] o receptor, se educado, pode vir assumir uma postura crítica diante destas mensagens.” Ainda, segundo a mesma autora, a leitura dentro do processo comunicacional é muito mais do que só aprender a aprender leituras técnicas, mas “[...] ler seria passar de uma consciência ingênua (a explicação simplista e ideologizada do mundo) a uma consciência crítica, totalizante, englobadora, o que só se daria mediante um processo educativo”. (GOMES, 2004, p. 14)

A escrita nasce da necessidade humana de preservar para a posteridade seu modo de ver e viver o mundo. O que nos primórdios era feito por meio de elementos figurativos, passa ser representado por signos abstratos.

A leitura, nesse contexto, é tradução da mensagem escrita, onde se procede a construção do conhecimento. A prática da leitura no ambiente universitário vem corroborar a necessidade de um profissional participar da cadeia discursiva da sua área de atuação, visto que o aprender a aprender não estará completo se a formação universitária não o incentivar na prática ativa da leitura.

A leitura é uma forma de interação e é em sociedade que a linguagem se constrói, que é aprendida pelos seus usuários e por eles modificada. (HARTMANN; SANTAROSA, 2012) A leitura tem uma função primordial na criação do conhecimento, uma vez que a usamos como meio no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, nessa contextualização, a biblioteca universitária precisa inserir-se em todo processo comunicacional da Universidade, para que possa auscultar demandas sobre seu acervo e disseminar os respectivos conteúdos, criando novas possibilidades de aprendizado.

## REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 2

ANDERSON, John R. **The architecture of cognition**. Cambridge, Mass. : Harvard University Press, c1983. xi, 345p.

BAGGIO, Cláudia Carmem; COSTA, Heloísa; BLATTMANN, Ursula. Seleção de tipos fontes de informação. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 32-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, dec. 2009. ISSN 2238-2593. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>>. Acesso em: 04 mai 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013>.

BARBOSA, Marilene L. A; FRANKLIN, Sérgio. Controle, avaliação e qualidade de serviço em unidades de informação. In: LUBISCO, Nídia M. L. (Org.). **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 89-137.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 13, n. 1esp, p. 1-25, dez. 2008. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843>>. Acesso em: 12 fev. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1esp1>.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Uso de fontes de informação para a inteligência competitiva: um estudo da influência do porte das empresas sobre o comportamento informacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 91-102, jul. 2006. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p91>>. Acesso em: 07 abr. 2018. doi: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2006v11nesp1p91>.

BETTENCOURT, Marcia Pires da Luz, CIANCONI, Regina de Barros. Gestão do conhecimento: um olhar sob a perspectiva da ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), v.5, n.1, Jan/dez, 2012. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/85>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BIREME. **Guia da BVS 2011**: versão 19. São Paulo: OPAS, 2011. Disponível em: <[http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/bvs/Guia\\_da\\_BVS\\_2011\\_pt.pdf](http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/bvs/Guia_da_BVS_2011_pt.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In.: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2009. 245 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2018

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p. 351-360, 1990. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b3d4/d7980d6a628b503003ef4e7763a93544508e.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fontes de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte, MG: Ed.da UFMG, 2000. 319 p.

CAMPOS, Marcelo Moreira. **Gestão do conhecimento o na administração pública federal em Brasília: um estudo exploratório**. 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/2015>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CAPURRO, Rafael et al. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CARDOSO, Leonor; CARDOSO, Pedro. Para uma revisão da teoria do conhecimento de Michael Polanyi. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S.l.], p. p. 41-54, jan. 2007. ISSN 1647-8614. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1184>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2. ed. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2006. 425 p. ISBN 8573593415

CHOO, Chun Wei. Perception and use of information sources by chief executives in environmental scanning. **Library and Information Science Research**, v. 16, n. 1, p. 23-40, 1994. Disponível em: < <https://www-sciencedirect-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/074081889490040X?via%3Dihub> >. Acesso em: 06 abr. 2018. doi: [https://doi.org/10.1016/0740-8188\(94\)90040-X](https://doi.org/10.1016/0740-8188(94)90040-X).

COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1983. 223 p.

CRUZ, Tadeu. **Gerência do conhecimento**. São Paulo, SP: Cobra, 2002. 167 p. ISBN 9788576501299.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001. 168 p.

DRUCKER, Peter F. O advento da nova organização. In: **Gestão do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 205 p. (Harvard business review) ISBN 853520699X.

DUTRA, F. G. C.; BARBOSA, R. R. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/26882>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

DUTRA, Frederico Giffoni; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 19-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/32676/pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FERREIRA, Leandro; PIMENTEL, Andrey. ARPTEM: autoria de regras de produção para remediação de erros com múltiplas representações externas. **Anais do SBIE 2016** (Proceedings of the SBIE 2016). Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/6780>>. Acesso em: 14 fev. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.sbie.2016.946>

GARCIA, R.; FADEL, B. R. Comportamento decisório e comunicação: da informação ao conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 100-112, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/9336>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. 258 p.

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. **Práticas de leitura para o letramento no ensino superior**. Curitiba: InterSaberes, 2012. 288 p.

KAHN, B. K; STRONG, D. M; WANG, R. Y. Information quality benchmarks: product and service performance. **Communications of the ACM**, v.45, n. 4, pp. 184-192. April 2002. Disponível em: <https://dl-acm-org.ez10.periodicos.capes.gov.br/citation.cfm?doid=505248.506007>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações públicas e comunicação organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica. **Organicom**, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 49-56, dec. 2009. ISSN 2238-2593. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139003>>. Acesso em: 04 mai. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139003>.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Brique de Lemos, 2004. 124 p.

LENARDI, Juliana; BASTOS, Rogério Cid. Bases epistemológica da teoria de criação de conhecimento organizacional. **Perspectiva em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v.4, n.2, p. 3-18, jul/dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/16998/12244>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. 195 p.

MEDEIROS, Camila Diacui; MACEDO, Marcelo; TRINDADE, Evelin Priscila. O conceito *ba* como proposta para o compartilhamento do conhecimento em uma agência bancária. **Revista Inova Ação**, Teresina, v. 2, n. 1, art. 4, p. 61-77, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/inovaacao/article/view/370>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Gestão da informação e do conhecimento. In. TARAPANOFF, Kira. (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Ed. da UNB, 2001. 343 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação e a literatura científica. In. CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2000. 319 p.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro, RJ: Campus, c1997. 358 p.

PEREIRA, Maurício Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 383p.

PIEDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221 p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. v. 1, n. 1 p. 1-5, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/8809/4716>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SANTOS, Cássia Dias; VALENTIM, Marta Lígia Pomin. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos organizacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19-33, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/download/19114/13421>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Trajetórias teórico-conceituais da comunicação organizacional. **Revista FAMECOS: mídia cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 47-53, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3392>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SERRA, J. Paulo. **Manual de teoria da comunicação**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2007. 2014 p. ISBN: 978-972-8790-87-5. Disponível em: <[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110824-serra\\_paulo\\_manual\\_teorica\\_comunicacao.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110824-serra_paulo_manual_teorica_comunicacao.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004. 162p.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade In. TOMAÉL, Maria Inês (org.) **Fontes de Informação na Internet**. Londrina : EDUEL, 2008. 184 p.

VALENTIM, Marta Lígia Pomin et al. O processo de inteligência competitiva em organizações. **DataGramZero**, v. 4, n. 3, p. A03-0, 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1277>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

VIEIRA, Ronaldo. **Gestão do conhecimento**: introdução e áreas afins. Rio de Janeiro: Interciência, 2016. 169 p.

### 3 AMBIENTE ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE

A universidade tem como finalidade, além de promover o desenvolvimento de conhecimento em todas as áreas, formar profissionais e atender demandas sociais por meio dos seus serviços de extensão, exercer sua missão social de orientar-se visando ao bem-estar da sociedade, ao fortalecimento da cidadania e da justiça. Atividades como ensinar, pesquisar e aplicar conhecimento junto à sociedade (extensão) constituem o tripé que sustenta a educação universitária.

O ambiente universitário é composto por vários atores em sua estrutura organizacional e cada um com seu papel de ação específico, atuando em conjunto para a criação de conhecimentos, orientado tanto para a formação do discente, quanto do docente e do pesquisador. Destaca-se esse conjunto de saberes heterogêneos como objeto a ser estudado, visto que, no espaço acadêmico, a vida estudantil reflete a sociedade na qual vivemos e de cuja incompreensão na interação dos seus atores surgem dificuldades para que o discente complete a sua formação acadêmica com qualidade.

A administração universitária vem sendo pesquisada por vários autores, a saber: Rizzatti e Rizzatti Junior (2004), Boschetti (2007), Schlickmann e Melo (2012), Meyer Junior (2014), Silva, Rodrigues e Almeida, (2017), pois é uma linha de atuação que requer estudos à luz das teorias administrativas, haja vista tratar-se de um ambiente onde a complexidade se revela em suas várias formas de entendimento da administração organizacional, conforme afirma Vitor Meyer Junior (2014, p, 16): “[...] todas as universidades brasileiras desfrutam de autonomia de gestão outorgada por lei, mas sempre sujeitas à supervisão do governo central.”, principalmente as universidades públicas, cujas funções administrativas devem ser claras para sociedade, de modo que não haja dúvida na sua condução. As quatro funções administrativas planejar, organizar, dirigir e controlar, também conhecidas como PODC, são inerentes e imprescindíveis ao funcionamento de qualquer organização, seja ela pública ou privada.

Para uma melhor contextualização, essas funções podem ser representadas com os seguintes verbos:

**PLANEJAMENTO:** definir, estabelecer, antecipar, reduzir incertezas;

**ORGANIZAÇÃO:** distribuir, alocar, empregar, atribuir;

**DIREÇÃO:** coordenar (ajustamento no fluxo de trabalho), liderar (influenciar, persuadir, convencer);

**CONTROLE:** avaliar, medir, mensurar, qualificar.

Essas funções administrativas foram concebidas inicialmente por Henry Fayol<sup>24</sup>, na Teoria Clássica da Administração, e até hoje são utilizadas para descrever as etapas de administração de uma organização. Porém, é importante deixar claro que a administração universitária tem peculiaridades, conforme apontam Rizzatti e Rizzatti Junior, (2004):

[...] A administração universitária é uma área de conhecimento à parte da administração de empresas e da administração pública, com estatuto teórico e metodológico distinto. Isso significa que, da mesma forma como não se pode gerenciar organismos públicos como se administra uma empresa privada, a administração universitária também tem suas formas distintas de gerenciamento. [...] a administração universitária é classificada em duas modalidades: os serviços administrativos e de infraestrutura (atividade meio) e a prática acadêmica que compreende laboratórios, prática de estágios, professor em sala de aula, etc (atividade fim). Cada um desses setores da administração educacional constitui um campo específico de trabalho para o profissional da instituição cuja formação exige a aquisição de competências conceituais ou administrativas, técnicas e humanas, sendo que ambas devem caminhar juntas e não separadas.

A universidade é uma instituição que trabalha com a educação, cuja prerrogativa está inserida dentro do direito social, explicitado na Constituição brasileira (1988), cap. II no art. 6º, que garante aos indivíduos o seu acesso, para que tenham uma vida digna em sociedade.

Nesse âmbito, a universidade brasileira que, desde sua criação, nos primórdios do século XX, era considerada uma organização social, pública e gratuita, portanto acessível a todos os indivíduos, passa por uma ditadura militar (1964-1984) e pelo neoliberalismo, implementado pelos governos que sucederam esse regime, e se transforma em uma universidade de modelo empresarial alinhado à economia capitalista norte-americana, implementado pelo Plano Acton<sup>25</sup> (1965/1966), cuja estratégia enfatizava uma gestão universitária para a produtividade, na proposta da administração empresarial. (SILVA;

<sup>24</sup> Jules Henri Fayol (Istambul, 29 de Julho de 1841 — Paris, 19 de Novembro de 1925) foi um engenheiro de minas francês, formado pela École des Mines de Saint-Etienne e um dos teóricos clássicos da ciência da administração, sendo o fundador da teoria clássica da administração e autor de *Administration Industrielle et Générale - Prévoyance, Organisation, Commandement, Cooordination, Contrôle*, editado em 1916. (JULES HENRI FAYOL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jules\\_Henri\\_Fayol&oldid=52131895](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jules_Henri_Fayol&oldid=52131895)>. Acesso em: 19 mai. 2018.)

<sup>25</sup> Rudolf Atcon, americano, membro da AID (Agency International Development), fizera um estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas a várias instituições do país. Designado consultor do Ministério da Educação e Cultura na ditadura do regime militar brasileiro (1964-1984). “[...] Coube, portanto, a Atcon a incumbência maior de orientar a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, objetivando rendimento e eficiência e a construção de um suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado do Brasil Grande, injetada pelos interesses estrangeiros nos discursos governamentais.” (BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p. 221 –229, set. 2007).

RODRIGUES; ALMEIDA, 2017, p.4-5). Toda essa transformação conceitual ainda está presente nos dias atuais, onde alguns autores, como Rizzatti e Rizzatti Junior (2004), Meyer Junior (2014), Sampaio e Laniado (2009), descrevem as dificuldades de gestão do ambiente universitário. Conforme Meyer Junior, (2014, p.17), que cita Winston (1997), nesse contexto de diferenciação

Os seguintes elementos distinguem as universidades das empresas: não distribuição de lucros, informação assimétrica daquilo que se adquire ao se registrar e pagar as mensalidades, princípios idealistas educacionais e sociais, subsídios proporcionados aos estudantes na venda de serviços educacionais de custos caros por um preço subsidiado e, finalmente, a estranha ‘tecnologia’ utilizada na produção dos serviços educacionais, chamada ‘cliente-entrada’, centrada no próprio aluno como único cliente. Neste particular, os alunos ajudam a educar outros alunos (Winston, 1997).

O próprio Meyer Junior (2014, p.17-18) aponta outra visão do que vem a ser a administração universitária: “[...] as universidades constituem-se em organizações atípicas, sistemas complexos, cujas características especiais requerem uma abordagem própria para serem devidamente administradas.” E ainda assegura que a lógica de produtividade do mercado e do ambiente acadêmico é diferente em seus resultados; quanto a primeira, focaliza nos resultados financeiros – algo tangível; a segunda “concentra-se na valorização do aprendizado, na produção do conhecimento e na contribuição da educação para o desenvolvimento da sociedade, algo intangível e, portanto, de difícil mensuração”. (MEYER JUNIOR, 2014, p. 18).

Esse tema está sendo pesquisado e aprimorado como uma nova área de administração, visto que a administração universitária não se rege pelos cânones da administração de empresas, nem das organizações públicas em geral. Assim, para fins de subsidiar o referido estudo, trouxeram-se as seguintes temáticas:

- **Teoria das organizações:** [...] Abordagem Institucional; Conhecimento, Aprendizagem e Inovação; Trabalho, Organização, Estado e Sociedade; Comunicação, Processos Discursivos e Produção dos Sentidos; Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologias nos Estudos Organizacionais; Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações; Gênero e Diversidade; Organizações Familiares; História e Memória em Organizações; Redes e Relacionamentos Intra e Interorganizacionais; e Simbolismos, Culturas e Identidades em Organizações.
- **Temas específicos:** [...] Políticas da Educação Superior; Estrutura e funcionamento da Educação Superior; Universidade e Sociedade; Avaliação da Educação Superior; Educação a Distância; Universidade e Desenvolvimento Regional; Acesso, permanência e evasão; Ensino, pesquisa

e extensão; Estrutura acadêmica e administrativa; Internacionalização e mobilidade acadêmica; Universidade e Compromisso Social; Autonomia; e Cooperação Universidade-Empresa [...] 'administração universitária'. (SCHLICKMANN; OLIVEIRA; MELO, 2014, p.167-168)

Inclusive com o paradigma tecnológico da Sociedade do Conhecimento, antigas práticas acadêmicas e pedagógicas precisam ser aperfeiçoadas, para atender a atual geração de discentes, pois, segundo Cecília Gaeta e Marcos Masetto (2013, p. 38), o discente:

[...] tem a capacidade de ouvir/assistir a vários programas em diferentes aparelhos, simultaneamente. Tem sensibilidade aguçada para distinguir os sinais de entrada e escolher a qual dar atenção. Concentra-se momentaneamente em um tema e dispersa-se assim que estiver satisfeita: um programa de tevê, um filme, uma reportagem em vídeo, uma pesquisa na web ou um amigo conectado.

Assim, administrar a universidade, dentro e fora da sala de aula, requer dos docentes, novas qualificações respectivamente pedagógicas e administrativas. A Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, no seu art. 16, estabelece quem poderá assumir tais cargos gerenciais – na unidade de ensino e fora dela –, cuja complexidade sugere uma qualificação específica. Nesta perspectiva, Rizzatti e Rizzatti Junior (2004, s.p.) apontam as consequências dessa falta de qualificação gerencial:

[...] A falta de conhecimentos teóricos da função administrativa por parte dos dirigentes universitários faz com que a administração das universidades seja desenvolvida de forma empírica, submetendo-a a riscos e ao conservadorismo. Como consequência desastrosa desse empirismo, seus atos ficam na dependência das circunstâncias cotidianas ou das prescrições de outros ocupantes da mesma posição, em contextos diferentes, ou, na pior das hipóteses, passam a encarar as funções administrativas do ponto de vista de suas expectativas pessoais, sem refletirem definições adequadas de tais funções.

Com isso, muitos processos decisórios, como também de avaliação, não atingem seus objetivos, nem cumprem suas metas, causando interrupções, morosidade, baixa qualidade dos serviços, perda de credibilidade administrativa na sociedade na qual a organização está inserida.

O processo decisório dentro da universidade parte do princípio estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, no art. 56, conforme segue:

[...] As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Portanto, o processo decisório dentro das universidades parte dos docentes que fazem parte dos órgãos colegiados, com função deliberativa, nas condições que seguem:

[...] os seus dirigentes funcionam como catalisadores: não mandam, mas negociam, não planificam de forma ampla e tratam de resolver problemas utilizando-se de soluções preexistentes; as mudanças dependem do consenso e da autoridade de uma grande quantidade de pessoas. (SOUZA; SANTOS, 2013, p. 519)

O conhecimento produzido nessas instâncias de deliberação é posteriormente transformado em informação impressa (resoluções, normas, manuais, instruções, políticas, entre outras) para disseminação das decisões, servindo de bússola na prática dos atores de dada estrutura organizacional. Essas práticas vão servir de insumo como novos conhecimentos para essas instâncias deliberativas. Segundo Meyer Junior (2014, p. 22), citando Nonaka e Takeuchi e Weick e Roberts,

[...] as organizações utilizam-se do conhecimento nelas existente, quer na forma individual ou coletiva. Há aqui o entendimento de autores como Nonaka e Takeuchi (1995)<sup>26</sup> de que os praticantes criam conhecimento novo a partir de suas práticas, seja este conhecimento tácito ou explícito. As práticas, neste caso, falam por si mesmas, por meio das ações de seus praticantes. Há também a necessidade de se explorar as práticas e a natureza das regras, que orientam, ou de onde derivam as ações sociais dos agentes, como lembram Weick e Roberts (1993)<sup>27</sup>.

A gestão administrativa universitária pública requer pesquisas, em razão da peculiaridade regional de cada instituição, de onde pode ser ou não aproveitada a prática exitosa de outra gestão universitária. Maria Vanda Silva, Maxweel Rodrigues e Antonio Jones Almeida (2017, p.12) concluíram que:

<sup>26</sup> NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **The knowledge creating company**: how Japanese create the dynamics of innovation. New York: Oxford University Press, 1995.

<sup>27</sup> WEICK, K. E; ROBERTS, K. Collective mind in organizations: heedful interrelating in flight deck. **Administrative Science Quarterly**, v. 38, n. 3, Sep., 1993.

[...] Considerando que no processo da administração das IES públicas, a gestão é definida pela forma de governo do Estado ao longo da história e no novo modelo de gestão, os processos decisórios se alinham ao sistema empresarial, modelo esse que nos dias atuais suscitam das IES uma gestão para a eficácia na aplicação dos recursos públicos com ênfase no plano de metas para a produtividade.

### 3.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO BRASILEIRO

A educação nacional é estabelecida como um direito social de todos, dever do Estado e da família, tendo como propósito o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Os instrumentos legais das políticas educacionais tentam tornar claras as funções do Estado na condução educação superior, o que pode ser observado no Quadro, ilustrativo do que se afirma:

**Quadro 5:** Instrumentos legais do Ensino de Graduação, no Brasil, em 2018

INSTRUMENTO LEGAL	LEI	TEXTO
<b>Constituição Federal</b>	Constituição (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988	Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
<b>LDB</b>	Lei nº 9.394 de 20 de dez. 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
<b>Plano Nacional da Educação</b>	Lei nº 13.005, de 25 de jun. 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências - (PNE 2014-2024)
<b>SINAES</b>	Lei nº 10.861 de 14 de abr. 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
<b>Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES</b>	Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013	Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências
<b>Ensino Superior Regulação, Supervisão e Avaliação</b>	Decreto nº 9.235, de 15 de dez. 2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, pós-graduação no sistema federal de ensino.
<b>Educação a Distância</b>	Decreto nº 9.057, de 25 de mai. 2017	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece

		as diretrizes e bases da educação nacional.
<b>Educação a Distância</b>	Portaria Normativa MEC, nº 11, de 20 de jun. 2017	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017;
<b>Ato Regulatório</b>	Portaria Normativa MEC, nº 20, de 21 de dez. 2017	Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;
<b>Sistema e-MEC</b>	Portaria Normativa MEC, nº 21, de 21 de dez. 2017 –	Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC.
<b>Procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições</b>	Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 de dez. 2017	Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.
<b>Fluxo dos Processos Do Ato Regulatório de Curso e Institucional</b>	Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dez. 2017	Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
<b>Calendário Anual de abertura do protocolo</b>	Portaria Normativa MEC, nº 24, de 21 de dez. 2017	Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2018.
<b>INEP</b>	Portaria Normativa INEP nº 19 de 13 dez. 2017 -	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
<b>Fluxo dos processos da Avaliação Externa - <i>in loco</i></b>	Instrução Normativa INEP nº1 de 15 dez. 2017	Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa <i>in loco</i> pelo Inep, a partir da vigência das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017.
<b>Regulamenta os artigos</b>	Instrução Normativa INEP nº 2 de 22 dez. 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017.
<b>Instrumentos de Avaliação Institucional</b>	Credenciamento	Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância – Credenciamento.

<b>Instrumentos de Avaliação Institucional</b>	Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica	Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância – Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica.
<b>Instrumentos de Avaliação de Cursos</b>	Autorização	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – Autorização.
<b>Instrumentos de Avaliação de Cursos</b>	Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento.	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento.
<b>Enade 2018</b>	Portaria nº 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2018.
<b>Cálculo Enade</b>	Nota Técnica nº 12/2017/CGCQES/DAES	Cálculo da nota final do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade
<b>Instrução dos novos instrumentos de avaliação externa</b>	Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, 2017	Novos instrumentos de avaliação externa: Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância (IAIE); Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância (IACG).

**Fonte:** Baseado na legislação federal.

É importante lembrar que o Estado tem como prerrogativa no Sistema do Ensino Superior *regular, supervisionar e avaliar* as organizações educacionais, bem como a arquitetura de ensino que compõe esse sistema. O fluxo dos Atos Autorizativos e Atos Regulatórios da educação superior se constituem conforme segue: **Processos de entrada** – credenciamento de IES e autorização de cursos; **Processos de permanência** – recredenciamento de IES, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; e os **Processos de Saída:** descredenciamento das IES e desativação de cursos (MOROSINI; SOUSA, 2011, p. 120).

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, classifica a organização administrativa das IES em: I - as instituições federais de ensino superior - IFES; II - as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada; e III - os órgãos federais de educação superior. A organização acadêmica das IES é dividida em: I - faculdades; II - centros universitários; e III - universidades. (BRASIL. Decreto nº 9.235, 2017, p. 1 e 4).

As instituições particulares que querem entrar no Sistema Federal de Ensino precisam solicitar seu credenciamento e posteriormente transformar a sua organização acadêmica de faculdade em Universidade ou Centro Universitário e, na direção de continuar no sistema, precisam fazer o recredenciamento institucional. As IES particulares também precisam de autorização, reconhecimento e renovação, por parte do Ministério da Educação, para ter os cursos de graduação em funcionamento.

Já para instituições federais de ensino superior (IFES), o Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017, pontua no parágrafo 6, do artigo 41 que para a autorização de funcionamento de um curso de graduação: “O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para autorização de cursos e aumento de vagas para as IFES, nos cursos referidos no caput.”; e para reconhecimento e renovação de reconhecimento, no parágrafo 4, do artigo 45, consta também que “O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos das IFES.”

Do ponto de vista jurídico, a LDB 9.394 de 1996, regulamenta as instituições de ensino como: Públicas (Federais, Estaduais e Municipais) e Privadas (particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas), onde a educação superior compreende conteúdos nas diversas áreas do conhecimento, planejados para atender as finalidades do ensino, da pesquisa e da extensão. O Sistema da Educação Superior está estruturado de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro 6:** Organização Acadêmica do Sistema do Ensino Superior

EDUCAÇÃO SUPERIOR					
Cursos de Graduação			Cursos sequenciais		Cursos de extensão
Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Formação específica	Complementação	
↓	↓	↓			
Pós-graduação					
<i>Stricto sensu</i>	<i>Lato sensu</i>				
Mestrado					
↓	Especialização	MBA			
Doutorado					
↓					
Pós-Doutorado					

Fonte: Adaptado de Cecília Gaeta e Marcos Masetto (2013, p. 122).

### 3.1.1 Graduação

Para um melhor entendimento, a graduação é a formação inicial do ensino superior e tem como uma das suas finalidades, segundo o artigo 43 da LDB 9.394, de 1996, “[...] a qualificação para a inserção em setores profissionais, bem como a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.” Para essas finalidades, os cursos de graduação deverão seguir as *Diretrizes Curriculares Nacionais*, elaboradas pelo Conselho Nacional de

Educação (CNE), em consonância com a Classificação Brasileira de Trabalho (CBO)<sup>28</sup>, criada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002. Cada diretriz curricular, segundo o parecer CNE/CES nº 583/2001, deve ter a seguinte composição: “parâmetros ou padrões – *standard* – curriculares que são referenciais curriculares detalhados e não obrigatórios.”

- [...] 1- A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior.
- 2- As Diretrizes devem contemplar:
- a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, o projeto pedagógico, deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.
  - b- Competência/habilidades/attitudes.
  - c- Habilitações e ênfases.
  - d- Conteúdos curriculares.
  - e- Organização do curso.
  - f- Estágios e Atividades Complementares.
  - g- Acompanhamento e Avaliação. (BRASIL... Parecer nº: CNE/CES 583/2001, 2001 p.2-3).

Conforme o Quadro 6, para entrar em um dos três níveis de graduação, o discente deve ter concluído o ensino médio, cuja duração varia de dois anos para tecnólogo e até 6 anos para bacharelado, sendo que os cursos sequenciais são de curta duração e oferecem uma formação mais específica e direcionada a um tema para complementar a sua formação. Todos os diplomas de graduação deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação para ter validade em todo o território Nacional; já para o diploma estrangeiro é necessária a sua revalidação em instituições do ensino superior autorizadas pelo governo.

As competências nos níveis de graduação são focadas no seguinte formato: no caso do Tecnólogo, sua formação é específica para uma área, tendo muitos componentes curriculares práticos, com o intuito de atender ao mercado de trabalho. Já o Bacharelado é uma formação mais generalista, para atender todas as linhas de trabalho de uma área. A Licenciatura tem o foco para atender a área educacional, especificamente o ensino médio.

---

<sup>28</sup> A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República. (BRASIL. Ministério do Trabalho. *Classificação Brasileira de Ocupações* – CBO. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.)

### 3.1.2 Pós-graduação

A organização da pós-graduação é supervisionada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), criada em 1951 e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja finalidade é a expansão e a consolidação desse nível de educação. A pós-graduação está dividida em *strictu sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado - e *lato sensu*, este ligado aos cursos de especialização e aperfeiçoamento. Exige-se dos candidatos o nível de graduação ou demais cursos superiores para inserção nos cursos de pós-graduação.

Os cursos de *lato sensu* são oferecidos pelas instituições de ensino superior sem necessidade de passar por atos autorizativos a cargo do Inep, mas precisam ser observadas as diretrizes da Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, que dispõe sobre o seguinte: “[...] estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização”. Os cursos com modalidade à distância, também são contemplados nessa resolução.

Os cursos de *strictu sensu* são programas oferecidos pelas instituições de ensino superior e devem se submeter aos atos autorizativos concedidos pelo MEC e regulamentados pela Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterados pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. O mestrado profissional é regulamentado pela Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES Nº 131, de 28 de junho de 2017, e tem como objetivo contribuir com o segmento produtivo nacional, melhorando a competitividade e a produtividade nas empresas. Já a modalidade de mestrado e doutorado tem no Parecer CES/CFE 977 de 1965 os motivos que deram início à concepção do sistema de pós-graduação:

[...] 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (ALMEIDA JUNIOR, 2005, p.165)

Os cursos de mestrado e doutorado têm a sua função orientada, respectivamente, para formar o docente de ensino superior e o docente pesquisador.

### 3.2 SISTEMA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – Cursos de Graduação

Com a finalidade de regular e supervisionar o sistema da educação superior, o MEC criou a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) em 2011, pelo Decreto nº 7.480, hoje regulamentado pelo Decreto nº 9.005/2017, cuja função é acompanhar todos os processos de entrada, de permanência e de saída das instituições públicas e privadas, na modalidade presencial e a distância, do Sistema Federal de Ensino. A Seres regula a oferta da educação superior, criando parâmetros para a elevação da qualidade do ensino. Esses processos são regulamentados pelo Decreto n. 9.235/2017, cujo artigo 1, §1º estabelece que a:

[...] regulação será realizada por meio de atos autorizativos de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu no sistema federal de ensino, a fim de promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade das instituições e dos cursos e de estimular o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. (BRASIL. Decreto nº 9.235..., 2017, p. 1)

A supervisão irá acompanhar todos os processos de regulação através das avaliações das IES, nas quais são considerados tanto a regularidade de funcionamento, quanto a qualidade das instituições educacionais e dos cursos de graduação. Todos esses processos de avaliação são respaldados pela Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os procedimentos de supervisão (preparatório, saneador e o sancionador) são instaurados por meio de ofícios, à medida que são identificadas irregularidades na oferta de vagas na educação superior.

A avaliação feita pelos Sinaes e realizada pelo INEP é composta desses itens: avaliação das IES; avaliação externa *in loco* das IES; avaliação dos cursos de graduação; e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade.

Essas exigências para o funcionamento da educação superior visam que a instituição educacional seja organizada segundo os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

### 3.3 PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO – Cursos de Graduação

A prerrogativa que o governo tem de *regular, supervisionar e avaliar* o Sistema do Ensino Superior deve ser realizada através do planejamento, onde constam os objetivos a serem alcançados pela instituição. Trata-se de uma função administrativa primordial, devido à diversificação de ações que uma organização de ensino superior necessita para cumprir suas finalidades quanto à construção de conhecimento, seja pelo ensino, pela pesquisa ou pela extensão. Tanto a função planejamento, como seus instrumentos – o plano e o projeto – integram as iniciativas para cumprimento da missão institucional.

O planejamento é a primeira etapa das funções administrativas, onde se estabelecem objetivos e metas – *é o pensar*. O plano, dentro do planejamento, é a descrição sistematizada das informações que darão a base de sustentação às ações que se quer desenvolver/realizar - *é a formalização do pensar*. O projeto é o detalhamento de uma ação específica dentro do plano, visando à realização das ações. Segundo Idalberto Chiavenato (2010, p. 51), “[...] a organização não trabalha na improvisação. Quase tudo nelas é planejado antecipadamente. O planejamento constitui a primeira função administrativa e serve de base para demais”. O planejamento, nesse sentido, é retroalimentado pelos resultados da última função administrativa, *o controle*, cujo produto serve como correção ou afirmação dos rumos em um novo planejamento.

Para a execução do planejamento é necessário que a comunicação organizacional seja fluída, visto que um ruído, por falta de repertório adequado, por exemplo, gera incertezas no processo.

Destaca-se que o processo de planejamento, pela relevância de que se reveste na administração organizacional, deve ser realizado antecipadamente contemplando todos os setores, o que vai resultar no macroplanejamento institucional que influenciará todo o desempenho da instituição no presente e no futuro. Para Zainko e Pinto (2008, p. 18) “Administrar uma instituição de ensino superior (IES) não é apenas organizar algo que já existe, que está pronto e acabado; é também produzir novas relações em contextos sociais, políticos, culturais e pedagógicos.”

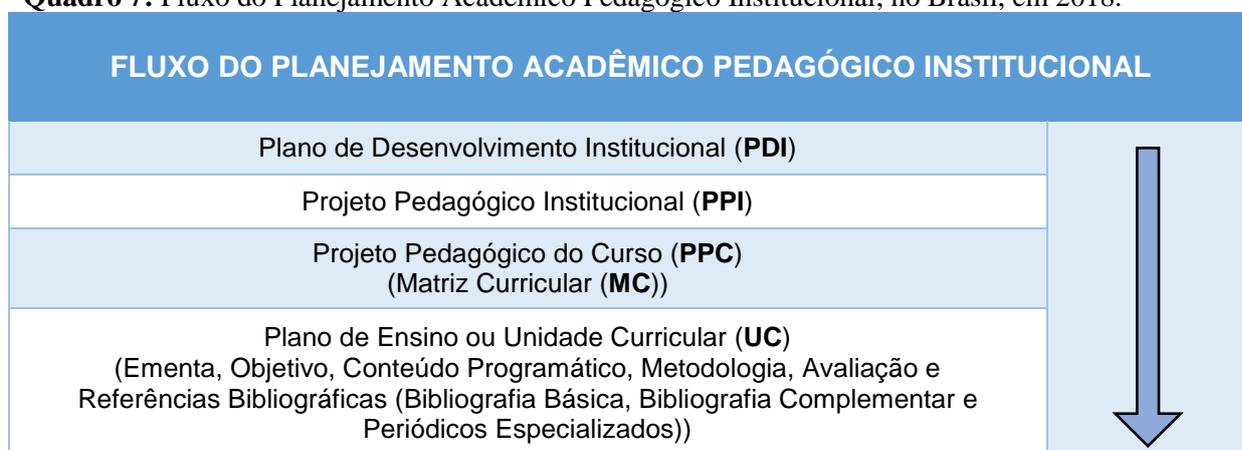
O planejamento da educação nacional é mencionado na LDB 9.394 de 1996, nos artigos 12 e 9, respectivamente, referindo-se à incumbência dos estabelecimentos de ensino e designando como responsabilidade da União o processo de avaliação de rendimento

educacional. Apesar de não estar escrito claramente, o planejamento da educação do ensino superior encontra-se conectado ao conceito de avaliação, visto que o objetivo da avaliação é propor novas soluções para os problemas organizacionais.

### 3.3.1 Fluxo do Planejamento Acadêmico Pedagógico

Os principais instrumentos de planejamento acadêmico, na organização da educação superior, são requeridos pela LDB 9.394 de 1996 e formam um fluxo que resulta na integração dos pilares da educação superior: ensino, pesquisa e extensão.

**Quadro 7:** Fluxo do Planejamento Acadêmico Pedagógico Institucional, no Brasil, em 2018.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O fluxo anteriormente indicado revela que o planejamento educacional está interligado, formando uma cadeia de informações que abarcam os elementos integrantes do processo ensino-aprendizagem.

**O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** é uma ferramenta de planejamento e gestão da Instituição de Ensino Superior (IES), cuja atualização se dá a cada cinco anos. Ele identifica a instituição e dispõe dos instrumentos exigidos pelas funções de regulação, supervisão e avaliação, estabelecidas através dos atos autorizativos, conforme determina o Decreto 9.235 de 2017, no seu artigo 21. Deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

**I** - missão, objetivos e metas da instituição [...]; **II** - projeto pedagógico da instituição; **III** - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e década um de seus cursos [...]; **IV** - organização didático-pedagógica da instituição [...]; **V** - Oferta de cursos e programa de pós-graduação [...]; **VI** - perfil do corpo docente [...]; **VII** - organização administrativa da instituição [...]; **VIII** - Projeto de acervo em meio digital [...]; **IX** - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando: a) com relação à biblioteca: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos,

*incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; b) com relação aos laboratórios: [...] c) plano de promoção de acessibilidade [...]; **X** - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. [...]; **XI** - oferta de educação a distância, [...]. (BRASIL, Decreto 9.235, 2017, p.7, grifo nosso)*

Em seu conjunto de diretrizes, encontra-se o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** que passou a integrar o PDI a partir do Decreto nº 5.773/06, inciso II, do artigo 16., e hoje é requerido pelo que estabelece o Decreto nº 9.235/2017, no seu art. 21., inciso II. O PPI é entendido como um processo político-pedagógico, de “[...] caráter filosófico e teórico-metodológico norteador das práticas acadêmicas da IES e ou de um curso, definindo a sua política quanto às funções básicas da educação superior: ensino, pesquisa e extensão.” (ZANIKO; PINTO, 2008, p. 69).

O PPI é um instrumento de construção coletiva da comunidade acadêmica, estabelece as diretrizes gerais para a prática institucional e reflete todo processo de ensino-aprendizagem para a formação dos discentes. O PDI, junto com o PPI, forma um instrumento que norteia os objetivos institucionais, como também as tomadas de decisões que ocorrerão em cinco anos, cujo controle deverá ser efetivado a cada avaliação pelos atos autorizativos institucionais (Recredenciamento Institucional ou Transformação de Organização Acadêmica).

Cada curso de graduação e de pós-graduação deverá ser criado com base na Diretriz Curricular Nacional (DNC) pertinente, a qual orientará a formulação do **Projeto Pedagógico do Curso (PPC)**. Sua concepção irá viabilizar todo o processo de formação do discente, refletindo a construção da:

[...] identidade formativa nos âmbitos humanos, científico e profissional, as concepções pedagógicas e as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e a aprendizagem e sua avaliação, o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento. [...] o PPC é um processo intencional, permanente, coletivo e participativo, [...] com base na missão, nos fins e nas diretrizes institucionais e nas especificidades de sua área de conhecimento, define os rumos da formação do cidadão/profissional. (ZANIKO; PINTO, 2008, p.77)

Segundo ainda Marcos Masetto (2012, p.71 apud GAETA; MASETTO, 2013, p.29), o PPC é um documento que

Consolida o que, o por que, o quando e como ensinar; Define os perfis dos profissionais que se pretende formar, explicitando seu compromisso social

com competência e cidadania; Estabelece sua marca, sua missão, sua visão de sociedade e de ensino, ao estabelecer e dar sentido ao compromisso social que determinado curso assume com a formação; Planeja as atividades e projetos que o pretende desenvolver nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, buscando superar a fragmentação das áreas do conhecimento, integrando as atividades acadêmicas; Organiza a estrutura do curso, com objetivos, componentes curriculares, metodologia e processo avaliativo a serem adotados, assim como os produtos a serem entregues na conclusão do curso; Identifica e aponta perfis para a contratação dos profissionais necessários e capacitados para a realização das atividades acadêmicas; Planeja e institui os recursos necessários para que se alcancem seus objetivos: espaços, laboratórios, bibliotecas, videoteca, Internet, secretaria, serviços gerais e toda a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado aos fins que se pretende atingir.

A elaboração do PPC deve conter as definições solicitadas pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dez. 2017, art. 43., inciso II., onde é salientado que ele

[...] informará o número de vagas, os turnos, a carga horária, o programa do curso, as metodologias, as tecnologias e os materiais didáticos, os recursos tecnológicos e os demais elementos acadêmicos pertinentes, incluídas a consonância da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de educação a distância do curso, quando for o caso; (BRASIL, Decreto 9.235..., 2017, p. 12)

O PPC, sendo assim, é um processo que deve estar em constante avaliação e aperfeiçoamento, onde tudo que é planejado tem seu prazo estimado para conclusão. É recomendável, portanto, que o PPC, do mesmo modo que um projeto administrativo, seja reavaliado periodicamente, no intuito de evidenciar e apurar, através dos resultados, se objetivos e metas foram alcançados, retroalimentando, assim, a futura etapa de planejamento.

O gerenciamento de tempo do PPC é explicitado através do agrupamento de componentes curriculares por semestre que vão dar forma à **Matriz Curricular (MC)** do Curso, onde constam os componentes curriculares, com suas ementas e bibliografias.

A ação pedagógica deve constar no **Plano de Ensino** ou **Unidades Curriculares**, explicitando: a ementa, os conteúdos, a carga horária, a metodologia de ensino, as atividades discentes, os critérios de avaliação e as bibliografias básicas e complementares (ZANIKO; PINTO, 2008, p. 84).

Como menor unidade da cadeia do planejamento de determinado curso, esse documento - Plano de Ensino - é um instrumento de comunicação oficial didático-pedagógico, que informa a universidade sobre o planejamento do período letivo do docente, o qual deve ser elaborado segundo a proposta do PPC e em conformidade com o PDI. Trata-se de um dos

instrumentos utilizados pela Coordenação do Colegiado de Curso para verificar se os conteúdos representados nas ementas estão sendo executado conforme a carga horária do componentes curriculares, resultando no desenvolvimento acadêmico proposto no PPC para o discente. Além dessa função de acompanhamento pedagógico, o Plano de Ensino especifica para a instituição, todo o material didático que o docente necessita para executar esse plano.

O Plano de Ensino é mais que um formulário burocrático a ser entregue ao Colegiado de Curso/Departamento para seu arquivamento; é um documento que expressa toda a ação pedagógica do docente em sala de aula. É através dele que o conteúdo previsto é materializado, visando a completude da ação pedagógica de dada aos componentes curriculares. Como documento, o Plano de Ensino tem um elenco de rotinas para “materialização de enunciados<sup>29</sup>” institucionais que, segundo a definição de Foucault (apud FROHMANN, 2006, p.23) “[...] estabelecem e mantêm as relações entre enunciados, dando a eles peso, massa, inércia e resistência. Elas respondem pela materialidade dos enunciados. [...]”

Bernd Frohmann (2006, p.22) também faz uma analogia com área de Física:

Ao contrário de um objeto físico, a materialidade do enunciado não consiste simplesmente de sua existência no espaço e no tempo. A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência. Assim, o conceito de materialidade está mais para o conceito de massa da física moderna, do que para o conceito de substância física. A analogia é útil porque, assim como a equação de Einstein, ela dirige nossa atenção para a relação entre a massa do enunciado e sua energia. Quando compreendemos a fonte da massa e da inércia do enunciado, compreendemos também a fonte de sua energia, força e poder. Por causa de sua materialidade, nem tudo pode ser feito com um enunciado ou a ele. Os enunciados apresentam graus de estabilidade, de acomodação e de resistência à transformação, deterioração ou desestabilização. Sua massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos.

O documento institucional faz parte do caráter e da vida social de uma organização e expressa modificações que aparentemente não são percebidas pelos sujeitos que participam de seu fluxo informacional. O plano de ensino precisa constantemente de atualizações, dado que o conhecimento para ser criado carece que a informação saia da inércia; para isso, ele precisa

---

<sup>29</sup> [...] “Enunciados, para Foucault, não são documentos [...] Mas o que ele diz sobre os enunciados é muito útil para se pensar a respeito de documentos e, conseqüentemente, sobre a materialidade da informação. [...] Ele discute o enunciado, não a partir do ponto de vista do que ele representa ou significa – portanto não do ponto de vista de sua “informação” – mas pela via de sua existência: como ele surge, as regras de sua transformação, ampliação, as conexões entre enunciados, e seu desvanecimento até deixar de existir. (FROHMANN, 2006, p.22-23).

ter massa em informação, onde maior será sua força em peso e alterará o conhecimento já existente no receptor. Todo esse processo documental é uma fração intrínseca da comunicação organizacional e, portanto, é recomendada sua criação e atualização no âmbito da sala de aula.

### 3.3.2 Bibliografias

As referências bibliográficas contidas na bibliografia<sup>30</sup> do Plano de ensino são um dos itens fundamentais do plano de ensino e da biblioteca universitária, cujas fontes de informação (primárias, secundária e terciária) são aqui destacadas considerando a complexidade de sua materialização para subsidiar o processo ensino-aprendizagem. O referencial teórico, contido nos planos de ensinos, através das bibliografias, devem ficar evidente e alinhada com o PPC e com o PDI, uma vez que é preconizado na legislação do ensino superior sobre o PDI:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;
- 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e**
3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; (BRASIL, Decreto 9.235..., 2017, p. 7, grifo nosso)

A correlação pedagógica entre as estruturas de planejamento (PDI, PPC, Matriz curricular e Plano de ensino) da universidade promovem uma melhor articulação entre os ambientes administrativos, pedagógico e científico da universidade, onde o tempo gasto em sala de aula poderá ser aproveitado com agilidade pelos docentes e discentes nos objetivos propostos pelo planejamento macro e micro do ambiente universitário.

Para que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados em sala de aula, convêm no conteúdo programático indicar sugestões precisas fontes de informação em conjunto com o tema do componente curricular, tais como:

“[...] capítulos de livro, artigos, sites, revistas, livro que deverá ser consultado, por que serão materiais usados em aula para atividade previstas. Desaconselha-se a indicação extensa lista de material a ser lido ou

---

<sup>30</sup> Bibliografia é uma publicação listando materiais tais como livros e artigos de periódicos sobre um dado assunto. É arranjada em ordem lógica ou sistemática. Fornece informação suficiente para os materiais serem recuperados, geralmente na forma de citações bibliográfica, isto é, servem como fontes que encaminham à obra ou obras passíveis de fornecer a informação desejada. (FIGUEIREDO 1996, p. 18)

consultado para a aula, pois sabemos que os alunos não têm tempo para isso e, de fato, o material não será todo usado na aula. Depois de estudado o assunto, indicar bibliografia complementar é louvável e necessário.” (GAETA; MASETTO, 2013, p. 73)

Dentre as finalidades das referências bibliográficas no Plano de Ensino, destacam-se: constituir-se no referencial teórico oficial adotado pelo docente para a elaboração do conteúdo programático do curso que deverá ser ministrado no período letivo; servir ao discente, na rotina estudantil, como fonte de informação norteadora dos assuntos abordados em sala; servir a biblioteca para informar quais as bibliografias básicas e complementares deverão ser adquiridas e suas respectivas quantidades; servir ao Colegiado de Curso para verificar se há coerência entre a bibliografia indicada e o que preconiza o PPC; nortear outros professores no planejamento de aula de turmas avançadas, pois existe uma sequência de assuntos a serem apreendidos pelo discente.

As referências bibliográficas deverão ser divididas em Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar e Periódicos Especializados. Ainda que o item ‘periódicos especializados’ faça parte da avaliação realizada pelo INEP, iremos focar nossa discussão sobre a Bibliografia Básica e a Complementar que devem compor o ciclo informacional da graduação.

### 3.3.2.3 Bibliografia Básica

Na tentativa de orientar o entendimento sobre o que sejam as bibliografias indicadas, há uma sugestão de Lubisco para sua definição, tendo em vista que a formulação feita pelo INEP (2015, p. 41) não oferece elementos esclarecedores sobre suas características. Assim, a Bibliografia Básica pode ser definida conforme segue:

É o conjunto de obras (ou fontes) impressas e [/ou] eletrônicas, cujo conteúdo é essencial e indispensável para o estudo e a pesquisa dos fundamentos teóricos e práticos de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina. (LUBISCO, 2014, p. 46)

É importante que suas escolhas sejam alicerçadas também em “relevância, acessibilidade e atualidade” Através da *relevância*, o docente, poderá dá apoio e credibilidade ao ponto de vista exposto, como também, contradizê-lo no assunto exposto. Já *acessibilidade* tem sua relevância apoiada no fácil acesso a informação, na importância científica e na fácil

aquisição pela biblioteca. O item *atualidade* refere-se ao acompanhamento do conteúdo ao momento presente ou às demandas do conteúdo (PEREIRA, 2012, p.133).

#### 3.3.2.4 Bibliografia Complementar

As fontes de informação da bibliografia complementar são selecionadas para ampliar e/ou aprofundar os assuntos tratados. Para esclarecer sobre seu significado, Nídia Lubisco (2014, p. 46) propõe que a Bibliografia Complementar seja assim definida:

É o conjunto de obras (ou fontes) impressas e [/ou] eletrônicas que ampliam o conteúdo e as abordagens da bibliografia básica, enriquecendo os conhecimentos e práticas contidos/ resultantes das obras fundamentais de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina.

A escolha das bibliografias básica e complementar envolve vários aspectos que não só o componente curricular em si, a exemplo do orçamento do espaço e qualidade do acervo já existente, entretanto para a biblioteca é interessante que as indicações realmente circulem entre os usuários, pois recomendar qualquer fonte não demonstra sua importância dentro do conteúdo da ementa. Na escolha da fonte de informação, o docente no seu planejamento do curso, precisa enquadrar a bibliografia no repertório dos componentes curriculares anteriores, de modo que uma fonte de informação não assimilada, não terá audiência cognitiva dos discentes.

As bibliografias para terem audiência, precisa que o usuário tenha repertório suficiente para compreendê-las. O repertório teórico-prático do discente precisa ser construído em uma lógica de sequenciamento de temas que não traga prejuízo de raciocínio, visto que, o repertório de cada discente, influencia o resultado final do processo de ensino-aprendizagem. Para isso é muito importante que se elabore o plano de ensino tendo em vista o PPC, o qual está inserido, pois os conhecimentos transmitidos em cada componente curricular precisam estar conectados uns com os outros no projeto pedagógico para que o repertório do discente cresça de forma coerente e tenha repercussão na sua compreensão. Sem um repertório adequado, a bibliografia, não tem importância em sala de aula provocando assim, ruídos na comunicação.

Os tipos de fontes utilizadas para essas escolhas das bibliografias são importantes, pois o trabalho intelectual produzido nesse ambiente acadêmico reflete o nível da produção intelectual que desejamos para os discentes. O conhecimento da literatura científica permite

que os discentes conheçam o sistema de comunicação científica utilizado na elaboração e fundamentação de novos saberes.

Todos os itens do plano de ensino têm importância segundo Cecília Gaeta e Marcos Masetto (2013, p. 75) “[...] um planejamento de disciplina bem elaborado trará segurança ao docente em sua prática pedagógica e dará apoio significativo ao aluno para que possa se desenvolver de modo consistente em sua formação profissional.”

Com a explosão informacional ocorrida, inicialmente após a Primeira Guerra e logo após a Segunda Guerra quando se desenvolveram as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), novos formatos e canais de diálogo científico foram construídos, pois segundo Campello, Cendón e Kremer (2007, p. 24), “O fenômeno tem consequências profundas na organização de centros de informação. [...] A política de seleção acervo deve ser muito bem planejada e suplementada [...]”.

Com o aumento quantitativo de publicações, é complexo e oneroso para as bibliotecas manter seus acervos atualizados, pois a quantidade de fontes aumenta de forma exponencial à medida que há um incentivo na produção de conhecimento e, portanto, são necessários cuidados na escolha das bibliografias básicas e complementares para que essas não fiquem rapidamente obsoletas, com isso trazendo uma série de dificuldades de gerenciamento do acervo da biblioteca.

### 3.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL À LUZ DO SINAES –

#### Cursos de Graduação

Dentro do ciclo das funções administrativas, a avaliação integra o processo de controle, que consiste em um esforço periódico e sistemático de acompanhar e gerar informações sobre os caminhos traçados, a partir dos objetivos estabelecidos no planejamento até o produto final; neste processo, as informações serão avaliadas e analisadas ininterruptamente, em um ciclo de correção ou reafirmação de rumos dentro de ambiente sistêmico, de modo a atender a função de prestar contas, justificar os investimentos feitos e requerer novos. Para Ralph Keelling (2002, p. 262) “[...] o passado fornece o alicerce sobre o qual futuro é construído; a experiência de ontem influencia o modo como trabalhamos e os dados com os quais prevemos e avaliamos as expectativas.”

Como organização integrante do sistema federal de ensino, as instituições federais e privadas de educação superior passam por um processo de avaliação que é realizado de forma complexa, devido ao seu quantitativo no território nacional. O governo federal, em sua

prerrogativa legal de regulação e controle, usa os resultados das avaliações (índices, conceitos e outros) como medida de desempenho organizacional, visando a analisar os processos educacionais existentes, os resultados projetados no planejamento, tendo em vista a qualidade como padrão a ser alcançado., Para Jorge Ribeiro (2009, p. 61), no entanto, os modelos regulatórios<sup>31</sup> não pretendem aumentar a qualidade do sistema e sim mantê-la, visto que a avaliação termina padronizando as instituições, independentemente de suas características institucionais.

A avaliação do INEP tem como foco a instituição educativa, cujo processo

[...] considera as relações pedagógicas da instituição que consolidam em uma prática cotidiana, e que se traduzem em todas as atividades que a instituição desenvolve, desde os processos de organização de seu currículo, da relação que mantém com seus professores, de como compreende o papel do aluno na instituição, até as tecnologias e recursos que disponibiliza para as atividades de ensino e pesquisa e consequentemente dos resultados de aprendizagem que consolidam tais processos. (SOUSA, 2000, p. 106-107)

A avaliação do sistema educacional superior federal serve, em última instância, para qualificar as instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, recorre-se a Isaura Belloni (1998, p. 39-40 apud LUBISCO, 2001, p. 107, grifo nosso) quando a ela se refere como:

[...] um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social” **concepção que se sobrepõe à visão da avaliação** “apenas como um debate técnico ou metodológico, ou um conjunto de critérios para credenciamento ou ranqueamento das IES.

Em sua complexidade, a avaliação institucional procura refletir os avanços administrativos e acadêmicos da universidade, onde o insumo trabalhado é o conhecimento, cuja trajetória tem um viés político-econômico, no âmbito governamental, influenciando como atividade fim o desenvolvimento da sociedade. Conforme José Dias Sobrinho (1996, p. 15), a complexidade da

[...] avaliação institucional tem uma grande força instrumental e uma considerável densidade política. Ainda que seja uma questão técnica, muito

---

<sup>31</sup> A avaliação é agrupada segundo a sua finalidade: **modelos educativos ou formativos** – referente a desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela instituição avaliada; e os **modelos regulatórios** – voltados para garantir o cumprimento das regras de funcionamento preestabelecidas para o sistema, garantindo, consequentemente, o nível de qualidade das instituições avaliadas. (RIBEIRO, 2009, p. 60-61)

mais importantes são a sua ação e o seu significado políticos. As discussões técnicas que lhe dizem respeito são o conteúdo visível e superficial de questões de fundo que têm a ver com os destinos da universidade e com o desenvolvimento da sociedade humana. Em outras palavras, a avaliação institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais das organizações e do gerenciamento das instituições educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece ainda que nem sempre se declare a força da avaliação institucional como ação de grande impacto na transformação da universidade, esta entendida por sua vez como local privilegiado, legitimado e mais competente para a formação humana, atualmente considerada a principal riqueza das nações. [...] avaliação é um processo complexo, nem tanto pelas dificuldades instrumentais ou pelo tecnocratismos, nem tanto pela obtenção de respostas claras e pretensamente definidas, mas sobretudo pelo valor das questões levantadas no debate público, ou seja, pelo impacto das perguntas que o processo deve suscitar, discutir e avaliar.

Nesse contexto, é preciso que a avaliação institucional seja discutida por todos os envolvidos, visto que a influência da conjuntura político-administrativa em seus resultados poderá trazer impactos direcionados a um grupo de interesse. É preciso divulgar as informações analisadas perante os atores do processo de avaliação, de modo que o conhecimento societal produzido modifique e evolua o discurso interno e externo da instituição.

O Ministério da Educação (MEC) vem implementando a avaliação institucional desde a década de 1980-90, a partir do crescimento das matrículas e das instituições de ensino superior, uma vez que essa expansão trouxe dificuldades quanto ao controle de qualidade do ensino, pesquisa e extensão, realizados pelas IES. À época, a avaliação era concebida com o objetivo de prestar contas à sociedade quanto aos investimentos efetuados pelo setor público na educação. Diante desse conjunto de argumentos, foi implementada a primeira proposta de avaliação: o *Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU)* em 1983, com os principais aspectos como foco: *gestão e produção/disseminação de conhecimentos*. Na década de 1990, surgiu o *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)*, implementado em 1993, com o seguinte objetivo geral:

A avaliação de desempenho das Universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade. (BRASIL, PAIUB, 1994, p. 13)

Foi através do PAIUB que a cultura da avaliação institucional foi legitimada perante a comunidade acadêmica, pois tinha como foco avaliar a globalidade institucional, no entanto, seu período de aplicação foi curto, devido à falta de apoio do MEC que implementou, em seu lugar, o Exame Nacional de Cursos, antigo *Provão* (1997). (BRASIL, Sinaes..., 2003, p. 13-14)

A partir da Lei nº 9.131/1995 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394 de 1996, foram implementados novos mecanismos de avaliação:

[...] o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado por concluintes de cursos de graduação; o Questionário sobre condições socioeconômicas do aluno e suas opiniões sobre as condições de ensino do curso frequentado; a Análise das Condições de Ensino (ACE); a Avaliação das Condições de Oferta (ACO); e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários (BRASIL. Ministério da Educação, 2003, p. 14).

Esses mecanismos focaram a avaliação por curso, atuando “como instrumento de classificação das instituições de ensino superior e de estímulo à concorrência entre elas” (BRASIL. Ministério da Educação, 2003, p. 14). Em oito anos de aplicação, o ENC e outros mecanismos de avaliação sofreram muitas críticas por parte das instituições participantes, sendo sua divergência maior a falta de interação entre eles. Por parte do MEC, houve ponderações negativas a respeito da crescente quantidade de cursos a serem avaliados e a disponibilidade financeira para implementar periodicamente o processo de avaliação em âmbito nacional.

Destaque-se, ainda, o fato de que, em 2003, foram avaliados pelo ENC apenas 5.890 cursos de um total de 8.878 cursos com alunos concluintes. Cabe, neste contexto, a informação de que hoje o número de cursos já atinge a casa dos 14.000, indicando claramente que, mantida a atual lógica, o ENC representaria um peso administrativo e um ônus financeiro para o Estado cujo impacto não pode ser desconsiderado. [...] Por último, cabe ressaltar que à luz do conhecimento acumulado, o ENC é considerado por críticos e estudiosos da área no máximo como uma “quase avaliação” e não uma avaliação plena, pois toca apenas tangencialmente em questões de valor e mérito. (BRASIL. Ministério da Educação, 2003, p. 46)

A partir dessa conjuntura, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi estabelecida em 2003 uma Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA) para propor orientações e embasamento para alteração do Sistema Nacional de Educação Superior. A CEA tinha

[...] com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. (BRASIL. Ministério da Educação. 2003, p. 7)

A Comissão realizou audiência pública em Recife e Brasília visando levantar subsídios para a nova proposta de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que foi apresentada como Medida Provisória 147 no Congresso Nacional e instituída pela Lei 10.861 de abril de 2004, conforme segue:

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, Lei nº 10.861..., 2004).

Todo o processo avaliativo do Sinaes é integrado por vários instrumentos complementares, que permitem a atribuição de alguns conceitos e a sua ordenação numa escala de cinco níveis a cada uma das dimensões que são avaliadas. Esse conjunto de instrumentos avaliativos serve para, de certa forma, corrigir o rumo de planejamento que a Instituição está tomando em suas ações, pois a União respeita a autonomia administrativa universitária. Todo esse trajeto de avaliação afeta, de forma complexa, o ambiente universitário, uma vez que todos os atores são avaliados.

Todo o processo de avaliação do sistema de ensino superior nacional está determinado na LDB 9.394, de 1996, nos incisos VI e IX do no art. 9, conforme segue:

[...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

[...] IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (BRASIL, Lei nº 9.394..., 1996. p.3)

Para assegurar a qualidade desse sistema, o Estado dispõe de três funções: regulação, supervisão e avaliação, normalizadas pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dez. 2017, no art. 1:

Este Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior - IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino. (BRASIL, Lei nº 9.235..., 2017. p.1)

As competências dessas funções são desempenhadas segundo o que estabelece o artigo 3 do Decreto citado:

As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação no sistema federal de ensino serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes, conforme estabelecido neste Decreto. (BRASIL, Lei nº 9.235, 2017. p.2)

A avaliação governamental da educação superior realizada pelo Sinaes tem como objetivo, segundo seu artigo 3, “[...] identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais [...]” (BRASIL. Lei nº 10.861..., 2004, p. 1).

Todo o processo avaliativo do Sinaes é integrado por vários instrumentos que se complementam entre si, que permitem a atribuição de alguns conceitos e a sua ordenação numa escala de cinco níveis a cada uma das dimensões avaliadas, produzindo, assim, indicadores de qualidade

No caso da Avaliação Institucional e da Avaliação dos Cursos de Graduação, implementadas pelo INEP, estão estabelecidas nos Instrumentos pertinentes. Paralelamente a isso, não devem ser excluídas a avaliação, dos diversos setores da instituição.

A avaliação institucional integra duas modalidades:

**Autoavaliação** – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

**Avaliação Externa** – Realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. (INEP, 2015, p.32)

Atualmente, a modalidade de avaliação externa das IES é realizada por meio de quatro instrumentos, classificados em *Atos Autorizativos* e *Atos Regulatórios* aplicados de acordo com a solicitação pedida pelas IES. Os referidos instrumentos, constantes do Quadro 8, foram totalmente reformulados em outubro de 2017 pelo INEP, Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e a Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES), segundo o que estabelece a Portaria nº 670, de 11 de agosto de 2017. Segundo a Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, a prerrogativa do INEP é conceber, planejar, coordenar e operacionalizar a avaliação. Para tanto, o Instituto realizou alterações substanciais nos instrumentos de *avaliação in loco*, instruindo esses instrumentos.

**Quadro 8:** Instrumentos de avaliação institucional do Sinaes em 2018.

ATOS AUTORIZATIVOS		ATOS REGULATÓRIOS
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância – <b>Credenciamento.</b> *	Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância – <b>Redeenciamento, Transformação de Organização Acadêmica.</b> **
<b>CURSO</b>	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – <b>Autorização.</b> ***	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – <b>Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento.</b> **

**Fonte:** Dados da pesquisa

**Legenda:** \* Abrange faculdades privadas; \*\* Abrange faculdades, centros universitários e universidades; **públicas ou privadas;** \*\*\* Abrange faculdades, centros universitários e universidades **privadas;**

Como está explicitado no Quadro 8, esses instrumentos são utilizados pelo INEP para fundamentar duas esferas de avaliação: instituições e cursos. A avaliação da esfera estudantil é realizada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que mensura a qualidade dos cursos e “[...] avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua

<sup>32</sup> <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-institucional>>.

formação” (INEP, 2005<sup>33</sup>). O Enade é realizado periodicamente, a cada três anos, sendo aplicado por amostragem aos discentes de graduação ao último ano de curso.

Os instrumentos de avaliação de acordo com os atos autorizativos e regulatórios servem para verificar se o planejamento elaborado pela universidade e fixado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) vem sendo cumprido e quais as suas falhas e êxitos.

A etapa da Avaliação Institucional Externa irá avaliar dez dimensões por meio de cinco eixos constantes dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância, considerando o *Credenciamento* ou o *Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica*. Note-se que para cada uma dessas etapas, o peso do conceito é diferente. O prazo de validade de acordo com a Lei nº 10.870/2004, artigo 4:

O credenciamento ou a renovação de credenciamento das instituições de educação superior e o reconhecimento ou a renovação de reconhecimento de cursos de graduação terão prazo de validade de até 5 (cinco) anos, exceção feita às universidades, para as quais esse prazo será de até 10 (dez) anos.” (BRASIL. Lei nº 10.870..., 2004, p. 1).

**Quadro 9:** Agrupamento das dimensões avaliativas do Sinaes em afinidade aos Eixos avaliativos do Instrumento de Avaliação Institucional Externa e seus respectivos pesos.

Eixos Avaliativos do Instrumento de Avaliação Institucional	Peso		Dimensões Avaliativas Do Sinaes
	Credenciamento	Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica	
<b>Eixo 1 –</b> Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	considera a dimensão: <b>8 (Planejamento e Avaliação)</b> . Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação
<b>Eixo 2 –</b> Desenvolvimento Institucional	30	30	contempla as dimensões: <b>1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI)</b> e <b>3 (Responsabilidade Social da Instituição)</b>
<b>Eixo 3 –</b> Políticas	20	10	abrange as dimensões <b>2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a</b>

<sup>33</sup> <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>>

Acadêmicas			<b>Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes)</b>
<b>Eixo 4 – Políticas de Gestão</b>	20	20	compreende as dimensões <b>5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira)</b>
<b>Eixo 5 – Infraestrutura Física</b>	20	30	corresponde à dimensão <b>7 (Infraestrutura Física)</b>

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2016, 2017)

Os Quadros 6 a 10 que expõem as diferenças dos novos atos autorizativo e regulatório institucionais, apontando o que foi modificado e/ou acrescentado aos indicadores nos eixos avaliados.

**Quadro 10:** Comparação dos Indicadores do **Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional** em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

<b>INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA Presencial e a Distância (INEP, 2017)</b>		
<b>Nº</b>	<b>CREDENCIAMENTO</b>	<b>RECRENCIAMENTO e TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA</b>
	<b>EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</b>	<b>EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</b>
1.1	Projeto de autoavaliação institucional	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional
1.2	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	Processo de autoavaliação institucional
1.3	Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica
1.4		Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados
1.5		Relatórios de autoavaliação

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017)

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Vermelha** não contêm Indicadores comparativos nos atos autorizativos

**Quadro 11:** Comparação dos Indicadores do **Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional** em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

<b>INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA Presencial e a Distância (INEP, 2017)</b>		
<b>Nº</b>	<b>CREDENCIAMENTO</b>	<b>RECRENCIAMENTO e TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA</b>
	<b>EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional</b>	<b>EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional</b>

2.1	Missão, objetivos, metas e valores institucionais	Missão, objetivos, metas e valores institucionais
2.2	PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação	PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação
2.3	PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural	PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural
2.4	PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial
2.5	PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social	PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social
2.6	PDI e política institucional para a modalidade EaD	PDI e política institucional para a modalidade EaD
2.7	Estudo para implantação de polos EaD	Estudo para implantação de polos EaD

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017)

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Vermelha** não contêm Indicadores comparativos nos atos autorizativos

**Quadro 12:** Comparação dos Indicadores do **Eixo 3 – Políticas Acadêmicas** em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

<b>INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA</b> <b>Presencial e a Distância (INEP, 2017)</b>		
<b>Nº</b>	<b>CREENCIAMENTO</b>	<b>RECRENCIAMENTO e TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA</b>
	<b>EIXO 3 – Políticas Acadêmicas</b>	<b>EIXO 3 – Políticas Acadêmicas</b>
3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação
3.2	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu
3.3	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu
3.4	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural
3.5	Política institucional de acompanhamento dos egressos	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão
3.6	Política institucional para internacionalização	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente
3.7	Comunicação da IES com a comunidade externa	Política institucional de acompanhamento dos egressos
3.8	Comunicação da IES com a comunidade interna	Política institucional para internacionalização
3.9	Política de atendimento aos discentes	Comunicação da IES com a comunidade externa
3.10	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	Comunicação da IES com a comunidade interna

3.11		Política de atendimento aos discentes
3.12		Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017)

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Vermelha** não contêm Indicadores comparativos nos atos autorizativos.

**Quadro 13:** Comparação dos Indicadores do **Eixo 4 – Políticas de Gestão** em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA Presencial e a Distância (INEP, 2017)		
Nº	CRENCIAMENTO	RECRENCIAMENTO e TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
	EIXO 4 – Políticas de Gestão	EIXO 4 – Políticas de Gestão
4.1	Política de capacitação docente e formação continuada	Titulação do corpo docente
4.2	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	Política de capacitação docente e formação continuada
4.3	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo
4.4	Processos de gestão institucional	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância
4.5	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	Processos de gestão institucional
4.6	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático
4.7	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional
4.8		Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017)

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Vermelha** não contêm Indicadores comparativos nos atos autorizativos.

**Quadro 14:** Comparação dos Indicadores do **Eixo 5 – Infraestrutura Física** em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatório

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA Presencial e a Distância (INEP, 2017)		
Nº	CRENCIAMENTO	RECRENCIAMENTO e TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
	EIXO 5 – Infraestrutura	EIXO 5 – Infraestrutura
5.1	Instalações administrativas	Instalações administrativas
5.2	Salas de aula	Salas de aula
5.3	Auditório(s)	Auditório(s)
5.4	Salas de professores	Sala de professores
5.5	Espaços para atendimento a os discentes	Espaços para atendimento aos discentes

5.6	Espaços de convivência e de alimentação	Espaços de convivência e de alimentação
5.7	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física
5.8	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA
5.9	Bibliotecas: infraestrutura	Bibliotecas: infraestrutura
5.10	Bibliotecas: plano de atualização do acervo	Bibliotecas: plano de atualização do acervo
5.11	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente
5.12	Instalações sanitárias	Instalações sanitárias
5.13	Estrutura dos polos EaD	Estrutura dos polos EAD
5.14	Infraestrutura tecnológica	Infraestrutura tecnológica
5.15	Infraestrutura de execução e suporte	Infraestrutura de execução e suporte
5.16	Plano de expansão e atualização de equipamentos	Plano de expansão e atualização de equipamentos
5.17	Recursos de tecnologias de informação e comunicação	Recursos de tecnologias de informação e comunicação
5.18	Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017).

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Azul** são os indicadores de avaliação dos elementos que representam a biblioteca.

A biblioteca universitária, na Avaliação Institucional Externa, é contemplada no Eixo 5 – Infraestrutura –, pelos Indicadores 5.9 - Bibliotecas: infraestrutura e 5.10 - Bibliotecas: plano de atualização do acervo. Esses dois indicadores não representam a totalidade das funções e do funcionamento da biblioteca, visto que ela é um ambiente educacional complexo, onde a produção de conhecimento é realizada pelos usuários que interagem com a informação e com o ambiente organizacional coletivo, cuja experiência será aproveitada na sua vida individual e profissional.

A redação referente aos cinco conceitos dos indicadores 5.9 e 5.10 é o mesmo, sendo igual para credenciamento e para recredenciamento e transformação de organização acadêmica. Segue a redação do conceito 5 (cinco) do indicador 5.9 - Bibliotecas: *infraestrutura*:

A infraestrutura para bibliotecas **atende** às necessidades institucionais, **apresenta** acessibilidade, **possui** estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, **fornece** condições para atendimento educacional especializado e **disponibiliza** recursos comprovadamente inovadores. (INEP, 2017c, p. 31; 2017d, p. 28)

Segue a redação do conceito 5 (cinco) do indicador 5.10 - Bibliotecas: *plano de atualização do acervo*:

**Há** plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, **considerando** a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores. (INEP, 2017c, p. 31; 2017d, p. 29)

A avaliação do curso de graduação, pontuada pelos indicadores, não contempla uma avaliação completa da biblioteca, pois, segundo Nídia Lubisco (2008, p.160), não incide “[...] diretamente na tomada de decisões, na correção de erros, na melhora de serviços, na identificação de pontos fracos e fortes”, além de não proporcionar a análise necessária para mudanças de rumos em um ambiente complexo, como é um sistema de bibliotecas, que atende a vários cursos de graduação – presencial e a distância.

A etapa da Avaliação dos Cursos de Graduação está fundamentada em três dimensões definidas pelos Sinaes: Organização didático-pedagógica (ODP), Corpo Docente e Tutorial (CDT) e Infraestrutura (INF). A avaliação, no entanto, segue sem a caracterização de eixos com ocorre na avaliação institucional. Para realizar a avaliação Presencial e a Distância foram estabelecidos instrumentos por atos: *Autorização; Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento*.

A cada etapa de avaliação os conceitos têm pesos diferentes (Quadros 10 a 12). A Avaliação dos Cursos de Graduação que se alicerça em três atos passa a vigorar após o credenciamento institucional e está regulamentada pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conforme segue:

**Para autorização:** Essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação in loco. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

**Para reconhecimento:** Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASis, por dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

**Para renovação de reconhecimento:** Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados in loco por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os

cursos que não fazem Enade, obrigatoriamente terão visita in loco para este ato autorizado. (INEP, 2015<sup>34</sup>)

Como exposto anteriormente, o escopo desta dissertação é a criação das Bibliografias Básica e Complementar pelo docente, conforme o novo Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação – presencial e a distância, separados por ato autorizativo e regulatório. Segue nos Quadros 10 a 12 a exposição das diferenças dos novos atos autorizativo e regulatório dos cursos de graduação, apontando o que foi modificado e/ou acrescentado aos indicadores nas dimensões avaliadas.

**Quadro 15:** Comparação dos Indicadores da Dimensão 1 (**Organização Didático-Pedagógica**) em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

<b>INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a Distância (INEP, 2017)</b>				
<b>Indicadores</b>	<b>Autorização</b>	<b>Peso</b>	<b>Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento</b>	<b>Peso</b>
	<b>Dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica)</b>	<b>40</b>	<b>Dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica)</b>	<b>30</b>
1.1	Políticas institucionais no âmbito do curso		Políticas institucionais no âmbito do curso	
1.2	Objetivos do curso		Objetivos do curso	
1.3	Perfil profissional do egresso		Perfil profissional do egresso	
1.4	Estrutura curricular		Estrutura curricular	
1.5	Conteúdos curriculares		Conteúdos curriculares	
1.6	Metodologia		Metodologia	
1.7	Estágio curricular supervisionado		Estágio curricular supervisionado	
1.8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica		Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	
1.9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática		Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	
1.10	Atividades complementares		Atividades complementares	
1.11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	
1.12	Apoio ao discente		Apoio ao discente	
1.13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa		Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	
1.14	Atividades de tutoria		Atividades de tutoria	
1.15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria		Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	
1.16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem		Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	
1.17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)		Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	
1.18	Material didático		Material didático	

<sup>34</sup> <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>.

1.19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem		Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	
1.20	Número de vagas		Número de vagas	
1.21	Integração com as redes públicas de ensino		Integração com as redes públicas de ensino	
1.22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)		Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)	
1.23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde		Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	
1.24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas		Atividades práticas de ensino para licenciaturas	

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (2017).

**Quadro 16:** Comparação dos Indicadores da Dimensão 2 (**Corpo Docente e Tutorial**) em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

<b>INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a Distância (INEP, 2017)</b>				
<b>Indicadores</b>	<b>Autorização</b>	<b>Peso</b>	<b>Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento</b>	<b>Peso</b>
	<b>Dimensão 2 (Corpo Docente e Tutorial)</b>	<b>20</b>	<b>Dimensão 2 (Corpo Docente e Tutorial)</b>	<b>40</b>
2.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE		Núcleo Docente Estruturante – NDE	
2.2	Equipe multidisciplinar		Equipe multidisciplinar	
2.3	Regime de trabalho do coordenador de curso		<b>Atuação do coordenador</b>	
2.4	Corpo docente: titulação		Regime de trabalho do coordenador de curso	
2.5	Regime de trabalho do corpo docente do curso		Corpo docente: titulação	
2.6	<b>Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior)</b>		Regime de trabalho do corpo docente do curso	
2.7	Experiência no exercício da docência na educação básica		<b>Experiência profissional do docente</b>	
2.8	Experiência no exercício da docência superior		Experiência no exercício da docência na educação básica	
2.9	Experiência no exercício da docência na educação a distância		Experiência no exercício da docência superior	
2.10	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância		Experiência no exercício da docência na educação a distância	
2.11	Atuação do colegiado de curso ou equivalente		Experiência no exercício da tutoria na educação a distância	
2.12	Titulação e formação do corpo de tutores do curso		Atuação do colegiado de curso ou equivalente	
2.13	Experiência do corpo de tutores em educação a distância		Titulação e formação do corpo de tutores do curso	
2.14	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância		Experiência do corpo de tutores em educação a distância	
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica		Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância	
2.16			Produção científica, cultural, artística ou	

	tecnológica
--	-------------

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (2017).

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Vermelha** não contêm indicadores comparativos nos atos autorizativos.

Os quadros preenchidos pela cor **Amarela** são indicadores que não tem comparação conceitual nos atos autorizativos.

**Quadro 17:** Comparação dos Indicadores da Dimensão 3 (**Infraestrutura**) em relação aos Atos autorizativos / Atos regulatórios

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a Distância (INEP, 2017)				
Indicadores	Autorização	Peso	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento	Peso
	Dimensão 3 (Infraestrutura)	40	Dimensão 3 (Infraestrutura)	30
3.1	Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral		Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	
3.2	Espaço de trabalho para o coordenador		Espaço de trabalho para o coordenador	
3.3	Sala coletiva de professores		Sala coletiva de professores	
3.4	Salas de aula		Salas de aula	
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática		Acesso dos alunos a equipamentos de informática	
3.6	<b>Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)</b>		<b>Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)</b>	
3.7	<b>Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)</b>		<b>Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)</b>	
3.8	Laboratórios didáticos de formação básica		Laboratórios didáticos de formação básica	
3.9	Laboratórios didáticos de formação específica		Laboratórios didáticos de formação específica	
3.10	Laboratórios de ensino para a área de saúde		Laboratórios de ensino para a área de saúde	
3.11	Laboratórios de habilidades		Laboratórios de habilidades	
3.12	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados		Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados	
3.13	Biotérios		Biotérios	
3.14	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)		Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	
3.15	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais		Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais	
3.16	Ambientes profissionais vinculados ao curso		Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	
3.17			Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	
3.18			Ambientes profissionais vinculados ao curso	

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (2017).

**Legenda:** Os quadros preenchidos pela cor **Vermelha** não contêm indicadores comparativos nos atos autorizativos.

Os quadros preenchidos pela cor **Verde** são indicadores novos entre a comparação dos atos autorizativos.

Os quadros preenchidos pela cor **Azul** são os indicadores de avaliação dos elementos que representam a biblioteca.

Os indicadores constantes dos instrumentos de avaliação são conceituados conforme segue:

I - **Objeto de avaliação:** indicado por seu título; II - **Conceito:** valor numérico que representa um nível crescente de qualidade (1 a 5); III - **Critério de análise:** conjunto de atributos que caracterizam a qualidade do objeto de análise, associados a um conceito; IV - **Critério aditivo:** atributo suplementar que integra o critério de análise para os conceitos 4 e 5; V - **Observação:** comentário informativo sobre a aplicação do indicador. (INEP. Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, 2017, p.4, grifo nosso)

Os critérios de análise dos indicadores estão estruturados de forma aditiva a cada elemento e estão sendo avaliados da seguinte forma:

[...] os conceitos 1 e 2 apresentam ausências relativas ao critério de análise do conceito 3, em torno do qual se caracteriza a suficiência no tocante a cada objeto de avaliação. O conceito 4 apresenta critérios aditivos em relação ao conceito 3, e o mesmo ocorre com o conceito 5, em relação ao 4. (INEP. Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, 2017, p.4)

Os significados de cada um dos conceitos estão assim explicitados:

(1) **INSATISFATÓRIO** → Ausência crítica do objeto de avaliação ou ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 2 ou inexistência de evidências que atendam integralmente o disposto no critério de análise do conceito 2; (2) **PARCIALMENTE SATISFATÓRIO** → Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3 ou inexistência de evidências que não atendam integralmente o disposto no critério de análise do conceito 3; (3) **SATISFATÓRIO** → Existência de evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3; (4) **BOM** → Existência de evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e para o(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 4; (5) **MUITO BOM** → Existência de evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e 4 e para o(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 5. (INEP. Nota técnica nº 2/2018/CGACGIES/DAES, 2018, p.1)

O conjunto de atributos avaliativos aos três indicadores BB, BC e PE que compõem o ambiente da biblioteca universitária, passou a ser assim dividido: Critério de Análise e

Critério Aditivo para os três atos autorizativos, sendo que no novo instrumento, os Periódicos Especializados passaram a ser contemplados no critério aditivo da BB e BC, com a seguinte definição para cada bibliografia: *suplementam* e *complementam* respectivamente, tendo a redação dos critérios de análise e aditivos iguais para as BB e BC. Segue resumo adaptado do que consta nos atos autorizativos da BB e BC, mostrando parte por parte o que deverá ser avaliado, juntamente com a responsabilidade de cada parte.

**Quadro 18:** Resumo dos Instrumentos de Avaliação para Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento para a bibliografia Básica e Complementar.

Indicador 3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR - 2017 Indicador 3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR - 2017								
Conjunto de atributos	Critério de Análise	Conceitos					O que será avaliado	Responsável por resposta
		1	2	3	4	5		
CRITÉRIO DE ANÁLISE	O acervo físico está <b>tombado e informatizado</b> ,	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	Acervo; Registro; Tombamento; Acesso físico e/ou virtual	BIBLIOTECA
	o <b>virtual possui</b> contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e <b>ambos</b> estão <b>registrados</b> em nome da IES.	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM		
	O acervo da <b>bibliografia básica*</b> , ** é <b>adequado</b> em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está <b>atualizado</b> , considerando a natureza das UC.	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	Adequação da bibliografia	NDE <sup>35</sup>
	Da mesma forma, está <b>referendado</b> por relatório de adequação, <b>assinado pelo NDE</b> , comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	Compatibilidade da bibliografia com o número de vagas	
CRITÉRIO ADITIVO	Nos casos dos títulos <b>virtuais</b> , há <b>garantia</b> de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via Internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.	.	NÃO	SIM	SIM	SIM	Acesso ao acervo virtual	BIBLIOTECA
	O acervo <b>possui</b> exemplares, <b>ou</b> assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que <b>suplementam*</b> **o conteúdo administrado nas UC.	.	.	.	SIM	SIM	Periódicos especializado	
	O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.	.	.	.	.	SIM	Usabilidade do acervo; Plano de Contingência	

<sup>35</sup> Núcleo Docente Estruturante

**Fonte:** Adaptado do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação. (INEP. Instrumento..., 2017a, p. 32-33)

**Legenda:** \* Para avaliação dos periódicos especializados na **Bibliografia Básica**, esses devem **Suplementar** o conteúdo administrado nas UC.

\*\* Para a avaliação dos periódicos especializados na **Bibliografia Complementar**, esses devem **Complementar** o conteúdo administrado nas UC.

Nos novos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, houve modificação conceitual no critério de avaliação quantitativa da BB e BC, passando para um processo qualitativo, no qual a adequação dos livros com a ementa, como também a compatibilidade quantitativa dos títulos por vaga, ficaram a cargo do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Referendada a adequação dos títulos, o Plano de Ensino é encaminhado para o Colegiado do Curso para aprovação e posterior publicização, visto que, na LDB 9.394 de 1996, art. 47., §1., o governo federal orienta que “[...] a instituição deverá informar aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação[...]”, enfatizando que sua divulgação deverá ser realizada um mês antes do início das aulas.

Cabe explicitar que, muitas vezes uma ementa requer mais de três títulos na BB e mais de cinco títulos na Complementar, orientação dada no instrumento de avaliação anterior (2015). Essas quantidades não contemplavam, algumas vezes, os assuntos da ementa do componente curricular.

A rigor, esses quantitativos, no instrumento de 2017, passaram ao encargo do NDE, no entanto, na prática, ainda não há um consenso quanto a esses critérios e decorrentes procedimentos.

O NDE foi criado pela Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, assinada pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, e “[...] dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina [...]”. E no seu art. 2, inciso IV, estabelece que a “[...] existência de um **núcleo docente estruturante**, é responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, [...]” (MEC, Portaria nº 147..., 2007, p. 1-2, grifo nosso). Sua normalização é feita pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, onde a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) institui suas atribuições e constituição.

### 3.4.1 Avaliação da Biblioteca Universitária à luz do Sinaes

Nesse contexto, a biblioteca, em sua Política de Desenvolvimento de Coleções, não tem mais amparo quantitativo que agilize a aquisição das bibliografias básicas e

complementares, para atender o quantitativo de vagas por componente curricular, uma vez que a partir da Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES de 2017, compete ao NDE validar o quantitativo de material indicado à biblioteca. Por mais que o instrumento de avaliação dos cursos de graduação passe para o NDE essa função de validar o quantitativo, surge a dúvida: - *como o NDE irá avaliar e/ou respaldar o quantitativo de títulos básicos e complementares de acordo com o quantitativo de vagas de um componente curricular, sem parâmetros que justifiquem o tempo de aprendizado que o discente precisa para assimilar o conteúdo do livro?*

Ressalta-se que, na composição do NDE, não levaram em consideração o especialista da área, o bibliotecário, para esclarecer todo o procedimento do empréstimo e sua influência no acesso à informação por parte do discente, como também, toda a comunidade acadêmica. Isso inclui da mesma forma os *e-books* pagos que tem uma lógica de acesso ao conteúdo estabelecida pelas editora e distribuidoras.

A avaliação institucional e dos cursos de graduação atualmente é realizada pelo INEP através de instrumentos de avaliação, onde os indicadores de qualidade da biblioteca universitária se resume em: Plano de atualização do acervo, infraestrutura, bibliografia básica e complementar. Esses indicadores em seus critérios de análise, contudo, não refletem uma avaliação minuciosa necessária para tomadas de decisão ou que justifiquem ações administrativas necessárias para alterações de objetivos e metas. Para Lancaster (2004, p. 1), “[...] a avaliação é feita não como um exercício intelectual, mas reunir dados úteis para a atividades determinadas a solucionar problemas ou tomar decisões”. Os atuais dados úteis dos indicadores “Biblioteca”, obtidos pela avaliação do INEP, não servem para mensurar todos os itens dos critérios de análise pedidos nos indicadores, visto que não há avaliação individual dos itens, portanto, não se consegue verificar os exitosos e os defeituosos comparativamente a bibliotecas universitárias similares.

Nídia Lubisco, em seu artigo *A biblioteca universitária brasileira: um modelo para avaliar seu desempenho*, extraído da sua tese de doutorado, cita Mano González (1998, p. 176), que se baseia em Lancaster<sup>36</sup>:

[...] a avaliação deve orientar-se em direção a quatro vertentes ou objetivos: a) determinar níveis de desempenho dos serviços; b) comparar as condições e resultados com bibliotecas similares; c) justificar a existência da biblioteca; e d) identificar fontes de erro e eficácia no desempenho dos serviços. (LUBISCO, 2008, p. 159),

---

<sup>36</sup> LANCASTER, F.W. Evaluación de la biblioteca. Madrid: ANABAD, 1996. p. 24-25.

Isso posto e levando em conta os critérios de análise dos atuais instrumentos de avaliação institucional e de cursos de graduação do INEP, concluímos que esses critérios de análise exposto no Quadro 18, ainda não contemplam uma avaliação de uma unidade administrativa. Nídia Lubisco já tinha essa conclusão em 2008, que do afirmava que “[...] INEP não conta com indicadores suficientes e de todo adequados para avaliar as bibliotecas universitárias no contexto da avaliação dos cursos de graduação [...]” (LUBISCO, 2008, p. 159).

No processo de mensuração da Biblioteca Universitária, ela é representada pelos seguintes indicadores: 5.9 - *Biblioteca: infraestrutura* e 5.10 - *Biblioteca: plano de atualização do acervo*, que são incluídos no do *Eixo 5 – Infraestrutura Física* do Instrumento de Avaliação Institucional, o qual corresponde à *Dimensão 7 - Infraestrutura Física*, no art. 3., da Lei dos Sinaes, tendo os seus pesos estabelecidos da seguinte maneira: 20 para o *Credenciamento* e 30 para *Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica*.

Já na Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP para a Biblioteca Universitária, a avaliação é representada na Dimensão 3 – *Infraestrutura*, pelos indicadores 3.6 - *Bibliografia Básica por Unidade Curricular* e 3.7 - *Bibliografia Complementar por Unidade Curricular*, cujos pesos estão distribuídos assim: 30 para *Autorização* e 40 para *Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento*. Ressalta-se que a pesquisadora solicitou informações ao INEP sobre o peso dos indicadores das bibliografias nesse instrumento, no âmbito geral, e a resposta enviada por *e-mail* por parte do INEP (Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e IES – CGACGIES), em 22 de agosto de 2017, pelo protocolo n. 2784301, foi a seguinte:

O conceito do curso (CC) é calculado, pelo sistema e-MEC, com base na média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões, os quais são resultados da média aritmética simples dos indicadores das respectivas dimensões. Não há pesos atribuídos aso indicadores.

A partir dessa informação, observou-se que as bibliografias básicas e complementares e os periódicos especializados têm os mesmos pesos dos outros indicadores e que esta situação é um dos pontos críticos em relação à adequação e suficiência dos indicadores dos INEP e que reforça nossa posição de que a Biblioteca Universitária, como um ambiente organizacional, é um sistema aberto, onde suas interligações são articuladas internamente e externamente, sendo ela um elemento chave para a criação de conhecimento no âmbito das

IES e dos cursos de graduação, e não pode ser avaliada considerando somente os indicadores do Eixo 5 citado, como também os indicadores da Dimensão 3, do Instrumento de avaliação dos cursos de graduação. Somente esses indicadores não conseguem abarcar a missão e a função da biblioteca perante a comunidade acadêmica.

Todos esses processos de avaliação citados colocam a biblioteca simplesmente como um espaço físico de uma infraestrutura e não como um ambiente de transformação de conhecimento. Esse ambiente precisa ser avaliado de acordo com as modificações que ele traz para a formação social, política e educacional da comunidade universitária.

Portanto, Lubisco (2001, 2007, 2008, 2011, 2014) propõe que a biblioteca constitua uma quarta dimensão, denominada “Biblioteca”, alinhada às outras três, quais sejam, Organização Didático-pedagógico, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Nessa proposta, estruturada nos mesmos moldes das outras três dimensões, é possível verificar, além das bibliografias e os periódicos, outros elementos pertinentes à biblioteca universitária e que revelam seu funcionamento, a saber: “[...] satisfação dos usuários, a comparação entre bibliotecas do mesmo gênero, fosse utilizada como base para reformulações no planejamento e etc.” (MANO GONZÁLEZ, 1998, p. 176 apud LUBISCO, 2014, p. 13)

Além disso, a autora faz uma crítica no que concerne à falta de um profissional bibliotecário na comissão avaliadora enviada pelo INEP para a verificação *in loco*. Se pensarmos quem é o profissional que conhece o que é um acervo bibliográfico, como ele se constitui, como se organiza e como se disseminam as informações contidas neles pensamos no profissional bibliotecário, por isso seria de extrema importância que pelo menos um desses avaliadores fosse da área de Biblioteconomia.

### REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 3

ALMEIDA JUNIOR, A. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 jul. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300014>.

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.221 –229, set. 2007. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/system/files/acervo-livre/cg0128/videocg0128004.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília**, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004. Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília**, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.870.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.870.htm#art1)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 22 dez. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9192.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9192.htm#art1)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação. **SINAES**: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 583**. Aprovado em 4 de abril de 2001. Orientação para as diretrizes

curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 24, de 18 de dezembro de 2002**. Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 1/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Resolucao-cne-24-2002.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: Paiub**. Brasília, 1994. 111 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 15-24, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

DIAS SOBRINHO, J. Concepções de universidade e de avaliação institucional. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 29-40, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1030>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo, SP: Polis, 1996. 124 p.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, MARTELETO, Regina Maria, LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008, p. 17-34

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: autorização**. Brasília, DF: INEP, 2017a. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: reconhecimento, renovação de reconhecimento**. Brasília, DF: INEP, 2017b. Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

**INEP. Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância:** credenciamento. Brasília, DF: INEP, 2017c. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_credenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

**INEP. Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância:** recredenciamento e transformação de organização acadêmica. Brasília, DF: INEP, 2017d. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

**INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.** Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_cursos\\_graduacao\\_publicacao\\_agosto\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

**INEP. Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES,** 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2017/nota\\_tecnica\\_sei\\_inep\\_0126132.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2018.

KEELING, Ralph. **Gestão de projetos:** uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002. 293p.

LOPES, Luiz Antonio Coelho; BERNARDES, Francesca Ribeiro Estruturas administrativas das universidades brasileiras. In. VIII SemeAd, Seminários em Administração FEA-USP, 8., 2005. São Paulo, SP. **Anais eletrônicos...** Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), 2005. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>>. Acesso em: 24. Jun. 2018.

LUBISCO, Nídia M. L. (Org.). **Biblioteca universitária:** elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011. 263 p.

LUBISCO, Nídia M. L. A biblioteca universitária brasileira: um modelo para avaliar seu desempenho. **PontodeAcesso Revista do Instituto de Ciência da Informação**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 153-199, jun. 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2671>>. Acesso em: 03 jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v2i1.2671>.

LUBISCO, Nídia M. L. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). **PontodeAcesso Revista do Instituto de Ciência da Informação**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 56-61/ 80-141, dez. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12834>>. Acesso em: 07 set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v8i3.12834>.

MANO GONZÁLEZ, M. de la. Propuesta de un sistema de evaluación para bibliotecas universitarias. **Revista española de Documentación Científica**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 174-197, June 1998. ISSN 1988-4621. Disponível em:

<<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/353>>. Acesso em: 06 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.3989/redc.1998.v21.i2.353>.

MEYER JUNIOR, V. Novo contexto e novas habilidades gerenciais. In: Meyer Jr. & Murphy, J. P. **Dinossauros, Gazelas e Tigres**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2003, p.173-192.

MEYER JUNIOR, Victor. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Revista Universidade em Debate**, Curitiba, PR, v.2, n.1, p. 12-26, jan/dez. 2014.

Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/universidade?dd1=14749&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 24 jun. 2018. DOI: 10.7213/univ.debate.02.001.AO01.

MOROSINI, Marília Costa; SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. Limites e desafios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. In. FIALHO, Nadia Hage. **Políticas de educação superior: impactos nos processos de ensinar e aprender na universidade**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 119-139.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. A avaliação como uma política pública: aspecto da implementação do Sinaes. In. LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. (orgs.) **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. [on-line] Salvador: EDUFBA, 2009 p.349 ISBN:9788523206543. Disponível em:

<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao\\_educacional.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2018.

RIZZATTI, Gerson; RIZZATTI JUNIOR, Gerson. Organização Universitária: mudanças na administração e nas funções administrativas. In. Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 4., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35684>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SAMPAIO, Rosely Moraes; LANIADO, Ruthy Nadia. Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 151-174, fev. 2009. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000100008>.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (Org.) **Observatório da vida de estudante: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. 273p.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de. Administração universitária: em busca de uma epistemologia. **Avaliação - Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, Sorocaba, v. 17, n. 1, p. 155-178, mar. 2012. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/749/761>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SCHLICKMANN, Raphael; OLIVEIRA, Maurício Roque Serva de; MELO, Pedro Antônio de. Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil. **Revista Gestão**

**Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 160-181, jan. 2014. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n3p160>>. Acesso em: 26 jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n3p160>.

SILVA, Maria Vanda Silvino da; RODRIGUES, Maxweel Veras; ALMEIDA, Antonio Jones Bezerra de. Perspectiva histórica de gestão nas IES: Balanced Scorecard (BSC) no cenário atual das universidades públicas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar del Plata, Argentina. **Anais eletrônicos...** Universidade, Desenvolvimento e Futuro na Sociedade do Conhecimento, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181165>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SOUSA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, v. n. 22, p. 110-118, 2000. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ae/article/view/2218>>. Acesso em: 02 ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18222/ae02220002218>.

SOUZA, Irineu Manoel de; SANTOS, Jane Lucia Silva. Empreendedorismo na gestão universitária. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 11, n. 2, p. 517-526, ago. /dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1152>>. Acesso em: 13 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v11i2.517526>.

ZAINKO, Maria Amélia S.; PINTO, Maria Lúcia A. Teixeira. **Gestão da instituição de ensino e ação docente**. Curitiba: IbpeX, 2008. 134 p.

## 4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A Biblioteca Universitária (BU), no âmbito acadêmico, reúne, de forma sistematizada, acervo em diferentes suportes, com conteúdos especializados para atender aos programas de ensino e pesquisa

A presença da biblioteca na universidade tem o papel fundante na criação de novos conhecimentos que são validados com informações anteriores, tanto no ensino quanto na pesquisa. As mediações desses pontos formam um ciclo comunicacional de aprendizado que interpassa pela biblioteca para a obtenção de conhecimentos.

Conceitualmente, Nídia Lubisco (2014, p. 5) considera que as bibliotecas universitárias

[...] por sua natureza, desempenham um papel fundante na instituição à qual estão ligadas, por sua função de apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa função se consubstancia na sua atuação como recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e desenvolvimento do espírito científico.

A universidade, no que se refere ao nível de graduação, não representa somente qualificação do aluno para o mercado de trabalho, representa também sua iniciação comportamental para conviver em uma sociedade de constantes transformações, onde o conhecimento (saber), as habilidades (saber fazer) e as atitudes (querer saber fazer) (LUBISCO, 2014, p. 5) são primordiais para navegar em mares muitas vezes turbulentos.

À BU, segundo a tipologia proposta por Lubisco (2001, 2014, p. 51), a partir da combinação das variáveis função, acervo e público, (2016, p. 3) compete “apoiar o desenvolvimento da pesquisa científica, do ensino de graduação, de pós-graduação e da extensão universitária”...

Segundo trajetória historiográfica da biblioteca, seu objetivo era assegurar a conservação dos textos para facilitar o trabalho dos intelectuais e isso nos remete ao sonho de “Alexandria”, concebido por Ptolomeu I (323-280), com o objetivo de reunir todas as obras disponíveis no mundo antigo (BARBIER, 2008, p. 42). Esse objetivo perpetuou-se também nas bibliotecas das universidades, desde a Idade Média, sob o domínio das ordens religiosas e quando a educação era reservada a poucos. A produção dos livros na época da Renascença era onerosa, pois era realizada de maneira artesanal, transcendendo o rolo pergaminho para dar lugar às folhas presas por costuras e encadernadas, formando o códice,

cuja aparência remete ao livro de hoje. Os livros manuscritos eram reproduzidos por copistas, principalmente os beneditinos que copiavam e ilustravam textos. (MILANESI, 2002, p. 23). O ato de ler naquela época era tão importante que os usuários em algumas universidades só podiam ter contado com os livros vestindo uma beca. Luís Milanesi comenta sobre a tendência do surgimento das bibliotecas universitárias: “[...] As bibliotecas universitárias pré-renascentistas já apontavam para novas práticas que deram para biblioteca o caráter de espaço de liberdade e de conhecimento.” (MILANESI, 2002, p. 24)

O avanço na organização da BU acompanhou o desenvolvimento físico do suporte da escrita, cujo ponto alto foi o advento da imprensa com Gutemberg, por volta de 1439, que aperfeiçoou o sistema mecânico de prensa de tipos móveis em metal para inscrições tipográficas. A revolução da imprensa ampliou de modo fundamental a divulgação das ideias explicitamente a que quisesse imergir nos novos conhecimentos. O viés comercial dessa transformação se fortaleceu e o caro e inacessível se tornou barato e acessível a todos (MILANESI, 2002, p. 25).

A biblioteca, no contexto da revolução documental, foi obrigada rever sua estrutura física, visto que o acesso ao acervo passou do poder dos monastérios para os leigos. Com esse advento, a expansão literária teve outro encaminhamento, onde a veiculação das ideias passou a interagir com o público com a maior intensidade. Essa expansão o livro – que passou de objeto sagrado para objeto profano – deve-se à sua disseminação em todas as classes. “O livro deixava de ser uma obra referenciada pelo seu valor material e simbólico e transformava-se em um produto como outro qualquer dentro do mercado” (MILANESI, 2002, p. 29).

Toda essa expansão editorial teve um forte impacto nas bibliotecas públicas, universitária e particulares, onde a capacidade individual de ler todos livros passou a necessidade de selecionar o que seria lido. A organização dos documentos passou a ser essencial para recuperação das informações depositada nos acervos, no entanto, com o grande volume de publicações surgindo, o pensamento de uma biblioteca em que coubesse todo o conhecimento do mundo foi se modificado e passando “[...] do universal para o particular. Quanto mais uma biblioteca reduz o campo temático, mais exequível se torna o desejo de ser completa.” (MILANESI, 2002, p. 30).

A seleção das publicações para compor o acervo se tornou imprescindível nesse processo e segundo Milanesi (2002, p. 29) “[...] selecionar é escolher com algum critério. Como nem todos os critérios são corretos e como a aplicação deles pode oferecer problemas, os acervos correm sempre o risco de ter o que não devia e não ter o necessário.”

Nesse contexto de expansão da produção de livros, as bibliotecas nacionais ficaram com a responsabilidade de conservar, preservar e disseminar a produção intelectual de um país. No Brasil:

O Depósito Legal é definido pelo envio de um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, segundo as Leis N. 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010. Tem como objetivo assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional. Nele estão inclusas obras de natureza bibliográfica e musical. (BRASIL, [2018])

O labirinto histórico das publicações trouxe problemas na organização documental, tanto que para democratizar nacional e internacionalmente o acesso à informação é criado o controle bibliográfico por parte das organizações que trabalhavam esses padrões e normalização. Destacam-se a UNESCO, a Library of Congress, a International Organization for Standardization (ISO), a Fédération Internationale de Documentation (FID) e a International Federation of Library Associations (IFLA). (LUBISCO, 2001, p. 57). No Brasil, os controles bibliográficos seguiram uma trajetória de adaptação e divulgação através de organismos tais como:

[...]os antigos Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e o Instituto Nacional do Livro (INL), como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desde quando Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD); como a Biblioteca Nacional, a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação<sup>37</sup> (Abebd), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os Conselhos Regionais de Biblioteconomia e as associações de bibliotecários e sua respectiva Federação<sup>38</sup> (LUBISCO, 2001, p. 58)

A FID, na X Conferência Internacional de Bibliografia, em 1931, definiu o ciclo de documentação, que é usado até os dias atuais.

[...] - **reunir** os documentos existentes sobre um ou vários assuntos, baseando-se em bibliografias e repertório diverso; - **classificar** ou sistematizar o material reunido, obedecendo a algum tipo de controle bibliográfico que permita uma análise profunda de seu conteúdo, para colocá-lo a disposição dos interessados; - **difundir** o material reunido e analisado em todas as formas possíveis e ao seu alcance, utilizando para isso

<sup>37</sup> Atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN, [www.abecin.org.br](http://www.abecin.org.br)).

<sup>38</sup> Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB, [www.febab.org.br](http://www.febab.org.br))

diversos instrumentos informativos, como bibliografias, traduções, listas diversas, guia de conteúdo, etc. ou diferentes meios reprográficos ou de impressão. (ROBREDO, 2005, p. 2)

Essa tríade faz parte do complexo ambiente da biblioteca, dado que desde a reunião de publicações até a sua disseminação, é aconselhável que esse setor tenha estipulado minuciosamente, qual o seu objetivo, como também o público que irá atender. Atualmente, devido aos altos custos de manutenção e atualização da coleção, não podemos ter mais o pensamento renascentista e acolher no acervo todo tipo de material informacional, pois o ciclo documental não se completaria, uma vez que a publicação não acrescentará novas informações ao repertório do usuário específico.

A biblioteca universitária, dentro da sua tipologia, tem função especializada, motivo pelo qual a especialização do acervo vai ao encontro das bibliografias básicas e complementares dos PPC, de cursos de graduação e pós-graduação e suas respectivas linhas de pesquisa, portanto todos esses detalhes têm que estar esclarecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

#### 4.1 POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) é uma fonte de informação administrativa referencial para tomada de decisão para todos os tipos de biblioteca, na qual estão descritos os princípios e critérios para a composição do acervo. Esse instrumento é uma forma de mediação para compatibilização de interesses entre a instituição e os interesses de seus usuários.

Na biblioteca universitária ou em um Sistema de Bibliotecas Universitárias, o desenvolvimento de coleções é uma das etapas importante na administração do ambiente, pois a biblioteca tem como objetivo primordial atender as necessidades informacionais da comunidade acadêmica, no entanto, para atingir esse êxito é necessário ter conhecimento das áreas atinentes aos cursos que a biblioteca atende.

Na contemporaneidade, onde ocorreu o advento da Internet e a rápida expansão das mídias digitais, o acúmulo de materiais informacionais no acervo passou de uma condição de garantia de status e poder, para um pensamento, onde as coleções se tornaram acessíveis em nível mundial; isto resultou diretamente na adoção de critérios focados em necessidades e demandas e não em autossuficiência. A partir dessa mudança, nenhuma biblioteca atreve-se a

procurar suprir todas as necessidades informacionais de seus usuários com recursos próprios. (VERGUEIRO, 1993, p. 15)

Nesse panorama, a explosão informacional decorrida da disseminação de conhecimento, como também do advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), acarretaram uma necessidade de planejamento articulado com a realidade da universidade, onde os critérios para o desenvolvimento do acervo devem atender a comunidade que a biblioteca representa, de maneira eficiente no presente e para o futuro. Futuro esse que está sendo delineado com o advento da informação digital, onde Vergueiro já em 1997 (p. 94), traçava um perfil desanimador sobre o futuro da biblioteca, ao expor que

[...] não há mais futuro possível para essas instituições, algumas em prédios suntuosos, que armazenam prioritariamente livros e todos os outros materiais de informação produzidos no suporte papel (apesar de que se poderia perguntar sobre os motivos que levam países como França e Inglaterra a construir novos e enormes edifícios para abrigar suas bibliotecas nacionais, edifícios esses que parecem representar mesmo a antítese da biblioteca sem muros que o futuro prenuncia...). Da mesma forma, não parece haver mais futuro para os profissionais responsáveis pelos acervos armazenados nas bibliotecas.

E afirma que com os novos meios de comunicação em rede, “[...] falar em desenvolvimento de coleções chega mesmo a ter como que um ranço de saudosismo antecipado[...]”, quando aponta que o canal da mediação da informação fluirá sem empecilho e só com a posse do computador, mouse e um “dispositivo de comunicação”, o usuário não precisará da biblioteca baseada em papel, pois em um período de duas décadas a Biblioteca passou a ser automatizada. (VERGUEIRO, 1997, p. 93). Esse questionamento sob muitos aspectos, ainda está presente no ambiente organizacional da biblioteca, onde a velocidade da informação modifica as práticas do acesso a ela, o que leva os bibliotecários à necessidade de mudança no seu comportamento.

Vergueiro (1997, p. 95-98) pontua que o contexto do surgimento a informação digital não fará desaparecer as fontes de informação impressas em geral e apresenta três fatores dessa permanência, a saber:

**Adequabilidade do livro:** é um objeto prático, que pode ser utilizado de diversas formas e interesse do indivíduo. O conforto da leitura impressa ainda faz o diferencial na imersão em novos conhecimentos;

**Custo do livro:** o formato eletrônico, para algumas publicações, tais como abstracts, índices e outros, tem mais acessibilidade do que impresso. Contudo, o custo dos formatos eletrônicos modifica de acordo com gêneros literários e sua produção quantitativa;

**Contexto social:** refere-se à questão da confiabilidade da informação, ao considerar a possibilidades de alteração dos textos, fato que pode ocorrer na “superestrada da informação”, pelas suas peculiaridades. Vergueiro faz uma analogia da “superestrada da informação” com a Biblioteca de Babel mencionada por Borges<sup>39</sup>, que a superestrada conterá “[...] contendo todo e qualquer livro possível em todas as suas possibilidades, o original e sua cópia, a cópia da cópia e todas as outras cópias imagináveis, cada uma com pequenas e mínimas diferenças entre elas.” (VERGUEIRO, 1997, p. 98)

Com todas essas particularidades, o autor também propõe um debate sobre a problemática do desenvolvimento de coleções nesse novo contexto informacional,

[...] onde materiais impressos conviverão - espera-se que em harmonia - com todas as demais fontes eletronicamente disponíveis, serão muitas as implicações para as atividades daqueles profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das coleções.” (VERGUEIRO, 1997, p. 101)

A FDC, em sua essência, vem sendo debatida e pesquisada por vários teóricos: Hendrick Edelman, John Ryland, Rose Mary Magrill e Doralyn J. Hickey (abordagem hierárquica); James C. Baughman (abordagem estruturalista); G. Edward Evans, Charles B. Osborn, Bonita Bryant, James A. Cogswell (abordagem sistêmica) e outros citados por Waldomiro Vergueiro, no artigo Desenvolvimento de coleções: uma visão para o planejamento de recursos informacionais (1993), cujo conteúdo refere-se aos citados teóricos e seus processos.

Os debates divergem sobre como implantar a FDC em diferentes tipologias de bibliotecas, visto que seus objetivos e necessidades dos usuários são diferentes, pois “[...] partem da premissa de que desenvolver a coleção de uma biblioteca pública, por exemplo, não é, absolutamente, a mesma coisa que desenvolver a coleção de uma biblioteca especializada.” (VERGUEIRO, 1993, p. 18). Esse autor leva em consideração o modelo de

<sup>39</sup> Jorge Luis Borges nasceu em Buenos Aires em 24 de agosto de 1899. Estudou na Suíça a partir de 1914. Frequentou os círculos literários de vanguarda de Madri por volta de 1919. Voltou a Buenos Aires em 1921, quando foi um dos fundadores do movimento denominado ultraísta. Em 1946, foi demitido da biblioteca municipal Miguel Cané em razão da sua oposição a Juan Perón. Em 1955, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional argentina. Ficou cego em 1960. Morreu em Genebra em 11 de junho de 1986. Seu conto, *A Biblioteca de Babel* pode servir de representação premonitória da sociedade da informação da atualidade. (VIRGIL, J. *A Biblioteca de Babel: uma metáfora para a sociedade da informação*. DataGramZero, v. 8, n. 4, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7551>>. Acesso em: 15 set. 2018).

Evans<sup>40</sup> para especificidades da tipologia das bibliotecas em: Bibliotecas públicas, Bibliotecas escolares, Bibliotecas universitárias e Bibliotecas especializadas ou de empresas. Segundo Vergueiro (1993, p. 19) a especificação das bibliotecas universitárias ficou expressa da seguinte maneira:

Bibliotecas universitárias - Devem atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade. Isto vai exigir, quase que necessariamente, uma coleção com forte tendência ao crescimento, pois atividades de pesquisa exigem uma variada gama de materiais de informação que possibilitem ao pesquisador ter acesso a todos os pontos de vista importantes ou necessários para sua pesquisa. Apesar do aparecimento de um bom número de pesquisas que advogam uma atividade de seleção de materiais informacionais, em bibliotecas universitárias, que leve prioritariamente em conta a relação custo-benefício ou custo-efetividade do material a ser adquirido<sup>41, 42</sup>, medidos por estudos de uso da informação, esta não parece ser a principal preocupação do desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Isso é decorrente de que a mesma necessita ter um volume de materiais suficientemente significativo em termos de quantidade e qualidade para dar suporte às atividades de pesquisa realizadas tanto em nível de graduação como de pós, assim como às atividades normais de prestação de serviços ou extensão à comunidade. Da mesma forma, a clientela é relativamente homogênea, não exigindo avaliações de grande monta. A ênfase maior, no caso, parece estar muito mais no desbastamento e avaliação constantes das coleções - medidas necessárias para otimização do acervo. Já as bibliotecas das chamadas "instituições isoladas de ensino superior", no entanto, contrariamente às de bibliotecas ligadas a universidades, exatamente por não terem de prestar suporte à pesquisa, norteiam o desenvolvimento de suas coleções pelas exigências dos programas ou currículos dos cursos por elas oferecidos. Levam em consideração, além disso, não só a natureza deste currículo, como também a composição do corpo docente, a quantidade de recursos financeiros disponíveis e a localização geográfica<sup>43</sup>. Neste aspecto, elas aproximam-se muito das bibliotecas escolares.

O processo de Desenvolvimento de Coleções precisa ser bem desenhado e oficializado, visto que contém muitas variáveis e é cíclico, além de depender de tomadas de decisões, considerando que “[...] coleções precisam evoluir harmonicamente em todas as áreas do acervo, para evitar que o mesmo cresça desordenadamente, sem metas ou objetivos definidos.” (MIRANDA, 2007, p. 5)

<sup>40</sup> EVANS, G. Edward. **Developing library collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979. p. 28, p. 20.

<sup>41</sup> GORE, Daniel. **A view from the tower of Babel**. Library Journal, v. 100, n. 16, p. 1599-504, 1975.

<sup>42</sup> KENT, Allen et alii. **Use of library materials: the University of Pittsburgh study**. New York, Marcel Dekker, 1979.

<sup>43</sup> LYLE. Apud MILLER, William, ROCKWOOD, D. Stephen. **Collection development from a college perspective**. College & Research Libraries, v. 40, n. 4, p. 318, 1979.

As bibliotecas universitárias têm a necessidade contar com o processo de desenvolvimento de coleções institucionalizado para representar perante a comunidade, o selo de qualidade do acervo, pois toda sua metodologia deve ser fundamentada em parâmetros adequados à realidade do local. Conforme Weitzel, (2006, p. 26) “[...] a qualidade não é obtida somente com boas aquisições, mas também com boa seleção, avaliação e desbastamento, a fim de completar o ciclo do processo”, portanto, os bibliotecários que participam desse percurso metodológico do desenvolvimento de coleções precisam ser informados dos seguintes pontos, através de uma boa política:

- [...] a) que material fará parte da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato, incluindo a política da biblioteca para acesso aos materiais cuja posse não lhe é de interesse);
- b) quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo (políticas de seleção, aquisição, doação, etc.);
- c) que necessidades específicas e de que parcelas da comunidade ele deve atender (incluindo-se os métodos para obtenção destas informações);
- d) como será avaliada a importância do material para a biblioteca, uma vez incorporado à coleção (métodos para avaliação da coleção);
- e) quando e sob quais condições ele será retirado do acervo (políticas de remanejamento e descarte). (VERGUEIRO, 1989, p. 27)

Para que essa política tenha consenso institucional, sua construção necessita da participação dos docentes, pesquisadores, discentes e técnicos-administrativos para democratização da tomada de decisão que essa política exige. De acordo com Ana Cláudia Miranda (2007b, p. 89)

[...] a política deve ser proposta por uma equipe/comissão formada por profissionais, usuários e assessores, devidamente analisada e aprovada pelos órgãos competentes. Precisa ser explicitada por um documento flexível que permita acréscimo e modificações, o qual deve conter a identificação dos responsáveis, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

No sentido de dar mais ênfase ao processo de Desenvolvimento de Coleções, Vergueiro (1993, p. 15) propõe uma divisão funcional para executar essa política na biblioteca, como a catalogação, a referência, a aquisição, devido à alta complexidade do tema que envolve toda a atividade meio da biblioteca.

Para Alba Maciel e Marília Mendonça (2000, p. 17), a política de desenvolvimento de coleções é “[...] um modelo cíclico e composto por diversas atividades (ou subprocessos), que não podem ser considerados isoladamente, mas como parte integrante de um todo.”

Essas autoras identificam algumas etapas do desenvolvimento de coleções: Estudo da comunidade, políticas de seleção, aquisição, desbastamento e suas funções adjacentes, que são: planejamento e elaboração de políticas, seleção, aquisição, avaliação de coleções e desbastamento e descarte de coleções. (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 17)

Como alternativa, os autores Waldomiro Vergueiro, Simone da Rocha Weitzel, Alba Costa Maciel, Marília Alvarenga Rocha Mendonça, entre outros, expõem outro modelo operacional de Formação e Desenvolvimento de Coleções, o qual se divide em seis etapas do ponto de vista técnico: Estudo da comunidade, Políticas de seleção, Seleção, Aquisição, Avaliação, Desbastamento e Descarte. Simone Weitzel comenta que na literatura especializada são mencionados outros aspectos que devem ser levados em consideração, tais como: “armazenamento, conservação e preservação, compartilhamento de recursos informacionais, censura, direitos autorais, liberdade intelectual, entre outros.” (WEITZEL, 2006, p. 19).

Para compreensão dessa política, a seguir apresentam-se as etapas citadas por Simone Weitzel em seu livro *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias* (2006):

#### **4.1.1 Estudo da Comunidade**

Para o estudo da comunidade, é necessário que se faça um diagnóstico delimitador do perfil dos usuários, o qual possa identificar linhas de assunto que são trabalhados na universidade. Essa pesquisa envolve os planos de ensino com as bibliografias básicas e complementares, juntamente com as linhas de pesquisa investigadas nesse ambiente. Com esse levantamento de dados, é possível que se faça uma análise para obter as reais necessidades informacionais da universidade.

#### **4.1.2 Políticas de Seleção**

Como é um dos procedimentos mais importantes do desenvolvimento de coleções, o poder decisão deve estar alicerçado em bases coerentes com o planejamento dos conhecimentos que circulam na universidade. De acordo com Ana Cláudia Miranda (2007, p. 8), essa política propicia dar uma direção ao desenvolvimento do acervo:

[...] • possibilitar um crescimento racional e equilibrado do acervo de forma qualitativa e quantitativa; • garantir a continuidade e a adequação necessárias à formação da coleção; • determinar os critérios para duplicação de títulos; • estabelecer as prioridades de aquisição de material; • conhecer as

necessidades dos usuários, através da análise de uso das coleções e sua atualidade; • estabelecer critérios para intercâmbio de materiais informacionais; • acompanhar o surgimento dos novos suportes de informação, não se limitando apenas, ao suporte em papel; • buscar atender a todos as sugestões, deixando o solicitado informado da aquisição ou não do item sugerido; • identificar critérios para recebimento de doações, descarte e reposição de material;

A política de seleção deve ser construída em conjunto com a comissão de biblioteca, cuja composição deve representar os interesses da instituição.

Além dos itens anteriormente indicados, o bibliotecário, como agente executor da seleção, precisa estar atualizado com a legislação vigente sobre educação superior, visto que essa área é regulada, supervisionada e avaliada constantemente pelo Estado.

### **4.1.3 Seleção**

A seleção é um processo decisório do bibliotecário, o qual deve estar alicerçado na política de seleção para as devidas tomadas de decisões

É a etapa mais importante do processo de FDC, pois implementa o que está estabelecido na política. É um processo de tomadas de decisões que prevê todas as modalidades de aquisição de novos materiais bibliográficos, que vão alimentar a atividade fim da biblioteca, representada pela circulação do acervo, sua a qualidade desse acervo e relação às linhas de conhecimento traçadas pelo estudo da comunidade.

Existem dois tipos de atuação do processo de seleção: o primeiro é a seleção dos materiais bibliográficos para compra, a partir de várias fontes de informação institucional para indicação de sugestão. O segundo tipo é a seleção do material informacional recebido por doação, onde a variedade muitas vezes não corresponde aos interesses da biblioteca, porém essa prática é um atividade comum nas bibliotecas e com os variados tipos de justificativa: “[...] necessidade de descartar o que não serve mais no acervo pessoal, problemas de espaço e na tentativa de ajudar outras pessoas nos estudos doando um bom livro, e também surgem doação efetuadas por familiares de docentes falecidos vinculados à instituição.” (SILVA; AMARAL; PAJEÚ, 2018, p. 127). No entanto, devemos considerar também a afirmação de Waldomiro Vergueiro (2010 p. 75), de que “a frequência com que uma biblioteca é procurada para doação de materiais pode ser um sinal de seu prestígio junto à comunidade.”

Nesse contexto, o bibliotecário deve assegurar que o processo de seleção seja realizado de maneira criteriosa, pois em uma doação pode estar um livro raro ou necessário para o acervo.

No processo de seleção, Ana Cláudia Miranda (2007, p. 12) cita alguns critérios como sugestão para o desenvolvimento do acervo:

[...] • adequação do material às ementas e ao projeto pedagógico dos cursos; • autoridade do autor e/ou editor; • atualidade técnico-científica dos conteúdos; • qualidade técnica; • escassez de material sobre o assunto na coleção da Biblioteca; • aparecimento do título em bibliografias e índices; • cobertura/tratamento; • custo justificado; • idioma acessível; • relevância/interesse acadêmico-científicos; • número de usuários potenciais que poderão utilizar o material; • condições físicas do material.

Essa autora ressalta, também, a necessidade de adequação desses critérios para cada biblioteca, pois cada uma tem suas peculiaridades de demanda.

#### 4.1.4 Aquisição

É considerada a continuação do processo de seleção. Trata-se de uma ação administrativa, em que se realiza a identificação minuciosa do material informacional solicitado para a posterior aquisição, através de três modalidades: compra, doação e permuta.

A compra é realizada segundo a natureza jurídica da instituição (pública ou privada), portanto, deve obedecer a legislação e normas pertinentes. Diva Andrade e Waldomiro Vergueiro (1996, p. 6) descrevem de forma breve a complexidade dessa modalidade:

À aquisição caberá o trabalho minucioso de identificação, localização dos itens e sua posterior obtenção para o acervo, qualquer que seja a maneira de tornar isto possível. E não é uma tarefa assim tão automática, pois, infelizmente para os profissionais, os títulos selecionados não se encontram acenando para eles ao dobrar da esquina, a gritar 'olha eu aqui, olha eu aqui' e quase implorando para serem adquiridos. Muitas vezes, realizar um trabalho de aquisição assemelha-se a procurar uma agulha em palheiro, tantas são as possibilidades e dificuldades existentes. É uma atividade que exige perseverança e atenção a detalhes, de maneira a evitar um descompasso entre o que foi escolhido primeiramente para aquisição e aquilo que chega às mãos do usuário.

A doação é a modalidade pela qual o setor de aquisição solicita a outra instituição ou mesmo ao próprio autor, material informacional de interesse da instituição. A modalidade de permuta corresponde à troca de material informacional através de intercâmbio, onde o interesse é de ambas instituições.

Para um melhor entendimento da modalidade de aquisição por compra, onde é requerido grande empenho funcional do bibliotecário, é recomendada a utilização do livro de

Diva Andrade e Waldomiro Vergueiro, *Avaliação de materiais de informação* (1996), como referencial do processo. Seguem os tópicos desenvolvidos no livro, com o intuito de demonstrar todo o processo de aquisição por compra.

Compra: Atividades preliminares (Previsão orçamentária; Aplicação de recursos; Modalidade de compra; organizando as sugestões para aquisição; Quem são os fornecedores de materiais da informação); Compra: Procedimento e execução (Pedidos de cotação e recebimento de faturas *proforma*; Controle de registros; Pagamento e controle de recebimento); Especificidade da compra. (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, sumário)

O processo de compra por aquisição requer que as etapas anteriores estejam bem estruturadas em todos os detalhes para detectar antecipadamente possíveis problemas, por exemplo: duas referências iguais, onde uma se encontra com autores trocados; livro texto e seu respectivo caderno de exercícios, com todos os dados iguais, porém diferenciados pelo ISBN; isso leva à determinação de que a referência bibliográfica seja completa, pois os detalhes dos títulos são determinantes na compra e se não atendidos podem gerar maior custo pela duplicidade ou triplicidade de títulos.

A aquisição por parte das universidades públicas é realizada somente por licitação e uma vez ao ano, conforme a Lei de licitação nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece que não se pode realizar mais de um pregão por ano do mesmo objeto. Todo esse processo deve ser documentado, de forma a comprovar para fiscalização federal a licitude da compra de todo material informacional.

#### 4.1.5 Avaliação

Implementar na Biblioteca Universitária rotinas diárias de avaliação da coleção pode ser uma atividade facilmente desenvolvida, no entanto, transformar os dados obtidos em informação e em conhecimento requer do gestor da biblioteca uma visão empreendedora sobre a qualidade do acervo, como também dos produtos e serviços existentes. Dados não analisados não tem influência na melhoria da biblioteca e de suas estratégias. É importante analisar na avaliação qual função os dados impactarão em termos de otimização do uso da coleção. Conforme Simone Weitzel (2013, p.58) “[...] a rotina do processo de avaliação envolve planejamento, diagnóstico das coleções, aplicação de critérios e controle de dados de uso, valor e qualidade.”

A etapa de avaliação, na política desenvolvimento de coleções, deve produzir informações que sejam utilizadas para qualificar o acervo e produzir indicadores que possam

justificar uma maior disponibilidade orçamentária para a biblioteca. A avaliação “[...] é indispensável para a tomada de decisões pois indica o melhor caminho a seguir, e a atitude mais adequada ao gerente de coleções.” (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 23) Para Lancaster (2004, p. 1) “[...] avaliação reúne dados necessários para determinar quais dentre várias alternativas parecem ter mais probabilidade de obter um resultado almejado.” Esse autor ainda pontua que avaliação pode ser realizada com o “[...] objetivo de melhorar as políticas de desenvolvimento de coleções, melhorar as políticas relacionadas com períodos de empréstimo e taxa de duplicação, ou embasar decisões relacionadas com o uso do espaço.” (LANCASTER, 2004, p. 20)

Para realização da avaliação é recomendada a utilização de metodologias com duas abordagens: quantitativa e qualitativa, as quais precisam ser entendidas em relação a outras informações da biblioteca.

Para Alba Maciel e Marília Mendonça, o planejamento da avaliação de coleção se torna fundamental no momento de tomadas de decisões, por isso pontuaram alguns objetivos para sua realização.

- Definir qual(is) o(s) objetivo(s) da avaliação;
- Escolher qual a melhor metodologia a ser adotada, em função dos objetivos a serem atingidos;
- Definir critérios que deverão ser observados considerando-se as características de cada coleção;
- Definir com que prioridade deve ser realizada;
- Definir sobre alocação de recursos;
- Identificar as obras que devem ser retiradas do acervo com a finalidade de serem alocadas em depósito (caso de obras de pouco uso) ou descartadas (obras obsoletas, danificadas ou não pertinentes ao acervo). (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 25)

#### **4.1.6 Desbastamento e Descarte**

Essa é uma etapa de adequação da política de seleção que ajusta a real necessidade de informação do usuário. É recomendada a existência de uma política de seleção para que não ocorra descarte de obras consideradas importantes e únicas para uma determinada área, pois em virtude da inexperiência, falta de segurança e desconhecimento do bibliotecário no processo de desbastamento e descarte do acervo, pode ocorrer inquéritos judiciais sobre ações irregulares desse profissional. (SILVA; AMARAL; PAJEÚ, 2018, p. 127)

O desbastamento é a ação de apartar do acervo material informacional que não tem uso frequente e não mais atende às necessidades informacionais da instituição. O processo de desbastamento é feito a partir do processo de avaliação, pois através dela é que aparecem os livros que precisam ser descartados, que deve ser entendido conforme segue:

O descarte é a ação de retirada definitiva do material bibliográfico do acervo com todo procedimento oficializado junto a Comissão de Biblioteca e a Instituição, visto que os livros adquiridos pelo processo de aquisição por compra são registrados como patrimônio e não como material de consumo. Essa função também é conhecida como de função negativa. (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 25)

A política de desbastamento e descarte são subprocesso da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, que tem critérios específicos para subsidiar a tomada de decisões que, de acordo com Simone Weitzel (2013, p. 68) tem que ter pelo menos quatro elementos: “[...] responsabilidade pelo processo, critérios, métodos e aspectos legais e administrativos.” Portanto, não é recomendado que o bibliotecário realize esse processo de forma isolada do corpo docente e da administração da unidade.

Todo o usuário que procura a biblioteca universitária precisa de informação por vários motivos, no entanto, é preciso delimitar a amplitude informacional do acervo no aspecto do crescimento multidisciplinar tendo em vista que isso traz dificuldades financeiras e operacionais para a instituição. Por mais que a literatura digital esteja em crescimento, não se pode descartar os materiais bibliográficos sem uma justificativa plausível.

A biblioteca universitária, em seu aspecto administrativo, não tem autonomia financeira para dar suporte adequado à quantidade de publicações necessárias para atender sua comunidade, no ensino, na pesquisa e extensão. Diante dessa dificuldade, o acervo acaba não atendendo como deveria, pois, a literatura técnico-científica, mesmo estando disponibilizada digitalmente, não dá conta em suprir os cursos de graduação e pós-graduação presenciais e a distância, pela diversidade modelos de negócio (contratuais) das distribuidoras das bibliotecas on-line. Essas dificuldades referem-se à grande quantidade de plataformas de leitura e, segundo Raquel Costa e Murilo Cunha (2015, p. 18), “[...] aquisição de livros eletrônicos para uma biblioteca brasileira ainda é algo confuso e com inúmeros detalhes técnicos (hardware, software, financeiros e direitos autorais, entre outros).”

## REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 4

- ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Avaliação de material de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 118 p.
- BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008. 475 p.
- BRASIL. Biblioteca Nacional. **Depósito Legal**. Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 09 set. 2018.
- COSTA, Raquel Pereira; CUNHA, Murilo Bastos da. Modelos de negócios de livros eletrônicos para bibliotecas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.25, n.3, p. 7-19, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/26945/14519>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- LANCASTER, F.W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 356 p.
- LUBISCO, Nídia M. L. **A Biblioteca Universitária no Processo de “Avaliação das Condições de Oferta” dos Cursos de Graduação pelo MEC: o caso da UFBA**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. Orientador: Dora Leal Rosa.
- LUBISCO, Nídia M. L. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). **PontodeAcesso Revista do Instituto de Ciência da Informação**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 56-61/ 80-141, dez. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12834>>. Acesso em: 07 set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v8i3.12834>.
- LUBISCO, Nídia M. L. **Tipologia de bibliotecas segundo as variáveis função, acervo e público**. UFBA/ICI, 2016, 3p. Disponível em:<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23819/1/TipologiaDeBibliotecas\\_N%C3%ADiaM.L.Lubisco.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23819/1/TipologiaDeBibliotecas_N%C3%ADiaM.L.Lubisco.pdf)> Acesso em: 07 set. 2017.
- MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 96 p.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.
- MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 1-19, 2007a. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/4258>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr., 2007b. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/463>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 383p.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo Bastos da. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: J. Robredo, 2005. vii, 409 p.

SILVA, Célia Aparecida Rufino Gomes; AMARAL, Roniberto Morato do; PAJEÚ, Hélio Márcio. Desenvolvimento de coleção na perspectiva da alteridade bakhtiniana: o descarte na biblioteca universitária. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 126-151, jan. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/632>>. Acesso em: 17 set. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo, SP: Polis, Associação Paulista de Bibliotecários, 1989. 95 p. (Palavra-chave 1).

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 1, abr. 1993. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>>. Acesso em: 16 set. 2018. doi:<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v22i1.512>.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 2, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/629/413>>. Acesso em: 14 set. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013. 110 p.

## 5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A ciência nasceu da curiosidade do ser humano em saber como funciona o mundo que o rodeia, onde o olhar individual pode conceber inúmeras conclusões daquilo que é observado. Assim, ao longo da história da humanidade, vários filósofos estabeleceram procedimentos metodológicos para a explicação “[...] que permite a distinção entre aparência e a essência dos fenômenos perceptíveis pela inteligência humana.” (MEDEIRO, 2003, p. 41)

O método, segundo Izequias Santos (2000, p. 83), é definido como: “seguir um caminho ou a ordem a que se sujeita qualquer tipo de atividade, com vista a chegar a um fim determinado”, entretanto, para que isso ocorra, foram estabelecidos procedimentos para que a pesquisa científica tenha seu resultado comprovado por técnicas de “verificação, interpretação e inferência da realidade.” (MEDEIRO, 2003, p. 41) Para Minayo (2009, p. 14), “[...] metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.”

A importância do método para a ciência:

[...] proporciona economia de tempo, de recursos, e fornece segurança na ação, para se chegar ao resultado pretendido. O conhecimento não pode ser produzido sem incluir nos procedimentos: regra, capricho, esforço organizado, disciplina e outros atributos que levarão o estudioso ao uso de metodologia. (SANTOS, 2000, p. 83)

Com a existência uma variedade de métodos, cada pesquisa será validada por uma combinação de procedimentos metodológicos para chegar a um determinado fim. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 146), a seleção dos instrumentos metodológicos está diretamente relacionada com o problema a ser estudado e a escolha das técnicas e dos métodos dependerá do tipo de pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

A escolha do percurso metodológico constitui uma seleção minuciosa dos elementos necessários à elaboração de pesquisa. A pesquisa, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 139), “é o procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” Conforme Minayo (2009, p. 14), o percurso da “metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência e sua sensibilidade).”

O percurso metodológico anteriormente exposto foi utilizado nesta pesquisa de dissertação, para fundamentar as condições necessárias ao cumprimento do seu objetivo geral: *Avaliar a construção pelos docentes, das bibliografias básicas complementares dos planos de ensino dos cursos de graduação da UFBA, à luz das normas do CONAES.*

A metodologia utilizada subsidiar a instrumentação necessária para atender aos objetivos específicos: **a)** *Conhecer os atos legais e normativos que regem a matéria, no âmbito do governo federal e das IES;* **b)** *Levantar os critérios utilizados pelos docentes da UFBA na seleção e indicação das bibliografias básicas e complementares para os planos de ensino;* **c)** *Identificar as dificuldades, por parte dos docentes, no uso de fontes informacionais, considerando as demandas legais, normativas, institucionais e as demandas formais dos discentes;* **d)** *Verificar quais as fontes de informação adotadas pelos docentes para sua atualização didático-pedagógica;* **e)** *Verificar quais as dificuldades, por parte dos docentes, no repasse das sugestões das bibliografias básicas e complementares para a biblioteca.*

Face ao exposto até aqui, essa pesquisa buscou responder as seguintes questões norteadoras: **1)** *Quais são os critérios usados pelos docentes para construir as bibliografias básicas e complementares dos seus componentes curriculares;* **2)** *Quais são os mecanismos desses docentes na busca das fontes especializadas para atualização das indicações?* **3)** *Quais as dificuldades dos docentes no envio das informações sobre as bibliografias básicas e suplementares dos diferentes componentes curriculares, para a biblioteca da sua unidade?*

A metodologia empregada para elaboração desta dissertação traçou os caminhos percorridos para se chegar aos objetivos propostos considera-se que o método está coerente com o problema estudado, os objetivos citados e o embasamento teórico que fundamentou este estudo.

## 5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A classificação de uma pesquisa expõe sua trajetória na diversidade dos fenômenos do universo. Esta pesquisa foi desenvolvida, do ponto de vista teórico, a partir de uma revisão da literatura e das normas governamentais. Para abordagem metodológica, foi utilizado o **método indutivo**, pois “[...] constata a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade.” (GIL, 2009, p.10) Quanto aos objetivos, o método adotado tem um **caráter exploratório**, uma vez que buscou conhecer um fenômeno, ainda obscuro, ocorrido dentro da universidade. Quanto ao caráter exploratório, Gil (2009, p.

27) expõe que “[...] as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

Apresenta uma natureza **qualitativa e quantitativa**, uma vez que vai usar levantamento de respostas de docentes e dados estatísticos sobre a população pesquisada. Na análise da pesquisa quantitativa, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 284), “a ênfase deve recair na quantificação de seus integrantes, ou seja, na frequência de aparição no texto de certas palavras, expressões, frases, temas etc. e não no aspecto semântico dos textos.” Já a abordagem qualitativa responde a questões muito particulares, visto que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes, e ainda comenta que não existe hierarquia entre essas duas abordagens, visto que sua diferença na realidade social é de natureza e não de hierarquia, no entanto se completam produzindo riquezas de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. (MINAYO, 2009, p. 21)

Para Romeu Gomes (2009, p. 80), a pesquisa qualitativa “[...] na análise [tem] o propósito [de] ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas.” Já na interpretação, a pesquisa qualitativa busca o sentido das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vai além do descrito e analisado.”

## 5.2 SUJEITOS E CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A população foi constituída pelos docentes que ministram os componentes curriculares obrigatórios do primeiro e do penúltimo semestre dos cursos de graduação, mais novos e mais antigos, atendidos pelas bibliotecas universitárias, selecionadas por sua representatividade de quantidade de cursos por área de conhecimento dentro da UFBA. Esse recorte de componentes curriculares foi pensado para atender os objetivos específicos da pesquisa que apura o fluxo de informação sobre a indicação e aquisição das bibliografias básicas e complementares dos cursos.

O ambiente para realização deste estudo foi delimitado dentre os 106 cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, resultando num total de 10 cursos, localizados nos *campi* Ondina, Federação e Canela, na cidade de Salvador - Bahia. A escolha dos cursos de graduação ocorreu pela representatividade de quantidade de cursos por área de

conhecimento dentro da Universidade. Os dados foram organizados em uma planilha de Excel, cujos resultados estão explícitos nos Quadros 19, 20, 21 e 22.

A coleta de dados da amostra foi realizada em três etapas, no período de novembro de 2017 a janeiro de 2018, a saber:

a) **Identificação dos cursos mais novos e mais antigos:** essa coleta foi realizada nas seguintes fontes de informação: *site* da UFBA/cursos<sup>44</sup>, no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior<sup>45</sup> e no Sistema de Administração Acadêmica da UFBA (SIAC<sup>46</sup>).

**Quadro 19:** Delimitação dos cursos de graduação que são atendidos pelas Bibliotecas selecionadas na pesquisa (2018).

Área de conhec.	Biblioteca Universitária	Justificativa	Cursos	Criação	Último reconhec.	
<b>Área I -</b> Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia	Escola Politécnica / Biblioteca Universitária Bernadete Sinay Neves	A unidade congrega 11 cursos de graduação.	Mais antigo	Engenharia Civil - Salvador	1897	1898
			Mais novo	Engenharia de Computação - Bacharelado - Noturno - Salvador	2009	2017
<b>Área II -</b> Ciências Biológicas e Profissões de Saúde	Biblioteca Universitária de Saúde Prof. Rubim de Pinho	Integra quase todas as coleções da área de Saúde da UFBA.	Mais antigo	Medicina - Salvador	1808	1832
			Mais novo	Fisioterapia - Bacharelado - Salvador	2009	2017
<b>Área III -</b> Filosofia e Ciências Humanas	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Biblioteca Universitária Isaías Alves	A unidade congrega 5 cursos de graduação.	Mais antigo	Ciências Sociais - Licenciatura - Salvador	1942	1944
			Mais novo	Museologia - Bacharelado - Salvador	1970	1979
<b>Áreas IV -</b> Letras; <b>Área V -</b> Artes	Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa	A unidade congrega 8 unidades universitárias de graduação e integra acervos das áreas [I, II], III, IV e V.	Mais antigo	Dança - Licenciatura - Salvador	1956	1962
			Mais novo	Dança - Licenciatura - Noturno - Salvador	2009	2016
<b>Sede do GEINFO</b> <sup>47</sup>	Instituto de Ciência da Informação	Unidade-sede do GEINFO e onde funciona o curso de Biblioteconomia e Documentação; com isso, há uma expectativa de ter-se uma biblioteca modelo.	Mais antigo	Biblioteconomia e Documentação - Salvador	1942	1958
			Mais novo	Arquivologia - Noturno - Salvador	1997	2003

<sup>44</sup> Fonte de informação: “<https://www.ufba.br/cursos>”

<sup>45</sup> Fonte de informação: “<http://emec.mec.gov.br>”

<sup>46</sup> Fonte de informação: “<https://siac.ufba.br/SiacWWW/Welcome.do>”

<sup>47</sup> Grupo de pesquisa (GEINFO Saberes e Fazer em Informação e Conhecimento) do qual a pesquisadora é membro e da qual esta pesquisa é parte.

**Fonte:** Quadro adaptado pela autora das fontes de informação: Site da UFBA/cursos; Sistema e-MEC e o Sistema Acadêmico da UFBA.

Foram desconsiderados nessa delimitação os cursos com dados incompletos para a composição da amostra e os cursos com nomenclatura não padronizada. O Curso de Comunicação – Jornalismo, apesar de ser o mais antigo da área III, foi desconsiderado devido à Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa ser classificada, para efeito desta pesquisa, como biblioteca universitária representativa das áreas IV (Letras) e V (Artes).

**Quadro 20:** Cursos de graduação com dados incompletos ou não padronizados da UFBA, em 2018.

UNIDADE	Nº	CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO
Arquitetura	187140	Arquitetura e Urbanismo - Noturno - Salvador	2008	Em análise
Educação	385120	Pedagogia - Licenciatura - Noturno - Salvador	Não localizado	Não localizado
Educação	312140	Pedagogia - Licenciatura - Salvador	Não localizado	Não localizado
Escola de Belas Artes	505120	Licenciatura em Desenho e Plástica - Licenciatura - Salvador	1961	Não localizado
Escola de Música	514140	Música Popular - Bacharelado - Composição e Arranjo - Salvador	2008	Em análise
Comunicação	307140	**Comunicação - Jornalismo - Salvador	1949	1958
Filosofia e Ciências Humanas	386120	História - Licenciatura - Noturno - Salvador	2008	Em extinção
Instituto Multidisciplinar em Saúde	847140	Medicina - Vitória da Conquista	2015	Em análise
Instituto Multidisciplinar em Saúde	328140	Psicologia - Formação de Psicólogo - Vitória Da Conquista	Não localizado	Não localizado
Instituto de Letras	402200	* Letras - Letras Vernáculas e Inglês -Licenciatura - Salvador	Não identificado	Não identificado
Instituto de Letras	480120	* Letras - Licenciatura - Noturno - Salvador	Não identificado	Não identificado
Instituto de Letras	481120	* Letras - Licenciatura- Inglês - Noturno - Salvador	Não identificado	Não identificado
Instituto de Letras	403200	* Letras - Licenciatura- Inglês - Salvador	Não identificado	Não identificado
Instituto de Letras	401200	* Letras - Licenciatura-Português - Salvador	Não identificado	Não identificado
Matemática	183120	Matemática - Licenciatura - Noturno - Salvador	2009	Em análise
Química	184120	Química - Licenciatura - Noturno - Salvador	2009	Em análise

**Fonte:** Adaptado pela autora das fontes de pesquisa: Site da UFBA/cursos, e-MEC e SIAC.

**Legenda:** \* Nomenclatura desses cursos não coincide nas fontes de informação.

\*\* Curso desconsiderado devido a Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, ser classificada nesta pesquisa, como biblioteca universitária representativa da área IV - Letras e V – Artes

b) **Identificação dos componentes curriculares do primeiro e do penúltimo semestre:** para esse levantamento, foi confeccionado um formulário (Apêndice A) para caracterizar o curso e delimitar os componentes curriculares do primeiro e do penúltimo semestre. A coleta de informações cadastrais foi realizada no *site* dos cursos selecionados e por telefone. Já a delimitação dos componentes curriculares foi feita pela matriz curricular de cada curso, pois estavam disponíveis no *site* e nas secretarias dos cursos, bem como no SIAC/UFBA. Porém, constatou-se que os componentes curriculares comuns a vários cursos são ministrados por vários docentes, resultando assim em vários planos de ensino para um mesmo código de disciplina.

c) **Identificação dos docentes e os seus respectivos e-mails:** A coleta dos nomes dos docentes dos componentes curriculares selecionadas foram recuperados no SIAC, no Guia de Matrícula de Curso 2017.1 e 2017.2<sup>48</sup>, por meio de consulta a cada *link* do curso; posteriormente, encontraram-se os e-mails dos docentes em vários locais da *web* (e-mail UFBA, artigos com acesso aberto, Escavador<sup>49</sup> e outros), unidades de ensino do curso, visto que algumas dessas informações não se encontram disponíveis para consulta no *site* da instituição. Não foram considerados os docentes substitutos e sem designação. O Quadro 21 expõe os resultados dessa coleta.

**Quadro 21:** Resultado da identificação dos docentes nos componentes curriculares selecionados na UFBA e posterior identificação dos e-mails de cada um deles (2018).

ÁREA	CURSO	SEMESTRE	QUANTIDADE DE E-MAIL DOS DOCENTES
Área I - Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia	Engenharia Civil - Salvador	1º	61
	Engenharia Civil - Salvador	9º	2
	Engenharia de Computação - Bacharelado - Noturno - Salvador	1º	45
	Engenharia de Computação - Bacharelado - Noturno - Salvador	11º	31
Área II - Ciências Biológicas e Profissões de Saúde	Medicina - Salvador	1º	36
	Medicina - Salvador	8º	52
	Fisioterapia - Bacharelado - Salvador	1º	8
	Fisioterapia - Bacharelado - Salvador	8º	6
Área III - Filosofia e Ciências Humanas	Museologia - Bacharelado - Salvador	1º	17
	Museologia - Bacharelado - Salvador	6º	3
	Ciências Sociais - Licenciatura - Salvador	1º	19

<sup>48</sup> Fonte de informação: “<https://supac.ufba.br/guia-matricula-graduacao>”

<sup>49</sup> Fonte de informação: “<https://www.escavador.com>”

	Ciências Sociais - Licenciatura - Salvador	7º	1
<b>Áreas IV - Letras; Área V - Artes</b>	Dança - Licenciatura - Salvador	1º	8
	Dança - Licenciatura - Salvador	6º	18
	Dança - Licenciatura - Noturno - Salvador	1º	8
	Dança - Licenciatura - Noturno - Salvador	6º	6
<b>Sede do GEINFO</b>	Biblioteconomia e Documentação - Salvador	1º	19
	Biblioteconomia e Documentação - Salvador	7º	32
	Arquivologia - Noturno - Salvador	1º	4
	Arquivologia - Noturno - Salvador	6º	2
<b>TOTAL</b>			<b>378</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

No Quadro 22, observa-se o relatório de acompanhamento do delineamento da amostra da pesquisa, pontuando o quantitativo de cada etapa de levantamento, de envio e de resposta dos e-mails dos docentes selecionados. Ao final a amostra teve 32 e-mails com questionários válidos.

**Quadro 22:** Relatório do delineamento dos e-mails da pesquisa (2018).

<b>DADOS DA COLETA DOS E-MAIL</b>	<b>E-MAILS DOS DOCENTES</b>	<b>TOTAL</b>
Primeiro semestre	225	<b>378</b>
Penúltimo semestre (6, 7, 8, 9, 11)	153	
Docentes substitutos (não contabilizados)	28	<b>102</b>
Docente sem definição (não contabilizado)	01	
E-mails duplicados	69	
E-mails cancelados pelo Survey Monkey	04	
<b><i>E-MAILS ENVIADOS PELO SURVEY MONKEY*</i></b>	<b>276</b>	<b>276</b>
E-mail que voltaram	12	<b>12</b>
<b><i>TOTAL RECEBIDOS</i></b>	<b>40</b>	<b>40</b>
E-mail não respondidos	224	<b>232</b>
E-mail com questionários não válidos	08	
<b>E-MAIL COM QUESTIONÁRIOS VÁLIDOS</b>	<b>32</b>	<b>32</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Legenda:** (\*) servidores docentes.

Para distribuição dos questionários aos docentes do primeiro e do penúltimo semestre desses 10 cursos, foram utilizadas as seguintes plataformas de *e-mail*: Google (através do e-mail [fbsmestrado@gmail.com](mailto:fbsmestrado@gmail.com)) e webmail UFBA (através do e-mail institucional da mestrandia).

### 5.3 TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO

Como técnica de investigação, foi utilizado o Questionário que, de acordo com Gil (2009, p.121), “tem o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”

Para proceder à coleta de dados, enviaram-se o questionário e a carta de apresentação à população selecionada, através do programa SurveyMonkey, entre o período de 24 de janeiro de 2018 à 26 de fevereiro de 2018 por dois tipos de coletores: a) através do coletor nº 169635363 (e-mail cadastrado no [fbsmestrado@gmail.com](mailto:fbsmestrado@gmail.com)) e b) pelo coletor nº 168995875 (por uma “web link 1” – “<https://pt.surveymonkey.com/r/X2PMKGG>”) gerado pelo programa e enviado pelo e-mail institucional da pesquisadora. No entanto, para que questionário atingisse a totalidade de resposta (40) foram enviados 8 vezes aos docentes cujos envios dos e-mails foram enviados e respondidos.

Como não existe, no site da UFBA, um local onde todos os endereços eletrônicos dos docentes estejam reunidos para fazer o delineamento dessa pesquisa, necessitamos investigar em vários locais da Internet, como também, nos colegiados dos cursos selecionados.

A **coleta de dados** foi realizada mediante a aplicação de um questionário aplicado aos docentes, por componente curricular obrigatório da matriz curricular vigente, dos cursos selecionados, com o objetivo de avaliar os critérios e os tipos de fontes utilizadas pelos professores de graduação para a construção das bibliografias básicas e complementares que devem constar dos planos de ensino dos diferentes componentes curriculares dos cursos; este instrumento teve como propósito averiguar se os parâmetros de avaliação do INEP e a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas/UFBA são atendidos, uma vez que os referidos parâmetros são orientados para atender as demandas e necessidades de informação do alunado.

### 5.3.1 Questionário

O questionário buscou conhecer três aspectos da população selecionada: os critérios de seleção utilizados pelos professores da UFBA para indicar as bibliografias básicas e complementares para seus planos de ensino; as fontes utilizadas por eles para a seleção desses materiais; e a comunicação docente/biblioteca para atender o quesito bibliografias.

O questionário (Apêndice B) foi criado em SurveyMonkey<sup>50</sup> e estruturado com 23 questões, distribuídas em quadro dos 5 objetivos específicos, com perguntas abertas e fechadas.

O questionário foi apresentado aos docentes, mediante uma Carta de Apresentação (Apêndice C), explicando o seu objetivo.

**Quadro 23:** Composição do questionário e sua relação com os objetivos específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO
Conhecer os atos legais e normativos que regem a matéria, no âmbito do governo federal e das IES.	-
Contexto acadêmico (informações cadastrais)	1-3
Levantar os critérios utilizados pelos docentes da UFBA na seleção e indicação das bibliografias básicas e complementares para os planos de ensino.	4-11
Identificar as dificuldades e soluções, por parte dos docentes, no uso de fontes informacionais, considerando as demandas legais, normativas, institucionais e as demandas formais dos discentes.	12-17
Verificar quais são as fontes de informação adotadas pelos docentes para sua atualização didático-pedagógica.	18-20
Verificar quais as dificuldades, por parte dos docentes, no repasse das sugestões das bibliografias básicas e complementares para a biblioteca.	21-23

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Para aperfeiçoar o questionário da pesquisa foi submetido à avaliação dos docentes, discentes e bolsistas da UFBA, que integram grupo de pesquisa GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento, com o intuito de avaliar todas as questões. A discussão e os comentários decorrentes serviram para ajustar as falhas detectadas na redação das questões abertas e fechadas.

## 5.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 151-153), a **análise** e a **interpretação dos dados** constituem o núcleo central da pesquisa. A análise consiste na explicação das relações entre o

<sup>50</sup> SurveyMonkey Realizador de pesquisas personalizáveis gratuitas, bem como uma suíte de programas backend que inclui análise de dados, seleção de amostras, eliminação de vieses, e ferramentas de representação de dados.

fenômeno estudado e outros fatores, cujas relações podem ser divididas em interpretação, explicação e especificação, quando o pesquisador conseguirá respostas às suas indagações, que serão comprovadas ou refutadas, mediante a análise. Na interpretação, segundo as autoras, está a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema.

Portanto, para conhecer e analisar o assunto pesquisado, procurou-se, primeiramente, realizar a leitura exaustiva da literatura especializada pertinente e suas relações com tema pesquisado, gerando o arcabouço teórico exposto anteriormente. Logo após, realizou-se a interpretação desses dados com uma exploração da amostra levantada através de tabulação dos dados, com uma leitura qualitativa e quantitativa para questões abertas e fechadas, gerando informações do ponto de vista dos docentes, representadas em tabelas para organização dos dados e em gráficos estatísticos para mostrar os resultados alcançados.

## REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 5

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010. 312 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a pratica de fichamentos, resumos. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. 323 p.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org.) GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social**: teoria, métodos e criatividade. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000. 282 p.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Depois da coleta de dados, passa-se a expor a sua análise e interpretação, tendo sido o tema são dividido em partes para facilitar a compreensão do todo. A análise e a interpretação, conforme Gil (2009, p. 156), apontam que, apesar dos conceitos serem diferentes, eles se completam e definem cada um dos itens:

[...] A análise tem como objetivo resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Assim, neste capítulo, daremos visibilidade ao resultado do processo de envio dos questionários, quantificação e a análise das respostas. O envio foi realizado no começo de janeiro e em fevereiro 2018, dentro do semestre 2018.1 que teve o término das aulas prorrogado para 2 de fevereiro de 2018. devido à greve na universidade. Com a preocupação que todos os docentes selecionados fossem atingidos para compor a amostra planejada, foi enviado e-mails conforme exposto no Quadro 24:

**Quadro 24:** Relatório de envio do Questionário pelo SurveyMonkey aos sujeitos da pesquisa (2018).

Nº DE ENVIOS	DATA DO ENVIO	QUANTIDADE DE CONTATOS	MODO DE ENVIO
1	24/01/2018	Mensagem de convite enviada a 276 contatos	Survey monkey
2	30/01/2018	Mensagem de lembrete enviada a 253 contatos	Survey monkey
3	01/02/2018	Mensagem de lembrete enviada a 249 contatos	Survey monkey
4	05/02/2018	Mensagem de lembrete enviada a 243 contato	Survey monkey; WebLink*
5	08/02/2018	Mensagem de lembrete enviada a 239 contatos	Survey monkey
6	15/02/2018	Mensagem de lembrete enviada a 236 contatos	Survey monkey
7	19/02/2018	Mensagem de lembrete enviada a 235 contatos	Survey monkey
8	26/02/2018	Mensagem de lembrete enviada a 234 contatos	Survey monkey

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Legenda:** \* Questionários recebidos por esse coletor de resposta foram desconsiderados por serem incompletos.

Como resultado dos 276 envios, obtivemos 40 respostas (14,49% do total), sendo que 8 não foram válidos, pois 2 destes não continham nenhuma informação e 6 questionários não apresentavam informações de cadastro, embora tivessem questões respondidas. As repostas desses 6 questionários foram respondidas pelo o coletor *WebLink* (nº 168995875) e, por

algum erro operacional do SurveyMonkey, esses questionários ficaram incompletos, portanto, foram desconsiderados. Com esse delineamento da amostra, trabalhamos com 32 respostas.

No Quadro 25 segue o relatório detalhado das datas de recebimento dos e-mails pelo SurveyMonke e os dias dos questionários que não foram válidos.

**Quadro 25:** Relatório de datas do recebimento do Questionário da pesquisa (2018).

Janeiro 2018	Total de respostas	Fevereiro 2018	Total de respostas	Março 2018	Total de respostas
24/01/2018	1	01/02/2018	5*	06/03/2018	1
25/01/2018	8	02/02/2018	1		
26/01/2018	1	05/02/2018	5**		
30/01/2018	2	06/02/2018	4***		
31/01/2018	3	07/02/2018	1*		
		08/02/2018	3*		
		15/02/2018	1		
		16/02/2018	1		
		19/02/2018	1		
		26/02/2018	2		
<b>5 dias</b>	<b>15 respostas</b>	<b>10 dias</b>	<b>24 respostas</b>	<b>1 dia</b>	<b>1 resposta</b>
<b>40 RESPOSTAS EM 16 DIAS</b>					

**Fonte:** Dados da pesquisa

**Legenda:** \* Um questionário não válido nesse dia;  
 \*\* Dois questionários não válidos nesse dia;  
 \*\*\* Três questionários não válidos nesse dia.

## 6.1 APRESENTAÇÃO DAS PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO RELACIONADAS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

### 6.1.1 Contexto Acadêmico (Informações Cadastrais) (Q1-Q3)

**Quadro 26:** Informações cadastrais do contexto acadêmico dos professores selecionados para a pesquisa na UFBA, em 2018.

**Q01** - Em que ano você ingressou como docente na UFBA?

**Q02** - A que curso (s) de graduação você está vinculado. (Caso você leccione em mais de um, indique apenas um deles)

**Q03** - Indique na relação abaixo uma disciplina obrigatória do curso de graduação que escolheu acima. Caso não esteja na relação, especifique o nome e o código da disciplina

**Fonte:** Dados da pesquisa

O item Contexto Acadêmico analisa os dados cadastrais da amostra, com a finalidade de saber quais os docentes observam a adoção dos critérios de escolha da bibliografia básica e complementar e como ocorre a comunicação com a biblioteca para a criação conjunta. Nessa linha, a Tabela 1, resposta da Q1, mostra o Relatório referente ao ano o que o docente entrou na UFBA como servidor:

**Tabela 1:** Ano de egresso dos docentes da UFBA (1992-2017).

<b>ANO</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>FREQUÊNCIA (%)</b>
1992	2	6,25%
1994	1	3,13%
1996	1	3,13%
1997	1	3,13%
2000	1	3,13%
2002	2	6,25%
2004	1	3,13%
2005	2	6,25%
2007	1	3,13%
2008	2	6,25%
2009	2	6,25%
2010	1	3,13%
2011	3	9,38%
2012	2	6,25%
2015	3	9,38%
2016	3	9,38%
2017	4	12,50%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

A Tabela 2, resposta da Q2, mostra qual o grau de representatividade das bibliotecas Universitárias quantidade de cursos por área de conhecimento dentro da estrutura da Universidade. A sede do GEINFO teve a maior representatividade das respostas com 31,25%, seguida pela Área II - Biblioteca Universitária de Saúde Prof. Rubim de Pinho, com 28,13%.

**Tabela 2:** Representatividade das Bibliotecas Universitária na amostra da pesquisa (2018).

<b>BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS</b>	<b>CURSOS</b>	<b>RESPOSTAS</b>		<b>EXPRESSÃO</b>
<b>Sede do GEINFO –</b> (Biblioteca do Instituto de Ciência da Informação)	Arquivologia	0,00%	0	31,25%
	Biblioteconomia e Documentação	31,25%	10	
<b>Área I - Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia –</b> (Escola Politécnica/Biblioteca Universitária Bernadete Sinay Neves)	Engenharia Civil	15,63%	5	15,63%
	Engenharia da Computação	0,00%	0	
<b>Área II - Ciências Biológicas e Profissões de Saúde –</b> (Biblioteca Universitária de Saúde Prof. Rubim de Pinho)	Fisioterapia	0,00%	0	28,13%
	Medicina	28,13%	9	
<b>Área III – Filosofia e Ciências Humanas -</b> (Biblioteca Universitária Isaías Alves, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas)	Ciências Sociais	6,25%	2	12,50%
	Museologia	6,25%	2	
<b>Áreas IV - Letras; Área V – Artes</b> - (Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)	Dança – Licenciatura – Diurno	12,50%	4	12,50%
	Dança – Licenciatura – Noturno	0,00%	0	
<b>RESPONDERAM</b>		<b>32</b>		<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O Quadro 27 mostra as respostas da Q2, onde se classificam as respostas dos questionários de acordo com os semestres escolhidos. Esse Quadro 27 foi idealizada para indicar qual o semestre do curso adota mais livros e/ou periódicos, visto que os componentes curriculares do primeiro semestre são de conhecimento nivelador para o curso, enquanto os componentes curriculares do penúltimo semestre são de conhecimentos especializados, portanto, existe uma diferença na escolha do material informacional da bibliografia básica e da bibliografia complementar segundo o semestre em foco. O último semestre não foi considerado, pois geralmente oferece componentes curriculares práticos, cujo referencial teórico é todo o material informacional do curso.

Os cursos que tiveram maior quantidade nas respostas foram Biblioteconomia e Documentação, com 31,25%, e Medicina, com 28,13%, no universo de 32 respostas. No Quadro que segue, há justificativas da não escolha de penúltimo semestre.

**Quadro 27:** Quantitativo das respostas por cursos de graduação selecionados na pesquisa, os quais respondentes estão vinculados na UFBA (2018).

Reconhecimento	Curso	Total de Semestre do Curso	Semestre	Quantidade de Respondente	Observação do penúltimo semestre
<b>Mais antigo</b>	Engenharia Civil - Salvador	10	1	5	-
			9	0	
<b>Mais novo</b>	Engenharia de Computação - Bacharelado - Noturno - Salvador	12	1	0	-
			11	0	
<b>Mais antigo</b>	Medicina - Salvador	12	1	1	8º semestre, pois o 9º, 10º, 11º e 12º são internato
			8	8	
<b>Mais novo</b>	Fisioterapia - Bacharelado - Salvador	10	1	0	8º semestre, pois o 9º e o 10º semestres são componentes curriculares práticos.
			8	0	
<b>Mais antigo</b>	Ciências Sociais - Licenciatura - Salvador	8	1	2	-
			7	0	
<b>Mais novo</b>	Museologia - Bacharelado - Salvador	7	1	2	-
			6	0	
<b>Mais antigo</b>	Dança - Licenciatura - Diurno - Salvador	7	1	2	-
			6	2	
<b>Mais novo</b>	Dança - Licenciatura - Noturno - Salvador	8	1	0	-
			7	0	
<b>Mais antigo</b>	Biblioteconomia e Documentação - Salvador	8	1	2	-
			7	8	
<b>Mais novo</b>	Arquivologia - Noturno - Salvador	8	1	0	6º semestre. Só existem componentes curriculares optativos no 7º semestre.
			6	0	
<b>TOTAL</b>				<b>32</b>	

**Fonte:** Dados da pesquisa

Esta parte da pesquisa foi a etapa mais demorada, pois houve dificuldade na coleta de dados, em virtude de os dados cadastrais dos respondentes não estarem reunidos e de a quantidade de docente por componente curricular obrigatório ter mais que um titular e por não está sinalizado qual o docente atenderia o curso e nos semestres selecionados (2017.1 e 2017.2) para a amostra foi considerado todos docentes titulares do componente curricular.

O Quadro 28, resposta da Q3, mostra o refinamento por Curso de Graduação dos componentes curriculares obrigatórios escolhidos. No entanto, como algumas são ministradas por vários docentes originários de outros cursos e por terem sido selecionados na amostra por compor o quadro dos componentes curriculares obrigatórios dos cursos selecionados, alguns deles responderam com o componente curricular que ministram, resultando em outros

componentes curriculares, que foram considerados válidos devido ao tema abordado na pesquisa ser comum a todos os componentes curriculares e aos docentes da UFBA.

**Quadro 28:** Componentes curriculares obrigatórias dos cursos de graduação selecionados na pesquisa que os respondentes lecionam na UFBA (2018).

CURSOS	SEMESTRE	RESPOSTAS	OUTRA (ESPECIFIQUE)
Biblioteconomia e Documentação	1	-	Ética
Biblioteconomia e Documentação	1	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA - FCH001	-
Biblioteconomia e Documentação	7	-	ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO
Biblioteconomia e Documentação	7	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - ICIA37	ICI A05 Elaboração e organização do trabalho científico
Biblioteconomia e Documentação	7	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - ICIA37	ICI 185 Organização Temática III
Biblioteconomia e Documentação	7	FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO - ICI011	Organização temática da Informação I
Biblioteconomia e Documentação	7	DESCRITIVA I A - ARQ013	Catálogo
Biblioteconomia e Documentação	7	DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO - ICI005	-
Biblioteconomia e Documentação	7	HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DOS DOCUMENTOS - ICIA06	-
Biblioteconomia e Documentação	7	DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO - ICI005	Tecnologia da Informação - ICI021
Ciências Sociais	1	POLÍTICA I-A - FCH330	-
Ciências Sociais	1	ANTROPOLOGIA I - FCH124	-
Dança – Licenciatura – Diurno	1	MID: ESTUDO DO CORPO I - DANA01	ESTUDOS DO CORPO II - DANA02
Dança – Licenciatura – Diurno	1	MID: ESTUDOS CRÍTICO-ANALÍTICOS I - DANA05	-
Dança – Licenciatura – Diurno	6	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA II - EDCA02	-
Dança – Licenciatura – Diurno	6	MID: DANÇA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL II - DANA19	DANA18
Engenharia Civil	1	-	Fis100 - introdução a mecânica

			estatística
Engenharia Civil	1	GEOMETRIA ANALÍTICA - MATA01	-
Engenharia Civil	1	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENG DE COMPUTAÇÃO I - ENGG60	Enga57 administração aplicada a engenharia
Engenharia Civil	1	CÁLCULO A - MATA02	Dinâmica dos Oceanos - FIS150
Engenharia Civil	1	FISICA GERAL E EXPERIMENTAL I-E - FIS121	Física do Meio Ambiente
Medicina	1	BIOQUÍMICA MÉDICA I - ICS058	-
Medicina	8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO IV - MEDB60	Medicina Legal
Medicina	8	MÓDULO CLÍNICO VI - MEDB53	MÓDULO CLÍNICO I - MEDB16
Medicina	8	PSIQUIATRIA - MEDB54	-
Medicina	8	PSIQUIATRIA - MEDB54	-
Medicina	8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO IV - MEDB60	Internato
Medicina	8	PATOLOGIA CLÍNICO-CIRÚRGICA IV - MEDB58	-
Medicina	8	NEUROLOGIA - MEDB57	-
Medicina	8	PSIQUIATRIA - MEDB54	MED B52
Museologia	1	SOCIOLOGIA I - FCH114	Sociologia II
Museologia	1	ANTROPOLOGIA I - FCH124	-

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Perante o exposto, analisaremos como os respondentes expuseram suas opiniões nas questões relacionadas ao objetivo geral e aos objetivos específicos da pesquisa.

### 6.1.2 Critérios de Seleção e Indicação das Bibliografias Básicas e Complementares. (Q4-Q11)

**Quadro 29:** Perguntas referentes às bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação selecionados na UFBA (2018).

- Q4** - Ao assumir suas funções como docente na UFBA, você teve acesso ao Projeto Pedagógico do Curso?
- Q05** - Você teve acesso ao Instrumento de Avaliação de Curso, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento do curso?
- Q06** - As bibliografias das disciplinas de graduação constituem um dos elementos de avaliação dos cursos, motivo pelo qual o INEP averigua as coleções quando de sua visita. O que você entende por bibliografia básica? O que você entende por bibliografia complementar?
- Q07** - Quantos títulos você indica para atender a ementa de uma disciplina na Bibliografia Básica e na Bibliografia Complementar
- Q08** - Você considera que a bibliografia indicada no Plano de Ensino da disciplina informada na QUESTÃO 3 atende à respectiva ementa? (Caso responda sim, passe para Q12).
- Q09** - Justifique a opção "Não" da questão 8:
- Q10** - Justifique a opção "Em Parte" da questão 8:
- Q11** - Se você respondeu 'Não' ou 'Em parte' e teve que propor outros títulos para as bibliografias básica e complementar, por favor, indique o passo a passo dessa construção, inclusive as fontes de consulta que você utilizou:

**Fonte:** Dados da pesquisa

Nessa seção, investigamos o conhecimento dos docentes acerca dos instrumentos de planejamento acadêmico pedagógico da universidade, do qual resulta uma compreensão estrutural do ensino superior, proporcionando justificativas para a tomada de decisões em uma gestão democrática.

Para a criação de critérios de seleção das bibliografias básicas e complementares, é aconselhável que o docente tenha esses conhecimentos, visto que a escolha das bibliografias impacta na área financeira, administrativa e pedagógica da universidade. Conforme Ferreira e Castro Filho:

Entender a relação existente entre a bibliografia das disciplinas e a universidade, **reside** em compreender todo o funcionamento do ensino superior, bem como a sua estrutura voltada à formação de conhecimento e a prática científica em sociedade. (FERREIRA; CASTRO FILHO, 2014, p.23, grifo nosso).

Como evidenciado pelos autores, a importância dessa interação impacta em todos os processos universitários, inclusive no planejamento institucional.

A Tabela 3, resposta da Q4, mostra que 46,88% dos docentes não teve acesso ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), documento base do planejamento do curso e especificamente, do planejamento semestral; isto porque, nele constam os assuntos dos componentes curriculares, como também as qualificações e as capacitações que deverão ser trabalhadas dentro do curso, na formação do discente. Ademais, o PPC é o instrumento de planejamento de ligação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual orienta a universidade em seus objetivos e metas.

**Tabela 3:** Acesso ao Projeto Pedagógico do Curso da UFBA pelos docentes (2018).

Grau de conhecimento	Frequência (%)	Quantidade de respostas da Questão 4
Sim.	53,13%	17
Não.	46,88%	15
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

O “*Não*”, representado por 46,88% das respostas, é um número bem expressivo para os docentes que entraram nos três últimos anos na UFBA (Tabela 1, correspondente a 31,26% do total de docentes respondentes). Esse fato pode ser responsável pelo desconhecimento do docente quanto aos componentes curriculares que integram a matriz curricular e fazem relação com o componente curricular sob sua responsabilidade, o que restringe seu conhecimento quanto ao repertório do discente sobre as matérias anteriores.

A Tabela 4, resposta da Q5, mostra se o docente teve acesso ao Instrumento de Avaliação *in loco* dos Cursos de Graduação.

**Tabela 4:** Acesso ao Instrumento de Avaliação de Curso, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento do curso (2018)

Grau de Conhecimento	Frequência (%)	Quantidade de respostas da Questão 5
Sim.	46,88%	15
Não.	53,13%	17
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Os cursos de graduação são concessões do governo federal às instituições de ensino superior; com isso, para existir, o curso de ensino superior, bem como as Instituições de Ensino Superior precisam passar por atos autorizativos (dependendo de sua organização acadêmica) e por atos regulatórios. Para funcionar, seus cursos são avaliados, na intenção de verificar a qualidade dos seus processos acadêmicos e pedagógico, os quais tem foco na qualificação profissional do discente,

A instituição universitária tem como pilares de atuação o ensino, a pesquisa e a extensão. Para assegurar o êxito dessas ações, a avaliação institucional aplicada pelo governo federal as IES remetem ao compromisso com a educação de qualidade. Assim, ter somente 53,13% (Tabela 4) dos docentes da instituição acesso aos instrumentos de avaliação pode representar um isolamento ambiental que dificulte o cumprimento dos objetivos e das metas institucionais.

A Biblioteca participa da Avaliação dos Cursos de Graduação *in loco*, através da Dimensão – Infraestrutura, onde só existem dois indicadores que dizem respeito ao seu ambiente: a bibliografia básica e a bibliografia complementar e suas relações com a estrutura da biblioteca. Esses dois indicadores não representam o ambiente complexo de uma biblioteca universitária, assim sendo não produz os efeitos esperados de ajuste de rotas, revisão de procedimentos, de reafirmação de ações, de justificativa dos investimentos feitos e de demanda de novos.

O docente, ao realizar o planejamento do componente curricular semestralmente, indica nesse plano o material informacional utilizado na fundamentação teórica do seu curso. No entanto, existem fontes de informação que são básicas, isto é, cujo “[...] conteúdo é essencial e indispensável para o estudo e a pesquisa dos fundamentos teóricos e práticos de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina.” (LUBISCO, 2014, p. 46). E também fontes de informação complementares que “[...] ampliam o conteúdo e as abordagens da bibliografia básica, enriquecendo os conhecimentos e práticas contidos/ resultantes das obras fundamentais de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina.” (LUBISCO, 2014, p. 46).

Contudo é importante que para selecionar as fontes de informação das bibliografias, os seus critérios de qualidade tenham algum desses itens abaixo mencionados por Dutra e Barbosa (2017, p. 28)

- ✓ Precisão/Exatidão/Acurácia/Correção;
- ✓ Atualidade/Atualização;
- ✓ Confiabilidade/Integridade da Informação;

- ✓ Completude/Suficiência;
- ✓ Oportunidade;
- ✓ Layout/Concepção Gráfica/Design/Aparência;
- ✓ Relevância/Importância;
- ✓ Origem/Autoria/Localizabilidade;
- ✓ Concisão/Objetividade;
- ✓ Abrangência/Cobertura/Alcance

Para a Biblioteca é importante que em sua Política de Seleção, “[...] procure garantir que todo material seja incorporado ao acervo segundo razões objetivas predeterminadas e não segundo idiosincrasias ou preferências pessoais”. (VERGUEIRO, 2010, p. 17)

No Quadro 30, expõe-se o entendimento dos respondentes com relação à bibliografia básica e à complementar.

**Quadro 30:** Entendimento do que seja bibliografia básica e complementar pelos docentes selecionados para a pesquisa na UFBA, em 2018.

Nº	O que você entende por bibliografia básica?	O que você entende por bibliografia complementar?
1	A bibliografia mínima para que o aluno possa ser aprovado	Bibliografia que amplia o conhecimento do aluno em algum setor do conhecimento
2	Livros-texto de referência sobre o tema da disciplina, materiais padrão elaborados pelos próprios professores da disciplina	Artigos, vídeos, materiais de apoio
3	Essencial, indispensável	Adjuvante
4	Bibliografia utilizada efetivamente no módulo. Seguem o conteúdo programático estabelecido pelo módulo.	Bibliografia que auxilia a básica e amplia estudos, não obrigatória, mas indicada. Indicada para aprofundamento.
5	<b>Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, de caráter básico.</b>	<b>Documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações, que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, contendo elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros de caráter complementar.</b>
6	Dois ou três livros fundamentais para a disciplina	Livros que complementam o conteúdo
7	O conjunto de livros em que se baseia o curso	Materiais que auxiliam na compressão do conteúdo
8	Textos fundamentais que orientam as discussões em sala	Textos para esclarecimento ou aprofundamento
9	Bibliografia principal, fontes de pesquisas e literaturas básicas para consulta dos alunos. Em geral, meu material de aula é construído a partir destas literaturas.	Bibliografia complementar, fontes de pesquisas e literaturas complementares para consulta. São bibliografias importantes, pois ajudam a complementar na construção do material de aula, e servem de consulta para os alunos.

10	São os dois ou três livros elementares da disciplina	Toda a bibliografia suplementar utilizada ou indicada além da bibliografia básica
11	Bibliografia fundamental ao embasamento teórico e prático da disciplina	Bibliografia que complementa o embasamento teórico e prático e que atualiza o conteúdo
12	A bibliografia básica é composta pelos textos paradigmáticos da disciplina em questão. Nela são incluídos os textos considerados fundadores e/ou organizadores da área temática à qual se vincula a disciplina.	Composta por textos cujo conteúdo auxilia na compreensão de temáticas relacionadas ao objeto central do curso, a bibliografia complementar visa oferecer aos/às alunos/as interpretações sobre os textos da bibliografia básica, bem como aprofundar temas relacionados ao conteúdo da disciplina.
13	As publicações que sejam essenciais para o estudo do conteúdo do semestre	Publicações onde se poderá encontrar material que amplie o conhecimento básico e que possa auxiliar à fixação do conteúdo
14	A bibliografia mínima que o aluno deve ler durante o curso	Uma bibliografia para aprofundar questões relevantes
15	Conjunto de referências, basicamente de livros, que fazem parte do estudo do componente curricular	Conjunto de referências, que além de livros são incluídos periódicos que complementam e/ou avançam no conteúdo trabalhado
16	Uma seleção de referências bibliográficas particularmente significativa, levando em consideração o conteúdo do curso, a clareza, a consistência com minha abordagem.	Uma seleção de referências bibliográficas úteis para conteúdos complementares, e aprofundamentos dos temas do curso.
17	As que são de conteúdo básico para atender a ementa da disciplina	As que complementam os conteúdos ou segunda alternativa para o atendimento da ementa
18	Referências essenciais para o curso	Outras referências que podem acrescentar mais consistência ao curso
19	Bibliografia essencial para o estudo dos conteúdos abordados na disciplina.	Bibliografia que pode ser consultada para auxiliar na compreensão dos conteúdos abordados ou para desenvolvimento de trabalhos solicitados no componente curricular.
20	Referências essenciais à discussão e aprendizado dos discentes; conteúdos basilares ao desenvolvimento de uma disciplina.	Conteúdos relevantes, mas que auxiliam as discussões e o aprendizado
21	Textos fundamentais para o bom andamento da disciplina, que devem ser lidos por todos os estudantes	Textos temáticos, que visam aprofundar questões específicas
22	As cinco bibliografias centrais do módulo e que deve estar disponíveis na Biblioteca da UFBA em quantidade que alcance a proporção entre número de alunos por exemplar	As demais referências da disciplina
23	Aquela que seja adotada como livro(s) texto(s) e subsídio para as aulas expositivas	Que complementem o(s) livro(s) texto(s) da bibliografia básica
24	Refere-se as bibliografias que contemplam de maneira representativa o conteúdo sugerido na ementa da disciplina.	Bibliografias que abordam o conteúdo da ementa e complementam os temas tratados nas referências citadas na bibliografia básica
25	Relação de títulos de obras, livros, capítulos de livros e artigos de periódicos que servem de fundamento para o desenvolvimento da disciplina.	Relação de títulos de livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e outros tipos de documentos que complementem os temas que a disciplina pretende tratar.
26	É a bibliografia composta por um conjunto de livros que expõem todo ou grande parte o conteúdo da disciplina, que seguem com maior ou menor grau de aproximação o conteúdo programático estabelecido para a disciplina que seguem	É a bibliografia utilizada para possibilitar o aprofundamento do estudo acerca de certos aspectos ou pontos do conteúdo, tratem de forma com maior nível de detalhe de certos pontos do conteúdo programático.

	com maior ou menor grau de aproximação o conteúdo programático estabelecido para a disciplina, seguindo com maior ou menor grau de aproximação o conteúdo programático estabelecido.	
27	São os livros básicos, ou seja, de maior relevância para certa área de estudo.	São os livros e materiais que visam dar apoio e complementar, de forma relacional ou de maneira a suprir carências existentes na bibliografia básica.
28	Aquelas que respondem diretamente à ementa do componente curricular e que está indicada. São os papas da área.	Aquela que tangenciam o conteúdo principal dando uma interdisciplinaridade.
29	As referências mínimas para o estudo do conteúdo.	As referências para estudo adicional, além do conteúdo mínimo.
30	Necessária para o conhecimento básico da matéria	Material para aprofundar o assunto
31	Bibliografia essencial que norteia o conteúdo a ser discutido e apreendido na disciplina.	Bibliografia importante, mas acessória na disciplina.
32	São obras seminais que contribuem para a formação do profissional, não devem deixar de ter no acervo	São bibliografias que complementam o conteúdo das disciplinas, não são tão relevantes quanto as básicas, mas são importantes porque podem ser atualizadas com maior frequência do que as básicas

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A respondente 5 postou a definição de bibliografia básica e complementar estabelecida pelo Glossário do Instrumento de Avaliação de Graduação do INEP (2015, p.41), caracteriza-se assim o entendimento próprio sobre a questão.

Analisando o Quadro 30, observamos que o entendimento de alguns docentes tem desigualdade conceituais, ocasionando algumas subjetividades nas escolhas, portanto, é recomendável um nivelamento de sua percepção sobre bibliografia básica e complementar, pois, dependendo dessa compreensão, suas escolhas influenciarão na qualidade do acervo da biblioteca e do conhecimento que é gerado na instituição.

Para tanto, competiria à biblioteca disseminar entre os docentes alguns critérios serem consideradas numa seleção bibliográfica, a exemplo do que cita Waldomiro Vergueiro (2010, p.17-23), relativamente à política de seleção da biblioteca: a) Critérios que abordam o conteúdo dos documentos (Autoridade, Precisão, Imparcialidade, Atualidade, Cobertura/Tratamento); b) Critérios que abordam a adequação ao usuário (Conveniência, Idioma, Relevância/Interesse, Estilo); c) Critérios relativos a aspectos adicionais do documento (Característica físicas, Aspectos especiais, Contribuição potencial, Custo).

A bibliografia básica e a complementar, por serem fundamentais como referencial teórico do componente curricular, devem estar disponíveis para garantir o acesso do alunado. O quantitativo de exemplares é outro fator importante em uma biblioteca universitária de modo a atender a várias turmas, ainda que de cursos diferentes, no mesmo semestre. Nos

livros utilizados pela bibliografia básica, observamos também que em alguns títulos indicados, esses não expõem a totalidade dos assuntos citados na ementa do curso, com isso é necessário a complementação de outras fontes. Para melhor aproveitamento das fontes de informação é recomendado, que essas tenham sido exploradas pelo docente, pois darão respaldo científico e pedagógico ao conteúdo explanado em sala de aula e indicar bibliografia básica não significa listar sem conhecimento das fontes de informação do assunto.

**Tabela 5:** Indicação de quantidade de títulos para atender a ementa de uma disciplina na Bibliografia Básica (2018)

QUANTITATIVO DE TÍTULOS	OPINIÃO DOS DOCENTES	FREQUÊNCIA (%)
3	10	31,25%
5	7	21,88%
4	5	15,63%
2	4	12,50%
10	3	9,38%
9999999	1	3,13%
8	1	3,13%
6	1	3,13%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Para a maioria docentes (81,26%), o quantitativo ideal para bibliografia básica fica entre 2 e 5 títulos. A escolha desse quantitativo depende também dos assuntos abordados na ementa, uma vez que, alguns componentes curriculares têm a ementa tão abrangente que três títulos não cobrem sua amplitude; neste caso, é necessário que o docente e o NDE sejam criteriosos nessa verificação, principalmente com a bibliografia básica, cuja quantidade deve atender em média de 45 discentes por turma.

A Tabela 6 da Q7 demonstra o quantitativo de títulos sugeridos para atender a bibliografia complementar.

**Tabela 6:** Indicação de quantidade de títulos para atender a ementa de um componente curricular na Bibliografia Complementar (2018)

QUANTITATIVO DE TÍTULOS	OPINIÃO DOS DOCENTES	FREQUENCIA (%)
5	8	25,00%
10	8	25,00%
3	4	12,50%
2	2	6,25%
7	2	6,25%
20	2	6,25%
1	1	3,13%
4	1	3,13%
6	1	3,13%
12	1	3,13%
15	1	3,13%
9999999	1	3,13%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A bibliografia complementar segundo a maioria dos docentes (62,50%) deve ter uma média de 3 a 10 títulos. A bibliografia complementar auxilia o acervo com a diversificação dos assuntos, já para os discentes tem duas funções: a ampliação dos assuntos da bibliografia básica e o segundo é o aprofundamento do tema.

No entanto, é recomendado que haja uma **política de atualização** acordada entre a Biblioteca, o Colegiado do Curso, o NDE e a área financeira da instituição. Essa atualização, seja contemplando material virtual ou impresso, é vista muitas vezes pela instituição como uma despesa e não como um investimento de longo prazo. Ademais, esse processo deve alinhar-se ao que estabelecem os instrumentos de avaliação de curso de graduação do INEP sobre a matéria.

No contexto da Q8, o Projeto Pedagógico do Curso, que contém as ementas e as bibliografias pertinentes, precisa sofrer uma atualização, tanto devido à evolução do conhecimento, como por uma questão da didática do professor. Ocorre, no entanto, que nem todos os docentes conseguem atualizar esse item devido ao processo burocrático implicado na atualização do PPC. Como resultado, é comum que haja duas listas de indicações: a) a do PPC vigente, mas com as bibliografias desatualizadas; e b) a do plano de ensino extraoficial.

A Q8, representada pela tabela 7 e pelo Quadro 31, nos remete a essa problemática de atualização da bibliografia no Plano de Ensino: 68,75% dos docentes disseram que a bibliografia está atualizada, contudo 31,26% disseram que “Não” e “Em parte”.

**Tabela 7:** Considerações dos docentes a bibliografia indicada no Plano de Ensino da disciplina informada na QUESTÃO 3 atende à respectiva ementa referenciada da pesquisa (2018).

Grau de conhecimento	Frequência (%)	Respostas dos docentes na questão 8
Sim.	68,75%	22
Não.	3,13%	1
Em Parte.	28,13%	9
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 31, analisamos conjuntamente as questões 9 e 10, pois estão relacionadas com as respostas “Não” e “Em parte” da Q8 e com o passo a passo da indicação de novos títulos do componente curricular que indicaram na Q3.

**Quadro 31:** Justificativa da opção “Não” e "Em Parte" e a criação do passo a passo da indicação de novos títulos, com inclusão das fontes de consulta utilizadas para formar a bibliografia básica e a complementar do componente curricular (2018).

Nº	Q8	Q9 e Q10 JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO "NÃO" E "EM PARTE" DA Q8	Q11
			CRIAÇÃO DO PASSO A PASSO DA INDICAÇÃO DE NOVOS TÍTULOS, COM INCLUSÃO DAS FONTES DE CONSULTA UTILIZADAS PARA FORMAR A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E A COMPLEMENTAR DO COMPONENTE CURRICULAR INDICADO NA Q3.
1	Não	O plano do curso está desatualizado	Houve solicitação por parte do colegiado em função da visita de reconhecimento do curso, portanto, todos tiveram que revisar a bibliografia das disciplinas. As fontes foram planos de cursos da mesma disciplina de outras IES do Brasil, a <b>biblioteca do ICI</b> , encontrei livros atuais que não estavam na bibliografia, porém, com poucas unidades. Internet
2	Em Parte	Estamos com um curso em processo de transformações pois o perfil do alunado tem apresentado alterações, desde 2005, quando o curso sofreu sua última reforma curricular o que tem oportunizado um estudo sobre as ementas e a consequente alteração da bibliografia.	Estamos identificando (pois ainda não concluímos a reforma): 1) as alterações propostas por professores que estiveram atuantes na disciplina, coordenadores e especialistas; 2) buscamos atualizar as referências com publicações mais recentes e/ou revisadas; 3) usamos a publicação do SDC/INEP: AVALIAÇÃO INEP: ACERVO BIBLIOGRAFIA BÁSICA, BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR E PERIÓDICOS ESPECIALIZAD, disponível em <a href="http://www.ndc.uff.br/sites/default/files/arquivos/secoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20INEP%20Acervo.%20Agosto%202015._0.pdf">http://www.ndc.uff.br/sites/default/files/arquivos/secoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20INEP%20Acervo.%20Agosto%202015._0.pdf</a>
3	Em Parte	Precisaria rever o plano para melhor responder essa pergunta	Textos clássicos que antes não faziam parte do currículo
4	Em Parte	Atende, mas está extremamente desatualizada. Sempre preciso recorrer a uma infinidade de materiais complementares para atualizar o conteúdo.	Sempre proponho outros títulos com base em publicações de artigos recentes da área indexados em bases de dados, e também, utilizo livros recentes que compro ou recebo de colegas de área.

5	Em Parte	A bibliografia do plano original ficou desatualizada	Consultei outros professores que haviam trabalhado esta disciplina e venho, sistematicamente, analisando sugestões de alunos que fazem tirocínio na disciplina ou dos alunos da própria disciplina
6	Em Parte	A disciplina tem apresentado atualização constante devido as questões relacionadas as TIC	Apresentação da bibliografia ao Departamento para análise e aprovação
7	Em Parte	A disciplina é praticamente de Política Educacional e trabalhamos muito as políticas atuais, e muito do que se trabalha são textos, livros mais atuais que nem sempre estão no plano.	Não entendi o passo a passo! <b>Mas a minha atualização profissional, que é feita através de participação em eventos de natureza científica ou política, faz com que tenha acesso a fontes bibliográficas que desconheço ou que não utilizava no plano.</b>
8	Em Parte	É necessária uma atualização da ementa alinhada com os recursos apresentados novos códigos e modelos de organização e representação da informação.	Acrescentei conteúdos e bibliografias baseados em outros cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil. É válido citar que apesar de sugerir a leitura de livros que não estão listados na ementa, estes <b>encontram-se disponíveis no SIBI.</b>
9	Em Parte	Trata-se de uma área da biblioteconomia que sofre influência direta das mudanças tecnológicas e, portanto, requer uma atualização frequente da bibliografia. Temas como marketing, competência informacional e mediação demandam atenção especial a cada semestre em que a disciplina é oferecida para atualização dos títulos.	Os processos de atualização na qualidade de pesquisadora da área me levam a consultar periódicos da área e repositórios institucionais para acessar teses e dissertações.
10	Em Parte	Falta de atualização com novos pensadores e nos paradigmas que regem a área	Atendendo pedido da biblioteca via e-mail.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Examinado as respostas, fica evidente que o desconhecimento por parte de alguns docentes sobre o processo de atualização do PPC e dos Planos de Ensino do curso, visto que NÃO mais EM PARTE (31,26%) das respostas sinalizaram a existência da desatualização das bibliografias. No entanto, quanto ao passo a passo solicitado no quesito Q10, considerando que nenhum docente respondeu à pergunta na sua inteireza, infere-se que a pergunta não estava suficientemente clara. Dessa forma, deduziu-se que não há uma uniformidade institucional para esses procedimentos, provocando ruído na comunicação referente aos títulos a serem adquiridos pela biblioteca. Examinando minuciosamente essa construção, notamos que dos 10 docentes que haviam respondido NÃO e EM PARTE, apenas dois haviam consultado o sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico das bibliotecas do SIBI/UFBA (Pergamum), com fins de construir a bibliografia do componente curricular.

Causa estranheza que 68,75% dos docentes tenham informado que as bibliografias estão atualizadas, quando 53,13% deles tiveram acesso ao Projeto Pedagógico do Curso. Esta situação suscita um questionamento: até que ponto o PPC é tido pelos docentes como um instrumento norteador da ação pedagógica ou um mero instrumento que dá cumprimento às formalidades legais? Em associação a essa lacuna quanto ao desconhecimento do PPC, tem-se outra: 46,88% (Q5) docentes expressaram não conhecer os Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação, medida do governo federal, integrante do Sistema de Avaliação da Educação Superior do país, que impacta nas próprias políticas governamentais para o setor.

Como as respostas às questões analisadas sugerem, há indícios de problemas nos processos comunicacionais dentro do ambiente organizacional, quando a comunicação institucional é um fator que precisa ser constantemente cultivado, para que a informação se torne conhecimento e este se torne sabedoria para as tomadas de decisão, uma vez sua aplicação repercute na coletividade e não na individualidade organizacional.

### 6.1.3 Dificuldades e Soluções no uso de Fontes de Informação. (Q12-Q17)

**Quadro 32:** Questões sobre as dificuldades e soluções no uso de fontes de informação (2018).

- Q12** - Caso os conteúdos pertinentes à disciplina que você ministra não se encontrem facilmente acessíveis na UFBA para repasse aos discentes, que recursos você utiliza para resolver ou compensar essa dificuldade? (Pode marcar mais de uma opção)
- Q13** - Comente se você tem alguma dificuldade e de que tipo para recuperar a informação: nas bibliotecas, em bases de dados, no acesso às estantes, no atendimento por parte da biblioteca, entre outros.
- Q14** - Caso não tenha resolvido suas dificuldades de acesso, quais critérios você utiliza para escolher determinada fonte de informação (livro, artigo, tese, dissertação, relatório, anais de eventos, entre outros). (Pode marcar mais de uma opção).
- Q15** - Existe alguma orientação/determinação institucional para revisão / atualização das bibliografias indicadas no Plano de Ensino?
- Q16** - O que você observa quando escolhe as fontes de informação a serem indicadas nos planos de ensino da disciplina. (Pode marcar mais de uma opção).
- Q17** - Você indica artigo na bibliografia Básica e na Complementar

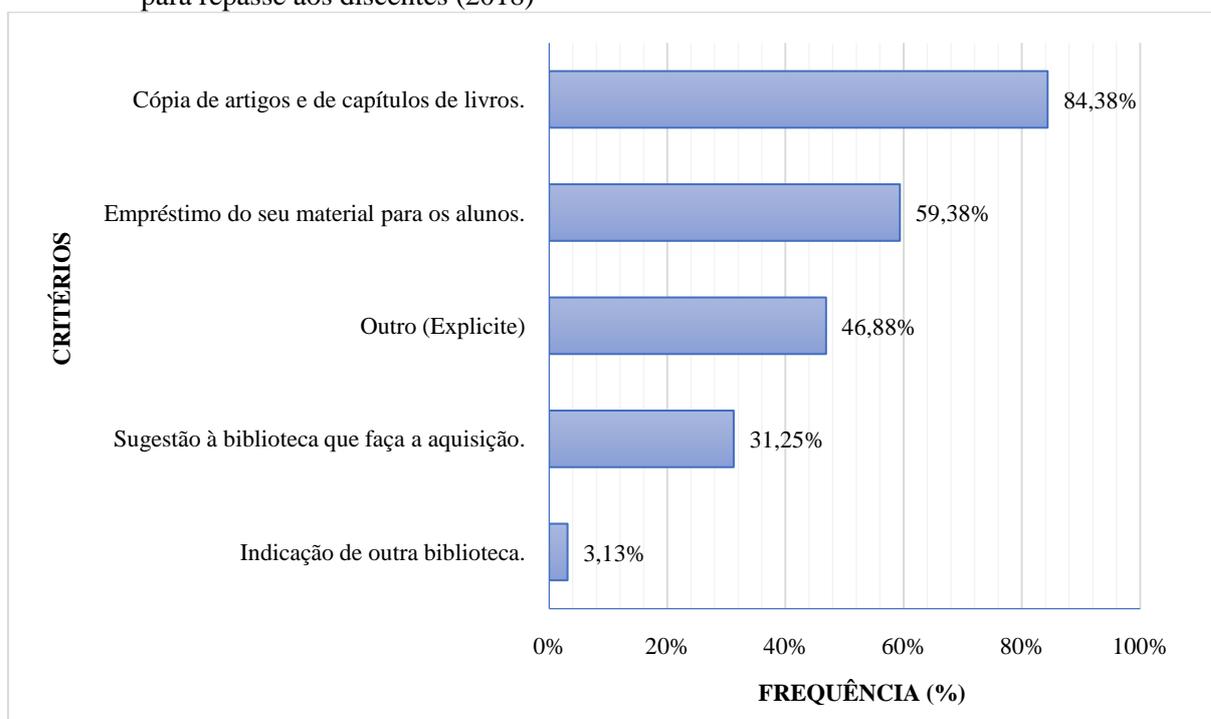
**Fonte:** Dados da pesquisa.

Esse bloco de questões tem um peso muito grande com no entendimento do docente frente ao que se considera o papel da biblioteca na disseminação da informação junto à comunidade acadêmica. Em todas as questões deste bloco, a biblioteca, como um ambiente

referencial da informação na universidade, necessitaria exercer seu papel de mediador da informação.

A Figura 3, resposta da Q12, demonstra dificuldade do professor em suprir a necessidade de informação do discente, caso não encontre a obra na biblioteca. Nas questões que podia marcar mais de uma opção, a soma do total percentual é maior que 100%, portanto a opção mais sinalizada foi *cópia de artigo e capítulo de livros* com 84,38%. A segunda opção mais escolhida foi *empréstimo do seu material ao aluno* com 59,38%. Nessas duas opções a biblioteca não é vista como mediadora da informação e nota-se que há informalidade nesses procedimentos, sobre o qual um dos exemplos é a prática da cópia reprográfica.

**Figura 3:** Critérios utilizados pelos docentes para resolver ou compensar dificuldade de conteúdo do componente curricular ministrado que não se encontrem facilmente acessíveis na UFBA para repasse aos discentes (2018)



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Outra observação é que nas opções onde a biblioteca é mencionada como provável solução, nota-se que os valores percentuais de *Sugestão à biblioteca que faça a aquisição* (31,25%) e *Indicação de outra biblioteca* (3,13%) ficou abaixo das outras três opções, revelando certa improvisação por parte dos docentes com relação às dificuldades enfrentadas, visto que a possibilidade de marcar mais de uma opção (a opção *Sugestão à biblioteca que faça a aquisição*) não teve evidência para solução do problema.

No Quadro 33, especificamos as respostas da opção – *Outros*, onde se vê com mais detalhes a dificuldade dos professores na localização e disponibilização das fontes de informação do plano de ensino. Vários docentes utilizam a Internet e Moodle como meio de compensar a dificuldade do acesso ao material não encontrado na Biblioteca.

**Quadro 33:** Comentários sobre os conteúdos pertinentes à disciplina que você ministra não se encontrem facilmente acessíveis na UFBA (2018).

Nº	OUTRO (EXPLICITE)
1	Consulta a leis na <b>Internet</b> (facilmente disponível)
2	No caso da nossa disciplina, disponibilizamos os materiais de construção dos próprios docentes via <b>Moodle</b> . Os alunos normalmente acessam os livros-texto através de versões eletrônicas disponíveis na <b>Internet</b> .
3	Busca na <b>Internet</b> em sites com autorização de uso do seu conteúdo; compra de livros em papel ou livros digitais (já que são mais econômicos).
4	Versões digitais
5	Comprei os principais títulos e fiz cópia dos capítulos principais, que disponibilizo no <b>Moodle</b>
6	Acesso digital
7	Escrevo notas de aula também. <b>Observação: qual o sentido da pergunta sobre o número de referências? Isto depende do curso e não me parece que o número possa ter a priori muita importância.</b>
8	<b>Web</b>
9	Conteúdo digital
10	Artigos em pdf disponíveis no Scielo
11	Uso de <b>sites</b> específicos
12	Filmes, videoaula
13	Honestamente, Biblioteca não é mais fonte de referências para estudo. Os estudantes têm acesso a um vasto conteúdo (lícito e na forma de cópia não autorizada), que compartilham entre si de forma quase instantânea. Conheço exemplos de estudantes que dispõem nos seus <i>tablets</i> mais livros sobre algumas disciplinas que qualquer biblioteca física que conheço.
14	<b>Moodle</b>
15	Material digitalizado disponível na <b>rede</b> .

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na resposta 13, é importante salientar que a quantidade de *e-books* sobre um assunto não é sinônimo de qualidade na informação sobre ele, embora a resposta do docente não esteja equivocada: na verdade, ainda não se tem um consenso sobre a questão do acesso por iniciativa pessoal a mídias eletrônicas e sobre a diminuição de uso das bibliotecas; por outro lado, sabe-se que a busca em fontes especializadas, por mais que atualmente seja comum no ambiente universitário que docentes e alunos tenham familiaridade com as mídias eletrônicas,

não prescinde de uma capacitação específica, não tanto quanto aos manejo dos dispositivos, mas na questão do vocabulário.

Na resposta 7 (sete), um docente questiona: “*qual o sentido da pergunta sobre o número de referências? Isto depende do curso, e não me parece que o número possa ter a priori muita importância.*” Com essa afirmação, ficou claro que o docente desconhece o custo de cada componente curricular na universidade: laboratórios, custeio de estrutura e de pessoal e valor para aquisição do material informacional em quantidade suficiente para atender os discentes. Exemplo: o curso de Engenharia Química (5 anos) da Escola Politécnica oferece 45 vagas por semestre, tem na matriz curricular 41 componentes curriculares obrigatórios, mais 5 optativas a cada semestre, total de 46 componentes curriculares, sendo que são disponibilizadas na matriz curricular do curso 311 componentes curriculares optativos. A biblioteca nesse cenário tem de atender a todas os componentes curriculares, obrigatórios ou optativos com o seguinte investimento:

**Tabela 8:** Valor do investimento da biblioteca da UFBA em um componente curricular de 45 vagas e 352 componentes curriculares (2018).

<b>ENGENHARIA QUÍMICA DA POLITÉCNICA - UFBA</b>				
<b>CÁLCULO BASE QUANTITATIVO DAS REFERÊNCIAS PARA 45 VAGAS (45/4=12)<sup>51</sup></b>				
(01exemplar para cada 04 alunos para o conceito 5 na avaliação do INEP (2015) = 12 exemplares por título da Bibliografia Básica e na Bibliografia Complementar são 2 exemplares por título.				
<b>Referência Bibliográfica</b>	<b>Títulos</b>	<b>Quantidade de Exemplares</b>	<b>Total de Exemplares</b>	<b>Total do Investimento por componente curricular</b>
Bibliografia Básica	3	36	<b>46</b>	<b>R\$ 4.356,66*</b>
Bibliografia Complementar	5	10		

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Legenda:** Valor médio do exemplar da área I (Exatas) R\$94,71<sup>52</sup>;

**Tabela 9:** Valor do investimento da biblioteca no curso de Engenharia Química - UFBA (2018)

### **CURSO DE ENGENHARIA QUÍMICA**

<sup>51</sup> Cálculo fundamentado no Instrumento de Avaliação de Graduação: presencial e a distância: reconhecimento (2015).

<sup>52</sup> Preço médio da Área de Exatas fornecido pelo Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Coleções do SIBI-UFBA em 2017.

Referências Bibliográficas	Títulos	Quantidade de Exemplares	Valor Parcial	TOTAL DO INVESTIMENTO NO CURSO DE ENGENHARIA QUÍMICA
Bibliografia Básica Obrigatória	123	1476	R\$ 139.791,96	
Bibliografia Complementar Obrigatória	205	410	R\$ 38.831,10	
Bibliografia Básica Optativa	933	11196	R\$ 1.060.373,16	
Bibliografia Complementar Optativa	1555	3110	R\$ 294.548,10	
<b>TOTAL DAS OBRIGATÓRIAS</b>	328	1886	<b>R\$ 178.623,06</b>	<b>R\$ 1.533.544,32</b>
<b>TOTAL DAS OPTATIVAS</b>	2488	14306	<b>R\$ 1.354.921,26</b>	

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Portanto, colocar qualquer quantidade de títulos da bibliografia básica e complementar é estar descontextualizando o valor de quanto o conhecimento custa para a universidade. O NDE, a partir de dezembro de 2017 (INEP, 2017b, p.32-35), passou a ter a responsabilidade de verificar a adequação da bibliografia básica e complementar com a ementa, como também referendar a solicitação, comprovando a compatibilidade, de cada bibliografia básica e complementar com o componente curricular, considerando o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por títulos disponíveis no acervo.

Sendo assim, o procedimento de aquisição precisa ser compartilhado com todos os envolvidos no processo de compra, uma vez que a limitação orçamentária que o governo federal impõe ao setor de Educação é expressivo.

O Quadro 34, correspondente a Q13, referente à dificuldade em acessar as informações do acervo da biblioteca, bem como orientações para encontrá-las.

**Quadro 34:** Comentários sobre as dificuldades e que tipo para recuperar as informações nas bibliotecas da UFBA (2018).

Nº	RESPOSTAS DA Q13	CATEGORIA
1	Tenho sim. Bibliografia escassa e falta de revistas gratuitamente disponíveis (ex: Thyroid)	Sim
2	Não há biblioteca na Faculdade de Medicina, e não ocorre interação docente (pelo menos, no meu Departamento) com a Biblioteca Universitária de Saúde.	Sim
3	Acesso muito limitado a revistas científicas	Sim
4	Não tenho dificuldades, mas os estudantes relatam que existem poucos exemplares.	Não
5	O acesso às bibliotecas e à base de dados da UFBA (pergamum) é muito bom. Ágil a consulta on line. Em termos da consulta presencial a estrutura poderia estar mais qualificada para o conforto dos alunos (quantidade e qualidade de cadeiras e mesas e as condições para que o silêncio se estabeleça). O atendimento da biblioteca é eficiente, auxiliando os estudantes nas suas demandas. No que se refere o acesso às estantes onde estão os livros de Dança, a situação não é das melhores: os livros estão em estantes num corredor escuro e relativamente apertado, dificultando em muito a consulta e a atratividade pela ida à biblioteca.	Não

6	A maior dificuldade é que as bibliotecas são desatualizadas.	Sim
7	Não uso as bibliotecas	Não usa
8	O acervo tem algumas limitações sérias, particularmente quanto às obras mais recentes.	Sim
9	A biblioteca está extremamente desatualizada, porém os livros do plano são acessíveis, até porque são desatualizados também.	Sim
10	Não tenho dificuldades para recuperar informação. A principal dificuldade é na demora entre a indicação da bibliografia à biblioteca e sua efetiva disponibilização	Sim
11	Nenhuma	Não
12	Recuperar qual informação? A dificuldade maior que enfrento, menos nas disciplinas obrigatórias do que nas optativas, é encontrar nas bibliotecas da UFBA os textos, artigos e capítulos de livros, necessários para lidar com alguns tipos de conteúdo.	Sim
13	Segundo os alunos eles raramente acessam a biblioteca	Sim
14	Há dificuldade de se encontrar títulos relevantes na Biblioteca	Sim
15	Não tenho dificuldades	Não
16	Na minha experiência a qualidade do serviço oferecido à comunidade pela nossa biblioteca é péssimo! O acervo é insatisfatório e não há consciência das necessidades da comunidade de alunos e professores.	Sim
17	Nada a declarar	Nada a declarar
18	Hoje a bibliografia relevante encontra-se disponível online, na maioria das vezes	Sim
19	Até o momento, consegui acessar os trabalhos que necessitei. Entretanto, não finalizei um procedimento de aquisição de trabalhos não disponíveis na Internet e que dependa da participação da biblioteca. Dessa forma, não tenho conhecimento sobre os trâmites institucionais relacionados à esse processo.	Não
20	Não, pois sempre trabalho com estratégias de pesquisa em bancos e bases de dados	Sim
21	Não tenho dificuldades	Não
22	A Biblioteca da UFBA no que se refere ao campo das Artes e Dança está defasada em sua atualização; muitos periódicos internacionais importantes para a área da Dança não possuem acesso pela UFBA. Normalmente mantenho atualizada minha biblioteca pessoal.	Sim
23	Desconheço se a universidade permite acesso ao catálogo da biblioteca, com consulta, solicitação de empréstimo etc. via Internet/digital/virtual	Sim
24	Nenhuma dificuldade.	Não
25	Não tenho dificuldade.	Não
26	Não há dificuldade	Não
27	Não existe um acesso facilitado a livros. Existem livros, por exemplo, importantes na área das ciências sociais que só é possível encontrar em outras bibliotecas. Em algumas bibliotecas você tem que procurar, o que é desgastante, e em outras não.	Sim
28	A rotina do SRI do software adotado pela biblioteca (Pergamum) é muito fraco.....; falha na catalogação (generalização do assunto); disponibilidade e solicitude do bibliotecário em atender acompanhando o usuário e mostrando a localização na estante.	Sim
29	Insisto que as bibliotecas físicas não são mais a fonte de material para estudo da maioria dos estudantes (pelo menos do curso de Medicina).	Sim
30	Não	Não

31	Não estou segura de que o material indicado na bibliografia está disponível nas bibliotecas.	Sim
32	Não tenho dificuldade para recuperar a informação	Não

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A Q13 foi categorizada na Tabela 10 para dar visibilidade as dificuldades em acesso a informação do acervo.

**Tabela 10:** Relatório de categorização das respostas sobre visibilidade as dificuldades em acesso a informação do acervo (2018)

CATEGORIZAÇÃO	QUANTIDADE DAS RESPOSTAS CATEGORIZADA	FREQUENCIA (%)
Nada a declarar	1	3,13%
Não (não tenho dificuldade)	11	34,38%
Não uso	1	3,13%
Sim (tenho dificuldade)	19	59,38%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

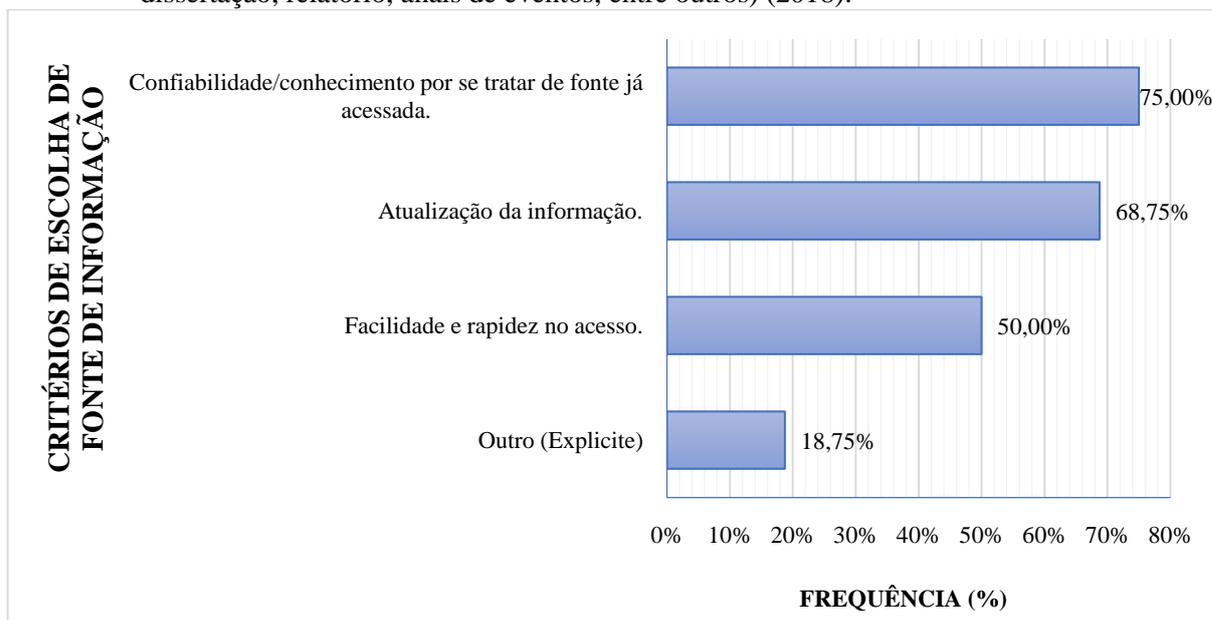
A Tabela 10 demonstrou um percentual grande de dificuldades no acesso à informação especializada do acervo do SIBI (59,38%), em contrapartida, 6,26% disseram que não tem nada a declarar e que não usa a biblioteca e 34,38% informou que não tem dificuldade no acesso à informação. Há, porém, reclamações da desatualização dos livros, dos periódicos, falha na catalogação, desconhecimento da estrutura tecnológica no acesso ao acervo e outros problemas que poderiam ser sanados com a comunicação.

Outro respondente pontuou que o curso de Medicina não tem biblioteca, indicando falha do SIBI ou da Biblioteca Universitária em Saúde na recepção inicial do docente como servidor da UFBA do curso de Medicina. A incomunicabilidade entre os docentes e a biblioteca ocasiona dificuldades na “inutilidade” dela, resultando em informações incompletas para tomadas de decisões.

A dificuldade no acesso às fontes de informação nas bibliotecas faz com que os docentes escolham fontes externas para suprir as necessidades, o que pode levar sua busca fora dos padrões de qualidade existentes nas Políticas de Desenvolvimento de Coleções.

A Figura 4 refere-se a Q14, que aborda os *critérios utilizados para escolher determinada fonte de informação*, contudo criamos um espaço (outros) para novas sugestões.

**Figura 4:** Critérios utilizados para escolher determinada fonte de informação (livro, artigo, tese, dissertação, relatório, anais de eventos, entre outros) (2018).



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O critério mais escolhido foi “*confiabilidade/conhecimento por se tratar de fonte já acessada*” (75%). Com a criação e disseminação da informação através da Internet, a qualidade e a confiabilidade se tornaram um fator de relevância na escolha, devido a veracidade da fonte, autoridade com reconhecimento na área e a fidelidade por saber que aquela fonte é confiável. O critério de “*atualização da informação*” com 68,75%, obteve um valor expressivo e segundo a pesquisa de Dutra e Barbosa (2017, p. 28), “a atualidade qualifica a informação como atualizada ou desatualizada” dando valor ao trabalho realizado. Conforme Vergueiro (2010, p.20-21), a atualização depende também da área de conhecimento. Um segmento da ciência exata, a Computação, tem suas fontes de informação renovada constantemente, enquanto as ciências humanas uma fonte de informação antiga pode ser bastante valorizada, por constituir uma contribuição atemporal, reconhecida e incorporada ao conhecimento.

No critério “*facilidade e rapidez no acesso*”, foi indicado por 50% dos respondentes, visto que agilidade e a rapidez no acesso faz toda a diferença na quantidade de tempo que o docente tem para pesquisar variedade de fontes de informação, contudo não é menos importante que as outras opções, pois foi marcado por metade da amostra, assinalando assim sua importância.

**Quadro 35:** Comentários sobre outros critérios na dificuldade de acesso da fonte de informação (2018).

OUTRO (EXPLICITE)	
1	Pergunta mal formulada
2	Não tenho problemas de acesso
3	Uso do Scribd e revistas especializadas e avaliadas no sistema CAPES para periódicos QUALIS da área.
4	Procure sempre oferecer aos alunos o "estado-da-arte" sobre determinados tópicos/assuntos
5	Acesso da língua - português. O alunado não entende outra língua.
6	Não se aplica.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na opção “*outros*” (Quadro 35), foi considerado também o critério de idioma, pois é um critério de acessibilidade à informação em um componente curricular de Graduação. Outros pontos abordados com relação ao acesso são: *não se aplica* (Resposta 6) e a *pergunta mal formulada* (Resposta 1), donde se pode concluir que a formulação da pergunta pode mesmo ter dado margem à dúvida por parte do docente, porquanto os itens entre parênteses (livros, artigos etc.) se referem à fonte e não a critério, como a formulação pode ter sugerido: “*Caso não tenha resolvido suas dificuldades de acesso, quais critérios você utiliza para escolher determinada fonte de informação (livro, artigo, tese, dissertação, relatório, anais de eventos, entre outros)*”. Por outro lado, a resposta também pode sugerir, como as evidências têm apontado, que não há um entendimento do que sejam fontes de informação, isto é, o que foi indicado entre parênteses, na pergunta referida.

A Tabela 11 traz o resultado da Q15, que aborda as orientações ou as determinações institucionais para a atualização das bibliografias. A atualização das bibliografias básicas e complementares é um procedimento que requer que o professor dialogue com várias vertentes, entre elas: PPC, os componentes curriculares da matriz curricular, a biblioteca, devido às qualidades e quantidade da publicação, o NDE. Assim, o gráfico mostra que 65,63% dos respondentes desconhecem alguma orientação e ou determinação institucional para revisão e/ou atualização das bibliografias indicadas, agravando as irregularidades, tais como: autoridade não reconhecida, falta de padronização (dados de identificação) das referências indicadas, atualidade, acessibilidade do material, confiabilidade e outros itens que atestam veracidade da informação escolhidas.

**Tabela 11:** Respostas sobre a existência de alguma orientação/determinação institucional para revisão/atualização das bibliografias indicadas no Plano de Ensino (2018)

Grau de conhecimento	Frequência (%)	Quantidade de respostas da Questão 15
Sim.	34,38%	11
Não.	65,63%	21
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A falta orientações ocasiona desorganização da informação que é repassada para a biblioteca, visto que a organização de um docente é diferente do outro, prejudicando assim a compilação dos dados para a aquisição ou pesquisas sobre esse material.

A comunicação com os docentes, a partir de instrumentos que orientem sobre os procedimentos a serem adotados para a indicação de material a ser adquirido, evita perda de tempo e de dinheiro, erros operacionais, duplicação de material, entre outros prejuízos. Portanto, para o serviço público é importante que todas as informações produzidas sejam divulgadas, pois no art. 47, parágrafo 1º, da LDB 9.394 de 1996, é atribuída à instituição a divulgação aos interessados em meio eletrônico, portanto é necessária organização das informações que deverão ser divulgadas, para não ocorrer ruído na compreensão da mensagem.

A Q16, representada pela Figura 5, pergunta ao docente que observação ele faz quando escolhe a fonte de informação indicada no plano de ensino. O resultado mostrou que a *Coerência com a ementa do componente curricular* teve 100% das escolhas, sendo a escolha mais importante dos respondentes, pois demonstra que os docentes têm preocupação com a sequência lógica de aprendizagem nos textos escolhidos.

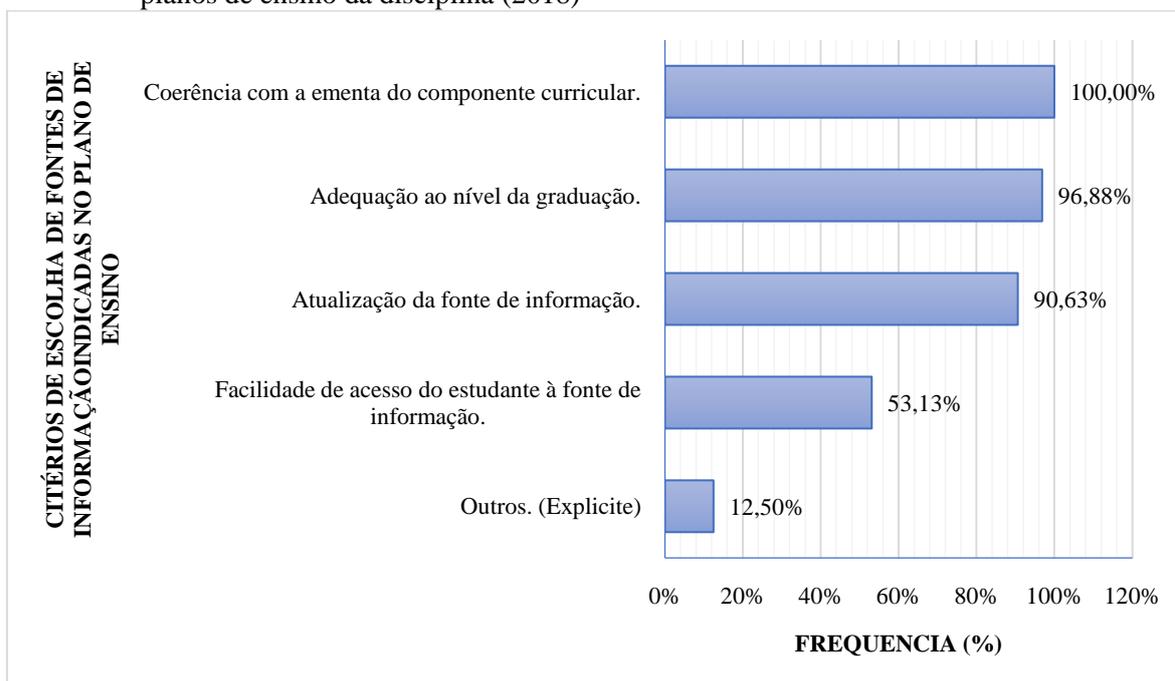
Outra observação bastante assinalada para a escolha das fontes de informação foi *Adequação ao nível de graduação*, com 96,88%, tendo-se que um texto de difícil interpretação poderá gerar mais ruído na mensagem do que modificação no repertório do receptor.

A opção *Atualização da fonte de informação* obteve 90,63% nesse contexto, onde, segundo Valéria Novelli, Wanda Hoffmann e Luciana Gracioso (2014, p.34)

A atualização de novos conhecimentos é de fundamental importância para os usuários das universidades desenvolverem suas atividades de ensino e pesquisa. Para isto, torna-se necessário acompanhar a crescente produção científica mundial, para se evitar a duplicação de esforços e gerar novos conhecimentos.

A escolha da opção *Facilidade de acesso do estudante à fonte de informação* foi de 53,13%, sendo é a última opção na escolha. Sabe-se que nem sempre a facilidade do acesso implica qualidade da informação, pois, com a evolução da Internet, esse acesso possibilitou que qualquer pessoa publique, sem o rigor científico desejável. Contudo, a dificuldade no acesso às fontes e a restrição de aquisição por parte da biblioteca são fatores que podem levar o estudante a acessar qualquer fonte para compor seu o repertório.

**Figura 5:** Observação dos docentes quando escolhe as fontes de informação a serem indicadas nos planos de ensino da disciplina (2018)



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Nos comentários a opção “*Outro*”, seguem mais algumas observações quanto à escolha da fonte de informação para o Plano de Ensino.

**Quadro 36:** Comentários sobre observação das escolhas em fontes de informação a serem indicadas nos planos de ensino da disciplina (2018).

Nº	OUTROS (EXPLICITE)
1	Verifico se o conteúdo possui um rígido controle de avaliação por pares, todavia, também utilizo materiais disponíveis na Internet com enfoque mais profissional, desde que eu valide o conteúdo.
2	Adequação ao nível (graduação, IC, mestrado, doutorado).
3	Inovação na produção de conhecimento na área
4	Língua (português)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na Tabela 12, representada pela resposta da Q17, perguntamos aos docentes se indicam artigo na bibliografia básica e na bibliografia complementar, visto que, segundo os instrumentos do INEP, nesses itens, o ideal é conter livros impressos ou virtuais, na perspectiva já apontada por Lubisco (2014, p. 46) quanto ao que significa bibliografia básica: “[...] essencial e indispensável para o estudo e a pesquisa dos fundamentos teóricos e práticos de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina”; e para as bibliografias complementares, “ampliam o conteúdo e as abordagens da bibliografia básica, enriquecendo os conhecimentos e práticas contidos/resultantes das obras fundamentais de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina”. Contudo, 78,13% dos respondentes disseram que indicam artigos na bibliografia básica e complementar; enquanto 21,88% não indicam. Esse é um tema que tem gerado debate, pois os livros trazem os temas de forma consolidada, enquanto os periódicos trazem a atualização de forma corrente. O fator agravante em relação aos primeiros é o tempo de atualização, enquanto o artigo é uma publicação mais veloz.

Ademais, conforme Anderson Café (2017, p. 148),

[...] a política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* induz significativamente a produção de artigo de periódico científico, visto que esse canal de difusão do conhecimento foi citado 3 (três) vezes mais que os livros e 4 (quatro) vezes mais que os capítulos de livros e produção técnica.

Conseqüentemente há um incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a produção de artigos e não livros, ocasionado assim uma produção maior de artigos atualizados e não livros nos assuntos básicos.

**Tabela 12:** Resposta dos docentes sobre indicação de artigo na bibliografia Básica e na Complementar (2018).

Grau de Conhecimento	Frequência (%)	Resposta dos docentes sobre indicação de artigo na bibliografia Básica e na Complementar
Sim.	78,13%	25
Não.	21,88%	7
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na Tabela 13, consta um resumo percentual dos docentes que indicam artigo no primeiro e no penúltimo semestre. No primeiro semestre, 92,86% dos docentes afirmaram que indicam artigo na bibliografia; já 7,14% disseram que não indicam. No penúltimo semestre, 66,67% disseram que indicam artigo na bibliografia, enquanto 33,33% disseram que não indicam. No contexto acima, foi comprovado que não importa se é no primeiro ou no

penúltimo semestre: os docentes em sua maioria indicam artigo na bibliografia, contradizendo as orientações do INEP quanto a considerar só livro na bibliografia básica ou na complementar.

**Tabela 13:** Frequência de SIM ou NÃO por semestre, de artigo na bibliografia Básica e na Complementar (2018)

SEMESTRE		INDICAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	QUANTIDADE RESPONDENTE	FREQUÊNCIA (%) POR SEMESTRE	FREQUÊNCIA (%) DO “SIM” OU “NÃO”
Primeiro	1	SIM	13	92,86%	40,63%
	1	NÃO	1	7,14%	3,13%
Penúltimo	6	SIM	2	66,67%	6,25%
	7	SIM	4		12,50%
	8	SIM	6		18,75%
	6	NÃO	0	33,33%	0,00%
	7	NÃO	4		12,50%
	8	NÃO	2		6,25%
<b>TOTAL</b>			<b>32</b>		<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Segue no Quadro 37 a justificativa de cada respondente, sendo que 5 dos 32 respondentes não justificaram a indicação de artigo na bibliografia.

**Quadro 37:** Comentários sobre indicação de artigo na bibliografia básica e complementar (2018)

DOCENTE	SEMESTRE	VOCÊ INDICA ARTIGO NA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E NA COMPLEMENTAR	JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA
6704015073	1	Sim.	Por termos muitas publicações de artigos em Dança.
6700512479	1	Sim.	Indico artigo <b>na bibliografia complementar</b> , mas geralmente apresentando o livro em que está inserido. Mas devo ressaltar que há na área da Dança, no Brasil, um corpo de publicações reduzido se comparado à outras áreas de conhecimento mais tradicionais. As publicações, teses e dissertações na área da Dança, começam a ganhar corpo a partir dos anos 2000 com o início de uma política pública que permitiu a criação e a posterior expansão de cursos Pós-Graduação na área. Nesse contexto os artigos são ferramentas muito interessantes pois trazem questões, nem sempre encontradas em livros.

6698201269	1	Sim.	Somente na complementar, mas com certa restrição.
6683042933	1	Sim.	<b>Alguns conteúdos estão mais atualizados nos artigos</b>
6681622031	1	Sim.	NÃO JUSTIFICOU
6673840075	1	Sim.	NÃO JUSTIFICOU
6668399270	1	Sim.	Artigos podem ser úteis para esclarecer determinados aspectos teóricos
6667019749	1	Sim.	Depende do nível do curso.
6664653641	1	Sim.	NÃO JUSTIFICOU
6663043994	1	Sim.	Artigos são muito mais adequados, por apresentarem "começo, meio, fim", além de metodologia.
6654690225	1	Sim.	Quando necessário/pertinente.
6652226150	1	Sim.	<b>Artigos, ou capítulos específicos de dissertações ou tese tratam com maior nível de detalhe de certos pontos do conteúdo programático.</b>
6652220104	1	Sim.	A biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas é muito precária e não possui grande parte da bibliografia básica e complementar dificultando o acesso ao estudante. Por isso, o acesso facilitado e de conteúdos interessantes que possam tocar nas temáticas propostas são indicados.
6664797979	1	Não.	Gosto de indicar bibliográficas aplicadas e de conteúdo prático ao exercício da atividade profissional.
6667092473	6	Sim.	Por ser <b>discussões mais atuais.</b>
6662726431	6	Sim.	<b>Na maioria das vezes, pesquisas atuais, por uma questão de custo/produção são publicadas na forma de artigos.</b> Além disso, os artigos facilitam o entendimento do assunto para o aluno de graduação e colaboram na compreensão da estrutura textual.
6675626019	7	Sim.	<b>Artigo é a produção científica mais atualizada, os livros apenas não dão conta e nunca darão.</b> Os artigos são fundamentais. A agilidade do processo de comunicação científica dos artigos atende muito melhor os requisitos do mundo atual. O livro é um conhecimento mais consolidado e maduro - é muito importante. Porém, para cada livro, recomendo 5 artigos.
6652329274	7	Sim.	<b>A preocupação é a atualização e confiabilidade da informação.</b>
6652129653	7	Sim.	Pela dificuldade em aquisição de livro e pela <b>atualização do conhecimento.</b> Artigos são mais dinâmicos
6651541840	7	Sim.	Procuro não indicar artigo, entretanto, quando há escassez na literatura técnica, não resta outra alternativa, preciso indicar artigos científicos.
6675263312	7	Não.	<b>Somente na complementar</b>

6674019289	7	Não.	Somente as utilizo em sala de aula, indicando quando da apresentação dos planos de aula
6664253454	7	Não.	Resposta parcialmente satisfatória, pois há artigos clássicos fundamentais à disciplina; então eu os utilizo, mas não é regra.
6653172188	7	Não.	<b>Apenas complementar</b>
6737743126	8	Sim.	NÃO JUSTIFICOU
6719059966	8	Sim.	Para o perfil das disciplinas que atuo, <b>artigos científicos são as formas mais adequadas para atualização constante.</b>
6719051883	8	Sim.	<b>Alguns artigos de revisão são mais atualizados</b> que os livros sobre o tema.
6669050505	8	Sim.	<b>Atualização</b>
6666932160	8	Sim.	<b>Artigos significam maior atualidade que livros</b> , dada à velocidade das mudanças na atualidade
6652101346	8	Sim.	Em alguns temas específicos, quando os <b>artigos estão mais atualizados que os livros.</b>
6651999644	8	Não.	NÃO JUSTIFICOU
6651942693	8	Não.	O conteúdo da disciplina não é habitualmente abordado em artigos recentes.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Legenda:** Textos em vermelho só indicam artigo na bibliografia complementar; Textos em azul indicam artigo, pois são mais atualizados

A justificativa dos respondentes na indicação de artigo na bibliografia nos aponta que o motivo dessa indicação é a atualização do conteúdo. Atualização vai ao encontro da evolução tecnológica da Sociedade do Conhecimento. Em outro viés, os livros impressos e online ainda enfrentam barreiras das editoras e distribuidoras na sua disponibilização.

#### 6.1.4 Fontes de Informação adotadas. (Q18-Q20)

**Quadro 38:** Fontes de informação adotadas pelos docentes selecionados na pesquisa. (2018)

**Q18** - Quais as fontes de informação que **utiliza para elaboração das bibliografias** básica e complementar das disciplinas (Pode marcar mais de uma opção)

**Q19** - Quais os meios informacionais que **você utiliza para se atualizar?**

**Q20** - Quais os **buscadores que mais utiliza na procura das fontes de informação** na Internet (Pode marcar mais de uma opção):

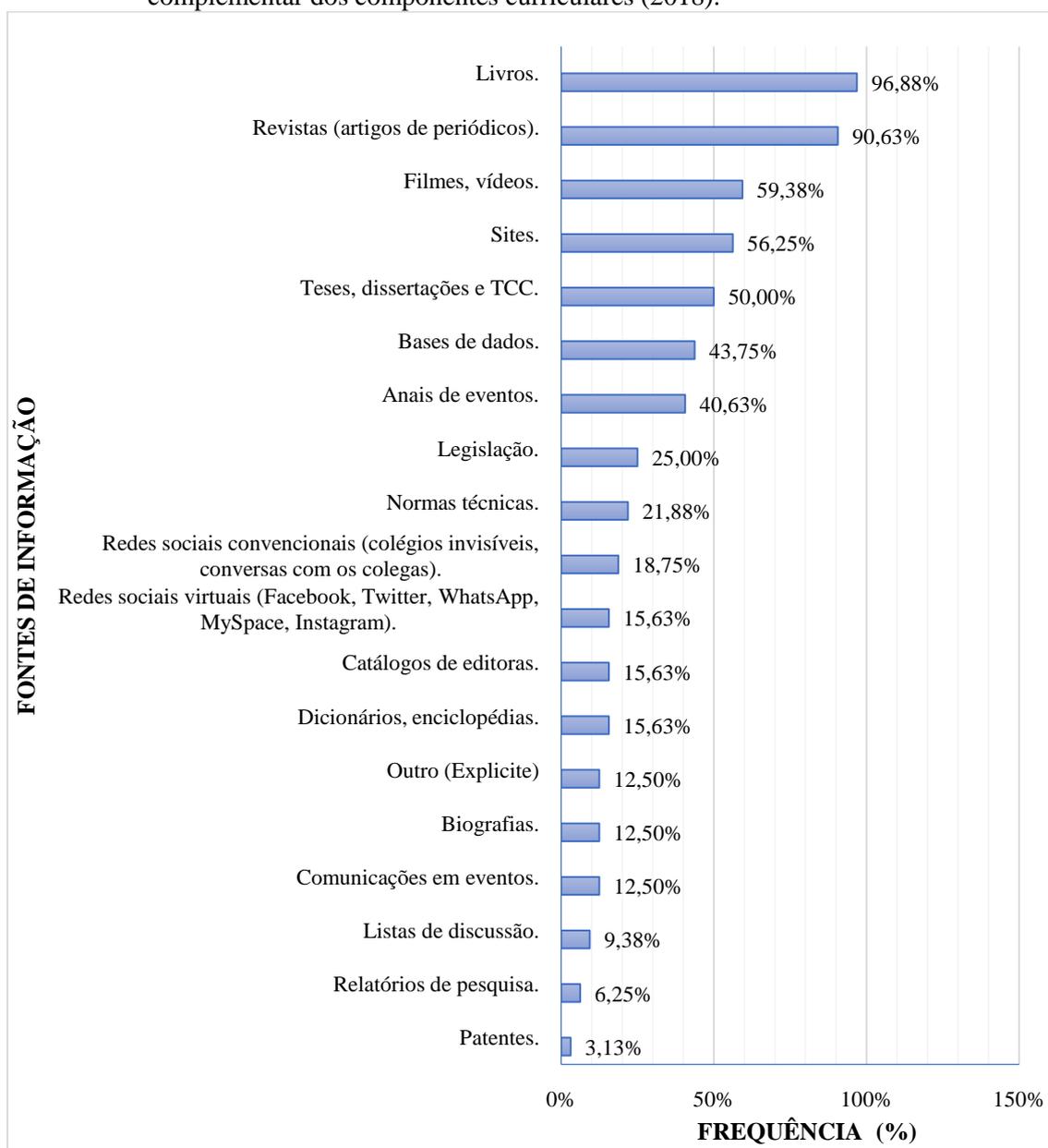
**Fonte:** Dados da pesquisa.

Esse bloco de questões traz informações de como os docentes se atualizam, revelando as fontes de informação que mais usam. De acordo com Murilo Cunha (2001) e Grogan (1970), as fontes de informação são classificadas em primárias, secundárias e terciárias, segundo a origem de seus conteúdos. Nas universidades, as fontes de informação produzidas

pelos seus docentes, alunos e pesquisadores são prioritariamente livros, dissertações, teses, artigos de periódicos, patentes entre outros documentos. (NOVELLI; HOFFMAN; GRACIOSO, 2014, p. 34)

Na Figura 6, que corresponde a Q18, pedimos aos respondentes que indicassem quais as fontes de informação utilizam para elaborar a bibliografia básica e complementar dos componentes curriculares.

**Figura 6:** Fontes de informação utilizada para elaboração das bibliografias básica e complementar dos componentes curriculares (2018).



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados da figura 6 as escolhas dos respondentes foi livros (96,88%), e artigos de periódicos com 90,63% que escolheram como principais fontes de informação. Embora apareçam outras e em suportes variados.

**Quadro 39:** Comentários sobre quais as fontes de informação que utilizam para elaboração das bibliografias básica e complementar das disciplinas (2018).

Nº	OUTRO (EXPLICITE)
1	Uso todos os itens que marquei acima, mas formalmente, para a composição da Bibliografia oficial constante no plano, a prioridade são os livros, artigos, teses, dissertações e trabalhos de evento.
2	<b>Material preparado por mim.</b>
3	Jornais e Revistas
4	Associação de classe; ICA , Conarq

**Fonte:** Dados da pesquisa.

No Quadro 39 foi solicitado ao docente que indicasse outras fontes de informação (12,5%) no qual utiliza para a elaboração da bibliografia básica e complementar.

O resultado da Q19 explicitada no Quadro 40, pergunta ao docente quais os meios informacionais que utiliza para sua atualização.

**Quadro 40:** Comentários sobre quais os meios informacionais que utiliza para atualização (2018)

Nº	RESPOSTAS DA Q19
1	Livros com edições atualizadas, Internet, revistas
2	Websites, <b>redes sociais</b> , rádio/TV
3	<b>Nenhum</b>
4	Digital e impresso (livros, revistas e periódicos, sites, vídeos e filmes)
5	Livros, filmes, revistas, periódicos, jornais, TV, entre outros.
6	<b>Redes sociais</b> e bases de dados.
7	Artigos
8	Base de artigos e a web em geral
9	Em geral, todos os digitais.
10	Principalmente <b>contato com colegas professores e pesquisadores</b> , listas de discussão da área e eventos científicos
11	<b>Colegas de profissão</b>
12	Todos aqueles que foram marcados acima.
13	Computador
14	Todos os possíveis
15	Revistas científicas, sites de entidades científicas, <b>colegas...</b>
16	Livros, artigos, congressos, seminários
17	Jornais e revistas
18	Revisão periódica das publicações em minha área

19	Artigos e teses
20	Bancos e bases de dados eletrônicos e o " <b>serviço de alerta</b> " das bibliotecas.
21	Scielo, revistas acadêmicas, livrarias, sites de editoras
22	Publicações e eventos de associações nacionais e internacionais; periódicos nacionais e internacionais; sites de livrarias para seleção de novos livros; cadernos de cultura de jornais; catálogos de editoras; troca de informações com <b>colegas da área</b>
23	Internet, Facebook e <i>mailing list</i> das editoras que costumam publicar livros relacionados às disciplinas que ministram
24	Livros, artigos, sites especializados, eventos da área.
25	Os disponíveis
26	Livros, Revistas e todos os meios e formas de comunicação.
27	<b>Redes Sociais</b> , blogs, <i>sites</i> especializados em periódicos científicos, repositório das universidades.
28	Todos possíveis
29	Sítios de busca, desde o Google ao PUBMED, Scielo e similares.
30	Pubmed, aan.com
31	Catálogos de editoras com livros recém lançados sobre o conteúdo da disciplina.
32	Assinatura de periódicos de circulação nacional e basicamente sites de notícias na Internet

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Analisando as respostas, a totalidade apontou a Internet com redes sociais, base de dados, *sites* especializados, blogs e outros, como meio para sua atualização. O respondente 3 colocou que não se atualiza com *nenhum* meio de informação. Os respondentes 10 e 11 informam que se atualizam com colegas de profissão, modalidade conhecida como Colégio Invisível. As redes sociais também aparecem no contexto de atualização do docente.

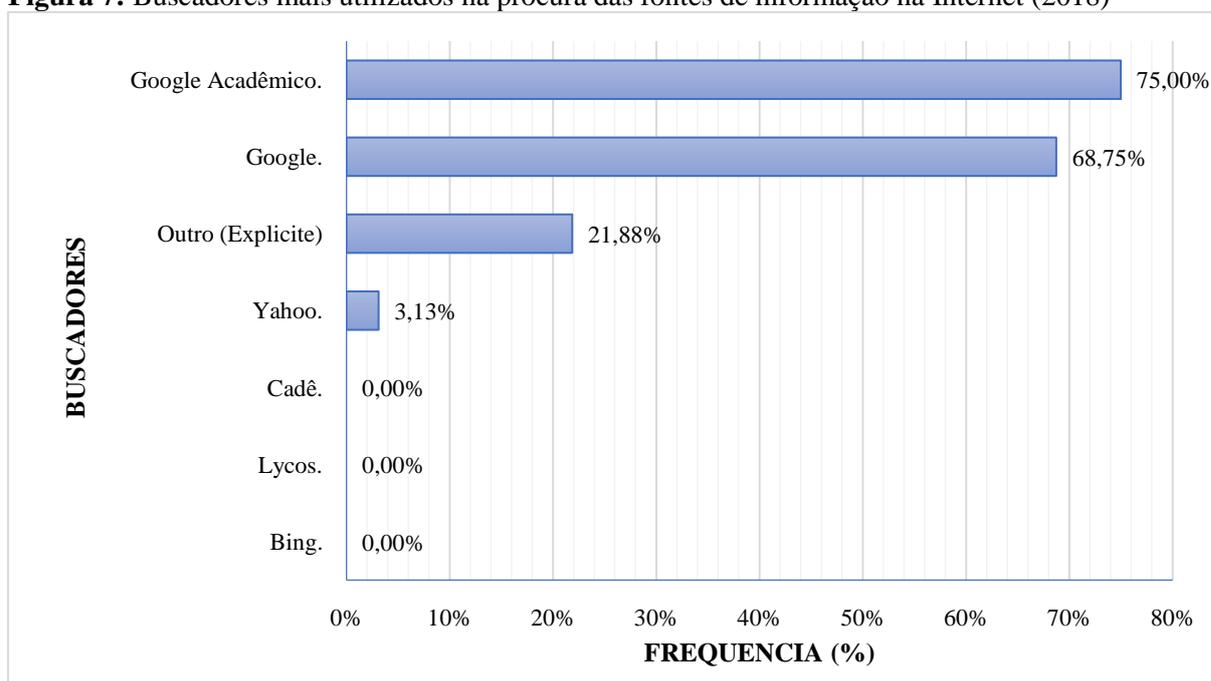
Com o aparecimento da Internet, o acesso às informações antes restrito às bibliotecas, passou também a circular em meio digitais, proporcionando uma atualização mais rápida aos indivíduos da comunidade acadêmica. Essa facilidade no acesso decorre do uso massivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que transformaram o comportamento dos usuários da informação na busca de fontes de informação para sua atualização. A realidade atual da biblioteca, nesse cenário sem fronteira da Internet, é o de suprir as dificuldades dos usuários pela capacitação no processo de localização de fontes de informações confiáveis para sua atualização, fazendo assim a biblioteca em mediador do conhecimento nesse espaço virtual.

A Figura 7 traz respostas da Q20, cujo tema é: qual os motores de busca ou buscadores são mais utilizados para acesso a fontes de informação na Internet. Os buscadores surgiram com a criação da Internet, com a finalidade buscar informações na rede através de interfaces, pelas quais os usuários têm acesso a quase todo o conteúdo da Internet. Algumas dessas interfaces têm buscadores específicos em áreas temáticas, contudo nenhum buscador tem acesso a todas as páginas da Internet, pois depende do tamanho da base de dados utilizada

para cadastrar a página criadas na Internet. O tamanho das bases é medido em números de URLs<sup>53</sup> que significa, em português, Localizador Uniforme de Recursos, utilizados para designar o caminho onde o recurso está hospedado para realizar a busca por informações solicitadas pelos usuários. Quanto maior o URL, maior será a quantidade de sites cadastrados e, conseqüentemente, maior será o retorno de informações daquele buscador.

Com isso, solicitamos aos respondentes assinalar quais os buscadores que mais utilizam.

**Figura 7:** Buscadores mais utilizados na procura das fontes de informação na Internet (2018)



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Segundo os respondentes, 75% utilizam o Google Acadêmico para procura das fontes de informação. O Google Acadêmico ou Google Scholar é uma ferramenta que permite acesso a trabalhos acadêmicos indexados em bases de dados. Os seus resultados são ordenados por relevância de técnicas para otimização de busca, determinadas pelo Google. O segundo buscador mais utilizado foi o próprio Google (68,75%) na procura de fontes de informação. O terceiro mais utilizado foi o Yahoo com 3,13%. O Bing, o Lycos e o Cadê não foram escolhidos pelos docentes para sua procura de fontes de informação.

<sup>53</sup> Uniform Resource Locator ou em português - Localizador Uniforme de Recursos.

**Quadro 41:** Comentários dos docentes sobre quais os buscadores que mais utiliza na procura das fontes de informação na Internet (2018).

Nº	OUTRO (EXPLÍCITE)
1	Pubmed, SciELO
2	Portal da CAPES
3	Mathscinet; xxx.lanl.gov; researchgate
4	PUBMED, LILACS, WEB OF SCIENCE
5	Periódicos CAPES e Pubmed
6	Duduckgo; Scielo; Repositórios;
7	Pubmed

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Abrimos espaço para saber que outros buscadores são mais utilizados e notamos que as opções citadas são buscadores de áreas específicas do conhecimento.

A qualidade das fontes de informação pesquisadas na Internet ainda é muito questionada, pois como não existe revisão por pares nas informações encontradas na rede fica difícil saber se a informação contida tem credibilidade científica para seu uso no meio acadêmico, a exemplo da Wikipédia. Atualizar-se em meio à sociedade do conhecimento exige de indivíduos treinamento específicos para a utilização de ferramentas da Internet e consequentemente qualidade na exposição das respostas solicitadas pelo usuário.

### 6.1.5 Dificuldades, por parte dos Docentes, na Comunicação com a Biblioteca. (Q21-Q23)

**Quadro 42:** Dificuldades, por parte dos docentes, na comunicação com a biblioteca. (2018)

**Q21** - De que forma a biblioteca de sua Unidade recebe a indicação das bibliografias básica e a complementar a serem adquiridas? (Pode marcar mais de uma opção).

**Q22** - Como você avalia a sua forma de comunicação com a biblioteca de sua Unidade.

**Q23** - Justifique a sua escolha da Q22:

**Fonte:** Dados da pesquisa.

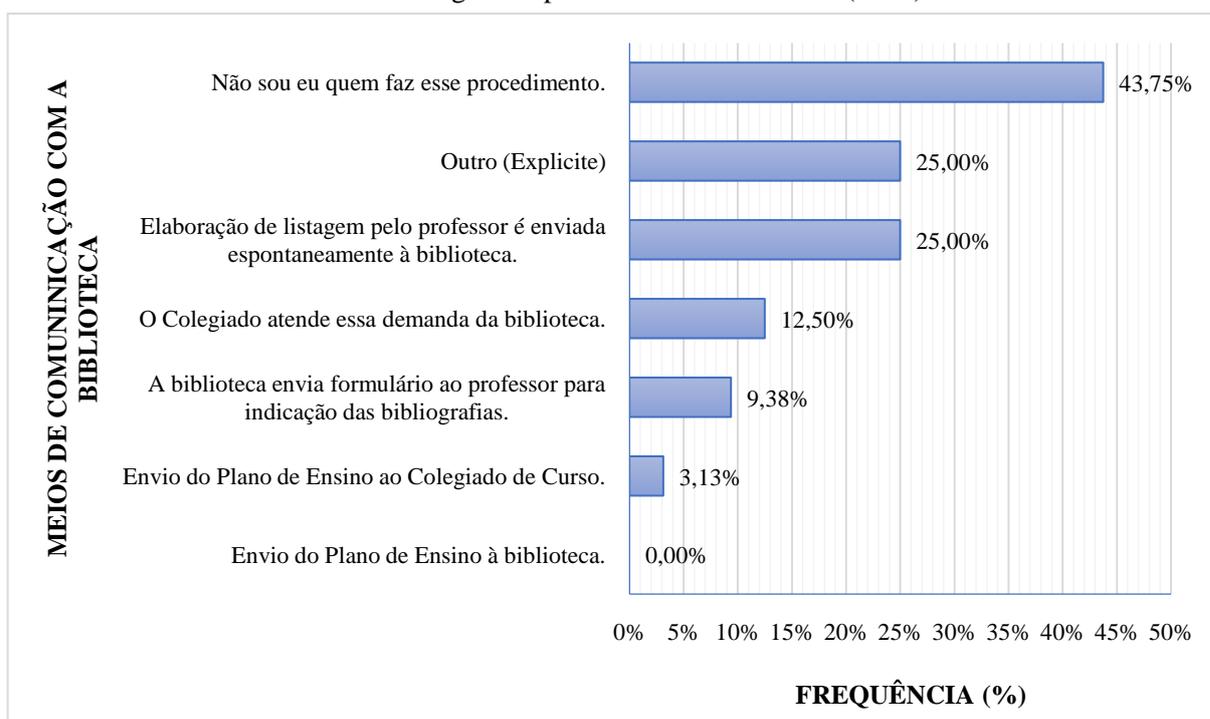
Como instrumento de conexão, aprendizagem e permuta, a comunicação em um ambiente organizacional faz toda diferença na realização dos objetivos e metas institucionais. A biblioteca como um organismo sistêmico aberto requer que sua comunicação esteja relacionada com todos os ambientes externos com que está conectada, no entanto, quando essa troca não ocorre, ela perde o seu papel de mediadora da informação, ocasionado estagnação de políticas que norteiam a organização de seus ciclos informacionais. Portanto, a

comunicação organizacional é uma estratégia de sobrevivência em um ambiente cujo principal insumo é o conhecimento.

A biblioteca universitária, assim, faz parte da estrutura da universidade como um ambiente que organiza e dissemina a informação científica, no entanto, para que isso ocorra de modo eficiente, é recomendado que sua administração esteja alinhada com os outros ambientes institucionais. Assim sendo, foram elaboradas questões para saber como está a comunicação da biblioteca com os docentes, visto que atualização do acervo depende dessa comunicação.

A Figura 8 expõe as respostas da Q21, onde solicitamos que os docentes marcassem as opções representativas de como a biblioteca de sua unidade recebe as indicações da bibliografia básica e complementar. Nesses resultados, obtivemos o maior percentual no item *não sou eu que faz esse procedimento*, que ficou com 43,75%, seguido de 25% das escolhas com a opção *elaboração de listagem pelo professor é enviada espontaneamente à biblioteca*. O próximo item teve 12,50% cuja opção foi: *o colegiado atende essa demanda da biblioteca*. A opção: *a biblioteca envia formulário para a indicação das bibliografias* teve 9,38%. Na opção *envio do plano de ensino ao colegiado de curso*, o resultado ficou em 3,13%, a última, *envio do plano de ensino à biblioteca* não teve nenhuma marcação.

**Figura 8:** Formas de indicações das bibliografias básica e complementar a serem adquiridas pela biblioteca de Unidade sugeridas pelos docentes da UFBA (2018)



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Esses dados mostram o desconhecimento dos procedimentos para a indicação da bibliografia básica e complementar à biblioteca. O docente não fornece à biblioteca as indicações de fontes de informação prejudicam tanto os estudantes de graduação, quanto uma possível pesquisa de outros usuários. O bibliotecário, nesse contexto, é um generalista, e tem como uma de suas funções a organização do conhecimento nas estantes, através de códigos classificação e catalogação da informação e os docentes, nesse âmbito, são os especialistas do conhecimento que levam à biblioteca novas sugestões de conhecimento para aquisição e disponibilização.

Segue o Quadro 43 com comentários dos docentes que relataram não saber como é realizado esse procedimento ou mesmo que não sabiam que a biblioteca recebia essas informações para atualização do seu acervo.

**Quadro 43:** Comentários dos docentes sobre como a biblioteca recebe a indicação das bibliografias básica e a complementar a serem adquiridas. (2018)

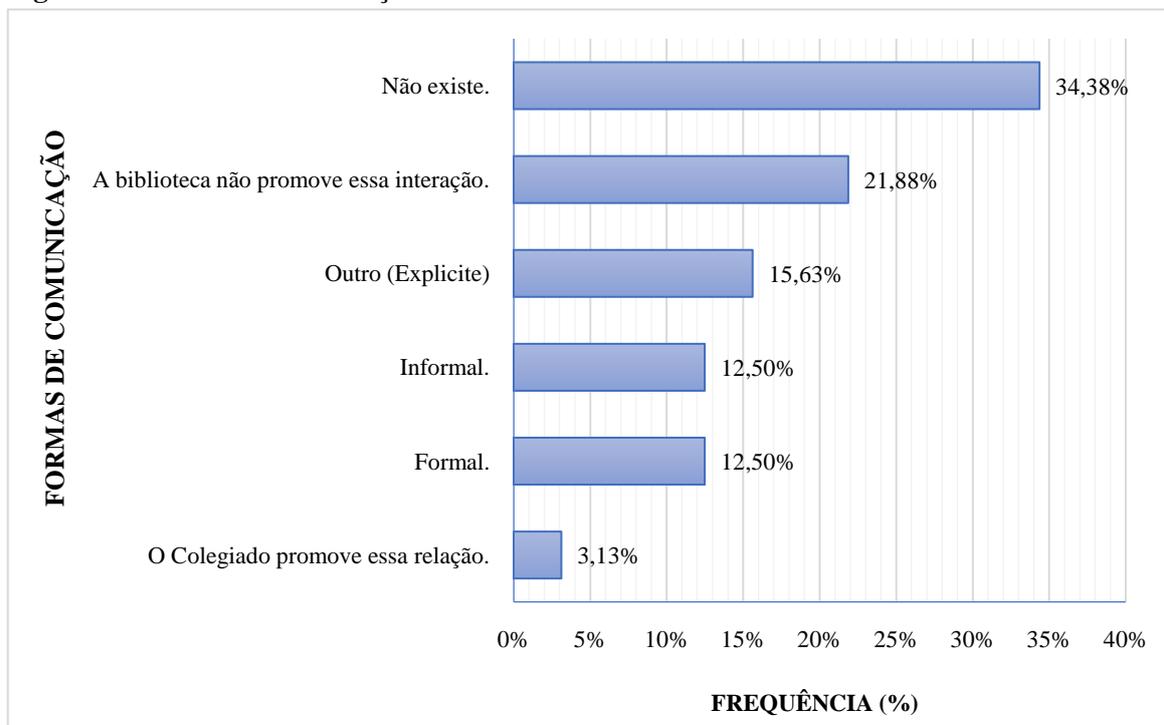
Nº	OUTRO (EXPLÍCITE)
1	O Colegiado solicita por e-mail aos docentes.
2	Não faço o procedimento, mas a Biblioteca recebe nossas sugestões com atenção.
3	Não sei
4	Gostaria de saber!
5	Não temos biblioteca na Unidade, o que dificulta um diálogo mais próximo com as pessoas que atuam nesse setor. A Coordenação Acadêmica envia os pedidos à Biblioteca Central (uma vez ao ano), mas são poucos os livros/ material audiovisual que são adquiridos.
6	Sou recém-chegada, ainda não participei desse processo de aquisição.
7	Não faço a menor ideia.
8	Não sei. A biblioteca recebe indicação da bibliografia?

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A Figura 9, que representa as respostas da Q22, mostra como os docentes avaliam a comunicação com a biblioteca de sua unidade: 56,26% dos respondentes apontaram que *não existe* comunicação e também a *biblioteca não promove essa interação com a unidade* universitária a qual está vinculada; 12,50% dos respondentes apontaram que existe uma *comunicação informal* com a biblioteca; 12,50% dos respondentes em contrapartida assinalaram que a *comunicação é formal* com a biblioteca. No entanto, 3,13% dos respondentes relataram que a comunicação é realizada pelo colegiado do curso. As informações apresentadas nos resultados revelam a incomunicabilidade da biblioteca com os docentes, ocasionando prejuízo na interação informação – discente. A biblioteca com esse panorama não exerce seu papel referencial na disseminação do conhecimento explícito em

sala de aula, dando margem à indústria da reprodução da cópia reprográfica, a qual contraria a legislação do Direito autoral (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

**Figura 9:** Formas de comunicação dos docentes com a biblioteca de sua Unidade.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Os comentários explicitados no Quadro 44 da opção *outro* indicam também a dificuldade encontrada pelos professores na comunicação com a biblioteca. A informalidade pode trazer benefícios de relações interpessoais, mas interfere na criação de serviços e produtos que serviriam a todos e por desconhecimento dessa maioria só alguns são beneficiados.

**Quadro 44:** Comentários dos docentes sobre a forma de comunicação com a biblioteca de sua Unidade (2018).

Nº	OUTRO (EXPLICITE)
1	A comunicação se dá apenas por iniciativa pessoal do professor, raramente através do colegiado ou departamento.
2	Ainda não sei
3	A biblioteca me procura todo o semestre para fazer a apresentação junto aos alunos de introdução à engenharia
4	Como não sou responsável pela disciplina, é possível que exista interação entre biblioteca e professor responsável, sendo desconhecida por mim.
5	Meu diálogo com a biblioteca une o formal e informal que tem proporcionado experiências proveitosas.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

No Quadro 45, foi solicitado aos respondentes que justificasse a Q22, que pergunta ao docente *Como você avalia a sua forma de comunicação com a biblioteca de sua Unidade*. Na justificativa dos respondentes, foram destacadas em negrito frases que validam os 56,26% representativos da incomunicabilidade da biblioteca com os docentes.

**Quadro 45:** Comentários dos docente justificando a avaliação da comunicação com a biblioteca de sua Unidade (2018)

Nº	RESPOSTAS DA Q23
1	<b>A biblioteca se mantém muito distante da minha unidade, ainda que esteja bem perto dela.</b>
2	<b>Não há biblioteca na Faculdade de Medicina</b> , e não ocorre interação docente (pelo menos, no meu Departamento) com a Biblioteca Universitária de Saúde.
3	Não posso dar minha opinião, <b>pois não sei como funciona</b> . Os professores do departamento (como eu) dão as referências bibliográficas sobre os temas de suas aulas e eles são compilados pelo coordenador da disciplina.
4	O Colegiado faz a solicitação de indicação dos livros aos docentes, <b>mas nunca temos retorno a respeito das providências</b> .
5	<b>Não há uma sistemática que proporcione um diálogo direto e permanente com a biblioteca</b> . Geralmente é solicitado ao Colegiado ou Departamento que encaminhem a demanda de livros a serem comprados o que geralmente é feito anualmente. Depois de encaminhada a lista com os livros pelo Colegiado/Departamento não há nenhuma comunicação da biblioteca sobre os encaminhamentos, prazos, compras, etc...Em <b>Dança muitas vezes não compram os livros solicitados e não recebemos nenhuma informação sobre esse encaminhamento</b> .
6	A <b>comunicação se dá apenas por iniciativa pessoal do professor</b> , raramente através do colegiado ou departamento.
7	<b>Não uso a biblioteca</b>
8	Ingressei há menos de um ano
9	Minha relação é formal, qualquer necessidade comunico por e-mail ou presencialmente. A Biblioteca é atenciosa e concede abertura para o acolhimento das solicitações, porém, é mais receptiva do que proativa.
10	<b>Não entendo que haja comunicação efetiva com a biblioteca</b> . Apenas somos convidados a indicar bibliografias de interesse, mas não há um retorno, uma resposta
11	Sempre utilizo a Biblioteca da Instituição até mesmo para laboratório das minhas aulas.
12	<b>Sou professor novo e até o momento não recebi informações nem outro tipo de comunicação, seja da biblioteca</b> , seja das instâncias colegiadas, sobre a melhor forma de interagir com a biblioteca para solicitar a aquisição de obras importantes das disciplinas ministradas por mim. Até o momento, a única forma de interação com a biblioteca tem sido o empréstimo de livros.
13	<b>Não existe</b>
14	Há uma <b>relação eventual</b> entre ambas
15	<b>Desconheço na minha unidade e nas unidades dos cursos a qual atendo (leciono o componente para várias licenciaturas) qualquer atividade neste sentido, nunca recebi, na graduação nenhuma orientação de encaminhar planos ou lista de livros</b> . A única vez que isso aconteceu foi através da linha de pesquisa que faço parte no mestrado.
16	<b>Quando cheguei tinha esperança de poder usar com regularidade os serviços da biblioteca</b> . Ao tentar tive muitas dificuldades e afinal renunciei!
17	<b>Nada a declarar</b>
18	<b>Não conheço nenhuma interação formal entre a unidade e a biblioteca</b>

19	Justificada na explicitação solicitada no próprio item 22
20	O acesso e os processos comunicacionais são livres. A bibliotecária estabelece um canal aberto de diálogo comigo.
21	<b>Em todos os meus anos na UFBA, nunca tive conhecimento de iniciativas desta natureza, seja de parte da biblioteca setorial seja da biblioteca central.</b>
22	<b>Não há biblioteca na Unidade</b>
23	Resposta assinalada já é a justificativa. <b>Não existe tal interação. Além disso, para piorar as coisas, vários livros que tentei doar à biblioteca não forma aceitos.</b> As justificativas foram: falta de espaço físico e falta de interesse no material.
24	Penso que os recursos disponíveis na biblioteca e seus bibliotecários podem colaborar expressivamente no processo ensino aprendizagem, <b>contanto que o docente e aluno saibam também construir essa interação.</b>
25	Percebo a biblioteca da minha unidade exercendo um papel burocrático, ou seja, atendimento ao usuário quando demandada, <b>exercendo raramente uma proatividade perante as questões acadêmicas nas quais ela poderia contribuir muito.</b>
26	Sugestão de livros para aquisição e doação de livros
27	<b>Simplesmente não existe uma interação ou atualização sobre como anda a biblioteca</b> em termos dos conteúdos que ele pode ofertar a comunidade acadêmica.
28	Apego aos pressupostos de gestão rígida e legalista quanto ao empréstimo...
29	<b>Os estudantes usam raramente a biblioteca como fonte de material para estudo.</b> Em tempo, a resposta da questão 7 seria "depende da disciplina", mas o campo apenas aceita resposta numérica.
30	<b>Não existe comunicação entre minha disciplina e a biblioteca</b>
31	<b>Não sei como institucionalmente esta comunicação ocorre.</b> Pessoalmente, nunca estive na biblioteca para me informar.
32	<b>Não há uma ação proativa por parte da biblioteca no sentido de estimular os professores a indicarem bibliografias.</b> Essa comunicação é feita informalmente quando o professor utiliza a biblioteca, porém, muitos professores não usam a biblioteca porque compram seus próprios livros.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

As justificativas do Quadro 45 têm representatividade das bibliotecas universitárias escolhidas para a amostra, traduzindo o pensamento da maioria dos docentes da UFBA em uma só vertente, a incomunicabilidade do Sistema de Bibliotecas da UFBA para uma criação conjunta da bibliografia básica e complementar com os docentes dessa Universidade.

O problema de aceitação de doação pela biblioteca, apontado pelo respondente 23, poderia ser resolvido se a visibilidade da Política de Seleção fosse disseminada na comunidade acadêmica, de modo a esclarecer que as bibliotecas do SIBI-UFBA têm critérios de seleção para todo material a ser adquirido para o acervo. A aquisição por doação é um processo muito desgastante para os chefes de biblioteca, pois como Vergueiro aponta (2010, p.76)

As bibliotecas foram criadas para atingirem objetivos específicos, que nem sempre vão ao encontro dos interesses ou desejos dos doadores. [...] Os casos em que a biblioteca aceita a doações e como propõe a tratá-las devem

ficar claramente entendido pelos doadores. A doação é um contrato de confiança entre o doador e a biblioteca: ambos devem estar concordes a respeito do que se está se efetuando. Convém que o doador receba uma cópia da política de seleção e tome conhecimento das diretrizes sobre materiais doados, que serão tratados de maneira igual à dos outros materiais, passando pelo mesmos critérios de seleção.”

Portanto, a incomunicabilidade dos processos prejudica o ciclo informacional da biblioteca. Essa falta de equilíbrio nas comunicações, apontada pelos respondentes do Quadro 45, ocasiona estagnação no desenvolvimento de produtos e na prestação de serviços que a biblioteca tem ou poderia vir a ter para atender a comunidade acadêmica.

O processo de indicação das bibliografias básica e complementar precisa passar por avaliações constantes em seus aspectos físicos, de usabilidade e de conteúdo para justificar o investimento feito e a demanda de novos investimentos, bem como para assegurar a qualidade do processo de aquisição e o atendimento dos critérios de uma Política de Desenvolvimento de Coleções e das determinações do INEP.

## REFERÊNCIA DO CAPÍTULO 6

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2018.

CAFÉ, Anderson Luis da Paixão. **O controle e a regularidade na produção e na difusão de conhecimento no campo científico interdisciplinar**. 327f. 2017. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001. 168 p.

DUTRA, Frederico Giffoni; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 19-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/32676/pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FERREIRA, Bruno Cesar de Freitas; CASTRO FILHO, C. M. A relação entre a bibliografia e a formação do profissional da informação. **Rebecin**, v. 1, n.2, p. 19-36, jun./dez. 2015. ISSN: 2358-3193. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin/article/view/9>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

GROGAN, Denis. **Science and technology: an introduction to the literature**. London: Clive Bingley, 1970, p. 14-15

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: autorização**. Brasília, DF: INEP, 2017a. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: reconhecimento, renovação de reconhecimento**. Brasília, DF: INEP, 2017b. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

LUBISCO, Nídia M. L. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). **PontodeAcesso Revista do Instituto de Ciência da Informação**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 56-

61/ 80-141, dez. 2014. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12834>>. Acesso em: 07 set. 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v8i3.12834>.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro, RJ: Campus, c1997. 358 p.

NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 30-51, set. 2014. Disponível por:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000300003&lng=en&nrm=iso)

[99362014000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 out. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1626>.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

## 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O ambiente organizacional da universidade é complexo devido às interligações de sua estrutura com uma sociedade em ininterruptas transformações.

A biblioteca universitária, nesse contexto, representa muito mais que um depósito de publicações reunidas, ela é mediadora do conhecimento e da informação produzidos nos mais diversos ambientes acadêmicos e científicos, do país e do exterior e para que essa mediação ocorra é necessário que sua estrutura organizacional nos níveis estratégico, tático e operacional, esteja alinhada às funções e os objetivos da Universidade.

Para tanto, a organização gerencial da instituição deve estar transparente para todos os indivíduos que circulam em seu ambiente, propiciando que as informações criem conhecimento e se renovem em novos processos institucionais. Assim sendo, esse ambiente necessitará de um permanente fluxo de comunicação organizacional, orientado a realizar uma gestão do conhecimento e da informação sem barreiras em seu funcionamento.

Assim, este estudo procurou trazer à luz, procedimentos organizacionais, pouco esclarecidos ou mesmo esquecidos pelos sujeitos que fazem parte do contexto da biblioteca e da universidade.

Diante dos paradigmas contemporâneos da sociedade do conhecimento, a biblioteca universitária, como participante do ambiente educacional, tem ficar atenta a essas modificações que impactam a comunidade acadêmica, pois com a advento das Tecnologias da Informação e Comunicação, novos meios comunicacionais vêm produzindo vasto material informacional a ser incorporado ao acervo físico e virtual da instituição, devidamente selecionados e avaliados de acordo com as áreas que a instituição universitária atende. Assim, a relevância e pertinência das coleções, como também a adequação às necessidades dos usuários especializados é o foco da biblioteca universitária.

Com essa finalidade, esta pesquisa procurou avaliar esses processos no intuito de diagnosticar as dificuldades encontradas pelos docentes na criação das bibliografias básicas e complementares para os cursos de graduação, prioritariamente de acordo com o que exigem os instrumentos do Sinaes.

Na fundamentação teórica, abordamos a criação do conhecimento, a definição de gestão do conhecimento e da informação relacionado com a comunicação, expondo os filtros de qualidade das fontes da informação para entender como os docentes escolhem as fontes indicadas nas bibliografias dos planos de ensino. Contextualizamos também o ambiente

universitário para mostrar todos os procedimentos que implicam as definições das bibliografias pelo docente. A biblioteca universitária foi historicizada para identificar a trajetória do livro que conhecemos hoje; com isso, pontuamos a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções e sua importância para a biblioteca.

Ante o exposto, elaboramos 23 questões para atender a 5 objetivos específicos, resultando assim em cinco blocos de perguntas que compõem os resultados a seguir:

***Contexto acadêmico (informações cadastrais) (Q1-Q3):*** nesse bloco, solicitamos informações cadastrais para avaliar a ligação entre os docentes dos cursos de graduação e as bibliotecas universitárias que atendem esses cursos na construção conjunta das bibliografias básicas e complementares, à luz das normas do CONAES. A universidade trabalha com o conhecimento, um insumo intangível, portanto esse insumo desorganizado e desqualificado não serve para subsidiar as inovações do campo científico e para o alunado que vem à universidade se qualificar para o mercado de trabalho

***Levantar os critérios utilizados pelos docentes da UFBA na seleção e indicação das bibliografias básicas e complementares para os planos de ensino. (Q4-Q11):*** procuramos saber dos docentes o conhecimento implícito com relação aos instrumentos do fluxo de planejamento acadêmico para subsidiar a construção das bibliografias básicas e complementares do plano de ensino e concluímos que essas informações precisam ser equalizadas, pois não houve consenso entre os respondentes sobre o entendimento do conceito de bibliografia básica e complementar e o quantitativo de títulos. Essas escolhas influenciarão no planejamento orçamentário-financeiro da universidade, como também na atualização das bibliografias de todos os cursos. Alguns docentes apontaram o desconhecimento de como é realizado a atualização oficial do plano de ensino e que essa atualização só ocorre em sala de aula, mas não é repassada à instituição essa informação, devido à burocracia para atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

***Identificar as dificuldades e soluções, por parte dos docentes, no uso de fontes informacionais, considerando as demandas legais, normativas, institucionais e as demandas formais dos discentes. (Q12-Q17):*** Nesse objetivo, procuramos saber dos docentes as dificuldades no acesso a fontes de informação que existem na biblioteca e que soluções são dadas para resolver essa situação. Com o advento da TIC, houve modificação no comportamento para obtenção das fontes da informação, que antes só eram encontradas fisicamente na biblioteca. Hoje esse espaço físico também se tornou virtual, possibilitando assim um maior acesso às informações. Por outro lado, no entanto sem os critérios de uma política de seleção que imprimam qualidade às fontes de informação especializadas que

compõem o acervo da biblioteca, os usuários muitas vezes passaram acessar fontes de informações sem o rigor científico. Neste estudo, foi observada essa mudança de comportamento, motivo pelo qual se recomendada a capacitação dos docentes no acesso qualificado às fontes de informação especializada, visto que a qualidade das fontes respalda a trajetória na graduação, cujos conhecimentos são corroborados pelos ditames da ciência.

***Verificar quais são as fontes de informação adotadas pelos docentes para sua atualização didático-pedagógica. (Q18-Q20):*** procuramos saber com quais fontes de informações especializada os docentes se atualizam e o resultado observado foi que os livros primeiramente e os periódicos posteriormente ainda continuam sendo as fontes mais procuradas para sua atualização, mas com o advento da Internet houve um aumento de atualizações através de redes sociais, base de dados, *sites* especializados, blogs e outros.

***Verificar quais as dificuldades, por parte dos docentes, no repasse das sugestões das bibliografias básicas e complementares para a biblioteca. (Q21-Q23):*** procuramos saber dos docentes como são repassadas às bibliotecas as indicações das bibliografias básicas e complementares indicadas nos planos de ensino e constatamos que não há um procedimento comunicacional para essa finalidade, ocasionando distanciamento do acervo da biblioteca com o conhecimento repassado em sala de aula.

Diante do exposto, recomendamos ao Sistema de Biblioteca da UFBA como também à Pró Reitoria de Graduação a criação de novos meios de comunicação para socializar os saberes da construção das bibliografias básicas e complementares, a biblioteca e os docentes, devido à importância que esses três elos da mesma corrente têm para o conhecimento produzido na Universidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, A. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 jul. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300014>.

ANDERSON, John R. **The architecture of cognition**. Cambridge, Mass. : Harvard University Press, c1983. xi, 345p.

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Avaliação de material de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 118 p.

BAGGIO, Cláudia Carmem; COSTA, Heloísa; BLATTMANN, Ursula. Seleção de tipos fontes de informação. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 32-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, dec. 2009. ISSN 2238-2593. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>>. Acesso em: 04 mai 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013>.

BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008. 475 p.

BARBOSA, Marilene L. A; FRANKLIN, Sérgio. Controle, avaliação e qualidade de serviço em unidades de informação. In: LUBISCO, Nídia M. L. (Org.). **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 89-137.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 13, n. 1esp, p. 1-25, dez. 2008. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843>>. Acesso em: 12 fev. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1esp1>.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Uso de fontes de informação para a inteligência competitiva: um estudo da influência do porte das empresas sobre o comportamento informacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 91-102, jul. 2006. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p91>>. Acesso em: 07 abr. 2018. doi: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2006v11nesp1p91>.

BETTENCOURT, Marcia Pires da Luz, CIANCONI, Regina de Barros. Gestão do conhecimento: um olhar sob a perspectiva da ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), v.5, n.1, Jan/dez, 2012. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/85>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BIREME. **Guia da BVS 2011**: versão 19. São Paulo: OPAS, 2011. Disponível em: <[http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/bvs/Guia\\_da\\_BVS\\_2011\\_pt.pdf](http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/bvs/Guia_da_BVS_2011_pt.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.221 –229, set. 2007. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/system/files/acervo-livre/cg0128/videocg0128004.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In.: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2009. 245 p.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Depósito Legal**. Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 09 set. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2018

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília**, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004. Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília**, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.870.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.870.htm#art1)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 22 dez. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9192.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9192.htm#art1)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 23

dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação. **SINAES**: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 583**. Aprovado em 4 de abril de 2001. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 24, de 18 de dezembro de 2002**. Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 1/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em:<<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Resolucao-cne-24-2002.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: Paiub**. Brasília, 1994. 111 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p. 351-360, 1990. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b3d4/d7980d6a628b503003ef4e7763a93544508e.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

CAFÉ, Anderson Luis da Paixão. **O controle e a regularidade na produção e na difusão de conhecimento no campo científico interdisciplinar**. 327f. 2017. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fontes de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte, MG: Ed.da UFMG, 2000. 319 p.

CAMPOS, Marcelo Moreira. **Gestão do conhecimento o na administração pública federal em Brasília**: um estudo exploratório. 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da

Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/2015>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CAPURRO, Rafael et al. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CARDOSO, Leonor; CARDOSO, Pedro. Para uma revisão da teoria do conhecimento de Michael Polanyi. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S.l.], p. p. 41-54, jan. 2007. ISSN 1647-8614. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1184>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2. ed. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2006. 425 p. ISBN 8573593415

CHOO, Chun Wei. Perception and use of information sources by chief executives in environmental scanning. **Library and Information Science Research**, v. 16, n. 1, p. 23-40, 1994. Disponível em: <<https://www-sciencedirect-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/074081889490040X?via%3Dihub>>. Acesso em: 06 abr. 2018. doi: [https://doi.org/10.1016/0740-8188\(94\)90040-X](https://doi.org/10.1016/0740-8188(94)90040-X).

COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1983. 223 p.

COSTA, Raquel Pereira; CUNHA, Murilo Bastos da. Modelos de negócios de livros eletrônicos para bibliotecas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.25, n.3, p. 7-19, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/26945/14519>>. Acesso em: 14 set. 2018.

CRUZ, Tadeu. **Gerência do conhecimento**. São Paulo, SP: Cobra, 2002. 167 p. ISBN 9788576501299.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001. 168 p.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 15-24, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

DIAS SOBRINHO, J. Concepções de universidade e de avaliação institucional. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 29-40, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1030>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

DRUCKER, Peter F. O advento da nova organização. In: **Gestão do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 205 p. (Harvard business review) ISBN 853520699X.

DUTRA, Frederico Giffoni; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 19-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <<<http://www.brapci.inf.br/v/a/26882>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FERREIRA, Bruno Cesar de Freitas; CASTRO FILHO, C. M. A relação entre a bibliografia e a formação do profissional da informação. **Rebecin**, v. 1, n.2, p. 19-36, jun./dez. 2015. ISSN: 2358-3193. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin/article/view/9>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FERREIRA, Leandro; PIMENTEL, Andrey. ARPTEM: autoria de regras de produção para remediação de erros com múltiplas representações externas. **Anais do SBIE 2016** (Proceedings of the SBIE 2016). Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/6780>>. Acesso em> 14 fev. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.sbie.2016.946>

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo, SP: Polis, 1996. 124 p.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, MARTELETO, Regina Maria, LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008, p. 17-34

GARCIA, R.; FADEL, B. R. Comportamento decisório e comunicação: da informação ao conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 100-112, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/9336>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. 258 p.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, métodos e criatividade. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

GROGAN, Denis. **Science and technology**: an introduction to the literature. London: Clive Bingley, 1970, p. 14-15

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. **Práticas de leitura para o letramento no ensino superior**. Curitiba: InterSaber, 2012. 288 p.

INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_cursos\\_graduacao\\_publicacao\\_agosto\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância:** autorização. Brasília, DF: INEP, 2017a. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância:** reconhecimento, renovação de reconhecimento. Brasília, DF: INEP, 2017b. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INEP. **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância:** credenciamento. Brasília, DF: INEP, 2017c. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_credenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INEP. **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância:** recredenciamento e transformação de organização acadêmica. Brasília, DF: INEP, 2017d. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INEP. **Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES**, 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2017/nota\\_tecnica\\_sei\\_inep\\_0126132.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2018.

KAHN, B. K; STRONG, D. M; WANG, R. Y. Information quality benchmarks: product and service performance. **Communications of the ACM**, v.45, n. 4, pp. 184-192. April 2002. Disponível em: <https://dl-acm-org.ez10.periodicos.capes.gov.br/citation.cfm?doid=505248.506007>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

KEELING, Ralph. **Gestão de projetos:** uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002. 293p.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações públicas e comunicação organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica. **Organicom**, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 49-56, dec. 2009. ISSN 2238-2593. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139003>>. Acesso em: 04 mai. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139003>.

LANCASTER, F.W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 356 p.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LENARDI, Juliana; BASTOS, Rogério Cid. Bases epistemológica da teoria de criação de conhecimento organizacional. **Perspectiva em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v.4, n.2, p. 3-18, jul/dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/16998/12244>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

LOPES, Luiz Antonio Coelho; BERNARDES, Francesca Ribeiro Estruturas administrativas das universidades brasileiras. In. VIII SemeAd, Seminários em Administração FEA-USP, 8., 2005. São Paulo, SP. **Anais eletrônicos...** Programa de Pós-graduação em Administração

(PPGA) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), 2005. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>>. Acesso em: 24. Jun. 2018.

LUBISCO, Nídia M. L. (Org.). **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011. 263 p.

LUBISCO, Nídia M. L. A biblioteca universitária brasileira: um modelo para avaliar seu desempenho. **PontodeAcesso Revista do Instituto de Ciência da Informação**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 153-199, jun. 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2671>>. Acesso em: 03 jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v2i1.2671>.

LUBISCO, Nídia M. L. **A Biblioteca Universitária no Processo de “Avaliação das Condições de Oferta” dos Cursos de Graduação pelo MEC**: o caso da UFBA. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. Orientador: Dora Leal Rosa.

LUBISCO, Nídia M. L. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). **PontodeAcesso Revista do Instituto de Ciência da Informação**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 56-61/ 80-141, dez. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12834>>. Acesso em: 07 set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v8i3.12834>.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 96 p.

MANO GONZÁLEZ, M. de la. Propuesta de un sistema de evaluación para bibliotecas universitarias. **Revista española de Documentación Científica**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 174-197, June 1998. ISSN 1988-4621. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/353>>. Acesso em: 06 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.3989/redc.1998.v21.i2.353>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010. 312 p.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. 195 p.

MEDEIROS, Camila Diacui; MACEDO, Marcelo; TRINDADE, Evelin Priscila. O conceito *ba* como proposta para o compartilhamento do conhecimento em uma agência bancária. **Revista Inova Ação**, Teresina, v. 2, n. 1, art. 4, p. 61-77, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/inovaacao/article/view/370>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a pratica de fichamentos, resumos.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. 323 p.

MEYER JUNIOR, V. Novo contexto e novas habilidades gerenciais. In: Meyer Jr. & Murphy, J. P. **Dinossauros, Gazelas e Tigres.** 2.ed. Florianópolis: Insular, 2003, p.173-192.

MEYER JUNIOR, Victor. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Revista Universidade em Debate**, Curitiba, PR, v.2, n.1, p. 12-26, jan/dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/universidade?ddl=14749&ddl99=view&ddl98=pb>>. Acesso em: 24 jun. 2018. DOI: 10.7213/univ.debate.02.001.AO01.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade.** 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 1-19, 2007a. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/4258>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr., 2007b. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/463>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MIRANDA, Antônio. Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Niterói, 1978. **Anais.** Niterói, 1978. Atualizado e republicado em 2006. Disponível em: <[http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia\\_informacao/BIBLIOTECA\\_UNIVERSITARIA.pdf](http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/BIBLIOTECA_UNIVERSITARIA.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2018.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Gestão da informação e do conhecimento. In. TARAPANOFF, Kira. (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva.** Brasília: Ed. da UNB, 2001. 343 p.

MOROSINI, Marília Costa; SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. Limites e desafios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. In. FIALHO, Nadia Hage. **Políticas de educação superior: impactos nos processos de ensinar e aprender na universidade.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 119-139.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação e a literatura científica. In. CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2000. 319 p.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação.** Rio de Janeiro, RJ: Campus, c1997. 358 p.

NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. **Perspect.**

**ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 30-51, set. 2014. Disponível por:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362014000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 out. 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1626>.

PEREIRA, Maurício Gomes. *Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 383p.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221 p.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. A avaliação como uma política pública: aspecto da implementação do Sinaes. In. LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. (orgs.) **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. [on-line] Salvador: EDUFBA, 2009 p.349 ISBN:9788523206543. Disponível em:  
<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao\\_educacional.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2018.

RIZZATTI, Gerson; RIZZATTI JUNIOR, Gerson. Organização Universitária: mudanças na administração e nas funções administrativas. In. Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 4., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2004. Disponível em:  
<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35684>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo Bastos da. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: J. Robredo, 2005. vii, 409 p.

SAMPAIO, Rosely Moraes; LANIADO, Ruthy Nadia. Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 151-174, fev. 2009. Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jun. 2018. DOI:  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000100008>.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (Org.) **Observatório da vida de estudante: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. 273p.

SANTOS, Cássia Dias; VALENTIM, Marta Lígia Pomin. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos organizacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19-33, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/download/19114/13421>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000. 282 p.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de. Administração universitária: em busca de uma epistemologia. **Avaliação - Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, Sorocaba, v. 17, n. 1, p. 155-178, mar. 2012. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/749/761>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SCHLICKMANN, Raphael; OLIVEIRA, Maurício Roque Serva de; MELO, Pedro Antônio de. Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 160-181, jan. 2014. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n3p160>>. Acesso em: 26 jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n3p160>.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Trajetórias teórico-conceituais da comunicação organizacional. **Revista FAMECOS: mídia cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 47-53, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3392>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SILVA, Célia Aparecida Rufino Gomes; AMARAL, Roniberto Morato do; PAJEÚ, Hélio Márcio. Desenvolvimento de coleção na perspectiva da alteridade bakhtiniana: o descarte na biblioteca universitária. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 126-151, jan. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/632>>. Acesso em: 17 set. 2018.

SILVA, Maria Vanda Silvino da; RODRIGUES, Maxweel Veras; ALMEIDA, Antonio Jones Bezerra de. Perspectiva histórica de gestão nas IES: Balanced Scorecard (BSC) no cenário atual das universidades públicas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar del Plata, Argentina. **Anais eletrônicos...** Universidade, Desenvolvimento e Futuro na Sociedade do Conhecimento, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181165>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SOUSA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, v. n. 22, p. 110-118, 2000. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2218>>. Acesso em: 02 ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18222/eae02220002218>.

SOUZA, Irineu Manoel de; SANTOS, Jane Lucia Silva. Empreendedorismo na gestão universitária. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 11, n. 2, p. 517-526, ago. /dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1152>>. Acesso em: 13 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v11i2.517526>.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade In. TOMAÉL, Maria Inês (org.) **Fontes de Informação na Internet**. Londrina : EDUEL, 2008. 184 p.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004. 162p.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim et al. O processo de inteligência competitiva em organizações. **DataGramZero**, v. 4, n. 3, p. A03-0, 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1277>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo, SP: Polis, Associação Paulista de Bibliotecários, 1989. 95 p. (Palavra-chave 1).

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 1, abr. 1993. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>>. Acesso em: 16 set. 2018. doi:<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v22i1.512>.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 2, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/629/413>>. Acesso em: 14 set. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

VIEIRA, Ronaldo. **Gestão do conhecimento: introdução e áreas afins**. Rio de Janeiro: Interciência, 2016. 169 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013. 110 p.

ZAINKO, Maria Amélia S.; PINTO, Maria Lúcia A. Teixeira. **Gestão da instituição de ensino e ação docente**. Curitiba: Ibpex, 2008. 134 p.

## APÊNDICE

**Apêndice A** - Informações sobre o Curso, os Semestres e as Informações dos Docentes que deverão participar da pesquisa.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**



Av. Reitor Miguel Calmon (parte superior), s/nº  
Campus Universitário do Canela – Salvador – BA

CEP 40110-100 – Tel.: 0\*\* 71 3283-7751 / 7752 – E-mail: [posici@ufba.br](mailto:posici@ufba.br)

Informações sobre o Curso, os Semestres e as Informações dos Docentes que deverão participar da pesquisa	
Curso:	
Código Curso no MEC: 1	Código SIAC:
Data de autorização:	Data de reconhecimento:
Duração:	Quantidade de semestre:
Turno:	
Habilitação:	
Coordenador (a):	
Vice-Coordenador (a):	
E-mail do coordenador:	
Informações da Secretaria:	E-mail:

Informação sobre a Biblioteca universitária que atende este curso
Área de classificação do curso na UFBA:
Biblioteca Universitária que atende o Curso:
Justificativa da escolha do curso:

Unidade Curriculares Obrigatórias do 1º semestre		
Unidade Curricular	Docente	E mail do professor

Unidade Curriculares Obrigatórias do penúltimo semestre		
Unidade Curricular	Docente	E mail do professor
Obs.: X semestre		

## Apêndice B – Questionário da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
 Av. Reitor Miguel Calmon (parte superior), s/nº  
 Campus Universitário do Canela – Salvador – BA  
 CEP 40110-100 – Tel.: 0\*\* 71 3283-7751 / 7752 – E-mail: posici@ufba.br



*(Bibliografia básica e complementar para os cursos de graduação da UFBA: construção conjunta pelo docente e pela biblioteca, à luz das normas do INEP.)*

### QUESTIONÁRIO

1. Em que ano você ingressou como docente na UFBA?
  
2. A que curso(s) de graduação você está vinculado. (Caso você leccione em mais de um, indique apenas um deles):
  - a. Arquivologia
  - b. Biblioteconomia
  - c. Ciências Sociais
  - d. Dança – Licenciatura – Diurno
  - e. Dança – Licenciatura – Noturno
  - f. Engenharia Civil
  - g. Engenharia da Computação
  - h. Fisioterapia
  - i. Medicina
  - j. Museologia
  - k. Outro (especifique)
  
3. Indique na relação abaixo uma disciplina obrigatória do curso de graduação que escolheu acima. Caso não esteja na relação, especifique o nome e o código da disciplina.
  - a. ANATOMIA APLICADA À FISIOTERAPIA - ICSA92
  - b. ANATOMIA II-A - ICS062
  - c. ANTROPOLOGIA I - FCH124
  - d. BIOESTATÍSTICA PLANEJAMENTO EXPERIMENTAL - ICSA05
  - e. BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR - BIO158
  - f. BIOQUÍMICA APLICADA À FISIOTERAPIA - ICSB61
  - g. BIOQUÍMICA MÉDICA I - ICS058
  - h. CÁLCULO A - MATA02
  - i. CIRURGIA UROLÓGICA - MEDB34
  - j. CULTURA BRASILEIRA - FCH128
  - k. DESCRITIVA I A - ARQ013
  - l. DIDÁTICA E PRAXIS PEDAGÓGICA II - EDCA12
  - m. DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO - ICI005
  - n. ECONOMIA APLICADA À ENGENHARIA CIVIL - ENGA58
  - o. ESTÁGIO EM ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO - ENGG59
  - p. ESTUDO MORFOFUNCIONAL HUMANO - ICSA91
  - q. ESTUDOS CRÍTICOS ANALÍTICOS EM DANÇA I - DANA68
  - r. ESTUDOS DE PROCESSOS CRIATIVOS EM DANÇA I - DANA64
  - s. ESTUDOS DO CORPO NA DANÇA I - DANA60

- t. ÉTICA E CONHECIMENTO HUMANÍSTICO I - MEDB11
- u. ÉTICA E CONHECIMENTO HUMANÍSTICO VIII - MEDB59
- v. FÍSICA GERAL E EXPERIMENTAL I-E - FIS121
- w. FISIOTERAPIA APLICADA À CARDIOLOGIA - ICSC20
- x. FISIOTERAPIA APLICADA À GERIATRIA - ICSC22
- y. FISIOTERAPIA APLICADA À OBSTETRÍCIA - ICSC18
- z. FISIOTERAPIA APLICADA À ORTOTRAUMATOLOGIA - ICSC23
- aa. FISIOTERAPIA APLICADA ÀS DISFUNÇÕES REUMATOLÓGICAS - ICSC21
- bb. FISIOTERAPIA EM COMUNIDADES - ICSC19
- cc. FORMAÇÃO E DES. DE COLECOES - ICI010
- dd. FORMAÇÃO E ÉTICA DO ARQUIVISTA - ICIA07
- ee. FORMAÇÃO EM PESQUISA I - MEDB12
- ff. FUNDAMENTOS DA ARQUIV., BIBLIOTEC. E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ICIA08
- gg. FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO - ICI011
- hh. FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA - GEOA01
- ii. GEOMETRIA ANALÍTICA - MATA01
- jj. GERENCIA DA INFORMAÇÃO - ICI013
- kk. GESTÃO MUSEOLÓGICA - FCHG49
- ll. GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA - MEDB55
- mm. HISTOLOGIA II - ICS038
- nn. HISTÓRIA DA ARTE I - EBA001
- oo. HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA - FCH187
- pp. HISTÓRIA DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS - ICI175
- qq. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DOS DOCUMENTOS - ICIA06
- rr. INFORMÁTICA APLICADA À FISIOTERAPIA - ICSC32
- ss. INGLÊS INSTRUMENTAL I N-100 - LET053
- tt. INTROD. À BIBLIOTECONOMIA E À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ICI014
- uu. INTRODUÇÃO À ENGENHARIA CIVIL - ENG446
- vv. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA - FCH001
- ww. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA - FCH024
- xx. INTRODUÇÃO SOCIOLOGIA II - FCH007
- yy. LABORATÓRIO DE EXPOGRAFIA - FCHG47
- zz. LIBRAS-LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LETE46
- aaa. LÍNGUA PORTUGUESA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO N-100 - LET044
- bbb. MEDICINA LEGAL - MEDB56
- ccc. METOD. E PRÁTICA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS I - EDC167
- ddd. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA - ICSB60
- eee. MID: ESTUDO DO CORPO I - DANA01
- fff. MID: ESTUDOS CRÍTICO-ANALÍTICOS I - DANA05
- ggg. MID: ESTUDOS DOS PROCESSOS CRIATIVOS I - DANA09
- hhh. MID: LABORATÓRIO DE CONDICIONAMENTO CORPORAL I - DANA13
- iii. MID: LABORATÓRIO DO CORPO II - DANA22
- jjj. MID: DANÇA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL II - DANA19
- kkk. MID: LABORATÓRIO DE CONDICIONAMENTO CORPORAL I - DANA13
- lll. MID: LABORATÓRIO DE CRIAÇÃO COREOGRÁFICA II - DANA17
- mmm. MÓDULO CLÍNICO VI - MEDB53
- nnn. MÓDULO DE MEDICINA SOCIAL E CLÍNICA I - MEDB10
- ooo. MUSEOLOGIA - FCHG23
- ppp. NEUROLOGIA - MEDB57
- qqq. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA II - EDCA02
- rrr. PATOLOGIA CLÍNICO-CIRÚRGICA IV - MEDB58
- sss. PESQUISA MUSEOLÓGICA I - FCHG24
- ttt. PLANEJAMENTO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO - ICIA41

- uuu. POLITICA I-A - FCH330
- vvv. POLÍTICAS DE ARQUIVOS - ICI024
- www. PRÁTICA DA DANÇA NA EDUCAÇÃO I - DANA74
- xxx. PSIQUIATRIA - MEDB54
- yyy. QUIMICA GERAL - QUI029
- zzz. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS I - FCHG56
- aaaa. SOCIOLOGIA I - FCH114
- bbbb. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - ENGA60
- cccc. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - ICIA37
- dddd. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO IV - MEDB60
- eeee. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENG DE COMPUTAÇÃO I - ENGG60
- ffff. Outra (especifique)

4. Ao assumir suas funções como docente na UFBA, você teve acesso ao Projeto Pedagógico do Curso?
  - a. Sim.
  - b. Não.
  
5. Em algum momento você teve acesso ao Instrumento de Avaliação de Curso, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento do curso?
  - a. Sim.
  - b. Não.
  
6. As bibliografias das disciplinas de graduação constituem um dos elementos de avaliação dos cursos, motivo pelo qual o INEP averigua as coleções quando de sua visita.
  - a. O que você entende por bibliografia básica?
  - b. O que você entende por bibliografia complementar?
  
7. Quantos títulos você indica para atender a ementa de uma disciplina na:
  - a. Bibliografia Básica
  - b. Bibliografia Complementar
  
8. Você considera que a bibliografia indicada no Plano de Ensino da disciplina informada na QUESTÃO 3 atende à respectiva ementa? (Caso responda sim, passe para questão 12).
  - a. Sim.
  - b. Não.
  - c. Em Parte.
  
9. Justifique a opção "Não" da QUESTÃO 8:
  
10. Justifique a opção "Em Parte" da QUESTÃO 8:
  
11. Se você respondeu 'Não' ou 'Em parte' e teve que propor outros títulos para as bibliografias básica e complementar, por favor, indique o passo a passo dessa construção, inclusive as fontes de consulta que você utilizou:
  
12. Caso os conteúdos pertinentes à disciplina que você ministra não se encontram facilmente acessíveis na UFBA para repasse aos discentes, que recursos você utiliza para resolver ou compensar essa dificuldade? (Pode marcar mais de uma opção).

- a. Cópia de artigos e de capítulos de livros.
  - b. Indicação de outra biblioteca.
  - c. Empréstimo do seu material para os alunos.
  - d. Sugestão à biblioteca que faça a aquisição.
  - e. Outro (Explicitar)
13. Comente se você tem alguma dificuldade e de que tipo para recuperar a informação: nas bibliotecas, em bases de dados, no acesso às estantes, no atendimento por parte da biblioteca, entre outros.
14. Caso não tenha resolvido suas dificuldades de acesso, quais critérios você utiliza para escolher determinada fonte de informação (livro, artigo, tese, dissertação, relatório, anais de eventos, entre outros). (Pode marcar mais de uma opção).
- a. Facilidade e rapidez no acesso.
  - b. Confiabilidade/conhecimento por se tratar de fonte já acessada.
  - c. Atualização da informação.
  - d. Outro (Explicitar)
15. Existe alguma orientação/determinação institucional para revisão/atualização das bibliografias indicadas no Plano de Ensino?
- a. Sim.
  - b. Não.
  - c. Comente como é feita essa atualização:
16. O que você observa quando escolhe as fontes de informação a serem indicadas nos planos de ensino da disciplina. (Pode marcar mais de uma opção).
- a. Adequação ao nível da graduação.
  - b. Coerência com a ementa do componente curricular.
  - c. Atualização da fonte de informação.
  - d. Facilidade de acesso do estudante à fonte de informação.
  - e. Outros. (Explicitar)
17. Você indica artigo na bibliografia Básica e na Complementar:
- a. Sim.
  - b. Não.
  - c. Justifique a sua resposta:
18. Quais as fontes de informação que utiliza para elaboração das bibliografias básica e complementar das disciplinas (Pode marcar mais de uma opção)
- a. Livros.
  - b. Revistas (artigos de periódicos).
  - c. Teses, dissertações e TCC.
  - d. Relatórios de pesquisa.
  - e. Bases de dados.
  - f. Anais de eventos.
  - g. Comunicações em eventos.
  - h. Dicionários, enciclopédias.
  - i. Catálogos de editoras.
  - j. Patentes.
  - k. Filmes, vídeos.
  - l. Biografias.
  - m. Normas técnicas.

- n. Legislação.
- o. Sites.
- p. Redes sociais convencionais (colégios invisíveis, conversas com os colegas).
- q. Redes sociais virtuais (Facebook, Twitter, WhatsApp, MySpace, Instagram).
- r. Listas de discussão.
- s. Outro (Explicitite)

19. Quais os meios informacionais que você utiliza para se atualizar?

20. Quais os buscadores que mais utiliza na procura das fontes de informação na Internet (Pode marcar mais de uma opção):

- a. Google.
- b. Google Acadêmico.
- c. Yahoo.
- d. Bing.
- e. Lycos.
- f. Cadê.
- g. Outro (Explicitite)

21. De que forma a biblioteca de sua Unidade recebe a indicação das bibliografias básica e a complementar a serem adquiridas? (Pode marcar mais de uma opção).

- a. A biblioteca envia formulário ao professor para indicação das bibliografias.
- b. Elaboração de listagem pelo professor é enviada espontaneamente à biblioteca.
- c. Envio do Plano de Ensino à biblioteca.
- d. Envio do Plano de Ensino ao Colegiado de Curso.
- e. Não sou eu quem faz esse procedimento.
- f. O Colegiado atende essa demanda da biblioteca.
- g. Outro (Explicitite)

22. Como você avalia a sua forma de comunicação com a biblioteca de sua Unidade.

- h. Formal.
- i. Informal.
- j. Não existe.
- k. A biblioteca não promove essa interação.
- l. O Colegiado promove essa relação.
- m. Outro (Explicitite)

23. Justifique a sua escolha da QUESTÃO 22:

## Apêndice C – Carta de apresentação da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
 Av. Reitor Miguel Calmon (parte superior), s/nº  
 Campus Universitário do Canela – Salvador – BA  
 CEP 40110-100 – Tel.: 0\*\*71 3283-7751 / 7752 – E-mail: posici@ufba.br



Salvador, 20 de fevereiro de 2018.

**Assunto e-mail:** *Uma pesquisa de mestrado: "Bibliografia básica e complementar para os cursos de graduação da UFBA"*

Prezado(a) Professor(a),

Cumprimentando V.Sa., venho solicitar a sua colaboração, no sentido de responder ao questionário da minha dissertação, intitulada *Bibliografia básica e complementar para os cursos de graduação da UFBA: construção conjunta pelo docente e pela biblioteca, à luz das normas do INEP*. Os dados coletados em sua resposta darão os subsídios necessários à construção de proposta de critérios para prover as bibliotecas da UFBA de acervo útil, compatível e atualizado, tendo em vista as necessidades e demandas dos docentes e do alunado.

**Considerando meu cronograma de trabalho, agradeceria se V.Sa. puder responder o mais breve possível.**

A relevância desta pesquisa, assim, é tentar dar a conhecer à comunidade acadêmica os parâmetros para a seleção do material bibliográfico que irá compor o acervo das bibliotecas universitárias, visando tanto à qualidade do ensino, quanto ao provimento adequado de acervo das bibliotecas em termos quantitativos e qualitativos, além de subsidiar a racionalidade no uso dos recursos orçamentário-financeiros.

Muito obrigada por sua colaboração. Ela será fundamental para a construção de soluções que possibilitem a UFBA dispor de bibliografias relevantes para seus cursos e obter um bom conceito na avaliação dos cursos pelo INEP.

Atenciosamente,

**Flávia Bulhões de Sousa**  
 Mestranda em Ciência da Informação  
 Bibliotecária  
 (fbsmestrado@gmail.com)

**Prof. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco**  
 Orientadora  
 Doutora em Documentação  
 Depto. de Fundamentos e Processos Informacionais  
 Instituto de Ciência da Informação/UFBA